Jornal da Manhã

Editais e Atos Oficiais
Data: 28/07/2023

ASSINADO DIGITALMENTE
RIO GRANDE ARTES GRAFICAS LTDA
A conformidade com a assinatura pode ser verificada em:
http://serpro.gov.br/assinador-digital
SERPRO

Vale do Tijuco Açúcar e Álcool S.A.

CNPJ nº 08.493.354/0001-27

Demonstrações Financeiras - Exercícios Findos em 31/03/23 e 31/03/22 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Balanços Patrimoniais	Nota	31/03/23	31/03/22
Ativo			
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	7	690.406	881.809
Aplicações financeiras	8	535	2.762
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	9	18.370	24.035
Arrendamentos a receber	10	24.828	27.464
Estoques	11	62.885	53.259
Ativo biológico	12	192.986	208.196
Impostos e contribuições a recuperar	13	76.671	20.525
Adiantamento a fornecedores e outros ativos	14	10.433	8.993
Instrumentos financeiros derivativos	24	42.788	37.996
Total do ativo circulante		1.119.902	1.265.039
Ativo não circulante			
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	9	307.918	221.345
Arrendamentos a receber	10	104.548	89.266
Impostos e contribuições a recuperar	13	19.480	19.630
Depósitos judiciais		987	923
Instrumentos financeiros derivativos	24	89.501	151.427
IR e CS diferidos	25	150.988	147.609
Investimentos	15	7.519	6.273
Imobilizado	16	768.104	711.418
Intangível		3.789	4.274
Direito de uso	17	566.497	552.913
Total do ativo não circulante		2.019.331	1.905.078
Total do ativo		3.139.233	3.170.117

Balanços Patrimoniais	Nota	31/03/23	31/03/22
Passivo e patrimônio líquido			
Passivo circulante			
Empréstimos e financiamentos	18	155.106	175.401
Fornecedores e outras contas a pagar	19	138.677	146.347
Arrendamentos e parcerias agrícolas a pagar	20	145.455	132.944
Adiantamento de clientes	21	13.001	196.229
Instrumentos financeiros derivativos	24	214.786	288.396
Provisões e encargos trabalhistas		36.873	29.139
Obrigações fiscais		5.594	16.741
Outros passivos		438	40
Total do passivo circulante		709.930	985.237
Passivo não circulante			
Empréstimos e financiamentos	18	1.113.060	1.183.292
Fornecedores e outras contas a pagar	19	11.101	634
Arrendamentos e parcerias agrícolas a pagar	20	562.082	539.437
Adiantamento de clientes	21	209.399	24.519
Provisões para demandas judiciais	22	712	1.000
Instrumentos financeiros derivativos	24	16.756	91.426
Total do passivo não circulante		1.913.110	1.840.308
Patrimônio líquido	23		
Capital social		343.051	343.051
Reservas de lucros		252.832	219.355
Ajuste de avaliação patrimonial		(79.690)	(217.834)
Total do patrimônio líquido		516.193	344.572
Total do passivo e patrimônio líquido		3.139.233	3.170.117

Demonstrações dos Resultados	Nota	2023	2022
Receita líquida	26	1.249.939	1.049.492
Custo das vendas e serviços	27	(859.752)	(688.742)
Lucro bruto		390.187	360.750
Despesas com vendas	27	(91.835)	(72.617)
Despesas administrativas	27	(34.620)	(36.984)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	28	32.353	14.760
Resultado de equivalência patrimonial	15	22	103
		(94.080)	(94.738)
Lucro antes do resultado financeiro e IR e CS		296.107	266.012
Despesas financeiras	29	(419.714)	(340.562)
Receitas financeiras	29	192.805	195.261
Resultado financeiro líquido		(226.909)	(145.301)
Lucro antes do IR e CS		69.198	120.711
IR e CS corrente	25	(36.796)	(1.390)
IR e CS diferido	25	42.188	41.893
		5.392	40.503
Lucro líquido do exercício		74.590	161.214

Demonstrações dos resultados abrangentes	2023	2022
Lucro líquido do exercício	74.589	161.214
Outros resultados abrangentes a serem reclassificados para o resultado em exercícios subsequentes:		
Ganhos (perdas) líquidas de hedge de fluxo de caixa	62.810	(62.810)
Ganhos líquidos de hedge de fluxo de caixa futura	114.143	159.281
Passivo atuarial - plano de saúde	–	388
Efeitos fiscais	(38.809)	(54.288)
Resultado abrangente total	212.733	203.785

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

	Capital social	Reserva de lucros: Reserva legal	Reserva de lucros: Reserva de incentivos fiscais	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros (Prejuízos) acumulados	Total patrimônio líquido
Saldo em 1º/04/21	343.051	5.156	62.578	(260.405)	–	150.782
Ganhos líquidos de hedge de fluxo de caixa	–	–	–	42.315	–	42.315
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	161.214	161.214
Outros	–	–	–	–	–	5
Distribuição de dividendos	–	–	(10.000)	–	–	(10.000)
Variação do patrimônio líquido adquirido	(402)	–	402	–	–	–
Constituição de reserva legal	–	8.061	–	–	(8.061)	–
Constituição de reserva de incentivos fiscais	–	–	153.153	–	(153.153)	–
Passivo atuarial - plano de saúde	–	–	–	256	–	256
Saldos em 31/03/22	343.051	13.217	206.138	(217.834)	–	344.572
Saldos em 1º/04/22	343.051	13.217	206.138	(217.834)	–	344.572
Ganhos líquidos de hedge de fluxo de caixa	–	–	–	138.144	–	138.144
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	74.590	74.590
Distribuição de dividendos	–	–	(41.113)	–	–	(41.113)
Constituição de reserva legal	–	3.730	–	–	(3.730)	–
Constituição de reserva de incentivos fiscais	–	–	70.860	–	(70.860)	–
Saldos em 31/03/23	343.051	16.947	235.885	(79.690)	–	516.193

Demonstrações dos fluxos de caixa

	2023	2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do IR e CS	69.198	120.711
Ajustes para conciliar o resultado:		
Juros sobre arrendamentos	45.945	41.302
Variação do valor justo dos ativos biológicos	22.533	(33.588)
Depreciação e amortização	410.934	346.022
Resultado de equivalência patrimonial	(22)	(103)
Resultado na alienação de ativo imobilizado	(1.179)	7.282
Juros sobre empréstimos e financiamentos	150.190	120.641
Juros com partes relacionadas	(3.757)	(729)
Variação cambial e correção monetária	–	(19.204)
Apropriação de custo de transação	12.122	–
(Ganhos) perdas não realizadas com instrumentos financeiros derivativos	22.997	(17.199)
Provisão (reversão) para perdas esperadas	–	(791)
Provisão de obsolescência	432	84
Provisão (reversão) para demandas judiciais	(288)	(679)
Variação cambial e correção monetária não realizados sobre clientes e adiantamento de clientes	(849)	(157)
Atualização de outros investimentos	(1.224)	(3.634)
Baixa projetos em andamento	–	517
Baixa dos contratos de arrendamento e aluguéis	(335)	–
Reversão passivo atuarial	–	(2.148)
Crédito outorgado de ICMS	(33.228)	–
Outros	1.983	(616)
	695.452	557.711
Redução (aumento) em contas a receber de clientes e outros recebíveis	8.085	24.834
Redução (aumento) em instrumentos financeiros	62.810	(47.574)
Redução (aumento) em estoques	(7.919)	(33.678)
Redução (aumento) em impostos e contribuições a recuperar	(23.460)	4.792
Redução (aumento) em adiantamento a fornecedores e outros ativos	(1.440)	(5.262)
(Redução) aumento em fornecedores e outras contas a pagar	4.505	24.336
(Redução) aumento em provisões e encargos trabalhistas	7.734	6.684
(Redução) aumento em obrigações fiscais	(11.147)	6.153
(Redução) aumento em adiantamento de clientes	2.565	6.238
Outros ativos e outros passivos	333	633
Pagamento de demandas judiciais	–	(2.541)
Pagamento de IR e CS	(36.104)	–
Caixa proveniente das atividades operacionais	701.414	542.326
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Resgate de aplicações financeiras vinculadas	2.227	1.378
Formação do ativo biológico	(128.607)	(116.388)
Recebimento na venda de imobilizado	2.947	2.371
Aquisição de ativo imobilizado	(258.616)	(196.449)
Aquisição de ativo intangível	(705)	(2.386)
(Liberação)/Recebimento de recursos com partes relacionadas	(85.300)	(93.882)
Caixa utilizado nas atividades de investimentos	(468.054)	(405.356)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Captação de empréstimos e financiamentos	123.029	646.894
Pagamento de principal de empréstimos e financiamentos	(254.222)	(232.332)
Pagamento de variação cambial e juros sobre empréstimos e financiamentos	(121.681)	(53.017)
Pagamento dos arrendamentos e parcerias agrícolas líquido de recebimento	(130.776)	(90.434)
Pagamento de dividendos	(41.113)	(10.000)
Caixa proveniente das (utilizado nas) atividades de financiamentos	(424.763)	261.111
Aumento líquido (Redução líquida) em caixa e equivalentes de caixa	(191.403)	398.081
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	881.809	483.728
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	690.406	881.809

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

1. Contexto operacional: A Vale do Tijuco Açúcar e Álcool S.A. ("Companhia") está localizada na Rodovia BR 050 (KM 21) - Bairro Industrial de Uberaba, tem como objeto a produção, comercialização e exportação de açúcar, etanol e outros produtos derivados do processamento de cana-de-açúcar; a prestação de serviços a terceiros e a industrialização por ordem destes; a cogeração e a comercialização de energia elétrica, podendo atuar com a exploração e comercialização de cultivo de cana-de-açúcar, em terras próprias ou de terceiros; a intermediação de venda de cana-de-açúcar e a participação em outras sociedades, como sócia ou acionista. A Vale do Tijuco Açúcar e Álcool S.A. teve suas operações iniciadas em 12/04/10. Sua planta industrial possui capacidade de moagem aproximada para 5 milhões de toneladas de cana-de-açúcar por safra, produzindo açúcar, etanol anidro, etanol hidratado e energia, bem como os subprodutos óleo fúsel e bagaço de cana. O plantio de cana-de-açúcar requer um período de até 18 meses para maturação e início de colheita, a qual ocorre, geralmente, entre os meses de abril a novembro. A comercialização da produção ocorre durante todo o ano e não sofre variações decorrentes de sazonalidade, mas somente da variação da oferta e demanda normais de mercado (preço de commodity e variação cambial). A Vale do Tijuco, possui participação na controlada em conjunto na CZ Energy Comercializadora de Etanol S.A. ("CZ Energy") através da subscrição de 2.600 em ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, emitidas em virtude do aumento do capital social da CZ Energy, aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária realizada em 18/06/19. As ações subscritas foram integralizadas em moeda corrente nacional, pelo preço de emissão de R$1,00 por ação, totalizando R$2.600, e representam 26% do capital social da CZ Energy. CBIOS - RenovaBio: Durante o exercício findo em 31/03/23, foram comercializados 229.919 mil CBIOS, classificados na receita líquida. A comercialização destes títulos, após sua escrituração, ocorre principalmente com as distribuidoras de combustíveis, que possuem metas de aquisição estabelecidas pelo RenovaBio. O RenovaBio é a Política Nacional de Biocombustíveis, instituída pela Lei nº 13.576/2017, sendo o principal objetivo o estabelecimento de metas nacionais anuais de descarbonização para o setor de combustíveis, de forma a incentivar o aumento da produção e da participação de biocombustíveis na matriz energética de transportes do país. Em 31/03/2023, a Companhia não possui CBIOS emitidos e não comercializados. Guerra entre Rússia e Ucrânia: A guerra no leste europeu envolvendo Rússia e Ucrânia, tem impacto relevante no mercado internacional. Como a Rússia é um dos maiores produtores mundiais de petróleo e importante produtor dos insumos base para fertilizantes, com destaque para Fósforo, Nitrato e Potássio, o conflito ocasiona forte impacto de aumento nos preços mundiais desses produtos. A Cia. tomou ações e iniciativas com certa rapidez assim que foram noticiados os primeiros conflitos nessa região, com objetivo de mitigar os efeitos e riscos, principalmente na continuidade das operações agrícolas. Para tanto, foram comprados e armazenados adubos, fertilizantes e alguns herbicidas em volumes suficientes para o plantio em andamento naquele momento, bem como para os tratos culturais do canavial na safra 22/23. Além disso, para diminuição dos riscos de oferta de tais produtos, a Cia. tem desenvolvido novas alternativas agronômicas de produtos substitutos, bem como o monitoramento dos movimentos do mercado internacional destas commodities. A Administração avalia que o aumento dos custos dos fertilizantes e do petróleo observados atualmente no mercado, decorrente do efeito da guerra, não causaram impacto em suas demonstrações financeiras. **2. Base de preparação: 2.1 Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras foram preparadas pela Administração da Cia. e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem a legislação societária brasileira, os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade. A emissão das demonstrações financeiras da Cia. para o exercício findo em 31/03/23 foi autorizada pela Administração em 07/07/23. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. **3. Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Cia.. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **4. Uso de estimativas e julgamentos:** Na preparação das demonstrações financeiras a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis da Cia. e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revistas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. Incertezas sobre premissas e estimativas: As informações sobre incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material em exercícios futuros estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Notas explicativas nº 9 e 24 - realização do contas a receber e outros recebíveis; • Nota explicativa nº 11 - provisão para obsolescência dos estoques; • Nota explicativa nº 16 - vida útil dos ativos imobilizados; • Nota explicativa nº 17 - amortização do direito de uso; • Nota explicativa nº 20 - taxa desconto para cálculo dos passivos de arrendamentos e parcerias agrícolas a pagar; • Nota explicativa nº 22 - reconhecimento e mensuração de provisões para demandas judiciais: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos; e • Nota explicativa nº 25 - reconhecimento de ativos fiscais diferidos: estimativa de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados. Mensuração do valor justo: Uma série de políticas e divulgações contábeis da Cia. requer a mensuração de valor justo, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros. Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá: • No mercado principal para o ativo ou passivo; e • Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Cia.. A Cia. utiliza técnicas de avaliação que são apropriadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes disponíveis para mensurar o valor justo, maximizando o uso de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis. Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo: • Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos. • Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). • Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras ao valor justo de forma recorrente, a Cia. determina se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo como um todo) no fim de cada período de divulgação. Para fins de divulgações do valor justo, a Cia. determinou classes de ativos e passivos com base na natureza, características e riscos do ativo ou passivo e o nível da hierarquia do valor justo, conforme acima explicado. As correspondentes divulgações ao valor justo de instrumentos financeiros e ativos não financeiros mensurados ao valor justo ou no momento da divulgação dos valores justos são resumidas nas respectivas notas: • Nota explicativa nº 12 - Ativos biológicos; e • Nota explicativa nº 24 - Instrumentos financeiros. **5. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais: • Os instrumentos financeiros derivativos são mensurados pelo valor justo; • Os instrumentos financeiros não derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo; e • Os ativos biológicos são mensurados pelo valor justo deduzidos do custo das vendas. **6. Principais políticas contábeis:** A Cia. aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras. a) Receita: i) *Venda de produtos:* A receita é reconhecida quando a Cia. cumpre suas obrigações contratuais junto ao cliente, e quando for provável que a Cia. receberá a contraprestação a qual tem direito pela troca dos bens ou serviços. Para os produtos vendidos pela Cia. as obrigações de desempenho são concluídas no momento da entrega do produto, sendo este também o momento de reconhecimento da receita. A receita é medida líquida de devoluções e descontos comerciais. O momento do cumprimento da obrigação de desempenho varia dependendo das condições individuais de cada contrato de venda. Para as vendas de açúcar e etanol no mercado interno, a transferência normalmente ocorre quando o produto é entregue no estabelecimento do cliente ou quando é retirado pelo cliente nas dependências da Cia.. No caso das vendas no mercado externo a transferência ocorre mediante o carregamento das mercadorias no transportador pertinente no porto do vendedor uma vez que os fretes marítimos se dão na modalidade free on board (FOB). ii) *Venda de energia elétrica;* A receita proveniente da venda da geração de energia elétrica é registrada com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço do mercado em vigor, conforme o caso. A receita é reconhecida quando a energia é disponibilizada na rede. Conforme mencionado na nota explicativa nº 26 a Cia. possui contrato futuro para comercialização de energia elétrica. iii) *Venda de CBIOs:* A receita proveniente da venda de créditos de descarbonização ("CBIO") é registrada com base no valor negociado dos títulos junto aos compradores, principalmente distribuidoras de combustíveis, e é reconhecida no momento da transferência dos títulos para os compradores. b) Receitas financeiras e despesas financeiras: As receitas e despesas financeiras da Cia. compreendem: • Ganhos/perdas com instrumentos financeiros derivativos; • Ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros; • Despesas com juros sobre arrendamentos, empréstimos e financiamentos; e • Outras receitas e despesas financeiras. As receitas e as despesas financeiras de juros são reconhecidas no resultado através do método dos juros efetivos. c) Moeda estrangeira: *Transações em moeda estrangeira:* Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Cia. pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado. d) IR e CS: A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. i) *Imposto de renda e contribuição social corrente:* O imposto a pagar calculado sobre o lucro tributável do exercício. O montante dos impostos correntes a pagar é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos vigentes na data do balanço. ii) *Imposto de renda e contribuição social diferido:* Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando estas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas vigentes na data do balanço. e) Subvenções: Subvenções governamentais consistem em contribuições ou benefícios econômicos, normalmente de natureza pecuniária, diretamente concedidos pelo Governo (federal, estadual ou municipal) em favor de uma entidade, condicionados ou não ao cumprimento de certas obrigações. Apesar de as subvenções governamentais poderem ser feitas através da doação de recursos ou bens, normalmente elas são realizadas mediante o estabelecimento de tratamentos tributários favoráveis, consistentes na isenção ou redução de tributos, ou ainda outros mecanismos como crédito presumido, diferimento dentre outros. A Cia. possui benefícios e incentivos fiscais oriundos do crédito presumido sobre ICMS e de diferimento do respectivo imposto na comercialização de etanol, o que ocasiona o registro da dedução ou redução de impostos, em conta de resultado como receita, com sua posterior exclusão na apuração do lucro real, mediante a destinação da respectiva parcela deduzida em reserva específica no patrimônio líquido, não passível de distribuição aos acionistas. f) Ativos biológicos: Os ativos biológicos correspondem aos produtos agrícolas em desenvolvimento (cana em pé) produzidos nas lavouras de cana-de-açúcar (planta portadora), que serão utilizadas como matéria-prima na produção de açúcar e etanol no momento da sua colheita. Esses ativos são mensurados pelo valor justo na data de cada balanço patrimonial, sendo quaisquer alterações de valor justo entre os exercícios reconhecidas no resultado. O valor justo foi determinado utilizando-se a metodologia de fluxo de caixa descontado, considerando as seguintes premissas: (i) Entradas de caixa obtidas pela multiplicação da (i) produção estimada, medida em quilos de ATR (Açúcar Total Recuperável), e do (ii) preço de mercado futuro da cana-de-açúcar, o qual é estimado com base em dados públicos e estimativas de preços futuros do açúcar e do etanol; e (ii) Saídas de caixa representadas pela estimativa de (i) custos necessários para que ocorra a transformação biológica da cana-de-açúcar (tratos culturais) até a colheita; (ii) custos com a colheita/Corte, Carregamento e Transporte - CCT; (iii) custo de capital (terras e máquinas e equipamentos); (iv) custos de arrendamento e parceria agrícola; e (v) impostos incidentes sobre o fluxo de caixa positivo. g) Estoques: Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo histórico e o valor realizável líquido. Os custos dos estoques são avaliados ao custo médio de aquisição ou de produção e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas. h) Imobilizado: i) *Reconhecimento e mensuração:* Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável *(impairment)*. Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. ii) *Custos subsequentes:* Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Cia.. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos. iii) *Custos de manutenção:* O custo de manutenção de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos. A Cia. realiza anualmente manutenções em sua unidade industrial, aproximadamente no período de dezembro a março. Os principais custos de manutenção incluem custos de mão de obra, materiais, serviços externos e despesas gerais indiretas alocadas durante o período de entressafra. Tais custos são contabilizados como um componente do custo do equipamento e depreciados durante a safra seguinte. Qualquer outro tipo de gasto, que não aumente sua vida útil ou mantenha sua capacidade de moagem, é reconhecido no resultado como despesa. iv) *Depreciação:* A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado e no custo de produção. Terrenos não são depreciados. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. As vidas úteis estimadas bem como as taxas médias ponderadas anual, para os exercícios findos em 31/03/23 e 2022 são as seguintes:

	Anos	Taxas
Equipamentos industriais	13	7,69%
Construções e edificações	28	3,57%
Pavimentação	7	14,29%
Veículos	5	20,00%
Equipamentos agrícolas	5	20,00%
Máquinas, equipamentos e ferramentas	7	14,29%
Móveis e utensílios	8	12,50%
Computadores e periféricos	5	20,00%
Gastos manutenção entressafra	1	100,00%
Cultura permanente	5	20,00%
Outros	6	16,67%

i) Instrumentos financeiros: i) *Ativos financeiros: Reconhecimento inicial e mensuração:* Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial e subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Cia. para a gestão destes ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes e outros recebíveis que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Cia. tenha aplicado o expediente prático, a Cia. inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. As contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Cia. tenha aplicado o expediente prático são mensuradas pelo preço de transação determinado de acordo com o CPC 47. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" (também referido como teste de "SPPI") sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. O modelo de negócios da Cia. para administrar ativos financeiros se refere a como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Cia. se compromete a comprar ou vender o ativo. *Mensuração subsequente:* Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias: • Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida). • Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida). • Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais). • Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. *Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida):* Esta categoria é a mais relevante para a Cia.. A Cia. mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas: • O ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais. • Os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Os ativos financeiros da Cia. ao custo amortizado incluem contas a receber de clientes, adiantamentos a fornecedores e partes relacionadas. *Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:* Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo. Derivativos, inclusive derivativos embutidos separados, também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de hedge eficazes. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócios. Não obstante os critérios para os instrumentos de dívida ser classificados pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, conforme descrito acima, os instrumentos de dívida podem ser designados pelo valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial se isso eliminar, ou reduzir significativamente, um descasamento contábil. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado. *Desreconhecimento:* Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um Cia. de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando: • Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram. • A Cia. transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Cia. transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Cia. nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo. Quando a Cia. transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ele avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Cia. continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Neste caso, a Cia. também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pela Cia.. O envolvimento contínuo sob a forma de garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo menor valor entre: (i) o valor do ativo e (ii) o valor máximo da contraprestação recebida que a entidade pode ser obrigada a restituir (valor da garantia). *Redução ao valor recuperável de ativos financeiros:* A Cia. reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que a Cia. espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluirão fluxos de caixa da venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais. As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas de crédito esperadas são provisionadas para perdas de crédito resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (perda de crédito esperada de 12 meses). Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência (uma perda de crédito esperada vitalícia). Para contas a receber de clientes e ativos de contrato, a Cia. aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas. Portanto, acompanham as alterações no risco de crédito e reconhecem uma provisão para perdas com base em perdas de crédito esperadas em cada data-base. A Cia. considera um ativo financeiro em situação de inadimplemento quando os pagamentos contratuais estão vencidos há 180 dias. No entanto, em certos casos, também podem considerar que um ativo financeiro está em inadimplemento quando informações internas ou externas indicam ser improvável receber integralmente os valores contratuais em aberto antes de levar em conta quaisquer melhorias de crédito mantidas pela Cia.. Um ativo financeiro é baixado quando não há expectativa razoável de recuperação dos fluxos de caixa contratuais. ii) *Passivos financeiros: Reconhecimento inicial e mensuração:* Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado, ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme apropriado. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Os passivos financeiros da Cia. incluem fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos, adiantamentos de clientes, arrendamentos a pagar e instrumentos financeiros derivativos. *Mensuração subsequente:* A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo: *Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado:* Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Esta categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Cia. que não são designados como instrumentos de hedge nas relações de hedge definidas pelo CPC 48. Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. A Cia. não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado, exceto pelos instrumentos financeiros derivativos que não foram designados como instrumentos de hedge. *Passivos financeiros ao custo amortizado:* Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pela amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado. Essa categoria geralmente se aplica a fornecedores e outras contas a pagar, arrendamentos e parcerias agrícolas a pagar, e empréstimos e financiamentos sujeitos a juros. *Desreconhecimento:* Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado. *Compensação de instrumentos financeiros;* Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente. iii) *Instrumentos financeiros derivativos, incluindo contabilidade de hedge:* A Cia. mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira e taxa de juros. A Cia. utiliza instrumentos financeiros derivativos, como contratos de câmbio futuros, swaps de taxa de juros e contratos a termo de commodities, para proteger-se contra seus riscos de taxa de câmbio, riscos de taxa de juros e riscos de preço de commodities, respectivamente. Esses instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data em que um contrato de derivativo é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao valor justo. Derivativos são registrados como ativos financeiros quando o valor justo é positivo e como passivos financeiros quando o valor justo é negativo. No momento da designação inicial do derivativo como um instrumento de *hedge*, a Cia. documenta formalmente o relacionamento entre os instrumentos de *hedge* e os itens objeto de *hedge*, incluindo os objetivos de gerenciamento de riscos e a estratégia na realização da transação de *hedge* e o risco objeto do *hedge*, juntamente com os métodos que serão utilizados para avaliar a efetividade do *hedge*. Para um *hedge* de fluxos de caixa de uma transação prevista, a transação deve ter a sua ocorrência como altamente provável e deve apresentar uma exposição a variações nos fluxos de caixa que no final poderiam afetar o resultado reportado. Derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo; quaisquer custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são registradas no resultado. *Hedges de fluxos de caixa:* Quando um derivativo é designado como um instrumento de *hedge* para proteção da variabilidade dos fluxos de caixa, a porção efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida em outros resultados abrangentes e apresentada na conta de ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido. Qualquer porção não efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado. O valor acumulado mantido em ajustes de avaliação patrimonial é reclassificado para o resultado no mesmo período em que o item objeto de *hedge* afeta o resultado. Caso (i) a ocorrência da transação prevista não seja mais esperada, (ii) o *hedge* deixe de atender os critérios de contabilização de *hedge*, (iii) o instrumento de *hedge* expire ou seja vendido, encerrado ou exercido, ou tenha a sua designação revogada, a contabilidade de *hedge* é descontinuada prospectivamente. Se não houver mais expectativas quanto à ocorrência da transação prevista, o saldo em outros resultados abrangentes é reclassificado para resultado. j) Redução ao valor recuperável (impairment): i) *Ativos não financeiros:* Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Cia. são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor Cia. possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre seus valores em uso ou seu valor justo deduzidos dos custos para venda. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado e revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. A Administração da Cia. não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de provisão para recuperabilidade em 31/03/23 e 2022. k) Provisões: As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira. l) Ajuste a valor presente de ativos e passivos: Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração. m) Segmento operacional: A Administração da Cia. elabora os seus relatórios sobre as demonstrações financeiras na mesma base que estas informações são divulgadas, pois estas demonstrações financeiras são aquelas regularmente revistas pelo principal gestor da Cia. para tomada de decisões sobre alocações de recursos. Portanto a Administração tem um único segmento operacional. n) Novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas que não entraram em vigor: As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas ainda não em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia e suas controladas pretendem adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. i) Alterações ao CPC 26: Classificação de passivos como circulante ou não circulante. O CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem: • O que significa um direito de postergar a liquidação; • Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório; • Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação; • Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação. As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 01/04/2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, a Companhia avalia o impacto que as alterações terão na prática atual e se os contratos de empréstimo existentes podem exigir renegociação. ii) Alterações ao CPC 23: Definição de estimativas contábeis: As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, eles esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis. As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 01/04/2023 e aplicarão para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período. Adoção antecipada é permitida se divulgada. Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia. iii) Alterações ao CPC 26: Divulgação de políticas contábeis: As alterações são para ajudar as entidades a divulgarem políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionando guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis. As alterações são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 01/04/2023 com adoção antecipada permitida. A Companhia está atualmente avaliando os impactos dessas alterações nas políticas contábeis divulgadas. o) Pronunciamentos novos ou revisados aplicáveis às demonstrações financeiras: A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º/04/22 (exceto quando indicado de outra forma). A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes. i) Alterações no CPC 37 (R1), CPC 48, CPC 29, CPC 27, CPC 25 e CPC 15 (R1). As alterações aos pronunciamentos acima são em decorrência das alterações anuais relativas ao ciclo de melhorias entre 2018 e 2020, tais como: • Contrato Oneroso - custos de cumprimento de contrato; • Ativo imobilizado - vendas antes do uso pretendido; e • Referências à Estrutura conceitual. A vigência dessas alterações deve ser estabelecida pelos órgãos reguladores que o aprovarem, sendo que, para o pleno atendimento às normas internacionais de contabilidade, a entidade deve aplicar essas alterações nos períodos anuais com início em, ou após, 1º/04/22. ii) Contrato Oneroso - custos de cumprimento de contrato. Um contrato oneroso é um contrato sob o qual os custos inevitáveis de cumprir as obrigações decorrentes do contrato (ou seja, os custos que a Companhia não pode evitar porque possui o contrato) excedem os benefícios econômicos esperados a serem recebidos. As alterações especificam que, ao avaliar se um contrato é oneroso ou gerador de perdas, a entidade precisa incluir custos que se relacionam diretamente com um contrato de fornecimento de bens ou serviços, incluindo custos incrementais (por exemplo, os custos de mão de obra direta e materiais) e uma alocação de custos diretamente relacionados às atividades do contrato (por exemplo, depreciação de equipamentos usados para cumprir o contrato e custos de gerenciamento e supervisão do contrato). Os custos gerais e administrativos não estão diretamente relacionados a um contrato e são excluídos, a menos que sejam explicitamente cobrados da contraparte nos termos do contrato. A Companhia não teve impactos na implementação da norma. iii) Ativo imobilizado - vendas antes do uso pretendido: A alteração proíbe as entidades de deduzirem do custo de um item imobilizado quaisquer produtos de vendas de itens produzidos ao trazer esse ativo para o local e condição necessários para que ele seja capaz de operar da maneira pretendida pela administração. Em vez disso, uma entidade reconhece os produtos de vender os itens, e os custos de produzir os itens, na demonstração do resultado. De acordo com as regras de transição, a Companhia aplica as alterações retrospectivamente apenas aos itens de imobilizado disponível para uso ou depois do início do período mais antigo apresentado quando a entidade aplica a alteração pela primeira vez (a data da aplicação inicial). Essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia já que não houve vendas de tais itens produzidos por ativo imobilizado disponibilizado para uso ou depois do início do período mais antigo apresentado. iv) Referências à Estrutura conceitual: As alterações adicionam uma exceção ao princípio de reconhecimento do CPC 15 (R1) - Combinação de negócios para evitar a emissão de potenciais ganhos ou perdas do 'dia 2' decorrentes de passivos e passivos contingentes que estariam dentro do escopo do CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. As alterações também adicionam um novo parágrafo à CPC 15 (R1) para esclarecer que os ativos contingentes não se qualificam para reconhecimento na data de aquisição. De acordo com as disposições transitórias, a Companhia aplica as alterações prospectivamente, ou seja, para combinações de negócios que ocorram após o início do período de relatório anual em que aplica as alterações pela primeira vez (a data da aplicação inicial). Estas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia uma vez que não existiam ativos, passivos ou passivos contingentes no âmbito dessas alterações que surgiram durante o período. v) CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade como adotante pela primeira vez: A alteração permite que uma subsidiária que opte por aplicar o CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade mensurar as diferenças cumulativas de conversão usando os valores reportados nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora, com base na data de transição da controladora para o CPC, se nenhum ajuste foi feito para consolidação procedimentos e para os efeitos da combinação de negócios em que a controladora adquiriu a controlada. Esta alteração também se aplica a uma coligada ou joint venture que opte por aplicar o CPC 37 (R1). Estas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia por não ser um adoptante pela primeira vez. vi) CPC 48 - Instrumentos Financeiros: A alteração esclarece as taxas que uma entidade inclui ao avaliar se os termos de um passivo financeiro novo ou modificado são substancialmente diferentes dos termos do passivo financeiro original. Essas taxas incluem apenas aquelas pagas ou recebidas entre o mutuário e o credor, incluindo as taxas pagas ou recebidas pelo mutuário ou pelo credor em nome do outro. De acordo com as disposições transitórias, a Companhia aplica a emenda aos passivos financeiros que são modificados ou trocados no ou após o início do período de relatório anual em que a entidade aplica a emenda pela primeira vez (a data da aplicação inicial). Essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia, pois não houve modificações nos instrumentos financeiros da Companhia durante o período.

7. Caixa e equivalentes de caixa:	31/03/23	31/03/22
Caixa e bancos	1.304	84.816
Equivalentes de caixa	689.102	796.993
Total	690.406	881.809

As aplicações financeiras classificadas como equivalentes de caixa são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Em 31/03/23, essas aplicações referem-se a Certificados de Depósito Bancário - CDB, que são depositados em bancos de primeira linha, cuja taxa de remuneração varia entre 95% e 105% (97% a 107% em 2022) da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. Elas não possuem data de vencimento, podendo ser resgatadas para fazer frente às necessidades imediatas de caixa da Cia.. As informações sobre a exposição da Cia. a riscos de mercado, de crédito e de mensuração do valor justo relacionados a caixa e equivalentes de caixa estão incluídas na nota explicativa nº 24.

8. Aplicações financeiras:	31/03/23	31/03/22
Aplicações financeiras	535	2.762
Total	535	2.762

A Cia. mantém aplicações financeiras em 31/03/23, que se referem a saldos vinculados a operações de financiamentos, cuja taxa de remuneração está em 100% (100% em 2022) da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. As informações sobre a exposição da Cia. a riscos de mercado, de crédito e de mensuração do valor justo relacionados a aplicações financeiras estão incluídas na nota explicativa nº 24.

9. Contas a receber de clientes e outros recebíveis:

	31/03/23	31/03/22
Decorrentes da venda de etanol	6.806	18.111
Decorrentes da venda de energia	3.503	1.360
Decorrentes da venda de açúcar	1.816	–
Outros(a)	4.714	1.760
Contas a receber de clientes	16.839	21.231
Créditos com partes relacionadas (Nota 31)	309.449	224.149
Outros recebíveis	309.449	224.149
Total	326.288	245.380
Ativo circulante	18.370	24.035
Ativo não circulante	307.918	221.345

a) Refere-se principalmente ao contas a receber proveniente da prestação de serviços de plantio e tratos cana planta e revenda de insumos e imobilizados junto a fornecedores de cana e parceiros. As informações sobre a exposição da Cia. a riscos de crédito, de mercado, mensuração do valor justo e perdas por redução ao valor recuperável relacionados ao contas a receber de clientes e outros recebíveis está divulgada na nota explicativa nº 24.

10. Arrendamentos a receber:	31/03/23	31/03/22
Arrendamentos	129.376	116.730
Total	129.376	116.730
Ativo circulante	24.828	27.464
Ativo não circulante	104.548	89.266

A movimentação dos arrendamentos a receber está demonstrada abaixo:

	31/03/22	31/03/21
Saldo no início do exercício	116.730	79.030
Adições de novos contratos de arrendamentos	17.690	31.091
Juros	11.702	10.292
Transferência - direito de uso	21.172	1.195
Remensuração	(2.885)	31.514
Recebimentos	(27.599)	(30.869)
Baixas por distratos/alterações de contratos	(7.434)	(5.523)
Saldo no fim do exercício	129.376	116.730
Ativo circulante	24.828	27.464
Ativo não circulante	104.548	89.266

O fluxo de contratos de longo prazo apresenta vencimentos nos respectivos exercícios:

	31/03/23
01/04/2024 a 31/03/2025	20.480
01/04/2025 a 31/03/2026	17.450
01/04/2026 a 31/03/2027	14.856
01/04/2027 a 31/03/2028	12.837
01/04/2028 a 31/03/2029	11.010
01/04/2029 a 31/03/2030	9.136
01/04/2030 a 31/03/2031	7.801
01/04/2031 a 31/03/2032	4.926
01/04/2033 em diante	6.052
	104.548

11. Estoques:	31/03/23	31/03/22
Produto acabado		
Açúcar VHP	13.920	4.557
Etanol anidro	5.648	7.921
Etanol hidratado	2.139	3.026
Almoxarifado		
Almoxarifado diversos (a)	41.046	38.756
Provisão para obsolescência	(1.995)	(1.563)
Estoques em poder de terceiros	2.127	562
Total	62.885	53.259

(a) Os valores mais representativos do almoxarifado referem-se a material de consumo e estoque de insumos e defensivos agrícolas a serem utilizados nas áreas de plantio. Movimentação da provisão para obsolescência: A Cia. adota como critério a provisão de itens de almoxarifado que não apresentaram movimentação por um período superior a 365 dias. A movimentação da provisão para obsolescência está demonstrada abaixo:

	31/03/23	31/03/22
Saldo inicial	(1.563)	(1.479)
Adição	(479)	(1.016)
Reversão	47	932
Saldo final	(1.995)	(1.563)

12. Ativos biológicos: A movimentação dos ativos biológicos (cana-de-açúcar) encontra-se detalhada a seguir:

	31/03/23	31/03/22
Custo histórico	119.564	79.845
Valor justo	88.632	55.044
Saldo inicial de ativos biológicos	208.196	134.889
Adições com tratos de cana	132.291	121.882
Absorção dos custos cana colhida	(124.968)	(82.163)
Valor justo líquido de despesas estimadas de venda	(22.533)	33.588
Saldo final de ativos biológicos	192.986	208.196
Custo histórico	126.887	119.564
Valor justo	66.099	88.632
Total	192.987	208.196

Soqueira de cana-de-açúcar: As áreas cultivadas representam apenas as lavouras de cana-de-açúcar, sem considerar as terras em que estas lavouras se encontram. As seguintes premissas foram utilizadas na determinação do valor justo por meio do fluxo de caixa descontado:

	31/03/23	31/03/22
Área estimada de colheita (hectares)	35.455	33.257
Produtividade prevista (tons de cana/hectares)	85,76	87,45
Quantidade total de açúcar recuperável - ATR (kg)	140,00	138,51
Valor do Kg de ATR (R$)	1,25	1,19

A taxa de desconto utilizada no fluxo de caixa de cada período, denominada como "Custo Médio Ponderado de Capital", correspondeu a 8,98% ao ano (7,81% em 31/03/22), a qual foi revisada e aprovada pela Administração da Cia.. A Cia. está exposta a uma série de riscos relacionados às suas plantações: *Riscos regulatórios e ambientais:* A Cia. está sujeita a leis e regulamentos e estabeleceu políticas e procedimentos ambientais voltados ao cumprimento de leis ambientais e outras. A Administração conduz análises regulares para identificar riscos ambientais e para garantir que os sistemas em funcionamento sejam adequados para gerenciar esses riscos. *Riscos de oferta e demanda:* A Cia. está exposta a riscos decorrentes da flutuação de preços e do volume de venda de suas plantações. Quando possível, a Cia. administra esse risco alinhando seu volume de extração com a oferta e demanda do mercado. A Administração realiza análises regulares da tendência da indústria para garantir que a estrutura de preço da Cia. esteja de acordo com o mercado, e para garantir que os volumes projetados de extração estejam consistentes com a demanda esperada. *Riscos climáticos e outras:* As plantações da Cia. estão expostas aos riscos de danos causados por mudanças climáticas, doenças, incêndios florestais e outras forças naturais. A Cia. possuiu processos extensos em funcionamento voltados ao monitoramento e à redução desses riscos, incluindo inspeções regulares da saúde do canavial e análises de doenças e pragas da indústria. A Cia. também se assegura contra desastres naturais.

13. Impostos e contribuições a recuperar:	31/03/23	31/03/22
COFINS a recuperar	29.089	16.802
ICMS a recuperar - ativo imobilizado	5.693	5.347
PIS a recuperar	7.188	8.321
IRPJ e CSLL a recuperar	497	3.956
IRRF sobre aplicações financeiras	2.817	3.592
ICMS a recuperar	50.525	1.867
Outros impostos a recuperar	342	270
Total	96.151	40.155
Ativo circulante	76.671	20.525
Ativo não circulante	19.480	19.630

a) A Lei Complementar nº 194/2022, reduziu a zero as alíquotas do PIS e da COFINS incidentes sobre as operações que envolvem etanol, inclusive para fins carburantes, entre 23/06/22 e 31/12/22 gerando um aumento do saldo de PIS e COFINS a recuperar no exercício. PIS e COFINS: O saldo é composto por créditos originados da cobrança não cumulativa do PIS e da COFINS, referentes às aquisições de partes de peças utilizadas na manutenção das instalações industriais e da frota agrícola, serviços de manutenção das instalações industrial e agrícola, fretes e armazenamento nas operações de vendas, energia elétrica, e outros créditos, sobre aquisições de máquinas e equipamentos e edificações e construções destinados à produção. Estes créditos poderão ser compensados com outros tributos federais e não possuem prazos de prescrição. ICMS - aquisição de ativo imobilizado: O saldo é composto basicamente por créditos apurados nas operações de aquisição de bens integrantes do ativo imobilizado, que estão sendo realizados na razão de 1/48, podendo ser compensado com tributos da mesma natureza. IRRF: Corresponde ao imposto de renda na fonte sobre aplicações financeiras e antecipações no recolhimento de imposto de renda e contribuição social realizáveis mediante a compensação com impostos e contribuições federais a pagar. ICMS a recuperar: O saldo refere-se ao crédito presumido apurado sobre as vendas realizadas pela Cia., em substituição ao crédito sobre as entradas na compra de insumos. Adicionalmente, a Cia. reconheceu no exercício findo em 31/03/23 o montante de R$ 33.228 de ICMS a recuperar oriundo do crédito outorgado de ICMS concedido pelo estado de Minas Gerais, conforme Decreto 48.497/2022. Os créditos foram registrados na rubrica de outras receitas (despesas) operacionais, líquidas, conforme descrito na nota explicativa nº 28.

14. Adiantamento a fornecedores e outros ativos:

	31/03/23	31/03/22
Adiantamento a fornecedores de cana	5.229	3.851
Adiantamento a fornecedores nacionais	2.127	2.892
Outros	3.077	2.250
Total	10.433	8.993

15. Investimentos: Composição dos saldos:	31/03/23	31/03/22
Investimento avaliado pelo método de equivalência patrimonial		
CZ Energy Comercializadora de Etanol S.A.	2.613	2.591
	2.613	2.591
Outros investimentos mensurados a custo		
Outros investimentos*	4.906	3.682
	7.519	6.273

* Substancialmente composto por cotas em cooperativas. As movimentações relevantes nos investimentos da Cia. estão detalhadas conforme abaixo:

	31/03/23	31/03/22
Saldo inicial dos investimentos	6.273	2.535
Resultado de equivalência patrimonial	22	103
Aquisição outros investimentos	–	5
	6.295	2.643
Outros investimentos mensurados a custo		
Atualização de cotas de participação em cooperativas	1.224	3.630
Saldo final dos investimentos	7.519	6.273

Informações da investida:

Exercício findo em 31/03/23

31/03/23	Participação %	Ativos circulantes	Ativos não circulantes	Total de ativos	Passivos circulantes	Passivos não circulantes	Total de passivos	Patrimônio líquido	Receitas	Despesas	Lucro	Equivalência patrimonial
CZ Energy S.A.	26,00%	26.872	–	26.872	16.817	–	16.817	10.055	134.100	(134.010)	90	22
		26.872	–	26.872	16.817	–	16.817	10.055	134.100	(134.010)	90	22

Exercício findo em 31/03/22

31/03/22	Participação %	Ativos circulantes	Ativos não circulantes	Total de ativos	Passivos circulantes	Passivos não circulantes	Total de passivos	Patrimônio líquido	Receitas	Despesas	Prejuízo	Equivalência patrimonial
CZ Energy S.A.	26,00%	105.878	–	105.878	95.912	–	95.912	9.966	101.986	(101.588)	398	103
		105.878	–	105.878	95.912	–	95.912	9.966	101.986	(101.588)	398	103

16. Imobilizado:

Custo	Equipamentos industriais	Construções e edificações	Pavimentação	Veículos	Equipamentos agrícolas	Terras	Máquinas, equipamentos e ferramentas	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Imobilizações em andamento	Gastos manutenção entressafra	Cultura em formação	Outros	Total
Saldo em 31/03/21	462.562	85.144	53.780	18.145	76.779	1.080	6.944	2.111	4.466	14.581	252.409	503.349	10.549	1.491.899
Adições	3.238	4.380	–	600	12.298	–	811	1.008	1.653	18.875	82.419	80.731	628	206.641
Baixas	(151)	(3.733)	–	(1.478)	(3.877)	–	–	(8)	(18)	–	–	–	(364)	(9.629)
Transferências	1.640	4.422	9.352	–	1	–	966	51	20	(16.538)	–	–	86	–
Saldo em 31/03/22	467.289	90.213	63.132	17.267	85.201	1.080	8.721	3.162	6.121	16.918	334.828	584.080	10.899	1.688.911
Adições	2.808	287	–	1.197	12.559	–	743	410	993	35.688	92.398	124.194	807	272.084
Baixas	(856)	(1.286)	–	(822)	(7.642)	–	–	(9)	–	(2.622)	–	(254.672)	(177)	(268.086)
Transferências	9.372	3.203	8.251	–	74	–	8.072	31	9	(29.110)	–	–	98	–
Saldo em 31/03/23	478.613	92.417	71.383	17.642	90.192	1.080	17.536	3.594	7.123	20.874	427.226	453.602	11.627	1.692.909

continua →★

Jornal da Manhã

Editais e Atos Oficiais
Data: 28/07/2023

ASSINADO DIGITALMENTE
RIO GRANDE ARTES GRAFICAS LTDA
A conformidade com a assinatura pode ser verificada em:
http://serpro.gov.br/assinador-digital
SERPRO

★ continuação

Notas explicativas às demonstrações financeiras da Vale do Tijuco Açúcar e Álcool S.A.

Depreciação	Equipamentos industriais	Construções e edificações	Pavimentação	Veículos	Equipamentos agrícolas	Terras	Máquinas, equipamentos e ferramentas	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Imobilizações em andamento	Gastos manutenção entressafra	Cultura em formação	Outros	Total
Saldo em 31/03/21	(217.135)	(22.373)	(28.425)	(11.008)	(52.358)	–	(4.908)	(1.399)	(2.754)	–	(179.027)	(264.768)	(10.104)	(794.259)
Adições	(26.428)	(3.143)	(6.960)	(1.303)	(10.460)	–	(606)	(165)	(743)	–	(74.493)	(62.305)	(230)	(186.836)
Baixas	85	156	–	890	2.382	–	–	8	11	–	–	–	70	3.602
Saldo em 31/03/22	(243.478)	(25.360)	(35.385)	(11.421)	(60.436)	–	(5.514)	(1.556)	(3.486)	–	(253.520)	(327.073)	(10.264)	(977.493)
Adições	**(27.236)**	**(2.910)**	**(8.053)**	**(1.259)**	**(9.647)**	**–**	**(1.104)**	**(247)**	**(970)**	**–**	**(83.859)**	**(74.432)**	**(261)**	**(209.978)**
Baixas	**593**	**75**	**–**	**584**	**7.052**	**–**	**–**	**3**	**–**	**–**	**–**	**254.359**	**–**	**262.666**
Saldo em 31/03/23	**(270.121)**	**(28.195)**	**(43.438)**	**(12.096)**	**(63.031)**	**–**	**(6.618)**	**(1.800)**	**(4.456)**	**–**	**(337.379)**	**(147.146)**	**(10.525)**	**(924.805)**
Saldo líquido em 31/03/22	223.811	64.853	27.747	5.846	24.765	1.080	3.207	1.606	2.635	16.918	81.308	257.007	635	711.418
Saldo líquido em 31/03/23	**208.492**	**64.222**	**27.945**	**5.546**	**27.161**	**1.080**	**10.918**	**1.794**	**2.667**	**20.874**	**89.847**	**306.456**	**1.102**	**768.104**

Garantia: A Cia. concede alguns bens do ativo imobilizado em garantia de empréstimos e financiamentos, conforme descrito na nota explicativa nº 18. Análise do valor de recuperabilidade: De acordo com o CPC 01 (R1) IAS 36 - Redução ao Valor Recuperável dos Ativos, a Cia. avaliou nos exercícios findos em 31/03/23 e 2022 os indicativos de *impairment* e concluiu não haver indicativos que requeiram a necessidade de teste do valor recuperável. **17. Direito de uso sobre arrendamentos e parcerias agrícolas:** A movimentação do direito de uso sobre arrendamento e parceria agrícola está demonstrada abaixo:

Custo:	Imóveis	Máquinas e equipamentos	Veículos	Terras	Total
Saldo em 1º/04/21	–	4.158	7.325	372.098	383.581
Adições de novos contratos de direito de uso	2.809	8.772	28.263	93.639	133.483
Remensuração	2	12	79	202.894	202.987
Transferência	–	–	–	(1.195)	(1.195)
Baixas por distratos/alterações de contratos	–	–	–	(3.249)	(3.249)
Saldo em 31/03/22	2.811	12.942	35.667	664.187	715.607
Adições de novos contratos de direito de uso	–	**6.913**	**36.883**	**95.950**	**139.746**
Remensuração	–	–	–	**(7.042)**	**(7.042)**
Transferência - Cessão	–	–	–	**(21.172)**	**(21.172)**
Baixas por distratos/alterações de contratos	–	–	–	**(8.489)**	**(8.489)**
Saldo em 31/03/23	**2.811**	**19.855**	**72.550**	**723.434**	**818.650**
Amortização acumulada:					
Saldo em 1º/04/21	–	(3.666)	(2.068)	(76.507)	(82.241)
Amortização no exercício	(466)	(4.405)	(6.786)	(70.238)	(81.895)
Baixas	–	–	–	1.442	1.442
Saldo em 31/03/22	(466)	(8.071)	(8.854)	(145.303)	(162.694)
Amortização no exercício	**(560)**	(3.025)	(9.255)	(78.915)	(91.755)
Baixas	–	–	–	2.296	2.296
Saldo em 31/03/23	(1.026)	(11.096)	(18.109)	(221.922)	(252.153)
Vida útil (anos)	1 a 2	1 a 2	1 a 2	1 a 18	
Valor residual em 31/03/22	2.345	4.871	26.813	518.884	552.913
Valor residual em 31/03/23	1.785	8.759	54.441	501.512	566.497

18. Empréstimos e financiamentos: Essa nota divulga informações contratuais sobre a posição de empréstimos e financiamentos da Cia.. A nota explicativa nº 25 divulga informações adicionais com relação à exposição da Cia. aos riscos de taxa de juros e moeda.

Linha de crédito	Ref.	Moeda	Indexador	31/03/23	31/03/22
CCB	(c)	R$	CDI	**9.033**	29.160
CCB	(c)	R$	SELIC	**3.582**	6.113
CCE	(b)	R$	CDI	–	5.957
CPR	(c)	R$	CDI	–	6.950
CPR	(c)	R$	Pré-fixada	–	10.073
Debênture - CRA	(d)	R$	CDI	–	116.599
Debênture - CRA	(d)	R$	IPCA	**1.251.369**	1.183.136
Finame	(a)	R$	Pré-fixada	**3.783**	6.960
Finame	(a)	R$	TJLP	**237**	747
Finame	(a)	R$	SELIC	**181**	533
Finame	(a)	R$	TLP	**37.508**	38.256
				1.305.693	1.404.484
Custos de transação				**(37.527)**	(45.791)
Total (*)				**1.268.166**	1.358.693
Passivo circulante				**155.106**	175.401
Passivo não circulante				**1.113.060**	1.183.292

(*) As taxas médias ponderadas dos encargos financeiros são de 13,43% a.a. em 2023 (12,64% a.a. em 2022). (a) Refere-se a empréstimos contratados com o objetivo de financiar a aquisição de equipamentos industriais e agrícolas. Os empréstimos possuem carência para pagamento da primeira parcela do principal de 6 a 24 meses da data da contratação. Os contratos estão garantidos pela cessão fiduciária em alienação dos bens como objeto de financiamento. (b) Refere-se a empréstimos que foram firmados com diversas instituições financeiras e serão liquidados através de exportações efetuadas durante os exercícios de 2022. (c) Refere-se a empréstimos que foram firmados com diversas instituições financeiras e serão liquidados durante os exercícios de 2023 e 2024. (d). Referem-se a Certificados de Recebíveis do Agronegócio ("CRA"), com lastro em direitos creditórios do agronegócio da Companhia representados por debêntures não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória: A segunda e terceira emissão do CRA, captada pelo Vale do Tijuco foram integralmente liquidadas durante a safra, em outubro de 2022 e fevereiro de 2023 respectivamente. A quarta emissão ocorreu em 14/11/19, nos termos da Instrução CVM nº 400, de 29/12/03, conforme alterada, da 26ª emissão da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A. ("Oferta"), emitidos com lastro em direitos creditórios do agronegócio representados por debêntures não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, emitidas no âmbito da 4ª emissão da Vale do Tijuco Açúcar e Álcool S.A. A oferta-base correspondeu a 250.000 CRAs, com possibilidade de exercício de um lote adicional de 20%, totalizando 300.000 CRAs. A Oferta foi encerrada em 04/02/20, foram subscritos e integralizados 300.000 CRAs, todos nominativos e escriturais, com valor nominal unitário de R$1 na data de emissão, qual seja, 14/11/19, perfazendo o montante total de: R$300.000, sendo que o prazo de carência é de 4 anos e a amortização ocorrerá ao final do 4º, 5º e 6º ano. A quinta emissão ocorreu em 16/11/20, nos termos da Instrução CVM nº 400, de 29/12/03, conforme alterada, da 69ª emissão da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A. ("Oferta"), emitidos com lastro em direitos creditórios do agronegócio representados por debêntures não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, emitidas no âmbito da 5ª emissão da Vale do Tijuco Açúcar e Álcool S.A. A oferta base correspondeu a 150.000 CRAs, com possibilidade de exercício de um lote adicional de 20%, totalizando 180.000 CRAs. A Oferta foi encerrada em 21/12/20, foram subscritos e integralizados 180.000 CRAs, todos nominativos e escriturais, com valor nominal unitário de R$1 na data de emissão, qual seja, 16/11/20, perfazendo o montante total de: R$180.000, sendo que o prazo de carência é de 4 anos e a amortização ocorrerá ao final do 4º, 5º e 6º ano. A sexta emissão ocorreu em 20/12/21, nos termos da Instrução CVM nº 400, de 29/12/03, conforme alterada, da 128ª emissão da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A. ("Oferta"), emitidos com lastro em direitos creditórios do agronegócio representados por debêntures não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, emitidas no âmbito da 6ª emissão da Vale do Tijuco Açúcar e Álcool S.A. A oferta base correspondeu a 500.000 CRAs, com possibilidade de exercício de um lote adicional de 20%, totalizando 600.000 CRAs. A Oferta foi encerrada em 17/02/22, foram subscritos e integralizados 600.000 CRAs, todos nominativos e escriturais, com valor nominal unitário de R$1 na data de emissão, qual seja, 20/12/21, perfazendo o montante total de: R$600.000, sendo que o prazo de carência é de 5 anos e a amortização ocorrerá ao final do 6º e 7º ano. Os empréstimos e financiamentos possuem os seguintes vencimentos:

31/03/23	Valor Contábil	Até 12 meses	1 a 2 anos	2 a 3 anos	3 a 4 anos	4 a 5 anos	Mais de 5 anos
Empréstimos e financiamentos	1.305.693	162.565	237.742	185.019	64.801	345.314	310.252
Custos de transação	(37.527)	(7.459)	(7.440)	(6.750)	(4.651)	(4.315)	(6.912)
Empréstimos e financiamentos, líquido	**1.268.166**	**155.106**	**230.302**	**178.269**	**60.150**	**340.999**	**303.340**
31/03/22	**Valor Contábil**	**Até 12 meses**	**1 a 2 anos**	**2 a 3 anos**	**3 a 4 anos**	**4 a 5 anos**	**Mais de 5 anos**
Empréstimos e financiamentos	1.404.484	184.858	169.497	196.724	168.581	64.501	620.323
Custos de transação	(45.791)	(9.457)	(7.227)	(7.200)	(6.524)	(4.471)	(10.912)
Empréstimos e financiamentos, líquido	**1.358.693**	**175.401**	**162.270**	**189.524**	**162.057**	**60.030**	**609.411**

Cláusulas contratuais: A Cia. possui obrigações contratuais decorrentes dos contratos de financiamentos, relacionadas à manutenção de determinados índices financeiros e não financeiros estabelecidos nesses contratos (*covenants*), cujo período de apuração se dá no encerramento do exercício. A Administração possui controles tempestivos sobre esses indicadores e em 31/03/23 entende que as exigências pré-estabelecidas foram cumpridas, sendo improvável qualquer exigência por parte dos credores antes do vencimento original de longo prazo, e nem a necessidade de reclassificação.

19. Fornecedores e outras contas a pagar:	31/03/23	31/03/22
Fornecedores nacionais de materiais e serviços	**100.626**	128.464
Fornecedores de cana-de-açúcar	**48.931**	17.087
Fornecedores de cana-de-açúcar (Partes relacionadas - Nota 30)	**221**	1.430
Total	**149.778**	146.981
Passivo circulante	**138.677**	146.347
Passivo não circulante	**11.101**	634

O período de safra da cana-de-açúcar, o qual ocorre entre abril e dezembro de cada ano, em média, tem impacto direto sobre o saldo com fornecedores de cana-de-açúcar e respectivos serviços de corte, carregamento e transporte. Os valores a pagar aos fornecedores de cana-de-açúcar e a parceiros agrícolas levam em consideração a cana-de-açúcar entregue e ainda não paga, bem como o complemento de preço calculado com base no preço final de safra através do índice de Açúcar Total Recuperável (ATR) divulgado pelo Consecana - Conselho dos Produtores de Cana-de-açúcar, Açúcar e Etanol do Estado de São Paulo. A Cia. avaliou o ajuste a valor presente dos seus saldos de fornecedores nas datas de 31/03/2023 e 2022 e concluíram que os valores não geram ajustes materiais a valor presente nas demonstrações financeiras. As informações sobre a exposição da Cia. a riscos de liquidez e mensuração do valor justo relacionados a fornecedores e outras contas a pagar está divulgada na nota explicativa nº 24.

20. Arrendamentos e parcerias agrícolas a pagar:	31/03/23	31/03/22
Arrendamentos e parcerias agrícolas a pagar	**707.537**	672.381
Total	**707.537**	672.381
Passivo circulante	**145.455**	132.944
Passivo não circulante	**562.082**	539.437

A movimentação do passivo de arrendamentos e parcerias agrícolas a pagar está demonstrada abaixo:

	31/03/23	31/03/22
Saldo no início do exercício	**672.381**	347.381
Adições de novos contratos de arrendamento e direito de uso	**157.436**	164.588
Juros	**59.984**	54.752
Remensuração	**(9.927)**	234.487
Pagamentos	**(158.375)**	(121.302)
Baixas por distratos/alterações de contratos	**(13.962)**	(7.525)
Saldo final	**707.537**	672.381
Passivo circulante	**145.455**	132.944
Passivo não circulante	**562.082**	539.437

Os saldos estimados de arrendamentos e parcerias agrícolas a pagar no longo prazo possuem a seguinte composição de vencimento:

01/04/2024 a 31/03/2025	117.642
01/04/2025 a 31/03/2026	100.001
01/04/2026 a 31/03/2027	83.511
01/04/2027 a 31/03/2028	70.049
01/04/2028 a 31/03/2029	56.894
01/04/2029 a 31/03/2030	45.417
01/04/2030 a 31/03/2031	37.469
01/04/2031 em diante	51.099
	562.082

Abaixo é apresentado o direito potencial de PIS/COFINS a recuperar embutido na contraprestação dos arrendamentos:

	Arrendamentos	Valor presente
Contraprestação do arrendamento	289.960	186.510
PIS/COFINS potencial (9,25%)	(26.821)	(17.252)
Total	263.139	169.258

21. Adiantamento de clientes:	31/03/23	31/03/22
Adiantamento de clientes - açúcar (a)	**100.953**	122.617
Adiantamento de clientes - etanol	**1.174**	43.275
Adiantamento de clientes - energia	**120.001**	54.606
Outros	**272**	250
Total	**222.400**	220.748
Passivo circulante	**13.001**	196.229
Passivo não circulante	**209.399**	24.519

(a) A Cia. possui contrato de compra e venda de açúcar VHP para entrega futura, junto ao Itaú BBA Trading S.A., no volume de 89.600 (oitenta e nove mil e sessentas) toneladas. Esse adiantamento é corrigido pela CDI + 2,5 % a.a. A operação será amortizada a partir da safra 2024/25 até a safra 25/26, mediante entrega de Açúcar VHP. Os demais saldos de adiantamento referem-se substancialmente a adiantamentos de clientes de energia, que será entregue nas próximas safras mediante fluxos contratuais. **22. Provisão para demandas judiciais:** A Cia. é parte em ações judiciais e processos administrativos em andamento em tribunais e órgãos governamentais. Tais processos decorrem do desenvolvimento normal das suas atividades, envolvendo as matérias trabalhistas, cíveis, tributárias e ambientais. As provisões são reconhecidas levando em consideração a individualidade de cada processo e a classificação de perda como provável na avaliação de seus assessores internos e externos. A contrapartida do reconhecimento da obrigação é uma despesa do exercício. Essa obrigação pode ser mensurada com razoável certeza e é atualizada de acordo com a evolução dos processos judiciais e administrativos ou encargos financeiros incorridos e pode ser revertida caso a estimativa de perda não seja mais considerada provável, ou baixada quando a obrigação for liquidada. Perdas prováveis; Abaixo demonstrativo da movimentação das provisões:

	Ambientais	Trabalhistas	Tributárias	Total
Saldo inicial em 01/04/2021	71	513	1.095	1.679
Adições	3	676	–	679
Baixas	(71)	(463)	(824)	(1.358)
Saldo final em 31/03/2022	3	726	271	1.000
Saldo inicial em 01/04/2022	3	726	271	1.000
Adições	8	1.232	–	1.240
Baixas	(11)	(1.246)	(271)	(1.528)
Saldo final em 31/03/2023	–	712	–	712

Trabalhistas: A maioria das ações de natureza trabalhista tem por principais objetos de discussão: (i) diferenças de horas extras; (ii) supressão do intervalo intrajornada; (iii) adicionais de periculosidade e insalubridade; (iv) pagamento de *horas in itinere* anteriores à reforma trabalhista; e (v) preenchimento de cota destinada a portadores de necessidades especiais. *Cíveis* e *Ambientais:* Nos processos cíveis e ambientais discute-se principalmente: (i) indenização por servidão administrativa relacionada à construção de linha de energia; e (ii) indenizações em geral. *Tributários:* Refere-se principalmente à Contribuição Previdenciária Sobre a Comercialização da Produção Rural (Funrural). Perdas possíveis: A Cia. possui processos das naturezas trabalhistas, cíveis, tributárias e ambientais em andamento no montante atualizado de R$13.899 (R$11.446 em 31/03/21), cuja probabilidade de êxito foi estimada como possível, não requerendo à constituição de provisão.

Natureza	31/03/23	31/03/22
Ambiental	**4.186**	485
Cível	**4.966**	4.273
Trabalhista	**3.142**	3.580
Tributário	**1.605**	3.108
	13.899	11.446

Trabalhistas: As ações judiciais de natureza trabalhista classificadas como possível têm como principais objetos: (i) pleito de horas extras e reflexos; (ii) adicional noturno; e (iii) pedido de responsabilidade subsidiária/ solidária em verbas rescisórias, FGTS e reflexos de prestadores de serviços contratados pela Cia.. *Cíveis:* As ações cíveis versam, em sua grande maioria, sobre discussões e revisões contratuais e ação de regresso visando o ressarcimento de auxílio previdenciário. *Ambientais:* Os processos ambientais tratam de autos de infração lavrados pela SEMAD e/ou polícia ambiental decorrente discussão ambiental acerca de intervenção em área de APP e/ ou destoca de árvores esparsas. *Tributários:* Na esfera tributária se discute em especial glosa e autos de infração lavrados pela Receita Federal, sendo os principais destaques: (i) Um (1) auto de infração referente à glosa da RFB de créditos de PIS/COFINS utilizados nos anos de 2013 e 2014, referentes à cadeia não cumulativa de bens e serviços utilizados como insumos pela Cia. e bens destinados à composição do ativo imobilizado, adquiridos no período de apuração de 2011 e 2012; (ii) Dois (2) autos de infração lavrados pela Receita Federal referentes à apuração de IRRF e IOF de mútuo e adiantamento para futuro aumento de capital, todos realizados no período de apuração de 2009 a 2012. **23. Patrimônio líquido:** a) Capital social: O capital social da Cia. em 31/03/23, totalmente subscrito e integralizado, é de R$343.051, dividido em 704.813.665 ações ordinárias, nominativas. Em 31/03/23 e 2022, a Cia. não possuía capital social autorizado. Em 31/03/23 e 2022, o capital social da Cia. está distribuído da seguinte forma:

	31/03/23 Ações	31/03/23 R$	31/03/22 Ações	31/03/22 R$
Cia. Mineira de Açúcar e Álcool Participações	704.813.659	343.046	704.813.659	343.046
Ápia SP Participações S.A.	–	–	1	1
JF Investimentos S.A.	1	1	1	1
Marseille Fundo de Investimento em Participações	2	2	1	1
Rio Grande Investimento Pte Ltd.	1	1	1	1
IFAR Brazil Pte LTD.	2	1	2	1
Total	**704.813.665**	**343.051**	**704.813.665**	**343.051**

b) Reserva legal: É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. c) Reserva de incentivos fiscais: A Cia. usufrui de benefícios e incentivos fiscais do ICMS do estado de Minas Gerais, estes benefícios estão previstos em convênio CONFAZ e regularizados no decreto 47.394 de 2018, cumprindo os requisitos do artigo 10º da lei complementar 160/2017. Esses benefícios denominados subvenções são decorrentes de créditos presumido de ICMS e de diferimento de ICMS nas operações de vendas. Os valores das subvenções são contabilizados como receita e excluídos da base de cálculo da apuração de imposto de renda e contribuição social. Pela impossibilidade de destinação como dividendos, é constituída reserva para incentivos fiscais, em contrapartida à conta de lucros acumulados no montante apurado da subvenção ou até o limite do saldo de lucros a destinar, após a constituição das reservas obrigatórias. A Cia. constituiu reserva de incentivos fiscais no montante de R$ 70.860 no exercício findo em 31/03/23, restando o montante a ser constituído de R$ 77.631. d) Ajuste de avaliação patrimonial: Inclui a variação do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos designados como instrumentos de *hedge* de fluxo de caixa de suas futuras exportações (item protegido). e) Dividendos: A Cia. decidiu por meio de realização de Assembleia Geral Extraordinária (AGE) em 18/04/22, a qual foi registrada na JUCEMG em 13/05/22, aprovar a distribuição de dividendos aos acionistas no montante total de R$ 3.568 referentes aos lucros acumulados da Cia., constantes do balanço patrimonial levantado em 31/03/21, creditados contra o valor do dividendo obrigatório os pagamentos foram realizados em 18/04/22. Em 31/05/22, foi realizada uma nova AGE, onde foi deliberado sobre uma nova distribuição de dividendos aos acionistas no valor de R$ 37.545, referentes aos lucros acumulados da Cia., constantes do balanço patrimonial levantado em 31/03/22, os pagamentos foram realizados em 31/05/22. **24. Instrumentos financeiros:** a) Classificação contábil e valores justos: A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

31/03/23	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos financeiros mensurados ao valor justo						
Equivalentes de caixa	689.102	–	689.102	–	689.102	–
Aplicações financeiras	535	–	535	–	535	–
Instrumentos financeiros derivativos	132.289	–	132.289	–	132.289	–
Total	821.926	–	821.926	–	821.926	–
Ativos financeiros não mensurados ao valor justo						
Caixa e bancos	–	1.304	1.304			
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	–	16.839	16.839			
Contas a receber com partes relacionadas	–	309.449	309.449			
Arrendamentos a receber	–	129.376	129.376			
Total	–	456.968	456.968			

31/03/23	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Passivos financeiros mensurados ao valor justo						
Instrumentos financeiros derivativos	231.542	–	231.542	–	231.542	–
Total	231.542	–	231.542	–	231.542	–
Passivos financeiros não mensurados ao valor justo						
Empréstimos e financiamentos	–	1.268.166	1.268.166			
Arrendamentos e parceria agrícola a pagar	–	707.537	707.537			
Fornecedores e outras contas a pagar	–	149.778	149.778			
Total	–	2.125.481	2.125.481			

31/03/22	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos financeiros mensurados ao valor justo						
Equivalentes de caixa	796.993	–	796.993	–	796.993	–
Aplicações financeiras	2.762	–	2.762	–	2.762	–
Instrumentos financeiros derivativos	189.423	–	189.423	–	189.423	–
Total	989.178	–	989.178	–	989.178	–
Ativos financeiros não mensurados ao valor justo						
Caixa e bancos	–	84.816	84.816			
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	–	21.231	21.231			
Contas a receber com partes relacionadas	–	224.149	224.149			
Arrendamentos a receber	–	116.730	116.730			
Total	–	446.926	446.926			

31/03/22	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Passivos financeiros mensurados ao valor justo						
Instrumentos financeiros derivativos	379.822	–	379.822	–	420.466	–
Total	379.822	–	379.822	–	420.466	–
Passivos financeiros não mensurados ao valor justo						
Empréstimos e financiamentos	–	1.358.693	1.358.693			
Arrendamentos e parceria agrícola a pagar	–	672.381	672.381			
Fornecedores e outras contas a pagar	–	146.981	146.981			
Total	–	2.178.055	2.178.055			

b) Mensuração do valor justo: Os valores contábeis referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado. Não ocorreram transferências entre níveis a serem consideradas em 31/03/23, em relação às divulgações de 31/03/22. Gerenciamento de riscos financeiros: A Cia. participa de operações envolvendo instrumentos financeiros que se destinam a atender às necessidades próprias. Em 31/03/23 e 2022, a Cia. não mantém instrumentos financeiros não registrados contabilmente e não efetua operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo. Os principais riscos relacionados com a operação são os seguintes: • Risco de crédito; • Risco de liquidez; e • Risco de mercado. Essa nota explicativa apresenta informações sobre a exposição da Cia. a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Cia., políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e seu gerenciamento de capital. *Estrutura do gerenciamento de risco:* O Conselho de Administração é responsável pelo acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Cia., e os gestores de cada área se reportam regularmente ao Conselho sobre as suas atividades. As políticas de gerenciamento de risco da Cia. são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Cia. está exposta, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites definidos. As políticas e os sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Cia.. A Cia., através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetivam desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os funcionários entendem os seus papéis e suas obrigações. *Risco de crédito:* Risco de crédito é o risco da Cia. incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, falharem em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes e outros débitos, arrendamentos a receber e de instrumentos financeiros derivativos ativos conforme apresentados abaixo. *Exposição ao risco de crédito:* O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras está demonstrada abaixo:

	31/03/23	31/03/22
Caixa e equivalentes de caixa	**690.406**	881.809
Aplicações financeiras	**535**	2.762
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	**326.288**	245.380
Arrendamentos a receber	**129.376**	116.730
Instrumentos financeiros derivativos	**132.289**	189.423
Total	**1.278.894**	1.436.104
Ativo circulante	**776.927**	974.066
Ativo não circulante	**501.967**	462.038

Caixa e equivalentes de caixa: A Cia. tem como princípio trabalhar com um número reduzido de instituições financeiras e busca negócios com aquelas que apresentam maior solidez. Além disso, outra política que busca mitigar o risco de crédito é manter saldos de aplicações financeiras proporcionalmente ao saldo de empréstimos e financiamentos com cada uma das instituições. A Cia. não possui registros de perdas em caixa e equivalentes de caixa. Contas a receber de clientes: A exposição da Cia. ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada cliente. Além disso, as vendas se realizam de forma bem distribuída durante todo o exercício societário (principalmente no período de safra, que vai de março a dezembro de cada ano calendário), o que possibilita à Cia. interromper entregas a clientes que porventura se apresentarem como potencial risco de crédito. Perdas por redução no valor recuperável: A composição por vencimento dos recebíveis de clientes registrados no ativo circulante, na data das demonstrações financeiras para os quais não foram reconhecidas perdas por redução no valor recuperável, era a seguinte:

	31/03/23	31/03/22
A vencer	**326.288**	245.380
Vencidos em até 30 dias	–	–
Vencidos entre 31 e 90 dias	–	–
Vencidos entre 91 e 180 dias	–	–
Vencidos acima de 181 dias	–	–
	326.288	245.380
Provisão para perdas esperadas	–	–
	326.288	245.380

A movimentação da provisão para perdas esperadas em contas a receber é como segue:

	31/03/23	31/03/22
Saldo inicial	–	(791)
Adição	–	–
Reversão	–	791
Saldo final	–	–

A Cia. avaliou o ajuste a valor presente dos seus saldos de contas a receber de clientes nas datas de 31/03/23 e 2022 e concluíram que os valores se equiparam ao valor contábil, pois o giro do contas a receber é de curto prazo. Para os saldos com partes relacionadas as condições negociadas estão divulgadas na nota explicativa 30. Para clientes que apresentam histórico de não cumprimento de suas obrigações financeiras, a Cia. procura trabalhar com pagamentos antecipados. Garantias: A Cia. é garantidora junto a entidades financeiras e cooperativas de créditos, de operações de compra de insumos e financiamentos a serem utilizados no plantio e colheita de cana-de-açúcar de seus fornecedores. Em 31/03/23, o valor garantido totaliza R$ 22.678. A Cia. assumirá o débito de seus fornecedores, no limite da garantia prestada, em caso de não pagamento de suas obrigações. Os eventuais valores desembolsados pela Cia. para pagamento das obrigações dos fornecedores, em caso de inadimplência, serão acrescidos pela taxa de juros CDI + 4% ao ano "*pro-rata dia*" e serão descontados quando do fornecimento da cana-de-açúcar pelo fornecedor. *Risco de liquidez:* Risco de liquidez é o risco em que a Cia. irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A responsabilidade pelo gerenciamento do risco de liquidez é da Administração da Cia. e de seu Conselho de Administração, que gerencia o risco de liquidez de acordo com as necessidades de captação e gestão de liquidez de curto, médio e longo prazos mantendo linhas de crédito de captação de acordo com suas necessidades de caixa combinando os perfis de vencimento de seus ativos e passivos financeiros. A Cia. utiliza sistemas de informação e ferramentas de gestão que propiciam a condição de monitoramento de exigências de fluxo de caixa e da otimização de seu retorno de caixa em investimentos. A Cia. tem como política operar com alta liquidez para garantir o cumprimento de obrigações operacionais e financeiras pelo menos por um ciclo operacional; isto inclui o impacto potencial de circunstâncias extremas que não podem ser razoavelmente previstas, como desastres naturais e movimentos cíclicos do mercado de commodities. Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade da Cia., possam ocorrer significantemente mais cedo ou em montantes significantemente diferentes. *Exposição ao risco de liquidez:* O valor contábil dos passivos financeiros com risco de liquidez está representado abaixo:

	31/03/23	31/03/22
Empréstimos e financiamentos	**1.268.166**	1.358.693
Arrendamentos e parceria agrícola a pagar	**707.537**	672.381
Fornecedores e outras contas a pagar	**149.778**	146.981
Instrumentos financeiros derivativos	**231.542**	379.822
Total	**2.357.023**	2.557.877
Passivo circulante	**654.024**	743.088
Passivo não circulante	**1.702.999**	1.814.789

A seguir, estão os vencimentos contábeis dos passivos financeiros:

31/03/23	Valor contábil	Fluxo contratual	Até 12 meses	1 a 2 anos	2 a 3 anos	3 a 4 anos	4 a 5 anos	Mais de 5 anos
Empréstimos e financiamentos	1.268.166	1.305.693	162.564	237.742	185.020	64.800	345.314	310.253
Arrendamentos e parcerias agrícolas a pagar	707.537	1.158.521	176.856	156.298	145.258	132.919	121.091	426.099
Fornecedores e outras contas a pagar	149.778	149.778	138.677	11.101	–	–	–	–
Instrumentos financeiros derivativos	231.542	231.542	214.786	16.756	–	–	–	–
Total	2.357.023	2.845.534	692.883	421.897	330.278	197.719	466.405	736.352
31/03/22	**Valor contábil**	**Fluxo contratual**	**Até 12 meses**	**1 a 2 anos**	**2 a 3 anos**	**3 a 4 anos**	**4 a 5 anos**	**Mais de 5 anos**
Empréstimos e financiamentos	1.358.693	1.404.485	184.858	169.497	196.724	168.581	64.501	620.324
Arrendamentos e parcerias agrícolas a pagar	672.381	1.033.512	138.438	143.064	130.927	118.314	105.488	397.281
Fornecedores e outras contas a pagar	146.981	146.981	146.347	634	–	–	–	–
Instrumentos financeiros derivativos	379.822	379.822	288.396	89.226	2.200	–	–	–
Total	2.557.877	2.964.800	758.039	402.421	329.851	286.895	169.989	1.017.605

Movimentação dos passivos financeiros nas atividades de financiamentos:

	Empréstimos e financiamentos	Arrendamentos e parceria agrícola a pagar
Saldos em 1º/04/21	876.507	347.381
Adições	646.894	164.588
(–) Pagamentos	(232.332)	(121.302)
(–) Pagamentos de juros e variação cambial	(53.017)	–
Juros incorridos	120.641	54.752
Remensuração de contratos de arrendamento	–	234.487
Baixa por distratos/alterações de contratos	–	(7.525)
Saldos em 31/03/22	1.358.693	672.381
Saldos em 1º/04/22	1.358.693	672.381
Adições	**123.029**	**157.436**
(–) Pagamentos	**(254.222)**	**(158.375)**
(–) Pagamentos de juros	**(121.681)**	–
(–) Despesas diferidas	**12.112**	–
Juros incorridos	**150.190**	**59.984**
Remensuração de contratos de arrendamento	–	**(9.927)**
Baixa por distratos/alterações de contratos	–	**(13.962)**
Variação cambial	**45**	–
Saldos em 31/03/23	**1.268.166**	**707.537**

Risco de mercado: Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros têm nos resultados da Cia. ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. Por meio de suas atividades, a Cia. também é exposta a riscos financeiros decorrentes de mudança no valor do ATR (Açúcar Total Recuperável), utilizado para cálculo do valor justo do ativo biológico e do valor do açúcar VHP (*Very High Polarized*). *Risco de taxa de juros:* A Cia. está exposta a riscos relacionados às taxas de juros, em função de empréstimos e financiamentos contratados e aplicações financeiras, expostas, principalmente, à variação do CDI, Selic, IPCA, TJLP e TLP. A direção da Cia. monitora as flutuações das taxas de juros variáveis atreladas a algumas dívidas, utilizando-se de instrumentos derivativos com o objetivo de minimizar o impacto destes riscos. *Análise de sensibilidade de fluxo de caixa para instrumentos de taxa variável:* A análise de sensibilidade é determinada com base na exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros não derivativos em 31/03/23. Conforme determinado pela Instrução CVM 475/08, que requer que sejam apresentados dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável de risco considerado, apresentamos abaixo os possíveis impactos de quanto teriam aumentado (reduzido) o patrimônio e o resultado do exercício de acordo com os montantes mostrados a seguir. Esses cenários poderão gerar impactos no resultado e/ou nos fluxos de caixa futuros da Cia. conforme descrito a seguir: • Cenário I: Corresponde ao cenário considerado mais provável nas taxas de juros, na data das demonstrações financeiras; • Cenário II: Apreciação de 25% no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível verificado no cenário provável; • Cenário III: Apreciação de 50% no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível verificado no cenário provável; • Cenário IV: Deterioração de 25% no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível verificado no cenário provável; e • Cenário V: Deterioração de 50% no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível verificado no cenário provável.

Risco de taxa de juros sobre ativos e passivos financeiros:

Instrumentos	Exposição em 31/03/23	Risco	Taxa	Cenários Provável	Apreciação Variação do índice em 25%	Apreciação Variação do índice em 50%	Deterioração Variação do índice em 25%	Deterioração Variação do índice em 50%
Ativos financeiros								
Equivalentes de caixa	689.102	CDI	13,65%	94.062	23.516	47.031	(23.516)	(47.031)
Aplicações financeiras	535	CDI	13,65%	73	18	37	(18)	(37)
Passivos financeiros								
CCB	9.033	CDI	13,65%	(1.233)	(308)	(617)	308	617
CCB	3.582	SELIC	13,75%	(493)	(123)	(246)	123	246
Debenture - CRA	1.251.369	IPCA	5,60%	(70.030)	(17.508)	(35.015)	17.508	35.015
Finame	237	TJLP	7,37%	(17)	(4)	(9)	4	9
Finame	181	SELIC	13,75%	(25)	(6)	(12)	6	12
Finame	37.508	TLP	5,60%	(2.099)	(525)	(1.050)	525	1.050
Impacto no resultado e patrimônio líquido				20.238	5.060	10.119	(5.060)	(10.119)

Fonte: A informação da CDI foi extraída da base da CETIP, a TJLP e TLP foi extraída da Receita Federal e a SELIC do Banco Central do Brasil e o IPCA junto ao IBGE. Risco de câmbio: A Cia. está sujeita ao risco de câmbio (dólar norte-americano) em parte de seus contas a receber, caixa e equivalente de caixa e instrumento financeiro derivativo, tomados em moeda diferente da moeda funcional. Com relação a outros ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, a Cia. garante que sua exposição líquida é mantida a um nível aceitável, comprando ou vendendo moedas estrangeiras a taxas à vista, quando necessário, para tratar instabilidades de curto prazo. As parcelas de curto prazo dos passivos monetários denominados em moeda estrangeira estão respaldadas por ativos também denominados em moeda estrangeira (exportação de açúcar com preço fixado em moeda estrangeira). Com relação à parcela de longo prazo desses passivos, ela está respaldada pelas exportações de açúcar da Cia., que representam 100% das exportações, e possui preços denominados em moeda estrangeira e com pouca volatilidade às variações da taxa de câmbio. *Exposições a riscos cambiais:* A exposição líquida em moeda estrangeira está demonstrada no quadro a seguir, pelos montantes de principal (em US$ mil):

	31/03/23	31/03/22
Caixa e equivalentes de caixa	192	13.251
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	556	
NDF	(786)	–
Swap	–	25.000
Opções de dólar	(10.605)	–
Termo de moedas	(62.983)	(133.047)
Receita futura (VHP) - Objeto de hedge	73.588	133.047
Exposição líquida	(38)	38.251

A exposição cambial líquida demonstrada acima está substancialmente compensada com receitas altamente prováveis de exportação de produtos. *Análise de sensibilidade - risco de câmbio:* A análise de sensibilidade é determinada com base na exposição de partes dos seus contas a receber, caixa e equivalente de caixa e instrumento financeiro derivativo à variação monetária do dólar norte-americano em 31/03/23. Conforme determinado pela Instrução CVM 475/08, que requer que sejam apresentados dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável de risco considerado, apresentamos abaixo os possíveis impactos de quanto teriam aumentado (reduzido) o patrimônio e o resultado do exercício de acordo com os montantes mostrados a seguir. Esses cenários poderão gerar impactos no resultado e/ou nos fluxos de caixa futuros da Cia. conforme descrito a seguir: • Cenário I: Para o cenário provável em dólar norte-americano foi considerada a taxa de câmbio da data de 31/03/23; • Cenário II: Apreciação de 25% no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível verificado no cenário provável; • Cenário III: Apreciação de 50% no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível verificado no cenário provável; • Cenário IV: Deterioração de 25% no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível verificado no cenário provável; e • Cenário V: Deterioração de 50% no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível verificado no cenário provável.

Cenários	US$ mil	R$ (MTM)	Apreciação (R$) 25%	Apreciação (R$) 50%	Deterioração (R$) 25%	Deterioração (R$) 50%
Instrumentos financeiros não derivativos						
Caixa e equivalente de caixa	192	977	244	488	(244)	(489)
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	556	2.825	706	1.413	(706)	(1.413)
Instrumentos financeiros derivativos						
NDF	(786)	(200)	954	1.909	(954)	(1.909)
Opções de dólar	(10.605)	(312)	(78)	(156)	78	156
Termo de moedas	(62.983)	56.719	(80.929)	(158.964)	75.140	153.174
Receita futura (VHP) - Objeto de hedge	73.588	(56.407)	81.007	159.120	(75.218)	(153.330)
Impacto no resultado e patrimônio líquido	(38)	3.602	1.904	3.810	(1.904)	(3.811)

As informações utilizadas para a apuração da análise de sensibilidade apresentada acima foram obtidas junto as fontes externas de mercado, como Bloomberg e B3. *Risco de preço:* Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos principais produtos comercializados pela Cia.. Essas oscilações de preços podem provocar alterações substanciais nas receitas de vendas, principalmente relacionados à exportação de Açúcar VHP. Para mitigar esse risco, a Cia. realiza constante monitoramento do mercado para antecipar-se a movimentos de preços. *Exposições a riscos de preço:* A exposição líquida dos instrumentos derivativos para hedge de preço do açúcar VHP está demonstrada no quadro a seguir, pelos montantes de principal (em US$ mil):

	31/03/23	31/03/22
Termo de *commodities*	**(59.676)**	160.475
Opções	**(1.102)**	773
Receita futura (VHP) - Objeto de hedge	**60.778**	(161.248)
Exposição líquida	–	–

Análise de sensibilidade - risco de preço: A análise de sensibilidade abaixo é determinada com base na exposição dos instrumentos financeiros derivativos de termo de commodities à variação de preços de exportação baseados na curva futura dos preços de tela NY#11 em 31/03/23. Abaixo foram apresentados dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável de risco considerado os possíveis impactos de quanto teriam aumentado (reduzido) o patrimônio e o resultado do exercício da Cia., conforme descrito a seguir: • Cenário I: Para o cenário provável aumento nos preços futuros na posição da data de 31/03/23; • Cenário II: Apreciação de 25% no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível verificado no cenário provável; • Cenário III: Apreciação de 50% no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível verificado no cenário provável; • Cenário IV: Deterioração de 25% no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível verificado no cenário provável; e • Cenário V: Deterioração de 50% no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível verificado no cenário provável.

Cenários	USD	R$ (MTM)	Apreciação (R$) 25%	Apreciação (R$) 50%	Deterioração (R$) 25%	Deterioração (R$) 50%
Termo de *commodities*	(59.676)	(173.268)	(121.285)	(240.831)	117.806	237.352
Opções	(1.102)	(3.882)	(970)	(1.941)	970	1.941
Receita futura (VHP) - Objeto de hedge	60.778	177.150	122.255	242.772	(118.776)	(239.293)
Impacto no resultado e patrimônio líquido	–	–	–	–	–	–

Contabilidade de hedge: Hedge de fluxo de caixa envolvendo as exportações da Cia. A Cia. adota uma estrutura de *hedge accounting* de fluxo da caixa que consiste na cobertura de uma transação prevista, altamente provável, de exportação em moeda estrangeira (dólar norte-americano - US$), contra o risco cambial de flutuação de taxa de câmbio US$ versus R$, usando como instrumento de cobertura, instrumentos financeiros não derivativos como ACC (Adiantamento de Contratos de Câmbio) e NCE (Nota de Crédito à Exportação) e derivativos como NDF (*Non-Deliverable Forward*), em valores e vencimentos equivalentes as exportações. Abaixo está demonstrada a relação de *hedge* designada para *hedge accounting*:

	31/03/23 Realizado resultado	31/03/23 Não realizado (patrimônio líquido)	31/03/22 Realizado resultado	31/03/22 Não realizado (patrimônio líquido)
Termo de moeda, *commodities e opções*	(178.254)	(120.742)	(140.367)	(297.696)
NDF	–	–	(96.918)	–
Exposição total	(178.254)	(120.742)	(237.285)	(297.696)
(–) IR/CS diferidos	60.606	41.052	80.677	79.862
Exposição líquida	(117.648)	(79.690)	(156.608)	(217.834)

A parcela efetiva da variação no valor justo de derivativos designados e qualificados como *hedge* de fluxo de caixa, e não liquidados, bem como a variação cambial dos instrumentos de *hedge* não derivativos é reconhecida no patrimônio líquido como "Ajustes de avaliação patrimonial". Esta parcela é realizada quando da eliminação do risco para o qual os instrumentos de *hedge* foram designados. Quando da liquidação dos instrumentos financeiros, os ganhos e as perdas previamente diferidos em outros resultados abrangentes são transferidos para o resultado. Instrumentos financeiros derivativos: A Cia. está exposta ao risco cambial do fluxo de caixa futuro em moeda estrangeira, devido à receita proveniente de exportações de açúcar. Com o objetivo de mitigar este risco, a Cia. adota procedimentos de cobertura baseada na exposição cambial calculada pelo valor dos créditos comerciais para os próximos 12 meses, revistos mensalmente. A cobertura do fluxo de caixa futuro é analisada e discutida pelo Conselho de Administração da Cia., que aprova e autoriza a contratação e designação de instrumentos financeiros derivativos para a contabilidade de *hedge*. O quadro abaixo apresenta todas as operações de instrumentos financeiros derivativos contratados, assim como os respectivos valores justos calculados pela Administração da Cia.:

	Tipo Moeda	31/03/23 Nocional (US$/R$ mil)	31/03/23 Valor justo (R$)	31/03/22 Nocional (US$/R$ mil)	31/03/22 Valor justo (R$)
Swap	US$	–	–	25.000	(20.064)
Swap	R$	**967.784**	**21.690**	911.786	64.550
Termo de *commodities* - VHP	US$	**59.676**	**(173.268)**	160.475	(288.344)
Termo de moedas	US$	**62.983**	**56.719**	133.047	55.658
NDF	US$	**786**	**(200)**	–	–
Opções VHP	US$	**1.102**	**(3.882)**	–	–
Opções de dólar	US$	**10.605**	**(312)**	773	(2.199)
Total			**(99.253)**		(190.399)
Ativo circulante			**42.788**		37.996
Ativo não circulante			**89.501**		151.427
			132.289		189.423
Passivo circulante			**(214.786)**		(288.396)
Passivo não circulante			**(16.756)**		(91.426)
			(231.542)		(379.822)

Os instrumentos financeiros derivativos possuem os seguintes vencimentos:

31/03/23	Tipo	Nocional	Valor Contábil	Até 12 meses	1 a 2 Anos	2 a 3 Anos	3 a 4 Anos	4 a 5 Anos	Acima de 5 Anos
Swap	R$	967.784	21.690	(53.880)	(19.894)	(8.406)	(21.005)	54.144	70.731
Termo de *commodities*	US$	59.676	(173.268)	(160.432)	(12.836)	–	–	–	–
Termo de moedas	US$	62.983	56.719	42.788	13.931	–	–	–	–
NDF	US$	786	(200)	(162)	(38)	–	–	–	–
Opções VHP	US$	1.102	(3.882)	–	(3.882)	–	–	–	–
Opções de dólar	US$	10.605	(312)	(312)	–	–	–	–	–
Total			(99.253)	(171.998)	(22.719)	(8.406)	(21.005)	54.144	70.731
31/03/22	**Tipo**	**Nocional**	**Valor Contábil**	**Até 12 meses**	**1 a 2 Anos**	**2 a 3 Anos**	**3 a 4 Anos**	**4 a 5 Anos**	**Acima de 5 Anos**
Swap	US$	25.000	(20.064)	(20.064)	–	–	–	–	–
Swap	R$	911.786	64.550	(46.446)	(8.564)	6.515	12.941	(14.587)	114.691
Termo de *commodities* - VHP	US$	160.475	(288.344)	(199.118)	(89.226)	–	–	–	–
Termo de moedas	US$	133.047	55.658	15.227	31.342	9.089	–	–	–
Opções	US$	773	(2.200)	–	–	(2.200)	–	–	–
Total			(190.400)	(250.401)	(66.448)	13.404	12.941	(14.587)	114.691

Resultado com instrumentos financeiros derivativos: A Cia. efetuou registro dos ganhos e perdas oriundos dessas operações no resultado do exercício. Em 31/03/2023 e 2022, os impactos contabilizados no resultado estão demonstrados a seguir:

Derivativo	Mercado	Risco	31/03/23	31/03/22
Termo de moedas e *commodities*	CETIP/ICE	USD	**(178.254)**	(140.367)
NDF Etanol	CETIP	ETH	–	(96.917)
Receita bruta de vendas e serviços			**(178.254)**	(237.284)
NDF	CETIP	USD	**(200)**	5.426
Swap	CETIP	USD	**(25.336)**	(4.090)
Termo de moedas e commodities - inefetivo			**(10.173)**	(4.508)
			(35.709)	(3.172)
Total			**(213.963)**	(240.456)
(–) IR/CS			**72.747**	81.755
Efeito líquido no resultado			**(141.216)**	(158.701)

c) Gestão de capital: A Cia. administra a gestão capital, para assegurar que ela possa continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximiza o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio. A estrutura de capital da Cia. é formada pelo endividamento líquido (empréstimos e financiamentos e arrendamentos e parceria agrícola a pagar, deduzidos pelo caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e pelo seu patrimônio líquido). A Administração revisa periodicamente a estrutura de capital da Cia.. Como parte dessa revisão, a Administração considera o custo de capital, a liquidez dos ativos, os riscos associados a cada classe de capital e o grau de endividamento.

	31/03/23	31/03/22
Empréstimos e financiamentos	**1.268.166**	1.358.693
Arrendamentos e parceria agrícolas a pagar	**707.537**	672.381
(–) Caixa e equivalentes de caixa	**(690.406)**	(881.809)
(–) Aplicações financeiras	**(535)**	(2.762)
Dívida líquida	**1.284.762**	1.146.503
Patrimônio líquido	**516.193**	344.542
Patrimônio líquido e dívida líquida	**1.800.955**	1.491.076
Coeficiente de alavancagem	**2,49**	3,33

25. Imposto de renda e contribuição social diferidos:

	Ativo (Passivo) 31/03/23	Ativo (Passivo) 31/03/22	Resultado 2023	Resultado 2022	Patrimônio líquido 31/03/23	Patrimônio líquido 31/03/22
Provisão para demandas judiciais/atuarial	**242**	338	**(96)**	(433)	–	(132)
Provisão para perdas esperadas	–	–	–	(272)	–	–
Provisão para perdas com estoques	**678**	531	**147**	29	–	–
Efeitos de contratos de *swap*	**(7.374)**	(15.125)	**7.751**	(1.922)	–	–
Prejuízo fiscal e base negativa (a)	**123.277**	126.185	**(2.908)**	93.238	–	–
Valor justo do ativo biológico	**(22.474)**	(30.135)	**7.661**	(18.174)	–	–
Efeitos de contratos de ACC/NCE	**22**	4.453	**(4.431)**	(16.619)	–	–
Efeitos de contratos opções	**1.426**	748	–	–	**678**	748
Efeitos de contratos de *forward*	**39.695**	57.758	**21.424**	(21.219)	**(39.487)**	(42.388)
Efeitos contratos de forward etanol	–	–	–	–	–	(12.516)
Efeitos de diferença depreciação fiscal x vida útil	**(5.761)**	(9.498)	**3.737**	(501)	–	–
Efeito variação da adoção do CPC 06(R2)	**21.257**	12.354	**8.903**	7.766	–	–
Líquido	**150.988**	147.609	**42.188**	41.893	**(38.809)**	(54.288)

(a) A Administração da Cia. reconheceu IR e CS diferidos ativos sobre prejuízos fiscais do IR e base negativa de CS com base na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros. A Cia. não possui saldo remanescente de IR e CS diferidos sobre prejuízo fiscal do IR e base negativa de CS não registrado. O IR e a CS diferidos ativos foram constituídos em decorrência de estudos preparados pela Administração, demonstrando a geração de lucros tributáveis futuros em montante suficiente à realização total desses em um prazo máximo de dez anos. A Cia. levou em consideração ainda o aumento da lucratividade e da base tributável nos últimos exercícios. A realização esperada dos impostos diferidos em 31/03/23 é como segue:

01/04/2023 a 31/03/2024	11.217
01/04/2024 a 31/03/2025	18.617
01/04/2025 a 31/03/2026	23.970
01/04/2026 a 31/03/2027	24.275
01/04/2027 a 31/03/2028	24.353
01/04/2028 a 31/03/2033	48.556
	150.988

Reconciliação da taxa efetiva	2023	2022
Lucro antes do IR e CS	**69.198**	120.711
Alíquota nominal	**34%**	34%
Despesa com imposto à alíquota nominal	**(23.527)**	(41.042)
Ajustes para apuração da alíquota efetiva:		
Compensação de prejuízo fiscal e base negativa no exercício	–	66.919
Subvenções	**24.412**	18.834
Outras	**4.507**	(4.208)
IR e CS	**5.392**	40.503
Corrente	**(36.796)**	(1.390)
Diferido	**42.188**	41.893

A alíquota nominal dos impostos é de 34% sobre o lucro ajustado conforme a legislação vigente do Brasil para o lucro tributável anual. As diferenças temporárias dedutíveis e os prejuízos fiscais acumulados não prescrevem de acordo com a legislação tributária vigente. **26. Receita líquida:** As receitas operacionais da Cia. são compostas pela venda de açúcar e etanol para o mercado interno e externo e energia elétrica.

	2023	2022
Receita bruta de vendas e serviços:		
Etanol mercado interno	**528.301**	628.163
Etanol mercado externo	**67.802**	62.930
Açúcar mercado interno	**48**	696
Açúcar mercado externo	**750.508**	574.273
Hedge accounting (nota 24)	**(178.254)**	(237.285)
Energia elétrica	**83.921**	89.853
CBIOs	**24.919**	9.268
Outras receitas	**8.763**	5.077
Receita bruta	**1.286.008**	1.132.975
Impostos sobre vendas	**(36.069)**	(83.483)
Receita líquida	**1.249.939**	1.049.492

Compromissos com Contratos - Açúcar Mercado Externo: A Cia. opera principalmente no mercado de commodities e possui diversos acordos no mercado de açúcar, através dos quais se compromete a vender volumes desses produtos em safras futuras. Os compromissos de venda de açúcar, em 31/03/23, estão demonstrados abaixo em toneladas (t) conforme cronograma por safras:

Safra	Vale do Tijuco
23-24	336.874
24-25	127.000
25-26	120.000
26-27	120.000
Total geral	**703.874**

Etanol mercado interno: A Cia. possui compromissos firmados para venda de etanol hidratado para safra 2022/2023, conforme demonstrado abaixo em metros cúbicos (m³):

	Vale do Tijuco
Anidro	14.522
Hidratado	4.628
Total geral	**19.150**

Energia elétrica: A Vale do Tijuco possui contrato de fornecimento de energia elétrica junto à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, firmado através de leilão promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, prevê o fornecimento de 876.000 Mwh, durante o período compreendido entre abril de 2010 e março de 2025, com correção monetária pelo IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo. A Cia. também possui contratos de venda de energia com outras empresas até a safra 2024/2025. Segue abaixo o fluxo das entregas para as próximas safras em Mwh:

Safra	Vale do Tijuco
2023/2024	111.320
2024/2025	111.320
2025/2048	50.000
Total	**272.640**

Arrendamentos e contratos de parceria agrícola: A Vale do Tijuco possui contratos de arrendamento de terras e parceria para cultivo de cana-de-açúcar, cujos direitos de uso foram reconhecidos conforme demonstrado na nota explicativa 10, e os passivos relacionados estão demonstrados na nota explicativa 20. **27. Gastos por natureza:** A Cia. apresentou as demonstrações do resultado utilizando uma classificação das despesas baseada na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas nas demonstrações do resultado são apresentadas a seguir:

	2023	2022
Custo das vendas e serviços		
Amortização tratos	**(122.921)**	(80.268)
Amortização do plantio	**(69.912)**	(60.968)
Compra de cana fornecedor na esteira	**(227.965)**	(229.336)
Amortização do direito de uso e parcerias agrícolas	**(87.684)**	(85.211)
Depreciação	**(43.640)**	(42.587)
Amortização de entressafra	**(83.219)**	(73.292)
Custos com corte, carregamento e transporte (CCT)	**(166.080)**	(130.957)
Custos industriais	**(59.578)**	(41.433)
Custo de serviços prestados	**(10.730)**	(5.084)
Outros custos	**(419)**	(433)
Variação do valor justo de ativos biológicos	**(22.533)**	33.588
Créditos de PIS e COFINS sobre insumos	**34.929**	27.239
Total	**(859.752)**	(688.742)
Despesas com vendas	**2023**	**2022**
Fretes e carretos	**(78.790)**	(57.409)
Tarifas decorrentes da distribuição de energia elétrica	**(4.909)**	(6.114)
Despesas com pessoal	**(931)**	(2.487)
Outras despesas comerciais	**(5.697)**	(5.010)
Depreciação e amortização	**(1.508)**	(1.597)
Total	**(91.835)**	(72.617)
	2023	**2022**
Despesas administrativas		
Despesas com pessoal	**(3.610)**	(16.920)
Serviços de terceiros	**(6.996)**	(11.577)
Serviços compartilhados	**(12.192)**	(1.932)
Licenças e sistemas	**(4.600)**	(2.655)
Outras despesas administrativas	**(5.172)**	(1.801)
Depreciação e amortização	**(2.050)**	(2.099)
Total	**(34.620)**	(36.984)

28. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas:	2023	2022
Outras receitas (despesas) líquidas:		
Crédito outorgado de ICMS	**33.228**	–
Outros investimentos	–	3.063
Resultado venda de produtos do almoxarifado	**2.846**	3.425
Baixa de subarrendamento	**336**	196
Outras receitas e despesas	**(4.057)**	8.076
Total	**32.353**	14.760

29. Resultado financeiro, líquido:	2023	2022
Despesas financeiras:		
Juros sobre empréstimos e financiamentos	**(150.190)**	(120.647)
IOF	**(1.114)**	(1.040)
Perdas com ajuste a valor justo - derivativos	**(60.207)**	(88.903)
Perdas efetivas - liquidação de operações - derivativos	**(78.889)**	(21.430)
Variação cambial passiva	**(48.788)**	(33.541)
Outras despesas financeiras	**(10.428)**	(13.640)
Juros sobre arrendamentos	**(57.647)**	(51.594)
Tarifas bancárias	**(12.451)**	(9.767)
Total	**(419.714)**	(340.562)
Receitas financeiras:		
Ganhos com ajuste a valor justo - derivativos	**37.210**	106.102
Rendimentos sobre aplicações financeiras	**35.236**	17.626
Ganhos efetivos - liquidação de operações - derivativos	**66.177**	1.060
Variação cambial ativa	**36.863**	56.805
Outras receitas financeiras	**5.617**	3.376
Juros sobre arrendamentos	**11.702**	10.292
Total	**192.805**	195.261
Resultado financeiro, líquido	**(226.909)**	(145.301)

30. Partes relacionadas: a) Remuneração do pessoal-chave da Administração: O pessoal-chave da Administração do Grupo CMAA é composto pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração. Os montantes referentes à remuneração do pessoal-chave da Administração durante o exercício findo em 31/03/23, a título de benefícios de curto prazo foram de R$7.486 (R$6.385 em 31/03/22), registrados no grupo de despesas administrativas e gerais, e incluem salários, bônus, remunerações variáveis e benefícios diretos e indiretos. A assembleia geral aprovou o montante de remuneração global anual dos administradores no total de R$ 9.720 para os exercícios findos em 31/03/23 e 2022, entretanto o valor está sujeito a alterações conforme política de bonificação aprovada pelo Grupo. b) Principais saldos de transações: As transações efetuadas junto às partes relacionadas, excetuando a compra de matéria-prima, a qual é feita de acordo com o preço de mercado, são realizadas com base em condições negociadas entre a Cia. e as partes relacionadas, as quais poderiam ser diferentes caso fossem realizadas com partes não relacionadas. Os saldos com partes relacionadas, que são compostos por transações com os acionistas ou empresas ligadas aos acionistas, estão apresentados como seguem:

Ativo circulante		31/03/23	31/03/22
Créditos com partes relacionadas			
Vale do Pontal Açúcar e Etanol S.A.	(i)	**972**	1.594
Terra Forte Empreendimentos e Participações S.A.	(i)	**762**	1.410
Canápolis Açúcar e Etanol S.A.	(i)	**25**	133
		1.759	3.137
Ativo não circulante			
Companhia Mineira de Açúcar e Álcool		–	1.337
Vale do Pontal Açúcar e Etanol S.A.	(ii)	**122.510**	59.667
Canápolis Açúcar e Etanol S.A.	(ii)	**185.180**	150.330
Terra Forte Empreendimentos e Participações S.A.		–	9.706
		307.690	221.040
Direito de uso sobre parcerias agrícolas			
Terra Forte Empreendimentos e Participações	(iv)	**126.470**	138.992
		126.470	138.992
Total ativos		**435.919**	363.169

continua ★

Jornal da Manhã
Editais e Atos Oficiais
Data: 28/07/2023

ASSINADO DIGITALMENTE
RIO GRANDE ARTES GRAFICAS LTDA
A conformidade com a assinatura pode ser verificada em:
http://serpro.gov.br/assinador-digital
SERPRO

→ continuação

Passivo não circulante		31/03/23	31/03/22
Canápolis Açúcar e Etanol S.A.	(iii)	69	–
Vale do Pontal Açúcar e Etanol S.A.	(iii)	152	–
		221	–
Arrendamentos e parceria agrícola a pagar			
Terra Forte Empreendimentos e Participações	(iv)	119.709	140.422
Total arrendamentos e parceria agrícola a pagar		119.709	140.422
Total de passivos		119.930	140.422

	2023	2022
Resultado		
Vendo de produtos e prestação de serviços		
CZ Energy Comercializadora de Etanol S.A.	3.142	74.676
	3.142	74.676

Amortização Direito de Uso e Juros Apropriados

	2023	2022
Terra Forte Empreendimentos e Participações S.A.	(23.581)	(26.247)
	(23.581)	(26.247)
Juros sobre mútuos		
Terra Forte Empreendimentos e Participações S.A.	3.757	729
	3.757	729

(i) Montante referente a vendas de insumos agrícolas e ativos entre partes relacionadas. (ii) Mútuo entre Usina Canápolis Açúcar e Etanol S.A., Vale do Pontal Açúcar e Álcool Ltda e a Cia., sem incidência de juros. (iii) *Montante referente à compra de insumos agrícolas, ativos entre partes relacionadas. (iv) Montante referente a direito de uso e passivo de arrendamento com a parte relacionada Terra Forte Empreendimentos. A Vale do Tijuco concede garantias financeiras para operações de fornecedores, conforme descrito na nota explicativa nº 24. 31. **Informações suplementares aos fluxos de caixa:** a) Transações que não afetaram o caixa:*

Transações que não afetaram caixa	2023	2022
Direito de uso	132.704	333.468
Cessão de arrendamentos e parcerias agrícolas a receber	14.805	37.701
Depreciação de imobilizado capitalizados como ativo biológico	3.685	–
Depreciação de imobilizado capitalizados como imobilizado - cultura permanente	4.746	–
Juros sobre arrendamentos capitalizados como imobilizado - cultura permanente	2.337	–
Amortização de direito de uso capitalizados como imobilizado - cultura permanente	6.387	–

32. Cobertura de seguros: A Cia. adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Em 31/03/23, a Cia. possui cobertura de seguros por valores considerados suficientes pela sua Administração para cobrir eventuais perdas, os quais se encontram demonstrados a seguir:

Bens segurados	Importância segurada
Responsabilidade civil	60.000
Penhor rural	12.027
Benfeitorias	128.856
Veículos	100% tabela FIPE
Patrimonial	400.000
D&O (Alta Administração)	30.000

33. Eventos subsequentes: A Companhia decidiu por meio de realização de Assembleia Geral Extraordinária (AGE) em 26 de abril de 2023, aprovar a distribuição de dividendos aos acionistas no montante total de R$ 60.000, a serem creditados contra as reservas de lucro. Os dividendos ora aprovados foram distribuídos aos acionistas de forma proporcional à participação de cada um deles no capital social da Cia.

Conselho de Administração

Conselheiros

José Francisco de Fátima Santos - *Presidente*
Luiz Gustavo Turchetto Santos **Moleonoto Tjang**
Hansjorg Suelzle **Surjadi Tirtarahardia**
Mark Julian Wakeford

Diretoria Executiva

Carlos Eduardo Turchetto Santos **Jeferson Degaspari**
Alisson Venturini Colonhezi **Eduardo Scandiuzzi Lopes**
Marcelo Bosquetti

Contador:
Fernando Pereira Falheiros - CRC/GO nº GO-026087/O-4

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da **Vale do Tijuco Açúcar e Álcool S.A.** - Uberaba - MG. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Vale do Tijuco Açúcar e Álcool S.A. ("Cia.") que compreendem o balanço patrimonial em 31/03/23 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cia. em 31/03/23, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Cia., de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Cia. continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Cia. ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Cia. são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cia. a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Goiânia, 07 de julho de 2023

EY Building a better working world

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S. Ltda.
CRC SP-015199/F
Wagner dos Santos Junior
Sócio - Contador - CRC-SP-216386/O-T

Vale do Pontal Açúcar e Etanol S.A.

CNPJ nº 08.057.019/0001-86

Demonstrações Financeiras - Exercícios Findos em 31/03/23 e 31/03/22 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Balanços Patrimoniais	Nota	31/03/23	31/03/22
Ativo			
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	7	**36.211**	3.319
Aplicações financeiras	8	**2.422**	3.719
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	9	**7.210**	13.398
Arrendamentos a receber	10	**34.867**	38.339
Estoques	11	**37.814**	24.323
Ativo biológico	12	**60.758**	42.849
Impostos e contribuições a recuperar	13	**39.351**	11.061
Adiantamento a fornecedores e outros ativos	14	**17.532**	3.323
Instrumentos financeiros derivativos	23	**28.170**	14.966
Total do ativo circulante		**264.335**	155.297
Ativo não circulante			
Aplicações financeiras	8	**–**	2.325
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	9	**11.103**	13.012
Arrendamentos a receber	10	**185.134**	229.161
Impostos e contribuições a recuperar	13	**4.772**	3.419
Depósitos judiciais		**149**	126
Instrumentos financeiros derivativos	23	**5.952**	24.820
IR e CS diferidos	24	**53.231**	61.350
Investimentos		**1.046**	738
Imobilizado	15	**364.771**	275.343
Intangível		**1.357**	1.765
Direito de uso	16	**262.505**	247.177
Total do ativo não circulante		**890.020**	859.236
Total do ativo		**1.154.355**	1.014.533

Balanços Patrimoniais	Nota	31/03/23	31/03/22
Passivo e patrimônio líquido			
Passivo circulante			
Empréstimos e financiamentos	17	**69.756**	29.728
Fornecedores e outras contas a pagar	18	**69.644**	47.998
Arrendamentos e parcerias agrícolas a pagar	19	**78.730**	85.548
Adiantamento de clientes	20	**12.129**	15.690
Instrumentos financeiros derivativos	24	**91.853**	106.512
Provisões e encargos trabalhistas		**11.582**	9.218
Obrigações fiscais		**1.565**	3.033
Outros passivos		**6**	4
Total do passivo circulante		**335.265**	297.731
Passivo não circulante			
Empréstimos e financiamentos	17	**251.177**	172.658
Fornecedores e outras contas a pagar	18	**6.366**	148
Arrendamentos e parcerias agrícolas a pagar	19	**369.944**	390.340
Adiantamento de clientes	20	**40.365**	10.508
Instrumentos financeiros derivativos	23	**7.285**	51.181
Provisões para demandas judiciais	21	**–**	459
Empréstimos com partes relacionadas	29	**122.510**	59.667
Obrigações fiscais		**757**	–
Total do passivo não circulante		**798.404**	684.961
Patrimônio líquido	22		
Capital social		**63.077**	63.077
Reservas de lucros		**454**	55.858
Ajuste de avaliação patrimonial		**(42.845)**	(87.094)
Total do patrimônio líquido		**20.686**	31.841
Total do passivo e patrimônio líquido		**1.154.355**	1.014.533

Demonstrações dos Resultados	Nota	2023	2022
Receita líquida	25	528.283	379.427
Custo das vendas e serviços	26	(439.653)	(328.744)
Lucro bruto		88.630	50.683
Despesas com vendas	26	(41.144)	(30.785)
Despesas administrativas	26	(13.084)	(9.664)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	27	20.638	4.356
		(33.590)	(36.093)
Lucro antes do resultado financeiro e IR e CS		55.040	14.590
Despesas financeiras	28	(90.564)	(77.225)
Receitas financeiras	28	34.193	31.788
Resultado financeiro, líquido		(56.371)	(45.437)
Prejuízo antes do IR e CS		(1.331)	(30.847)
IR e CS corrente	24	(8.113)	1.437
IR e CS diferido	24	9.898	13.838
		1.785	15.275
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		454	(15.572)

Demonstrações dos Resultados Abrangentes	2023	2022
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	454	(15.572)
Outros resultados abrangentes a serem reclassificados para o resultado em exercícios subsequentes:		
Ganhos (perdas) líquidas de hedge de fluxo de caixa - Efetivas	9.275	(9.275)
Ganhos líquidos de hedge de fluxo de caixa - Futuras	52.990	14.873
Passivo atuarial - plano de saúde	–	160
Efeitos fiscais sobre ganhos de hedge passivo atuarial	(18.017)	(5.111)
Resultado abrangente total	44.702	(14.925)

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	Capital social	Reserva legal	Reservas de lucros: Reserva de incentivos fiscais	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total patrimônio líquido
Saldo em 1º/04/2021	63.077	–	85.123	(87.741)	–	60.459
Ganhos líquidos de hedge de fluxo de caixa	–	–	–	541	–	541
Reversão do passivo atuarial	–	–	–	106	–	106
Prejuízo líquido do exercício	–	–	–	–	(15.572)	(15.572)
Absorção de reserva de incentivos fiscais	–	–	(15.572)	–	15.572	–
Distribuição de dividendos	–	–	(13.691)	–	–	(13.691)
Outros	–	–	(2)	–	–	(2)
Saldos em 31/03/22	63.077	–	55.858	(87.094)	–	31.841
Saldo em 1º/04/22	63.077	–	55.858	(87.094)	–	31.841
Ganhos líquidos de hedge de fluxo de caixa	–	–	–	44.249	–	44.249
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	454	454
Constituição de reserva legal	–	23	–	–	(23)	–
Constituição de reserva de incentivos fiscais	–	–	431	–	(431)	–
Distribuição de dividendos	–	–	(55.858)	–	–	(55.858)
Saldos em 31/03/23	63.077	23	431	(42.845)	–	20.686

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

	2023	2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo antes do IR e CS	(1.331)	(30.847)
Ajustes para conciliar o resultado:		
Juros sobre arrendamentos	21.778	14.432
Variação do valor justo dos ativos biológicos	(1.688)	(4.396)
Depreciação e amortização	155.419	118.059
Resultado na alienação de ativo imobilizado	(559)	722
Juros sobre empréstimos e financiamentos	32.453	20.419
Apropriação de custos de transação	959	–
IOF sobre créditos com partes relacionadas	6.672	1.611
Variação cambial e correção monetária	15	(3.225)
Provisão (Reversão) para perdas esperadas	–	(531)
Provisão (Reversão) para perdas de obsolescência	(534)	149
Reversão para demandas judiciais	(459)	(90)
Variação cambial e correção monetária de clientes	(535)	(909)
Atualização de outros investimentos	(308)	(735)
Baixa dos contratos de arrendamento e aluguéis	–	(1.284)
Reversão de passivo atuarial	–	(2.148)
Crédito outorgado de ICMS	(17.015)	–
Ganhos (Perdas) não realizados com instrumentos financeiros derivativos	98	–
Variação cambial e correção monetária de adiantamento de clientes	(365)	–
Outros	(584)	1.824
	194.016	113.051
Redução (aumento) em contas a receber de clientes e outros recebíveis	8.633	48.874
Redução (aumento) em instrumentos financeiros	9.275	(9.120)
Redução (aumento) em estoques	(12.506)	(9.601)
Redução (aumento) em impostos e contribuições a recuperar	(12.628)	(2.235)
Redução (aumento) em adiantamento a fornecedores e outros ativos	1.365	7.761
(Redução) aumento em fornecedores e outras contas a pagar	31.120	(22.010)
(Redução) aumento em provisões e encargos trabalhistas	2.364	500
(Redução) aumento em obrigações fiscais	7.624	2.214
(Redução) aumento em adiantamento de clientes	26.661	24.786
Outros ativos e outros passivos	(23)	257
Pagamento de demandas judiciais	–	(1.832)
Pagamento de IR e CS	(16.448)	(1.035)
Caixa proveniente das atividades operacionais	239.453	151.610
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Resgate de aplicações financeiras vinculadas	3.622	3.881
Formação do ativo biológico	(47.159)	(30.588)
Recebimento na venda de imobilizado	2.947	663
Aquisição de ativo imobilizado	(179.416)	(110.718)
Aquisição de ativo intangível	–	(368)
Caixa utilizado nas atividades de investimentos	(220.006)	(137.130)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Captação de empréstimos e financiamentos	193.826	91.502
Pagamento de principal de empréstimos e financiamentos	(78.839)	(40.057)
Pagamento de variação cambial e juros sobre empréstimos e financiamentos	(29.869)	(17.896)
Captação (Pagamento) de recursos com partes relacionadas	56.170	(10.924)
Pagamento dos arrendamentos e parcerias agrícolas líquido de recebimento	(56.411)	(38.210)
Pagamento de dividendos	(71.432)	(13.691)
Caixa proveniente das (utilizado nas) atividades de financiamentos	13.445	(29.276)
Aumento (redução) líquida em caixa e equivalentes de caixa	32.892	(14.796)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	3.319	18.115
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	36.211	3.319

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

1. Contexto operacional: A Vale do Pontal Açúcar e Etanol S.A. ("Companhia" ou "Vale do Pontal"), está localizada na Estrada Antônio Cabrera Mano, s/nº - Zona rural de Limeira do Oeste, Minas Gerais, Brasil. Tem como objeto a produção, comercialização e exportação de açúcar, etanol e outros produtos derivados do processamento de cana-de-açúcar; a prestação de serviços a terceiros e a industrialização por ordem destes; a cogeração e a comercialização de energia elétrica, podendo atuar com a exploração e comercialização de cultivo de cana-de-açúcar, em terras próprias ou de terceiros; a intermediação de venda de cana-de-açúcar; e a participação em outras sociedades, como sócia ou acionista. A Cia. teve suas operações iniciadas em 01/07/06, e passou a ser controlada pela Cia. Mineira de Açúcar e Álcool Participações em 01/07/18. A planta industrial da Vale do Pontal possui capacidade de moagem aproximada para 2,7 milhões de toneladas de cana-de-açúcar por ano, produzindo açúcar, etanol anidro e hidratado, energia bem como os subprodutos óleo fúsel e bagaço de cana. O plantio de cana-de-açúcar requer um período de até 18 meses para maturação e início de colheita, a qual ocorre, geralmente, entre os meses de abril a novembro. A comercialização da produção ocorre durante todo o ano e não sofre variações decorrentes de sazonalidade, mas somente da variação da oferta e demanda normais de mercado (preço de commodity e variação cambial). Em 13/12/22, através de instrumento particular de alteração de contrato social, a Cia. aprovou a transformação do tipo jurídico de sociedade empresária limitada unipessoal para sociedade por ações, transformando o capital social de 63.077.109 quotas para 63.077.109 ações ordinárias, todas nominativas, sem valor nominal e de propriedade da acionista Cia. Mineira de Açúcar e Álcool Participações. A partir desta data, a Cia. passou operar sob a denominação social de Vale do Pontal Açúcar e Etanol S.A. <u>Capital circulante líquido</u>: Em 31/03/23, a Cia. registrou o capital circulante líquido negativo de R$ 70.930. Os principais impactos são decorrentes do valor registrado no passivo circulante no valor de R$ 91.853 referente a instrumentos financeiros derivativos designados como *hedge accounting*, que foram utilizados para a fixação do preço de comercialização do açúcar VHP a ser produzido e comercializado nas safras seguintes. A necessidade de aportes financeiros para o cumprimento das atividades operacionais da Cia. será suportada pelos acionistas ou por operações de financiamento intercompany, se necessário, com as demais empresas que fazem parte do Grupo econômico da Vale do Pontal que garantirão a continuidade operacional da Cia. até que os planos de negócios, atualmente em curso pela Administração, objetivando a maximização da lucratividade e de geração de caixa atinjam o patamar desejável. <u>CBIOS - RenovaBio</u>: Durante o exercício findo em 31/03/23, foram comercializados 96.512 mil CBIOS, classificados na receita líquida. A comercialização destes títulos, após sua escrituração, ocorre principalmente com as distribuidoras de combustíveis, que possuem metas de aquisição estabelecidas pelo RenovaBio. O RenovaBio é a Política Nacional de Biocombustíveis, instituída pela Lei nº 13.576/2017, sendo o principal objetivo o estabelecimento de metas nacionais anuais de descarbonização para o setor de combustíveis, de forma a incentivar o aumento da produção e da participação de biocombustíveis na matriz energética de transportes do país. Em 31/03/2023, a Companhia não possui CBIOS emitidos e não comercializados. Guerra entre Rússia e Ucrânia: A guerra no leste europeu envolvendo Rússia e Ucrânia, tem impacto relevante no mercado internacional. Como a Rússia é um dos maiores produtores mundiais de petróleo e importante produtor dos insumos base para fertilizantes, com destaque para Fósforo, Nitrato e Potássio, o conflito ocasiona forte impacto de aumento nos preços mundiais desses produtos. A Cia. tomou ações e iniciativas com certa rapidez assim que foram noticiados os primeiros conflitos nessa região, com objetivo de mitigar os efeitos e riscos, principalmente na continuidade das operações agrícolas. Para tanto, foram comprados e armazenados adubos, fertilizantes e alguns herbicidas em volumes suficientes para o plantio em andamento naquele momento, bem como para os tratos culturais do canavial na safra 22/23. Além disso, para diminuição dos riscos de oferta de tais produtos, a Cia. tem desenvolvido novas alternativas agronômicas de produtos substitutos, bem como o monitoramento dos movimentos do mercado internacional destas commodities. A Administração avalia que o aumento dos custos dos fertilizantes e do petróleo observados atualmente no mercado, decorrente do efeito da guerra, não causaram impacto em suas demonstrações financeiras. **2. Base de preparação: 2.1 Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras foram preparadas pela Administração da Cia. e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem a legislação societária brasileira, os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade. A emissão das demonstrações financeiras da Cia. para o exercício findo em 31/03/23 foi autorizada pela diretoria em 13/07/23. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. **3. Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Cia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **4. Uso de estimativas e julgamentos:** Na preparação das demonstrações financeiras a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis da Cia. e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revistas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. <u>Incertezas sobre premissas e estimativas</u>: As informações sobre incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material em exercícios futuros estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Nota explicativa nº 9 - realização do contas a receber e outros recebíveis; • Nota explicativa nº 11 - provisão para obsolescência dos estoques; • Nota explicativa nº 15 - vida útil dos ativos imobilizados; • Nota explicativa nº 16 - amortização do direito de uso; • Nota explicativa nº 19 - taxa desconto para cálculo dos passivos de arrendamentos e parcerias agrícolas a pagar; • Nota explicativa nº 21 - reconhecimento e mensuração de provisões para demandas judiciais: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos; e • Nota explicativa nº 24 - reconhecimento de ativos fiscais diferidos: estimativa de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados. <u>Mensuração do valor justo</u>: Uma série de políticas e divulgações contábeis da Cia. requer a mensuração de valor justo, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros. Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá: • No mercado principal para o ativo ou passivo; e • Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Cia. A Cia. utiliza técnicas de avaliação que são apropriadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes disponíveis para mensurar o valor justo, maximizando o uso de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis. Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo: • Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos. • Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). • Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras ao valor justo de forma recorrente, a Cia. determina se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo como um todo) no fim de cada período de divulgação. Para fins de divulgações do valor justo, a Cia. determinou classes de ativos e passivos com base na natureza, características e riscos do ativo ou passivo e o nível da hierarquia do valor justo, conforme acima explicado. As correspondentes divulgações ao valor justo de instrumentos financeiros e ativos não financeiros mensurados ao valor justo ou no momento da divulgação dos valores justos são resumidas nas respectivas notas: • Nota explicativa nº 12 - Ativos biológicos; e • Nota explicativa nº 23 - Instrumentos financeiros. **5. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais: • Os instrumentos financeiros derivativos são mensurados pelo valor justo; • Os instrumentos financeiros não derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo; e • Os ativos biológicos são mensurados pelo valor justo deduzidos do custo das vendas. **6. Principais políticas contábeis:** A Cia. aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras. a) <u>Receita</u>: i) *Venda de produtos:* A receita é reconhecida quando a Cia. cumpre suas obrigações contratuais junto ao cliente, e quando for provável que a Cia. receberá a contraprestação a qual tem direito pela troca dos bens ou serviços. Para os produtos vendidos pela Cia. as obrigações de desempenho são concluídas no momento da entrega do produto, sendo este também o momento de reconhecimento da receita. A receita é medida líquida de devoluções e descontos comerciais. O momento do cumprimento da obrigação de desempenho varia dependendo das condições individuais de cada contrato de venda. Para as vendas de açúcar e etanol no mercado interno, a transferência normalmente ocorre quando o produto é entregue no estabelecimento do cliente ou quando é retirado pelo cliente nas dependências da Cia. No caso das vendas no mercado externo a transferência ocorre mediante o carregamento das mercadorias no transportador pertinente no porto do vendedor uma vez que os fretes marítimos se dão na modalidade *free on board* (FOB). ii) *Venda de energia elétrica:* A receita proveniente da venda da geração de energia elétrica é registrada com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço do mercado em vigor, conforme o caso. A receita é reconhecida no momento em que a energia é disponibilizada na rede. Conforme mencionado na nota explicativa nº 25 a Cia. possui contrato futuro para comercialização de energia elétrica. iii) *Venda de CBIOs:* A receita proveniente da venda de créditos de descarbonização ("CBIO") é registrada com base no valor negociado dos títulos junto aos compradores, principalmente distribuidoras de combustíveis, e é reconhecido no momento da transferência dos títulos para os compradores. b) <u>Receitas financeiras e despesas financeiras</u>: As receitas e despesas financeiras da Cia. compreendem: • Ganhos/perdas com instrumentos financeiros derivativos; • Ganhos/perdas líquidas de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros; • Despesas com juros sobre arrendamentos, empréstimos e financiamentos; e • Outras receitas e despesas financeiras. As receitas e as despesas financeiras de juros são reconhecidas no resultado através do método dos juros efetivos. c) <u>Moeda estrangeira</u>: *Transações em moeda estrangeira:* Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Cia. pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado. d) <u>IR e CS</u>: A despesa com IR e CS compreende os impostos de renda e CS correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. i) *IR e CS corrente:* O imposto corrente é o imposto a pagar calculado sobre o lucro tributável do exercício. O montante dos impostos correntes a pagar é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos vigentes na data do balanço. ii) *IR e CS diferido:* Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando estas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas vigentes na data do balanço. e) <u>Subvenções</u>: Subvenções governamentais consistem em contribuições ou benefícios econômicos, normalmente de natureza pecuniária, diretamente concedidos pelo Governo (federal, estadual ou municipal) em favor de uma entidade, condicionados ou não ao cumprimento de certas obrigações. Apesar de as subvenções governamentais poderem ser feitas através da doação de recursos ou bens, normalmente elas são realizadas mediante o estabelecimento de tratamentos tributários favoráveis, consistentes na isenção ou redução de tributos, ou ainda outros mecanismos como crédito presumido, diferimento dentre outros. A Cia. possui benefícios e incentivos fiscais oriundos do crédito presumido sobre ICMS e de diferimento do respectivo imposto na comercialização de etanol, o que ocasiona o registro da dedução ou redução de impostos, em conta de resultado como receita, com sua posterior exclusão na apuração do lucro real, mediante a destinação da respectiva parcela deduzida em reserva específica no patrimônio líquido, não passível de distribuição aos acionistas. f) <u>Ativos biológicos</u>: Os ativos biológicos correspondem aos produtos agrícolas em desenvolvimento (cana em pé) produzidos nas lavouras de cana-de-açúcar (planta portadora), que serão utilizadas como matéria-prima na produção de açúcar e etanol no momento da sua colheita. Esses ativos são mensurados pelo valor justo na data de cada balanço patrimonial, sendo quaisquer alterações de valor justo entre os exercícios reconhecidos no resultado. O valor justo foi determinado utilizando-se a metodologia de fluxo de caixa descontado, considerando as seguintes premissas: (i) Entradas de caixa obtidas pela multiplicação da (i) produção estimada, medida em quilos de ATR (Açúcar Total Recuperável), e do (ii) preço de mercado futuro da cana-de-açúcar, o qual é estimado com base em dados públicos e estimativas de preços futuros do açúcar e do etanol; e (ii) Saídas de caixa representadas pela estimativa de (i) custos necessários para que ocorra a transformação biológica da cana-de-açúcar (tratos culturais) até a colheita; (ii) custos com a colheita/Corte, Carregamento e Transporte - CCT; (iii) custo de capital (terras e máquinas e equipamentos); (iv) custos de arrendamento e parceria agrícola; e (v) impostos incidentes sobre o fluxo de caixa positivo. g) <u>Estoques</u>: Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo histórico e o valor realizável líquido. Os custos dos estoques são avaliados ao custo médio de aquisição ou de produção e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas. h) <u>Imobilizado</u>: i) *Reconhecimento e mensuração:* Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável *(impairment)*. Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. ii) *Custos subsequentes:* Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Cia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos. iii) *Custos de manutenção:* O custo de manutenção de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos. A Cia. realiza anualmente manutenções em sua unidade industrial, aproximadamente no período de dezembro a março. Os principais custos de manutenção incluem custos de mão de obra, materiais, serviços externos e despesas gerais indiretas alocadas durante o período de entressafra. Tais custos são contabilizados como um componente do custo do equipamento e depreciados durante a safra seguinte. Qualquer outro tipo de gasto, que não aumente sua vida útil ou mantenha sua capacidade de moagem, é reconhecido no resultado como despesa. iv) *Depreciação:* A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado e no custo de produção. Terrenos não são depreciados. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. As vidas úteis estimadas bem como às taxas médias ponderadas anual, para os exercícios findos em 31/03/23 e 2022 são as seguintes:

	Anos	Taxas
Equipamentos industriais	13	7,69%
Construções e edificações	28	3,57%
Pavimentação	7	14,29%
Veículos	5	20,00%
Equipamentos agrícolas	5	20,00%
Máquinas, equipamentos e ferramentas	7	14,29%
Móveis e utensílios	8	12,50%
Computadores e periféricos	5	20,00%
Gastos manutenção entressafra	1	100,00%
Cultura permanente	5	20,00%
Outros	6	16,67%

i) <u>Instrumentos financeiros</u>: i) *Ativos financeiros: <u>Reconhecimento inicial e mensuração</u>:* Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial e subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Cia. para a gestão destes ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes e outros recebíveis que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Cia. tenha aplicado o expediente prático, a Cia. inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. As contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Cia. tenha aplicado o expediente prático são mensuradas pelo preço de transação determinado de acordo com o CPC 47. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" (também referido como teste de "SPPI") sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. O modelo de negócios da Cia. para administrar ativos financeiros se refere a como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Cia. se compromete a comprar ou vender o ativo. *<u>Mensuração subsequente</u>:* Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias: • Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida). • Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida). • Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais). • Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. *Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida):* Esta categoria é a mais relevante para a Cia. A Cia. mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas: • O ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais. • Os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Os ativos financeiros da Cia. ao custo amortizado incluem contas a receber de clientes, adiantamentos a fornecedores e partes relacionadas. *Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:* Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo. Derivativos, inclusive derivativos embutidos separados, também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de hedge eficazes. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócios. Não obstante os critérios para os instrumentos de dívida ser classificados pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, conforme descrito acima, os instrumentos de dívida podem ser designados pelo valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial se isso eliminar, ou reduzir significativamente, um descasamento contábil. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado. *<u>Desreconhecimento</u>:* Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de uma Cia. de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando: • Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram. • A Cia. transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Cia. transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Cia. nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo. Quando a Cia. transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ela avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Cia. continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Neste caso, a Cia. também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pela Cia. O envolvimento contínuo sob a forma de garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo menor valor entre: (i) o valor do ativo e (ii) o valor máximo da contraprestação recebida que a entidade pode ser obrigada a restituir (valor da garantia). *<u>Redução ao valor recuperável de ativos financeiros</u>:* A Cia. reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que a Cia. espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluirão fluxos de caixa da venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais. As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas de crédito esperadas são provisionadas para perdas de crédito resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (perda de crédito esperada de 12 meses). Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência (uma perda de crédito esperada vitalícia). Para contas a receber de clientes e ativos de contrato, a Cia. aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas. Portanto, acompanham as alterações no risco de crédito e reconhecem uma provisão para perdas com base em perdas de crédito esperadas em cada data-base. A Cia. considera um ativo financeiro em situação de inadimplemento quando os pagamentos contratuais estão vencidos há 180 dias. No entanto, em certos casos, também podem considerar que um ativo financeiro está em inadimplemento quando informações internas ou externas indicam ser improvável receber integralmente os valores contratuais em aberto antes de levar em conta quaisquer melhorias de crédito mantidas pela Cia. Um ativo financeiro é baixado quando não há expectativa razoável de recuperação dos fluxos de caixa contratuais. ii) *Passivos financeiros: <u>Reconhecimento inicial e mensuração</u>:* Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado, ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme apropriado. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Os passivos financeiros da Cia. incluem fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos, adiantamentos de clientes, arrendamentos a pagar e instrumentos financeiros derivativos. *<u>Mensuração subsequente</u>:* A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo: *Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado:* Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Esta categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Cia. que não são designados como instrumentos de hedge nas relações de hedge definidas pelo CPC 48. Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. A Cia. não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado, exceto pelos instrumentos financeiros derivativos que não foram designados como instrumentos de hedge. *Passivos financeiros ao custo amortizado:* Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pela amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado. Essa categoria geralmente se aplica a fornecedores e outras contas a pagar, arrendamentos e parcerias agrícolas a pagar, e empréstimos e financiamentos sujeitos a juros. *<u>Desreconhecimento</u>:* Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado. *<u>Compensação de instrumentos financeiros</u>:* Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente. iii) *Instrumentos financeiros derivativos, incluindo contabilidade de hedge:* A Cia. mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira e taxa de juros. A Cia. utiliza instrumentos financeiros derivativos, como contratos de câmbio futuros, swaps de taxa de juros e contratos a termo de commodities, para proteger-se contra seus riscos de taxa de câmbio, riscos de taxa de juros e riscos de preço de commodities, respectivamente. Esses instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data em que um contrato de derivativo é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao valor justo. Derivativos são registrados como ativos financeiros quando o valor justo é positivo e como passivos financeiros quando o valor justo é negativo. No momento da designação inicial do derivativo como um instrumento de *hedge*, a Cia. documenta formalmente o relacionamento entre os instrumentos de *hedge* e os itens objeto de *hedge*, incluindo os objetivos de gerenciamento de riscos e a estratégia na realização da transação de *hedge* e o risco objeto do *hedge*, juntamente com os métodos que serão utilizados para avaliar a efetividade do *hedge*. Para um *hedge* de fluxos de caixa de uma transação prevista, a transação deve ter a sua ocorrência como altamente provável e deve apresentar uma exposição a variações nos fluxos de caixa que no final poderiam afetar o resultado reportado. Derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo; quaisquer custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são registradas no resultado. *<u>Hedges de fluxos de caixa</u>:* Quando um derivativo é designado como um instrumento de *hedge* para proteção da variabilidade dos fluxos de caixa, a porção efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida em outros resultados abrangentes e apresentada na conta de ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido. Qualquer porção não efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado. O valor acumulado mantido em ajustes de avaliação patrimonial é reclassificado para o resultado no mesmo período em que o item objeto de *hedge* afeta o resultado. Caso (i) a ocorrência da transação prevista não seja mais esperada, (ii) o *hedge* deixe de atender os critérios de contabilização de *hedge*, (iii) o instrumento de *hedge* expire ou seja vendido, encerrado ou exercido, ou tenha a sua designação revogada, a contabilidade de *hedge* é descontinuada prospectivamente. Se não houver mais expectativas quanto à ocorrência da transação prevista, o saldo em outros resultados abrangentes é reclassificado para resultado. j) <u>Redução ao valor recuperável (impairment)</u>: i) *Ativos não financeiros:* Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Cia. são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor Cia. possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre seus valores em uso ou seu valor justo deduzidos dos custos para venda. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado e revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. A Administração da Cia. não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de provisão para recuperabilidade em 31/03/23 e 2022. k) <u>Provisões</u>: As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira. l) <u>Ajuste a valor presente de ativos e passivos</u>: Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração. m) <u>Segmento operacional</u>: A Administração da Companhia elabora os seus relatórios sobre as demonstrações financeiras na mesma base que estas informações são divulgadas, pois estas demonstrações financeiras são aquelas regularmente revistas pelo principal gestor da Companhia para tomada de decisões sobre alocações de recursos. Portanto a Administração tem um único segmento operacional. n) <u>Novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas que não entraram em vigor</u>: As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas ainda não em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia e suas controladas pretendem adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. i) Alterações ao CPC 26: Classificação de passivos como circulante ou não circulante: O CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem: • O que significa um direito de postergar a liquidação; • Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório; • Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação • Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação. As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º/04/23 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, a Companhia avalia o impacto que as alterações terão na prática atual e se os contratos de empréstimo existentes podem exigir renegociação. ii) Alterações ao CPC 23: Definição de estimativas contábeis: As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, eles esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis. As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º/04/23 e aplicarão para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período. Adoção antecipada é permitida se divulgada. Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia. iii) Alterações ao CPC 26: Divulgação de políticas contábeis: As alterações são para ajudar as entidades a divulgarem políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionando guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis. As alterações são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º/04/23 com adoção antecipada permitida. A Companhia está atualmente avaliando os impactos dessas alterações nas políticas contábeis divulgadas. o) <u>Pronunciamentos novos ou revisados aplicáveis às demonstrações financeiras</u>: A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º/04/22 (exceto quando indicado de outra forma). A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes. i) Alterações no CPC 37 (R1), CPC 48, CPC 29, CPC 27, CPC 25 e CPC 15 (R1). As alterações aos pronunciamentos acima são em decorrência das alterações anuais relativas ao ciclo de melhorias entre 2018 e 2020, tais como: • Contrato Oneroso - custos de cumprimento de contrato; • Ativo imobilizado - vendas antes do uso pretendido; e • Referências à Estrutura conceitual. A vigência dessas alterações deve ser estabelecida pelos órgãos reguladores que o aprovarem, sendo que, para o pleno atendimento às normas internacionais de contabilidade, a entidade deve aplicar essas alterações nos períodos anuais com início em, ou após, 1º/04/22. ii) Contrato Oneroso - custos de cumprimento de contrato: Um contrato oneroso é um contrato sob o qual os custos inevitáveis de cumprir as obrigações decorrentes do contrato (ou seja, os custos que a Companhia não pode evitar porque possui o contrato) excedem os benefícios econômicos esperados a serem recebidos. As alterações especificam que, ao avaliar se um contrato é oneroso ou gerador de perdas, a entidade precisa incluir custos que se relacionam diretamente com um contrato de fornecimento de bens ou serviços, incluindo custos incrementais (por exemplo, os custos de mão de obra direta e materiais) e um alocação de custos diretamente relacionados às atividades do contrato (por exemplo, depreciação de equipamentos usados para cumprir o contrato e custos de gerenciamento e supervisão do contrato). Os custos gerais e administrativos não estão diretamente relacionados a um contrato e são excluídos, a menos que sejam explicitamente cobrados da contraparte nos termos do contrato. A Companhia não teve impactos na implementação da norma. iii) Ativo imobilizado - vendas antes do uso pretendido: A alteração proíbe as entidades de deduzirem do custo de um item imobilizado quaisquer produtos de vendas de itens produzidos ao trazer esse ativo para o local e condição necessários para que ele seja capaz de operar da maneira pretendida pela administração. Em vez disso, uma entidade reconhece os produtos de vender os itens, e os custos de produzir os itens, na demonstração do resultado. De acordo com as regras de transição, a Companhia aplica as alterações retrospectivamente apenas aos itens de imobilizado disponível para uso ou depois do início do período mais antigo apresentado quando a entidade aplica a alteração pela primeira vez (a data da aplicação inicial). Essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia já que não houve vendas de tais itens produzidos por ativo imobilizado disponibilizado para uso ou depois do início do período mais antigo apresentado. iv) Referências à Estrutura conceitual: As alterações adicionam uma exceção ao princípio de reconhecimento do CPC 15 (R1) - Combinação de negócios para evitar a emissão de potenciais ganhos ou perdas do 'dia 2' decorrentes de passivos e passivos contingentes que estariam dentro do escopo do CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. As alterações também adicionam um novo parágrafo à CPC 15 (R1) para esclarecer que os ativos contingentes não se qualificam para reconhecimento na data de aquisição. De acordo com as disposições transitórias, a Companhia aplica as alterações prospectivamente, ou seja, para combinações de negócios que ocorram após o início do período de relatório anual em que aplica as alterações pela primeira vez (a data da aplicação inicial). Estas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia uma vez que não existiam ativos, passivos ou passivos contingentes no âmbito dessas alterações que surgiram durante o período. v) CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade como adotante pela primeira vez. A alteração permite que uma subsidiária que opte por aplicar o CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade mensurar as diferenças cumulativas de conversão usando os valores reportados nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora, com base na data de transição da controladora para o CPC, se nenhum ajuste foi feito para consolidação procedimentos e para os efeitos da combinação de negócios em que a controladora adquiriu a controlada. Esta alteração também se aplica a uma coligada ou joint venture que opte por aplicar o CPC 37 (R1). Estas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia por não ser um adoptante pela primeira vez. vi) CPC 48 - Instrumentos Financeiros: A alteração esclarece as taxas que uma entidade inclui ao avaliar se os termos de um passivo financeiro novo ou modificado são substancialmente diferentes dos termos do passivo financeiro original. Essas taxas incluem apenas aquelas pagas ou recebidas entre o mutuário e o credor, incluindo as taxas pagas ou recebidas pelo mutuário ou pelo credor em nome do outro. De acordo com as disposições transitórias, a Companhia aplica a emenda aos passivos financeiros que são modificados ou trocados no ou após o início do período de relatório anual em que a entidade aplica a emenda pela primeira vez (a data da aplicação inicial). Essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia, pois não houve modificações nos instrumentos financeiros da Companhia durante o período.

7. Caixa e equivalentes de caixa:

	31/03/23	31/03/22
Caixa e bancos	**7.908**	249
Equivalentes de caixa	**28.303**	3.070
Total	**36.211**	3.319

As aplicações financeiras classificadas como equivalentes de caixa são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Em 31/03/23, essas aplicações referem-se a Certificados de Depósito Bancário - CDB, que são depositados em bancos de primeira linha, cuja taxa de remuneração varia entre 95,5% e 103% (90% a 100% em março de 2022) da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. Elas não possuem data de vencimento, podendo ser resgatadas para fazer frente às necessidades imediatas de caixa da Cia. As informações sobre a exposição da Cia. a riscos de mercado, de crédito e de mensuração do valor justo relacionados a caixa e equivalentes de caixa estão incluídas na nota explicativa nº 23.

8. Aplicações financeiras:

	31/03/23	31/03/22
Aplicações financeiras	**2.422**	6.044
Total	**2.422**	6.044
Ativo circulante	**2.422**	3.719
Ativo não circulante	**–**	2.325

A Cia. mantém aplicações financeiras em 31/03/23, que se referem a saldos vinculados a operações de financiamentos, cuja taxa de remuneração está indexada a 100% (100% em março 2022) da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. As informações sobre a exposição da Cia. a riscos de mercado, de crédito e de mensuração do valor justo relacionados a aplicações financeiras estão incluídas na nota explicativa nº 23. **9. Contas a receber de clientes e outros recebíveis:**

	31/03/23	31/03/22
Decorrentes da venda de etanol	**379**	7.473
Decorrentes da venda de energia	**774**	162
Contas a receber com partes relacionadas	**152**	34
Outros (a)	**2.844**	2.951
Contas a receber de clientes	**4.149**	10.620
Outros (b)	**14.164**	15.790
Outros recebíveis	**14.164**	15.790
Total	**18.313**	26.410
Ativo circulante	**7.210**	13.398
Ativo não circulante	**11.103**	13.012

(a) Refere-se ao contas a receber decorrente da venda de muda de cana, soja e demais receitas pertinentes a operação da Cia. (b) Refere-se ao contas a receber pela venda da empresa Bacuri Agrícola Ltda. Em 27/11/2017, a Bacuri Agrícola Ltda. foi vendida pela sua controladora JFLIM Participações S.A. que repassou os direitos creditórios da referida transação para a Vale do Pontal, como título de liquidação de mútuos entre as partes. Este valor é corrigido anualmente pelo IPCA até o seu vencimento final em 2026 e está registrado a valor presente com a taxa anual de 3,42%. As informações sobre a exposição da Cia. a riscos de crédito, de mercado, mensuração do valor justo e perdas por redução ao valor recuperável relacionados ao contas a receber de clientes e outros recebíveis está divulgada na nota explicativa nº 23. **10. Arrendamentos a receber:**

	31/03/23	31/03/22
Arrendamentos	**220.001**	267.500
Total	**220.001**	267.500
Ativo circulante	**34.867**	38.339
Ativo não circulante	**185.134**	229.161

A movimentação dos arrendamentos a receber está demonstrada abaixo:

	31/03/23	31/03/22
Saldo no início do exercício	**267.500**	160.649
Adições de novos contratos de arrendamentos	**38.816**	53.942
Juros	**19.096**	17.917
Transferência - direito de uso	**(2.908)**	2.065
Remensuração	**(52.462)**	72.359
Recebimentos	**(39.208)**	(36.781)
Baixas por distratos/alterações de contratos	**(10.833)**	(2.651)
Saldo no fim do exercício	**220.001**	267.500
Ativo circulante	**34.867**	38.339
Ativo não circulante	**185.134**	229.161

O fluxo de contratos de longo prazo apresenta vencimentos nos respectivos exercícios:

<u>Vencimento</u>	Valor
01/04/24 a 31/03/25	**31.069**
01/04/25 a 31/03/26	**26.635**
01/04/26 a 31/03/27	**23.135**
01/04/27 a 31/03/28	**20.238**
01/04/28 a 31/03/29	**17.485**
01/04/29 a 31/03/30	**14.455**
01/04/30 a 31/03/31	**12.915**
01/04/31 a 31/03/32	**10.377**
01/04/32 a 31/03/33	**8.625**
01/04/33 em diante	**20.200**
	185.134

11. Estoques:	31/03/23	31/03/22
Produto acabado		
Açúcar VHP	**6.507**	2.312
Etanol anidro	**2.343**	3.300
Etanol hidratado	**154**	1.210
Almoxarifado		
Almoxarifado diversos (a)	**29.884**	19.141
Provisão para obsolescência	**(1.113)**	(1.647)
Estoques em poder de terceiros	**39**	7
Total	**37.814**	24.323

(a) Os valores mais representativos do almoxarifado referem-se a material de consumo, estoque de insumos e defensivos agrícolas a serem utilizados nas áreas de plantio. <u>Movimentação da provisão para obsolescência</u>: A Cia. adota como critério a provisão de itens de almoxarifado que não apresentaram movimentação por um período superior a 365 dias. A movimentação da provisão para obsolescência está demonstrada abaixo:

	31/03/23	31/03/22
Saldo inicial	**(1.647)**	(1.498)
Adições	**(762)**	(956)
Reversões	**1.296**	807
Saldo final	**(1.113)**	(1.647)

12. Ativos biológicos: A movimentação dos ativos biológicos (cana-de-açúcar) encontra-se detalhada a seguir:

	31/03/23	31/03/22
Custo histórico	**31.617**	23.805
Valor justo	**11.232**	6.836
Saldo inicial de ativos biológicos	**42.849**	30.641
Adições com tratos de cana	**48.531**	32.870
Absorção dos custos cana colhida	**(32.310)**	(25.058)
Valor justo líquido de despesas estimadas de venda	**1.688**	4.396
Saldo final de ativos biológicos	**60.758**	42.849
Custo histórico	**47.838**	31.617
Valor justo	**12.920**	11.232

<u>Soqueira de cana-de-açúcar</u>: As áreas cultivadas representam apenas as lavouras de cana-de-açúcar, sem considerar as terras em que estas lavouras se encontram. As seguintes premissas foram utilizadas na determinação do valor justo por meio do fluxo de caixa descontado:

	31/03/23	31/03/22
Área estimada de colheita (hectares)	**12.088**	10.113
Produtividade prevista (tons de cana/hectares)	**81,30**	75,12
Quantidade total de açúcar recuperável - ATR (kg)	**134,70**	135,34
Valor do Kg de ATR (R$)	**1,21**	1,17

A taxa de desconto utilizada no fluxo de caixa de cada exercício, denominada como "Custo Médio Ponderado de Capital", correspondeu a 8,98% ao ano (7,81% em 31/03/22), a qual foi revisada e aprovada pela Administração da Cia. A Cia. está exposta a uma série de riscos relacionados às suas plantações: *Riscos regulatórios e ambientais:* A Cia. está sujeita a leis e regulamentos e estabeleceu políticas e procedimentos ambientais voltados ao cumprimento de leis ambientais e outras. A Administração conduz análises regulares para identificar riscos ambientais e para garantir que os sistemas em funcionamento sejam adequados para gerenciar esses riscos. *Riscos de oferta e demanda:* A Cia. está exposta a riscos decorrentes da flutuação de preços e do volume de venda de suas plantações. Quando possível, a Cia. administra esse risco alinhando seu volume de extração com a oferta e demanda do mercado. A Administração realiza análises regulares da tendência da indústria para garantir que a estrutura de preço da Cia. esteja de acordo com o mercado, e para garantir que os volumes projetados de extração estejam consistentes com a demanda esperada. *Riscos climáticos e outras:* As plantações da Cia. estão expostas aos riscos de danos causados por mudanças climáticas, doenças, incêndios florestais e outras forças naturais. A Cia. possuiu processos extensos em funcionamento voltados ao monitoramento e à redução desses riscos, incluindo inspeções regulares da saúde do canavial e análises de doenças e pragas da indústria. A Cia. também se assegura contra desastres naturais.

13. Impostos e contribuições a recuperar:	31/03/23	31/03/22
COFINS a recuperar (a)	**9.833**	2.364
ICMS a recuperar - ativo imobilizado	**7.631**	5.691
IRPJ e CSLL a recuperar	**12.112**	3.485
PIS a recuperar (a)	**2.473**	598
IRRF sobre aplicações financeiras	**734**	132
ICMS a recuperar	**11.238**	2.142
Outros impostos a recuperar	**102**	68
Total	**44.123**	14.480
Ativo circulante	**39.351**	11.061
Ativo não circulante	**4.772**	3.419

(a) A Lei Complementar nº 194/2022, reduziu a zero as alíquotas do PIS e da COFINS incidentes sobre as operações que envolvem etanol, inclusive para fins carburantes, entre 23/06/22 e 31/12/22 gerando um aumento do saldo de PIS e COFINS a recuperar no exercício. <u>PIS e COFINS</u>: O saldo é composto por créditos originados da cobrança não cumulativa do PIS e da COFINS, referentes às aquisições de partes de peças utilizadas na manutenção das instalações industriais e da frota agrícola, serviços de manutenção das instalações industrial e agrícola, fretes e armazenamento nas operações de vendas, energia elétrica, e outros créditos, sobre aquisições de máquinas e equipamentos e edificações e construções destinados à produção. Estes créditos poderão ser compensados com outros tributos federais e não possuem prazos de prescrição. <u>ICMS - aquisição de ativo imobilizado</u>: O saldo é composto basicamente por créditos apurados nas operações de aquisição de bens integrantes do ativo imobilizado, que estão sendo realizados na razão de 1/48, podendo ser compensado com tributos da mesma natureza. <u>ICMS a recuperar</u>: O saldo refere-se ao crédito presumido apurado sobre as vendas realizadas pela Cia., em substituição ao crédito sobre as entradas na compra de insumos. Adicionalmente, a Cia. reconheceu no exercício findo em 31/03/23 o montante de R$ 17.015 de ICMS a recuperar oriundo do crédito outorgado de ICMS concedido pelo estado de Minas Gerais, conforme Decreto 48.497/2022. Os créditos foram registrados na rubrica de outras receitas (despesas) operacionais, líquidas, conforme descrito na nota explicativa nº 27. <u>IRRF</u>: Corresponde ao IR na fonte sobre aplicações financeiras e antecipações no recolhimento de IR e CS realizáveis mediante a compensação com impostos e contribuições federais a pagar. **14. Adiantamento a fornecedores e outros ativos:**

	31/03/23	31/03/22
Adiantamento a fornecedores de cana	**1.038**	1.713
Adiantamento a fornecedores nacionais	**8**	777
Antecipação de dividendos (Nota 22)	**15.574**	–
Outros	**912**	833
Total	**17.532**	3.323

15. Imobilizado:

<u>Custo</u>	Equipamentos industriais	Construções e edificações	Pavimentação	Veículos	Equipamentos agrícolas	Terras	Máquinas, equipamentos e ferramentas	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Imobilizações em andamento	Gastos manutenção entressafra	Cultura permanente em formação	Outros	Total
Saldo em 31/03/21	75.935	65.594	12.057	3.302	11.432	392	66.332	1.108	2.910	13.114	142.701	189.446	1.150	585.473
Adições	2.499	418	–	–	10.402	–	590	59	239	24.355	40.371	38.222	301	117.456
Baixas	–	–	–	(59)	(319)	–	(175)	–	–	–	–	(587)	(116)	(1.256)
Transferências	14.090	431	2.941	(3)	24	–	86	17	–	(17.586)	–	–	–	–
Saldo em 31/03/22	92.524	66.443	14.998	3.240	21.539	392	66.833	1.184	3.149	19.883	183.072	227.081	1.335	701.673
Adições	3.073	280	–	–	1.874	–	404	144	336	58.195	36.849	82.795	683	184.633
Baixas	–	–	–	–	(177)	–	–	–	–	(2.671)	–	(93.343)	–	(96.191)
Transferências	9.226	10.968	3.185	–	324	–	1.756	37	430	(25.970)	–	–	44	–
Saldo em 31/03/23	**104.823**	**77.691**	**18.183**	**3.240**	**23.560**	**392**	**68.993**	**1.365**	**3.915**	**49.437**	**219.921**	**216.533**	**2.062**	**790.115**

<u>Depreciação</u>	Equipamentos industriais	Construções e edificações	Pavimentação	Veículos	Equipamentos agrícolas	Terras	Máquinas, equipamentos e ferramentas	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Imobilizações em andamento	Gastos manutenção entressafra	Cultura em formação	Outros	Total
Saldo em 31/03/21	(18.998)	(35.919)	(8.928)	(2.060)	(5.486)	–	(61.207)	(787)	(1.909)	–	(112.141)	(105.545)	(736)	(353.716)
Adições	(8.076)	(1.569)	(2.937)	(301)	(3.660)	–	(1.502)	(47)	(384)	–	(31.318)	(23.153)	(201)	(73.148)
Baixas				59	316	–	159	–	–	–	–	–	–	534
Transferência	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Saldo em 31/03/22	(27.074)	(37.488)	(11.865)	(2.302)	(8.830)	–	(62.550)	(834)	(2.293)	–	(143.459)	(128.698)	(937)	(426.330)
Adições	(10.136)	(1.655)	(3.149)	(294)	(4.132)	–	(1.405)	(60)	(375)	–	(39.907)	(28.864)	(170)	(90.147)
Baixas	–	–	–	–	177	–	–	–	–	–	–	90.956	–	91.133
Saldo em 31/03/23	(37.210)	(39.143)	(15.014)	(2.596)	(12.785)	–	(63.955)	(894)	(2.668)	–	(183.366)	(66.606)	(1.107)	(425.344)
Saldo líquido em 31/03/22	**65.450**	**28.955**	**3.133**	**938**	**12.709**	**392**	**4.283**	**350**	**856**	**19.883**	**39.613**	**98.383**	**398**	**275.343**
Saldo líquido em 31/03/23	**67.613**	**38.549**	**3.169**	**644**	**10.775**	**392**	**5.038**	**471**	**1.248**	**49.437**	**36.555**	**149.926**	**954**	**364.771**

<u>Garantia</u>: A Cia. concede alguns bens do ativo imobilizado em garantia de empréstimos e financiamentos, conforme descrito na nota explicativa nº 17. <u>Análise do valor de recuperabilidade</u>: De acordo com o CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável dos Ativos, a Cia. avaliou nos exercícios findos em

continua ★

Jornal da Manhã

Editais e Atos Oficiais
Data: 28/07/2023

ASSINADO DIGITALMENTE
RIO GRANDE ARTES GRAFICAS LTDA
A conformidade com a assinatura pode ser verificada em:
http://serpro.gov.br/assinador-digital
SERPRO

★ continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras da Vale do Pontal Açúcar e Etanol S.A.

31/03/23 e 2022 os indicativos de *impairment* e concluiu não haver indicativos que requeiram a necessidade de teste do valor recuperável. **16. Direito de uso sobre arrendamentos e parcerias agrícolas:** A movimentação do direito de uso sobre arrendamento e parceria agrícola está demonstrada abaixo:

Custo:	Máquinas e equipamentos	Veículos	Terras	Total
Saldo em 31/03/21	13.101	6.760	129.092	148.953
Adições de novos contratos de direito de uso	4.481	4.837	124.363	133.681
Remensuração	5	59	37.422	37.486
Transferência	–	–	(2.065)	(2.065)
Baixas por distratos/alterações de contratos	–	–	(2.003)	(2.003)
Saldo em 31/03/22	17.587	11.656	286.809	316.052
Adições de novos contratos de direito de uso	**6.797**	**11.417**	**33.747**	**51.961**
Remensuração	**–**	**–**	**(866)**	**(866)**
Transferência	**–**	**–**	**2.908**	**2.908**
Saldo em 31/03/23	**24.384**	**23.073**	**322.598**	**370.055**
Amortização acumulada:				
Saldo em 01/04/21	(5.641)	(2.401)	(32.928)	(40.970)
Amortização	(4.378)	(2.011)	(21.516)	(27.905)
Saldo em 31/03/22	(10.019)	(4.412)	(54.444)	(68.875)
Saldo em 01/04/22	**(10.019)**	**(4.412)**	**(54.444)**	**(68.875)**
Amortização	**(3.071)**	**(2.784)**	**(32.820)**	**(38.675)**
Saldo em 31/03/23	**(13.090)**	**(7.196)**	**(87.264)**	**(107.550)**
Vida útil (anos)	1 a 2	1 a 2	1 a 12	
Valor residual em 31/03/22	7.568	7.244	232.365	247.177
Valor residual em 31/03/23	**11.294**	**15.877**	**235.334**	**262.505**

17. Empréstimos e financiamentos: Essa nota divulga informações contratuais sobre a posição de empréstimos e financiamentos da Cia. A nota explicativa nº 23 divulga informações adicionais com relação à exposição da Cia. aos riscos de taxa de juros e moeda.

Linha de crédito	Ref.	Moeda	Indexador	31/03/23	31/03/22
CCB	(c)	R$	CDI	**9.033**	9.030
CCB	(c)	R$	SELIC	**3.244**	6.022
CCE	(b)	R$	CDI	**45.220**	120.260
CPR	(c)	R$	CDI	**52.936**	52.159
Debênture - CRA	(e)	R$	CDI	**201.859**	–
Finame	(a)	R$	Pré-fixada	**277**	388
Finame	(a)	R$	TJLP	**70**	168
Finame	(a)	R$	SELIC	**106**	145
Finame	(a)	R$	TLP	**16.365**	15.096
				329.110	203.268
Custos de transação				**(8.177)**	(882)
Total (*)				**320.933**	202.386
Passivo circulante				**69.756**	29.728
Passivo não circulante				**251.177**	172.658

	Ref.	Moeda	Indexador	31/03/23	31/03/22
Mútuo - passivo (nota 29)	(d)	R$	CDI	**122.510**	59.667
Total				**122.510**	59.667
Passivo circulante				–	–
Passivo não circulante				**122.510**	59.667

(*) As taxas médias ponderadas dos encargos financeiros são de 15,58% a.a. em 2023 e 14,79% a.a. em 2022. (a) Refere-se a empréstimos contratados com o objetivo de financiar a aquisição de equipamentos industriais e agrícolas. Os empréstimos possuem carência para pagamento da primeira parcela do principal de 6 a 24 meses da data da contratação. Os contratos estão garantidos pela cessão fiduciária em alienação dos bens como objeto de financiamento. (b) Refere-se a notas de crédito à exportação que foram firmadas com diversas instituições financeiras e serão liquidados em reais com lastro de exportações efetuadas durante os exercícios de 2023 e 2026. (c) Refere-se a empréstimos que foram firmadas com diversas instituições financeiras e serão liquidados durante os exercícios de 2023 e 2024. (d) Refere-se a mútuo junto à parte relacionada Vale do Tijuco Açúcar e Álcool S.A. sem que haja incidência de juros, que será liquidado mediante a disponibilidade de caixa. (e) Referem-se a Certificados de Recebíveis do Agronegócio ("CRA"), com lastro em direitos creditórios do agronegócio da Companhia representados por debentures não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória: A sétima emissão ocorreu em 15/02/23, nos termos da Instrução CVM nº 400, de 29/12/03, conforme alterada, da 234ª emissão da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A. ("Oferta"), emitidos com lastro em direitos creditórios do agronegócio representados por debêntures não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, emitidas no âmbito da 1ª emissão da Vale do Pontal Açúcar e Etanol S.A., a oferta base correspondeu a 200.000 CRAs, com possibilidade de exercício de um lote adicional de 25%, totalizando 250.000 CRAs. A Oferta foi encerrada em 09/03/23 (data da liquidação da operação). Foram subscritos e integralizados 200.000 CRAs, todos nominativos e escriturais, com valor nominal unitário de R$1 na data de emissão, qual seja, 09/03/23, perfazendo o montante total de: R$200.000, sendo que o prazo de carência é de 7 anos e a amortização ocorrerá ao final do 7º e 8º ano. Os empréstimos e financiamentos possuem os seguintes vencimentos:

31/03/23	Valor contábil	Até 12 meses	1 a 2 anos	2 a 3 anos	3 a 4 anos	4 a 5 anos	Mais de 5 anos
Empréstimos e financiamentos	**329.110**	**70.902**	**30.205**	**18.311**	**2.666**	**1.511**	**205.515**
Custos de transação	**(8.177)**	**(1.146)**	**(1.048)**	**(1.000)**	**(999)**	**(998)**	**(2.986)**
Empréstimos e financiamentos, líquido	**320.933**	**69.756**	**29.157**	**17.311**	**1.667**	**513**	**202.529**
31/03/22	**Valor contábil**	**Até 12 meses**	**1 a 2 anos**	**2 a 3 anos**	**3 a 4 anos**	**4 a 5 anos**	**Mais de 5 anos**
Empréstimos e financiamentos	203.268	30.035	74.178	55.916	34.843	1.620	6.676
Custos de transação	(882)	(307)	(251)	(155)	(103)	(32)	(34)
Empréstimos e financiamentos, líquido	202.386	29.728	73.927	55.761	34.740	1.588	6.642

Cláusulas contratuais: A Cia. possui obrigações contratuais decorrentes dos contratos de financiamentos, relacionadas à manutenção de determinados índices financeiros e não financeiros estabelecidos nesses contratos (*covenants*), cujo período de apuração se dá no encerramento do exercício. A Administração possui controles tempestivos sobre esses indicadores e em 31/03/23 entende que as exigências preestabelecidas foram cumpridas, sendo improvável qualquer exigência por parte dos credores antes do vencimento original de longo prazo, e nem a necessidade de reclassificação. **18. Fornecedores e outras contas a pagar:**

	31/03/23	31/03/22
Fornecedores nacionais de materiais e serviços	**56.295**	36.851
Fornecedores de cana-de-açúcar	**18.743**	9.422
Fornecedores de cana-de-açúcar (Partes relacionadas - Nota 29)	**972**	1.873
Total	**76.010**	48.146
Passivo circulante	**69.644**	47.998
Passivo não circulante	**6.366**	148

O período de safra da cana-de-açúcar, o qual ocorre entre abril e dezembro de cada ano, em média, tem impacto direto sobre o saldo com fornecedores de cana-de-açúcar e respectivos serviços de corte, carregamento e transporte. Os valores a pagar aos fornecedores de cana-de-açúcar e a parceiros agrícolas levam em consideração a cana-de-açúcar entregue e ainda não paga, bem como o complemento de preço calculado com base no preço final de safra através do índice de Açúcar Total Recuperável (ATR) divulgado pelo Consecana - Conselho dos Produtores de Cana-de-açúcar, Açúcar e Etanol do Estado de São Paulo. A Cia. avaliou o ajuste a valor presente dos seus saldos de fornecedores nas datas de 31/03/23 e 2022 e concluíram que os valores não geram ajustes materiais a valor presente nas demonstrações financeiras. As informações sobre a exposição da Cia. a riscos de liquidez e mensuração do valor justo relacionados a fornecedores e outras contas a pagar está divulgada na nota explicativa nº 23.

19. Arrendamentos e parcerias agrícolas a pagar:

	31/03/23	31/03/22
Arrendamentos e parcerias agrícolas a pagar	**448.674**	475.888
Total	**448.674**	475.888
Passivo circulante	**78.730**	85.548
Passivo não circulante	**369.944**	390.340

A movimentação do passivo de arrendamentos e parcerias agrícolas a pagar está demonstrada abaixo:

	31/03/23	31/03/22
Saldo no início do exercício	**475.888**	225.793
Adições de novos contratos de arrendamento	**90.777**	187.551
Juros	**41.790**	32.158
Remensuração	**(53.328)**	109.989
Pagamentos	**(95.620)**	(74.991)
Baixas por distratos/alterações de contratos	**(10.833)**	(4.612)
Saldo final	**448.674**	475.888
Passivo circulante	**78.730**	85.548
Passivo não circulante	**369.944**	390.340

Os saldos estimados de arrendamentos e parcerias agrícolas a pagar no longo prazo possuem a seguinte composição de vencimento:

Vencimento	Valor
01/04/24 a 31/03/25	**62.457**
01/04/25 a 31/03/26	**53.513**
01/04/26 a 31/03/27	**45.715**
01/04/27 a 31/03/28	**40.448**
01/04/28 a 31/03/29	**36.150**
01/04/29 a 31/03/30	**27.474**
01/04/30 a 31/03/31	**23.021**
01/04/31 em diante	**81.166**
	369.944

20. Adiantamento de clientes:

	31/03/23	31/03/22
Adiantamento de clientes - açúcar	**48.525**	
Adiantamento de clientes - etanol	**–**	6.079
Adiantamento de clientes - energia	**3.813**	20.056
Outros	**156**	63
Total	**52.494**	26.198
Passivo circulante	**12.129**	15.690
Passivo não circulante	**40.365**	10.508

A Cia. possui contrato de compra e venda de açúcar VHP para entrega futura, junto ao Itaú BBA Trading S.A., no volume de 35.900 (trinta e cinco mil e novecentas) toneladas. Esse adiantamento é corrigido pela CDI + 2,5 % a.a. A operação será amortizada a partir da safra 2024/25 até a safra 25/26, mediante entrega de Açúcar VHP. Os demais saldos de adiantamento referem-se substancialmente a adiantamentos de clientes de energia, que será entregue nas próximas safras mediante fluxos contratuais. **21. Provisão para demandas judiciais:** A Cia. é parte em ações judiciais e processos administrativos em andamento em tribunais e órgãos governamentais. Tais processos decorrem do desenvolvimento normal das suas atividades, envolvendo as matérias trabalhistas, cíveis, tributárias e ambientais. As provisões são reconhecidas levando em consideração a individualidade de cada processo e a classificação de perda como provável na avaliação de seus assessores internos e externos. A contrapartida do reconhecimento da obrigação é uma despesa do exercício. Essa obrigação pode ser mensurada com razoável certeza e é atualizada de acordo com a evolução dos processos judiciais e administrativos ou encargos financeiros incorridos e pode ser revertida caso a estimativa de perda não seja mais considerada provável, ou baixada quando a obrigação for liquidada. Perdas prováveis: Abaixo demonstrativo da movimentação das provisões:

	Trabalhistas	Tributárias	Total
Saldo inicial em 31/03/2021	–	459	459
Adições	–	49	49
Baixas	–	(139)	(139)
Saldo final em 31/03/22	–	459	459
Adições	**77**	**–**	**77**
Baixas	**(77)**	**(459)**	**(536)**
Saldo final em 31/03/23	**–**	**–**	**–**

Perdas possíveis: A Cia. possui processos das naturezas trabalhistas, cíveis, tributárias e ambientais em andamento no montante atualizado de R$1.216 (R$4.644 em 31/03/22), cuja probabilidade de êxito foi estimada como possível, não requerendo a constituição de provisão.

Natureza	31/03/23	31/03/22
Ambiental	**948**	4.246
Cível	**–**	15
Trabalhista	**268**	383
	1.216	4.644

Trabalhistas: As ações judiciais de natureza trabalhista classificadas como possível têm como principais objetos: (i) pleito de horas extras e reflexos; (ii) adicional noturno; e (iii) pedido de responsabilidade subsidiária/solidária em verbas rescisórias, FGTS e reflexos de prestadores de serviços contratados pela Cia. *Ambientais:* Os processos ambientais tratam de autos de infração lavrados pela SEMAD/SUPRAM e/ou polícia ambiental decorrente de discussão ambiental acerca de intervenção em área de preservação ambiental, supressão de bioma natural e/ou destoca de árvores esparsas. **22. Patrimônio líquido:** a) Capital social: Em 13/12/22, a Vale do Pontal mediante instrumento particular de alteração de contrato social celebrado, resolve aprovar a transformação do tipo jurídico da Sociedade de sociedade de empresária de responsabilidade limitada unipessoal para sociedade por ações, mantendo-se inalterados o quadro societário, o patrimônio e o capital social, passando a operar sob a denominação social de **"Vale do Pontal Açúcar e Etanol S.A."** ("Companhia"), a ser regida por seu Estatuto Social, pela Lei nº 6.404 ("Lei das Sociedades por Ações"), bem como pelas demais disposições legais aplicáveis às sociedades por ações. O capital social da Cia. em 31/03/23, totalmente subscrito e integralizado, é de R$63.077 (R$ 63.077 em 31/03/21), dividido em 63.077.109 (63.077.109 em 31/03/22) ações. Em 31/03/23 e 2022, o capital social da Cia. está distribuído da seguinte forma:

	31/03/23		31/03/22	
	Ações	R$	Quotas	R$
Cia. Mineira de Açúcar e Álcool Participações	**63.077.109**	**63.077**	63.077.109	63.077
Total	**63.077.109**	**63.077**	63.077.109	63.077

b) Reserva de incentivos fiscais: A Cia. usufrui de benefícios e incentivos fiscais do ICMS do Estado de Minas Gerais, estes benefícios estão previstos em convênio CONFAZ e regularizados no decreto 47.394 de 2018, cumprindo os requisitos do artigo 10º da lei complementar 160/2017. Esses benefícios denominados subvenções são decorrentes de créditos presumido de ICMS e de diferimento de ICMS nas operações de vendas. Os valores das subvenções são contabilizados como receita e excluídos da base de cálculo da apuração de IR e CS. São constituídas reservas de incentivos fiscais até o limite do valor obrigatório ou do saldo remanescente do lucro do exercício. Até 31/03/23, a Cia. não havia constituído saldos, restando montante a ser constituído de R$ 48.574. c) Reserva legal: É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. d) Ajuste de avaliação patrimonial: Inclui a variação do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos designados como instrumentos de hedge de fluxo de caixa de suas futuras exportações (item protegido). e) Dividendos: Através da reunião de quotistas realizada em 18/04/22 foi aprovada a distribuição de dividendos no valor de R$ 71.432, de forma proporcional à participação de cada quotista no capital social. Do montante distribuído, R$ 55.858 se refere a lucros acumulados em 31/03/22 e o restante, no valor de R$ 15.574, realizado como antecipação de dividendos. Os pagamentos referentes à distribuição e antecipação de dividendos foram realizados em 18/04/22. **23. Instrumentos financeiros:** a) Classificação contábil e valores justos: A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

31/03/23	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos financeiros mensurados ao valor justo						
Equivalentes de caixa	28.303	–	28.303	–	28.303	–
Aplicações financeiras	2.422	–	2.422	–	2.422	–
Instrumentos financeiros derivativos	34.122	–	34.122	–	34.122	–
Total	**64.847**	**–**	**64.847**	**–**	**64.847**	**–**
Ativos financeiros não mensurados ao valor justo						
Caixa e bancos	–	7.908	7.908	–	–	–
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	–	18.313	18.313	–	–	–
Arrendamentos a receber	–	220.001	220.001	–	–	–
Total	**–**	**246.222**	**246.222**	**–**	**–**	**–**

31/03/23	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Passivos financeiros mensurados ao valor justo							
Instrumentos financeiros derivativos	99.138	–	99.138	–	99.138	–	99.138
Total	**99.138**	**–**	**99.138**	**–**	**99.138**	**–**	**99.138**
Passivos financeiros não mensurados ao valor justo							
Arrendamentos e parceria agrícola a pagar	–	448.674	448.674	–	–	–	–
Empréstimos e financiamentos	–	320.933	320.933	–	–	–	–
Débitos com partes relacionadas	–	122.510	122.510	–	–	–	–
Fornecedores e outras contas a pagar	–	76.010	76.010	–	–	–	–
Total	**–**	**968.127**	**968.127**	**–**	**–**	**–**	**–**

31/03/22	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos financeiros mensurados ao valor justo							
Equivalentes de caixa	3.070	–	3.070	–	3.070	–	3.070
Aplicações financeiras	6.044	–	6.044	–	6.044	–	6.044
Instrumentos financeiros derivativos	39.786	–	39.786	–	39.786	–	39.786
Total	**48.900**	**–**	**48.900**	**–**	**48.900**	**–**	**48.900**
Ativos financeiros não mensurados ao valor justo							
Caixa e bancos	–	249	249	–	–	–	–
Contas a receber e outros recebíveis	–	26.410	26.410	–	–	–	–
Arrendamentos a receber	–	267.500	267.500	–	–	–	–
Total	**–**	**294.159**	**294.159**	**–**	**–**	**–**	**–**

31/03/22	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Passivos financeiros mensurados ao valor justo							
Instrumentos financeiros derivativos	157.693	–	157.693	–	157.693	–	157.693
Total	157.693	–	157.693	–	157.693	–	157.693
Passivos financeiros não mensurados ao valor justo							
Empréstimos e financiamentos	–	202.386	202.386	–	–	–	–
Arrendamentos e parceria agrícola a pagar	–	475.888	475.888	–	–	–	–
Fornecedores e outras contas a pagar	–	48.146	48.146	–	–	–	–
Débitos com partes relacionadas	–	59.667	59.667	–	–	–	–
Total	–	786.087	786.087	–	–	–	–

b) Mensuração do valor justo: Os valores contábeis referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado. Não ocorreram transferências entre níveis a serem consideradas em 31/03/23, em relação às divulgações de 31/03/22. Gerenciamento de riscos financeiros: A Cia. participa de operações envolvendo instrumentos financeiros que se destinam a atender as necessidades próprias. Em 31/03/23 e 2022, a Cia. não mantém instrumentos financeiros não registrados contabilmente e não efetua operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo. Os principais riscos relacionados com a operação são os seguintes: • Risco de crédito; • Risco de liquidez; e • Risco de mercado. Essa nota explicativa apresenta informações sobre a exposição da Cia. a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Cia., políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e seu gerenciamento de capital. *Estrutura do gerenciamento de risco:* O Conselho de Administração é responsável pelo acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Cia., e os gestores de cada área se reportam regularmente ao Conselho sobre as suas atividades. As políticas de gerenciamento de risco da Cia. são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Cia. está exposta, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites definidos. As políticas e os sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Cia. A Cia., através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetivam desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os funcionários entendem os seus papéis e suas obrigações. *Risco de crédito:* Risco de crédito é o risco da Cia. incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, falharem em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes e outros débitos, arrendamentos a receber e de instrumentos financeiros derivativos ativos conforme apresentados abaixo. *Exposição ao risco de crédito:* O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras está demonstrada abaixo:

	31/03/23	31/03/22
Caixa e equivalentes de caixa	**36.211**	3.319
Aplicações financeiras	**2.422**	6.044
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	**18.313**	26.410
Arrendamentos a receber	**220.001**	267.500
Instrumentos financeiros derivativos	**34.122**	39.786
Total	**311.069**	343.059
Ativo circulante	**108.880**	73.741
Ativo não circulante	**202.189**	269.318

Caixa e equivalentes de caixa: A Cia. tem como princípio trabalhar com um número reduzido de instituições financeiras e busca negócios com aquelas que apresentam maior solidez. Além disso, outra política que busca mitigar o risco de crédito é manter saldos de aplicações financeiras proporcionalmente ao saldo de empréstimos e financiamentos com cada uma das instituições. A Cia. não possui registros de perdas em caixa e equivalentes de caixa. Contas a receber de clientes: A exposição da Cia. ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada cliente. Além disso, as vendas se realizam de forma bem distribuída durante todo o exercício societário (principalmente no período de safra, que vai de abril a março de cada ano calendário), o que possibilita à Cia. interromper entregas a clientes que porventura se apresentarem como potencial risco de crédito. Perdas por redução no valor recuperável: A composição por vencimento dos recebíveis de clientes registrados no ativo circulante, na data das demonstrações financeiras para os quais não foram reconhecidas perdas por redução no valor recuperável, era a seguinte:

	31/03/23	31/03/22
A vencer	18.313	26.410
	18.231	26.410
Provisão para perdas esperadas	–	–
	18.231	26.410

Movimentação da provisão para perdas esperadas:	31/03/23	31/03/22
Saldo inicial	–	**(531)**
Adição	–	**531**
Reversão	–	–
Saldo final	–	–

A Companhia avaliou o ajuste a valor presente dos seus saldos de contas a receber de clientes nas datas de 31/03/23 e 31/03/22. A Companhia reconheceu os valores a receber de longo prazo ao seu valor presente, deduzidos das parcelas futuras referente ao valor reconhecido como juros no momento inicial da transação. Para clientes que apresentam histórico de não cumprimento de suas obrigações financeiras, a Cia. procura trabalhar com pagamentos antecipados. Garantias: A Cia. é garantidora junto a entidades financeiras e cooperativas de créditos, de operações de compra de insumos e financiamentos a serem utilizados no plantio e colheita de cana-de-açúcar de seus fornecedores. Em 31/03/23, o valor garantido totaliza R$ 264.643 (R$ 236.943 em 31/03/22). A Cia. assumirá o débito de seus fornecedores, no limite da garantia prestada, em caso de não pagamento de suas obrigações. Os eventuais valores desembolsados pela Cia. para pagamento das obrigações dos fornecedores, em caso de inadimplência, serão acrescidos pela taxa CDI+4% ao ano "*pro-rata dia*" e serão descontados quando do fornecimento da cana-de-açúcar pelo fornecedor. *Risco de liquidez:* Risco de liquidez é o risco em que a Cia. irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A responsabilidade pelo gerenciamento do risco de liquidez é da Administração da Cia. e de seu Conselho de Administração, que gerencia o risco de liquidez de acordo com as necessidades de captação e gestão de liquidez de curto, médio e longo prazos mantendo linhas de crédito de captação de acordo com suas necessidades de caixa combinando os perfis de vencimento de seus ativos e passivos financeiros. A Cia. utiliza sistemas de informação e ferramentas de gestão que propiciam a condição de monitoramento de exigências de fluxo de caixa e da otimização de seu retorno de caixa em investimentos. A Cia. tem como política operar com alta liquidez para garantir o cumprimento de obrigações operacionais e financeiras pelo menos por um ciclo operacional; isto inclui o impacto potencial de circunstâncias extremas que não podem ser razoavelmente previstas, como desastres naturais e movimentos cíclicos do mercado de commodities. Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade da Cia., possam ocorrer significantemente mais cedo ou em montantes significantemente diferentes. *Exposição ao risco de liquidez:* O valor contábil dos passivos financeiros com risco de liquidez está representado abaixo:

	31/03/22	31/03/22
Débitos e financiamentos	**320.933**	**202.386**
Débito com partes relacionadas	**122.510**	**59.667**
Arrendamentos e parceria agrícola a pagar	**448.674**	**475.888**
Fornecedores e outras contas a pagar	**76.010**	**48.146**
Instrumentos financeiros derivativos	**99.138**	**157.693**
Total	**1.067.265**	**943.780**
Passivo circulante	**309.983**	**269.786**
Passivo não circulante	**757.282**	**673.994**

A seguir, estão os vencimentos contábeis dos passivos financeiros:

31/03/23	Valor contábil	Fluxo contratual	Até 12 meses	1 a 2 anos	2 a 3 anos	3 a 4 anos	4 a 5 anos	Mais de 5 anos
Empréstimos e financiamentos	**320.933**	**329.109**	**70.902**	**30.204**	**18.311**	**2.666**	**1.511**	**205.515**
Arrendamentos e parcerias agrícolas a pagar	**448.674**	**919.398**	**95.964**	**83.927**	**78.713**	**73.084**	**70.570**	**517.140**
Débito com partes relacionadas	**122.510**	**122.510**	**–**	**122.510**	**–**	**–**	**–**	**–**
Fornecedores e outras contas a pagar	**76.010**	**76.010**	**69.644**	**6.366**	**–**	**–**	**–**	**–**
Instrumentos financeiros derivativos	**99.138**	**99.138**	**91.853**	**7.285**	**–**	**–**	**–**	**–**
Total	**1.067.265**	**3.359.826**	**585.724**	**488.534**	**322.581**	**282.858**	**259.166**	**1.420.963**
31/03/22	**Valor contábil**	**Fluxo contratual**	**Até 12 meses**	**1 a 2 anos**	**2 a 3 anos**	**3 a 4 anos**	**4 a 5 anos**	**Mais de 5 anos**
Empréstimos e financiamentos	202.386	203.268	30.035	74.178	55.916	34.843	1.620	6.676
Arrendamentos e parcerias agrícolas a pagar	475.888	867.118	99.146	76.032	75.609	69.395	63.776	483.160
Débito com partes relacionadas	59.667	59.667	–	59.667	–	–	–	–
Fornecedores e outras contas a pagar	48.146	48.146	47.998	148	–	–	–	–
Instrumentos financeiros derivativos	157.693	157.693	106.512	50.234	947	–	–	–
Total	943.780	1.335.892	283.691	260.259	132.472	104.238	65.396	489.836

Movimentação dos passivos financeiros nas atividades de financiamentos:

	Empréstimos e financiamentos	Arrendamentos e parceria agrícola a pagar
Saldos em 1º/04/2021	151.257	225.793
Adições	91.502	187.551
(–) Pagamentos	(40.057)	(74.991)
(–) Pagamentos de juros	(17.896)	–
Realização de custos de transação	386	–
Juros incorridos	20.419	32.158
Remensuração de contratos de arrendamento	–	109.989
Baixa por distratos/alterações de contratos	–	(4.612)
Variação cambial	(3.225)	–
Saldos em 31/03/22	202.386	475.888
Adições	**193.826**	**90.776**
(–) Pagamentos	**(78.839)**	**(95.619)**
(–) Pagamentos de juros	**(29.869)**	**–**
Realização de custos de transação	**959**	**–**
Juros incorridos	**32.453**	**41.790**
Remensuração de contratos de arrendamento	**–**	**(53.328)**
Baixa por distratos/alterações de contratos	**–**	**(10.833)**
Variação cambial	**17**	**–**
Saldos em 31/03/23	**320.933**	**448.674**

Risco de mercado: Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros têm nos resultados da Cia. ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. Por meio de suas atividades, a Cia. também é exposto a riscos financeiros decorrentes de mudança no valor do ATR (Açúcar Total Recuperável), utilizado para cálculo do valor justo do ativo biológico e do valor do açúcar VHP (*Very High Polarized*). *Risco de taxa de juros:* A Cia. está exposta a riscos relacionados às taxas de juros, em função de empréstimos e financiamentos contratados e aplicações financeiras, expostas, principalmente, à variação do CDI, Selic, TJLP e TLP. A direção da Cia. monitora as flutuações das taxas de juros variáveis atreladas a algumas dívidas, utilizando-se de instrumentos derivativos com o objetivo de minimizar o impacto destes riscos. *Análise de sensibilidade de fluxo de caixa para instrumentos de taxa variável:* A análise de sensibilidade é determinada com base na exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros não derivativos em 31/03/23. Conforme determinado pela Instrução CVM 475/08, que requer que sejam apresentados dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável de risco considerado, apresentamos abaixo os possíveis impactos de quanto teriam aumentado (reduzido) o patrimônio e o resultado do exercício de acordo com os montantes mostrados a seguir. Esses cenários poderão gerar impactos no resultado e nos fluxos de caixa futuros da Cia. conforme descrito a seguir: • Cenário I: Corresponde ao cenário considerado mais provável nas taxas de juros, na data das demonstrações financeiras; • Cenário II: Apreciação de 25% no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível verificado no cenário provável; • Cenário III: Apreciação de 50% no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível verificado no cenário provável; • Cenário IV: Deterioração de 25% no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível verificado no cenário provável; e • Cenário V: Deterioração de 50% no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível verificado no cenário provável. *Risco de taxa de juros sobre ativos e passivos financeiros:*

Instrumentos	Exposição em 31/03/23	Risco	Cenários Taxa	Provável	Apreciação: Variação do índice em 25%	Apreciação: Variação do índice em 50%	Deterioração: Variação do índice em 25%	Deterioração: Variação do índice em 50%
Ativos financeiros								
Equivalentes de caixa	28.303	CDI	13,65%	3.863	966	1.932	(966)	(1.932)
Aplicações financeiras	2.422	CDI	13,65%	331	83	165	(83)	(165)
Passivos financeiros								
CCB	9.033	CDI	13,65%	(1.233)	(308)	(617)	308	617
CCB	3.244	SELIC	13,75%	(446)	(112)	(223)	112	223
CCE	45.220	CDI	13,65%	(6.173)	(1.543)	(3.086)	1.543	3.086
CPR	52.936	CDI	13,65%	(7.226)	(1.806)	(3.613)	1.806	3.613
Debênture - CRA	201.859	CDI	13,65%	(27.554)	(6.888)	(13.777)	6.888	13.777
Finame	70	TJLP	7,37%	(5)	(1)	(3)	1	3
Finame	106	SELIC	13,75%	(15)	(4)	(7)	4	7
Finame	16.365	TLP	5,60%	(916)	(229)	(458)	229	458
Impacto no resultado e patrimônio líquido				**(39.373)**	**(9.843)**	**(19.686)**	**9.843**	**19.686**

Fonte: A informação da CDI foi extraída da base da CETIP, e a TJLP e TLP foi extraída da Receita Federal e a SELIC do Banco Central do Brasil.

Risco de câmbio: A Companhia está sujeita ao risco de câmbio (dólar norte-americano) em parte do seu caixa e equivalente de caixa e instrumento financeiro derivativo, tomados em moeda diferente da moeda funcional. Com relação a outros ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, a Cia. garante que sua exposição líquida é mantida a um nível aceitável, comprando ou vendendo moedas estrangeiras a taxas à vista, quando necessário, para tratar instabilidades de curto prazo. As parcelas de curto prazo dos passivos monetários denominados em moeda estrangeira estão respaldadas por ativos também denominados em moeda estrangeira (exportação de açúcar com preço fixado em moeda estrangeira). Com relação à parcela de longo prazo desses passivos, ela está respaldada pelas exportações de açúcar da Cia., que representam 100% das exportações, e possui preços denominados em moeda estrangeira e com pouca volatilidade às variações da taxa de câmbio. *Exposições a riscos cambiais:* A exposição líquida em moeda estrangeira está demonstrada no quadro a seguir, pelos montantes de principal (em US$ mil):

	31/03/22	31/03/22
Caixa e equivalentes de caixa	**1.525**	–
Termo de moedas	**(36.331)**	(68.998)
NDF	**(389)**	–
Opções de Dólar	**(5.010)**	–
Receita futura (VHP) - Objeto de hedge	**41.341**	68.998
Exposição líquida	**1.136**	–

A exposição cambial líquida demonstrada acima, está substancialmente compensada com receitas altamente prováveis de exportação de produtos. *Análise de sensibilidade - risco de câmbio:* A análise de sensibilidade é determinada com base na exposição de partes do caixa e equivalente de caixa e instrumento financeiro derivativo à variação monetária do dólar norte-americano em 31/03/23. Conforme determinado pela Instrução CVM 475/08, que requer que sejam apresentados dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável de risco considerado, apresentamos abaixo os possíveis impactos de quanto teriam aumentado (reduzido) o patrimônio e o resultado do exercício de acordo com os montantes mostrados a seguir. Esses cenários poderão gerar impactos no resultado e/ou nos fluxos de caixa futuros da Cia. conforme descrito a seguir: • Cenário I: Para o cenário provável em dólar norte-americano foi considerada a taxa de câmbio da data de 31/03/23; • Cenário II: Apreciação de 25% no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível verificado no cenário provável; • Cenário III: Apreciação de 50% no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível verificado no cenário provável; • Cenário IV: Deterioração de 25% no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível verificado no cenário provável; e • Cenário V: Deterioração de 50% no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível verificado no cenário provável.

Cenários	US$ mil	R$ (MTM)	Apreciação (R$) 25%	Apreciação (R$) 50%	Deterioração (R$) 25%	Deterioração (R$) 50%
Instrumentos financeiros						
Caixa e equivalente de caixa	1.525	7.746	1.937	3.873	(1.937)	(3.873)
Instrumentos Financeiros Derivativos						
Opções de dólar	(5.010)	(170)	(42)	(85)	42	85
Termo de moedas	(36.331)	34.122	(46.410)	(91.574)	43.918	89.082
NDF	(389)	(98)	472	944	(472)	(944)
Objeto de Hedge						
Receita futura (VHP) - Objeto de hedge	41.341	(33.952)	46.453	91.659	(43.961)	(89.167)
Impacto no resultado e patrimônio líquido	**1.136**	**7.648**	**2.410**	**4.817**	**(2.410)**	**(4.817)**

As informações utilizadas para a apuração da análise de sensibilidade apresentada acima, foram obtidas junto as fontes externas de mercado, como Bloomberg e B3. *Risco de preço:* Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos principais produtos comercializados pela Cia. Essas oscilações de preços podem provocar alterações substanciais nas receitas de vendas, principalmente relacionados à exportação de Açúcar VHP. Para mitigar esse risco, a Cia. realiza constante monitoramento do mercado para antecipar-se a movimentos de preços. *Exposições a riscos de preço:* A exposição líquida dos instrumentos derivativos para hedge de preço do açúcar VHP está demonstrada no quadro a seguir, pelos montantes de principal (em US$ mil):

	31/03/23	31/03/22
Termo de *commodities*	**(33.635)**	75.545
Opções	**501**	333
Receita futura (VHP) - Objeto de hedge	**33.134**	(75.878)
Exposição líquida	**–**	–

Análise de sensibilidade - risco de preço: A análise de sensibilidade abaixo é determinada com base na exposição dos instrumentos financeiros derivativos de termo de commodities à variação de preços de exportação de açúcar VHP baseados na curva futura dos preços de tela NY#11 em 31/03/23. Abaixo foram apresentados dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável de risco considerado os possíveis impactos de quanto teriam aumentado (reduzido) o patrimônio e o resultado do exercício da Cia., conforme descrito a seguir: • Cenário I: Para o cenário provável apreciação nos preços futuros na posição da data de 31/03/23; • Cenário II: Apreciação de 25% no fator de risco principal do instrumento financeiro derivativo em relação ao nível verificado no cenário provável; • Cenário III: Apreciação de 50% no fator de risco principal do instrumento financeiro derivativo em relação ao nível verificado no cenário provável; • Cenário IV: Deterioração de 25% no fator de risco principal do instrumento financeiro derivativo em relação ao nível verificado no cenário provável; e • Cenário V: Deterioração de 50% no fator de risco principal do instrumento financeiro derivativo em relação ao nível verificado no cenário provável.

Cenários	USD	R$ (MTM)	Apreciação (R$) 25%	Apreciação (R$) 50%	Deterioração (R$) 25%	Deterioração (R$) 50%
Termo de *commodities*	(33.635)	(97.130)	–	–	–	–
Opções	501	(1.739)	(435)	(870)	435	870
Receita futura (VHP) - Objeto de hedge	33.134	98.869	435	870	(435)	(870)
Impacto no resultado e patrimônio líquido	–	–	–	–	–	–

Contabilidade de hedge: Hedge de fluxo de caixa envolvendo as exportações da Cia. A Cia. adota uma estrutura de *hedge accounting* de fluxo da caixa que consiste na cobertura de uma transação prevista, altamente provável, de exportação em moeda estrangeira (dólar norte-americano - US$), contra o risco cambial de flutuação de taxa de câmbio US$ versus R$, usando como instrumento de cobertura, instrumentos financeiros não derivativos como ACC (Adiantamento de Contratos de Câmbio) e NCE (Nota de Crédito à Exportação) e derivativos como NDF (*Non-Deliverable Forward*), em valores e vencimentos equivalentes às exportações. Abaixo está demonstrada a relação de *hedge* designada para *hedge accounting*:

	31/03/22 Realizado resultado	31/03/22 Não realizado (patrimônio líquido)	31/03/22 Realizado resultado	31/03/22 Não realizado (patrimônio líquido)
Termo de moeda e *commodities*	(103.613)	(64.917)	(76.100)	(132.780)
Opções de VHP	–	–	–	(947)
Exposição total	**(103.613)**	**(64.917)**	**(76.100)**	**(127.182)**
(–) IR/CS diferidos	35.228	22.072	25.874	40.088
Exposição líquida	**(68.385)**	**(42.845)**	**(50.226)**	**(87.094)**

A parcela efetiva da variação no valor justo de derivativos designados e qualificados como *hedge* de fluxo de caixa, e não liquidados, bem como a variação cambial dos instrumentos de *hedge* não derivativos é reconhecida no patrimônio líquido como "Ajustes de avaliação patrimonial". Esta parcela é realizada quando da eliminação do risco para o qual os instrumentos de *hedge* foram designados. Quando da liquidação dos instrumentos financeiros, os ganhos e as perdas previamente diferidos em outros resultados abrangentes são transferidos para o resultado. Instrumentos financeiros derivativos: A Cia. está exposta ao risco cambial do fluxo de caixa futuro em moeda estrangeira, devido à receita proveniente de exportações de açúcar. Com o objetivo de mitigar este risco, a Cia. adota procedimentos de cobertura baseada na exposição cambial calculada pelo valor dos créditos comerciais para os próximos 12 meses, revistos mensalmente. A cobertura do fluxo de caixa futuro é analisada e discutida pelo Conselho de Administração da Cia., que aprova e autoriza a contratação e designação de instrumentos financeiros derivativos para a contabilidade de *hedge*. O quadro abaixo apresenta todas as operações de instrumentos financeiros derivativos contratados, assim como os respectivos valores justos calculados pela Administração da Cia.:

	Tipo Moeda	31/03/23 Nocional (US$/R$ mil)	31/03/23 Nocional (US$/R$ mil)	31/03/22 Nocional (US$/R$ mil)	31/03/22 Valor justo (R$)
Termo de *commodities - VHP*	US$	33.635	(97.130)	**75.545**	(155.628)
Termo de moedas	US$	36.331	34.122	**68.998**	38.668
NDF	US$	389	(98)	–	–
Opções	US$	501	(1.739)	**333**	(947)
Opções de Dólar	US$	5.010	(170)	–	–
Total			(65.015)		(117.907)
Ativo circulante			28.170		14.966
Ativo não circulante			5.952		24.820
			34.122		39.786
Passivo circulante			(91.853)		(106.512)
Passivo não circulante			(7.285)		(51.181)
			(99.138)		**(157.693)**

Os instrumentos financeiros derivativos possuem os seguintes vencimentos:

31/03/23	Tipo	Nocional	Valor Contábil	Até 12 meses	1 a 2 Anos	2 a 3 Anos	3 a 4 Anos	4 a 5 Anos
Termo de *commodities*	US$	33.635	(97.130)	(91.605)	(5.525)	–	–	–
Termo de moedas	US$	36.331	34.122	28.170	5.952	–	–	–
NDF	US$	389	(98)	(78)	(20)	–	–	–
Opções VHP	US$	501	(1.739)	–	(1.739)	–	–	–
Opções Dólar	US$	5.010	(170)	(170)	–	–	–	–
Total			**(65.015)**	**(63.683)**	**(1.332)**	–	–	–

31/03/22	Tipo	Nocional	Valor Contábil	Até 12 meses	1 a 2 Anos	2 a 3 Anos	3 a 4 Anos	4 a 5 Anos
Termo de *commodities*	US$	75.545	**(155.628)**	**(105.394)**	**(50.234)**	–	–	–
Termo de moedas	US$	68.998	**38.668**	**13.848**	**20.908**	**3.912**	–	–
Opções Dólar	US$	333	**(947)**	–	–	**(947)**	–	–
Total		**144.875**	**(117.907)**	**(91.546)**	**(29.326)**	**2.965**	–	–

Resultado com instrumentos financeiros derivativos: A Cia. efetuou registro dos ganhos e perdas oriundos dessas operações no resultado do exercício. Em 31/03/23 e 2022, os impactos contabilizados no resultado estão demonstrados a seguir:

Derivativo	Mercado	Risco	31/03/23	31/03/22
Termo de moedas e *commodities*	CETIP	US$	**(103.613)**	(76.100)
Swap	CETIP	US$	–	(4.764)
NDF	CETIP	US$	**(98)**	–
			(103.711)	(80.864)
(–) IR/CS			**35.262**	27.494
Efeito líquido no resultado			**(68.449)**	(53.370)

c) Gestão de capital: A Cia. administra a gestão capital, para assegurar que ela possa continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximiza o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio. A estrutura de capital da Cia. é formada pelo endividamento líquido (empréstimos e financiamentos e arrendamentos e parceria agrícola a pagar, deduzidos pelo caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e pelo seu patrimônio líquido). A Administração revisa periodicamente a estrutura de capital da Cia. Como parte dessa revisão, a Administração considera o custo de capital, a liquidez dos ativos, os riscos associados a cada classe de capital e o grau de endividamento.

	31/03/22	31/03/22
Empréstimos e financiamentos, e partes relacionadas	**443.443**	262.053
Arrendamentos e parceria agrícolas a pagar	**448.674**	475.888
(–) Caixa e equivalentes de caixa	**(36.211)**	(3.319)
(–) Aplicações financeiras	**(2.422)**	(6.044)
Dívida líquida	**853.484**	728.578
Patrimônio líquido	**5.112**	31.841
Patrimônio líquido e dívida líquida	**858.595**	760.419
Coeficiente de alavancagem	**166,99**	22,88

24. IR e CS diferidos:

	Ativo (Passivo) 31/03/23	Ativo (Passivo) 31/03/22	Resultado 2023	Resultado 2022	Patrimônio líquido 31/03/23	Patrimônio líquido 31/03/22
Provisão para demandas judiciais	–	(746)	**746**	(815)	–	(54)
Provisão para perdas esperadas	–	–	–	(181)	–	–
Provisão para perdas com estoques	**378**	560	**(182)**	51	–	–
Prejuízo fiscal e base negativa (a)	**24.798**	25.320	**(522)**	16.637	–	–
Valor justo do ativo biológico	**(4.393)**	(3.819)	**(574)**	(1.495)	–	–
Variação cambial	**23**	–	**23**	78	–	–
Efeitos de contratos opções	**649**	322	–	–	**327**	322
Efeitos de contratos de *forward*	**21.456**	36.613	**3.187**	(3.154)	**(18.344)**	(5.379)
Efeitos de diferença depreciação fiscal x vida útil	**(1.234)**	(1.311)	**77**	(18)	–	–
Efeito variação do CPC 06(R2)	**11.554**	4.411	**7.143**	2.735	–	–
Líquido	**53.231**	61.350	**9.898**	13.838	**(18.017)**	(5.111)

(a) A Administração da Cia. reconheceu IR e CS diferidos ativos sobre prejuízos fiscais do IR e base negativa de CS com base na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros. O saldo remanescente de IR e CS diferidos sobre prejuízo fiscal do IR e base negativa de CS escriturado nas obrigações fiscais, deduzidos do ativo fiscal diferido constituído no exercício, e não registrado contabilmente é de aproximadamente R$120.679. O IR e a CS diferidos ativos foram constituídos em decorrência de estudos preparados pela Administração, demonstrando a geração de lucros tributáveis futuros em montante suficiente à realização total desses em um prazo máximo de dez anos. A Cia. levou em consideração ainda o aumento da lucratividade e da base tributável nos últimos exercícios. A realização esperada dos impostos diferidos em 31/03/23 é como segue:

Período	Valor
01/04/2023 a 31/03/2024	**1.494**
01/04/24 a 31/03/25	**9.572**
01/04/25 a 31/03/26	**15.120**
01/04/26 a 31/03/27	**6.781**
01/04/27 a 31/03/28	**7.466**
01/04/28 a 31/03/33	**12.798**
	53.231

Reconciliação da taxa efetiva

	2023	2022
Lucro antes do IR e CS	(1.331)	(30.847)
Alíquota nominal	34%	34%
Despesa com imposto à alíquota nominal	453	10.488
Ajustes para apuração da alíquota efetiva:		
Reconhecimento de prejuízo fiscal e base negativa de exercícios anteriores	9.318	1.926
Subvenções e efeito fiscal na distribuição de reservas fiscais	(11.048)	4.358
Outras	3.062	(1.497)
IR e CS	1.785)	15.275
Corrente	(8.113)	1.437
Diferido	9.898	13.838

A alíquota nominal dos impostos é de 34% sobre o lucro ajustado conforme a legislação vigente do Brasil para o lucro tributável anual. As diferenças temporárias dedutíveis e os prejuízos fiscais acumulados não prescrevem de acordo com a legislação tributária vigente. **25. Receita líquida:** As receitas operacionais da Cia. são compostas pela venda de açúcar e etanol para o mercado interno e externo e energia elétrica.

	2023	2022
Receita bruta de vendas e serviços:		
Etanol mercado interno	**313.386**	238.911
Açúcar mercado externo	**314.049**	216.489
Hedge accounting (nota 23)	**(103.613)**	(76.100)
Energia elétrica	**18.731**	17.662
CBIOs	**10.187**	3.252
Outras receitas	**12.761**	9.535
Receita bruta	**565.501**	409.749
Impostos sobre vendas	**(37.218)**	(30.322)
Receita líquida	**528.283**	379.427

Compromissos com Contratos - Açúcar Mercado Externo: A Cia. opera principalmente no mercado de *commodities* e possui diversos acordos no mercado de açúcar, através dos quais se compromete a vender volumes desses produtos em safras futuras. Os compromissos de venda de açúcar, em 31/03/23, estão demonstrados abaixo em toneladas (t) conforme cronograma por safras:

Safra	Toneladas
23-24	148.000
Total geral	148.000

Etanol mercado interno: As controladas da Companhia possuem compromissos firmados para venda de etanol hidratado para safra 2023/2024, conforme demonstrado abaixo em metros cúbicos (m^3):

	Vale do Pontal
Anidro	–
Hidratado	2.500
Total geral	2.500

Energia elétrica: A Vale do Pontal possui contrato de fornecimento de energia elétrica junto à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, firmado através de leilão promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, prevê o fornecimento de 876.000 Mwh, durante o período compreendido entre abril de 2010 e março de 2025, com correção monetária pelo IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo. A Cia. também possui contratos de venda de energia com outras empresas até a safra 2024/2025. Segue abaixo o fluxo das entregas para as próximas safras em Mwh:

Safra	Mwh
2023/2024	**85.000**
2024/2025	**85.000**
2025/2048	**1.870.000**
Total	**2.040.000**

Arrendamentos e contratos de parceria agrícola: A Vale do Pontal possui contratos de arrendamento de terras e parceria para cultivo de cana-de-açúcar, cujos direitos de uso foram reconhecidos conforme demonstrado na nota explicativa 16, e os passivos relacionados estão demonstrados na nota explicativa 19. **26. Gastos por natureza:** A Cia. apresentou as demonstrações do resultado utilizando uma classificação das despesas baseada na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas nas demonstrações do resultado são apresentadas a seguir:

	2023	2022
Custo das vendas e serviços		
Amortização tratos	**(32.463)**	(24.010)
Amortização do plantio	**(28.023)**	(22.683)
Compra de cana fornecedor na esteira	**(199.309)**	(164.148)
Amortização do direito de uso e parcerias agrícolas	**(36.565)**	(24.890)
Depreciação	**(17.136)**	(15.045)
Amortização de entressafra	**(40.013)**	(30.397)
Custos com corte, carregamento e transporte (CCT)	**(49.482)**	(34.663)
Custos industriais	**(40.172)**	(23.672)
Custo de serviços	**(12.451)**	(7.016)
Outros custos	**(2.467)**	(197)
Variação do valor justo de ativos biológicos	**1.688**	4.396
Créditos de PIS e COFINS sobre insumos	**16.740**	13.581
Total	**(439.653)**	(328.744)

	2023	2022
Despesas com vendas		
Fretes e carretos	**(35.044)**	(24.617)
Tarifas decorrentes da distribuição de energia elétrica	**(1.692)**	(1.805)
Despesas com pessoal	**(934)**	(754)
Outras despesas comerciais	**(3.017)**	(3.206)
Depreciação e amortização	**(457)**	(403)
Total	**(41.144)**	(30.785)

	2023	2022
Despesas administrativas		
Despesas com pessoal	**(2.950)**	(2.171)
Serviços de terceiros	**(1.956)**	(5.914)
Outras despesas administrativas	**(1.636)**	(948)
Serviços compartilhados	**(5.780)**	–
Depreciação e amortização	**(762)**	(631)
Total	**(13.084)**	(9.664)

27. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas:

	2023	2022
Outras receitas (despesas) líquidas:		
Crédito outorgado de ICMS	**17.015**	–
Resultado na baixa de contratos de arrendamento	**–**	1.284
Resultado venda de produtos do almoxarifado	**2.942**	459
Resultado com obrigações atuariais (a)	**–**	2.148
Outras receitas e despesas	**681**	465
Total	**20.638**	4.356

(a) A partir de 01/04/21 a Vale do Pontal passou a custear integralmente a contribuição ao plano médico relativo a seus funcionários, sendo concentrados em uma única operadora. Em decorrência desses eventos, houve redução significativa na massa de ex-funcionários devido opção por desistência da permanência no plano médico, fator determinante para o passivo atuarial ser nulo a partir do exercício atual.

28. Resultado financeiro, líquido:

	2023	2022
Despesas financeiras:		
Juros sobre empréstimos e financiamentos	**(32.453)**	(20.419)
IOF	**(6.836)**	(2.726)
Perdas efetivas - liquidação de operações - Derivativos	**(122)**	(4.764)
Variação cambial passiva	**(5.882)**	(11.540)
Outras despesas financeiras	**(3.394)**	(3.901)
Juros sobre arrendamentos	**(40.874)**	(32.267)
Tarifas bancárias	**(1.003)**	(1.608)
Total	**(90.564)**	(77.225)
Receitas financeiras:		
Rendimentos sobre aplicações financeiras	**3.396**	626
Variação cambial ativa	**6.543**	10.508
Outras receitas financeiras	**5.134**	2.819
Ganhos com ajuste a valor justo - derivativos	**24**	–
Juros sobre arrendamentos	**19.096**	17.835
Total	**34.193**	31.788
Resultado financeiro, líquido	**(56.371)**	(45.437)

29. Partes relacionadas: a) Remuneração de pessoal-chave da Administração: O pessoal-chave da Administração do Grupo CMAA é composto pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração. Os montantes referentes à remuneração do pessoal-chave da Administração são desembolsados pela parte relacionada usina Vale do Tijuco Açúcar e Álcool S.A., que durante o exercício findo em 31/03/23, a título de benefícios de curto prazo foram de R$7.486 (R$6.385 em 31/03/22) e incluem salários, bônus, remunerações variáveis e benefícios diretos e indiretos. A assembleia geral aprovou o montante de remuneração global anual dos administradores no total de R$ 9.720 para os exercícios findos em 31/03/23 e 2022, entretanto o valor está sujeito a alterações conforme política de bonificação aprovada pelo Grupo. b) Principais saldos de transações: As transações efetuadas junto às partes relacionadas, excetuando a compra de matéria-prima, a qual é feita de acordo com o preço de mercado, são realizadas com base em condições negociadas entre a Cia. e as partes relacionadas, as quais poderiam ser diferentes caso fossem realizadas com partes não relacionadas. Os saldos com partes relacionadas, que são compostos por transações com os acionistas ou empresas ligadas aos acionistas, estão apresentados como seguem:

		31/03/23	31/03/22
Ativo circulante			
Contas a receber com partes relacionadas			
Vale do Tijuco Açúcar e Álcool S.A.	(i)	152	17
Canápolis Açúcar e Etanol S.A.	(i)	–	17
		152	34
Adiantamento a fornecedores e outros ativos			
Companhia Mineira de Açúcar e Álcool Participações	(iv)	15.574	–
Direito de uso sobre parcerias agrícolas			
Terra Forte Empreendimentos e Participações S.A.	(ii)	**13.193**	13.530
Total de ativos		**28.919**	13.564
Passivo não circulante			
Fornecedores partes relacionadas (NE 18)		**31/03/23**	**31/03/22**
Vale do Tijuco Açúcar e Álcool S.A.	(i)	972	1.564
Canápolis Açúcar e Etanol S.A.	(i)	–	20
Terra Forte Empreendimentos e Participações S.A.	(i)	244	289
		1.216	1.873
Débitos com partes relacionadas (NE 17)			
Vale do Tijuco Açúcar e Álcool S.A.	(iii)	**122.510**	59.667
		122.510	59.667
Arrendamentos e parceria agrícola a pagar			
Terra Forte Empreendimentos e Participações S.A.	(ii)	**88.611**	20.260
Total arrendamentos e parceria agrícola a pagar		**88.611**	20.260
Total de passivos		**212.337**	81.800
		2023	**2022**
Resultado			
Amortização de direito de uso e juros apropriados			
Terra Forte Empreendimentos e Participações S.A.	(ii)	**2.305**	2.289
		2.305	2.289

(i) Montante referente a vendas/compras de insumos agrícolas e ativos entre partes relacionadas. (ii) Montante referente a direito de uso e passivo de arrendamento com a parte relacionada Terra Forte Empreendimentos. (iii) Mútuo a pagar, sem incidência de juros. (iv) Antecipação de dividendos realizados em 18/04/22. A Vale do Pontal concede garantias financeiras para operações de fornecedores, conforme descrito na nota explicativa nº 23. **30. Informações suplementares aos fluxos de caixa:**

Transações que não afetaram caixa	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Direito de uso	51.095	171.167
Cessão de arrendamentos e parcerias agrícolas a receber	(13.646)	126.301
Depreciação de imobilizado capitalizados como ativo biológico	1.372	1.015
Depreciação de imobilizado capitalizados como imobilizado - cultura permanente	1.375	1.574
Juros sobre arrendamentos capitalizados como imobilizado - cultura permanente	916	1.145
Amortização de direito de uso capitalizados como imobilizado - cultura permanente	2.927	3.231

31. Cobertura de seguros: A Cia. adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Em 31/03/2023, a Companhia possui cobertura de seguros por valores considerados suficientes pela sua Administração para cobrir eventuais perdas, os quais se encontram demonstrados a seguir:

Bens segurados	Importância segurada
Responsabilidade civil	60.000
Penhor rural	5.567
Benfeitorias	52.916
Veículos	100% tabela FIPE
Patrimonial	400.000
D&O (Alta Administração)	30.000

Conselho de Administração

Conselheiros

José Francisco de Fátima Santos - Presidente

Luiz Gustavo Turchetto Santos | **Moleonoto Tjang**

Hansjorg Suelzle | **Surjadi Tirtarahardia**

Mark Julian Wakeford

Diretoria Executiva

Carlos Eduardo Turchetto Santos | **Jeferson Degaspari**

Alisson Venturini Colonhezi | **Eduardo Scandiuzzi Lopes**

Marcelo Bosquetti

Contador

Fernando Pereira Falheiros - CRC/GO nº GO-026087/O-4

continua ★

continuação

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras da Vale do Pontal Açúcar e Etanol S.A.

Aos Acionistas e Administradores da **Vale do Pontal Açúcar e Etanol S.A.** - Uberaba - MG. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Vale do Pontal Açúcar e Etanol S.A. ("Cia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31/03/23 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cia. em 31/03/23, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Cia., de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Cia. continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Cia. ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Cia. são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cia. a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Goiânia, 13 de julho de 2023

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S. Ltda.
CRC SP-015199/F
Wagner dos Santos Junior
Sócio - Contador - CRC-1SP-216386/O-T

Companhia Mineira de Açúcar e Álcool Participações

CNPJ nº 08.493.364/0001-62

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO | 4T23 CALENDÁRIO SAFRA

Uberaba, 01 de junho de 2023. **Senhores Acionistas,** A Companhia Mineira de Açúcar e Álcool Participações (CMAA), Companhia aberta registrada na CVM (categoria B), um dos maiores *players* de etanol, açúcar VHP e bioeletricidade no estado de Minas Gerais, apresenta os resultados consolidados do 4T23 - calendário Safra (período entre 01/04/2022 e 31/03/2023).

Mensagem da Administração

Em meio aos constantes aumentos nos preços de açúcar no mercado internacional observados durante a safra 22/23, o setor sucroenergético enfrentou grandes desafios, seja devido à instabilidade econômica causada principalmente pelo ano eleitoral brasileiro, das movimentações tributárias que afetaram diretamente a paridade dos preços do etanol com o preço da gasolina e impactam o consumo, ou ainda devido os altos custos da safra, principalmente de insumos agrícolas e industriais (principalmente devido ao impacto do conflito entre Rússia e Ucrânia), combustíveis e, consequentemente, dos serviços de frete em geral. Segundo dados divulgados pela UNICA (União da Indústria de Cana-de-Açúcar), as usinas da região Centro-Sul processaram 548,28 milhões de toneladas de cana-de-açúcar desde o início da safra até o final de março de 2023, ou seja, 4,61% a maior em relação ao mesmo período da safra anterior (com moagem de 524,1 milhões de toneladas). A média de açúcar total recuperável (ATR) por tonelada de cana também foi menor na região acumulando 140,80 kg/toneladas de cana ou seja 1,45% menor, quando comparado ao mesmo período. Mantendo o comparativo do ano anterior, na região Centro-Sul foram fabricados 28,91 bilhões de litros de etanol, 4,66% a mais do que o mesmo período comparativo, sendo 16,62 bilhões de litros de etanol hidratado e 12,29 bilhões de litros de anidro. No acumulado da safra, o grupo CMAA apresentou moagem 6,8% superior ao mesmo período da safra anterior, totalizando 536,1 mil toneladas a mais em relação à safra 21/22. A quantidade de processamento foi totalmente recuperada dentro da safra, com volume de cana moída 8.472,6 mil tons. A quantidade de Açúcares Totais Recuperáveis (ATR) atingiu 139,1 kg/ton no acumulado da safra, sendo 1,6% maior que o apresentado na safra anterior, que foi 136,9 kg/ton. Na safra a produção de açúcar chegou a 658,1 mil toneladas, aumento de 15% frente ao mesmo período da safra anterior. No etanol houve uma redução de 2,2% na produção, totalizando 6,99 milhões de litros no mesmo período, devido o mix encontrar-se voltado para a produção de açúcar. Quanto ao desempenho econômico, a CMAA, registrou uma receita líquida de R$ 2.167 milhões, alta de 20,6% comparado ao mesmo período do ano anterior, e lucro líquido de R$ 78,6 milhões de reais. Continuamos dedicados no alcance dos melhores resultados, focados sempre em garantir o constante crescimento do grupo com aumento de eficiência operacional e redução de custos. Tudo isso, aliado a integridade e as condições ideais de trabalho de nossos colaboradores, com fortes investimentos em sua capacitação e desenvolvimento. Seguem também as fortes iniciativas que nos permitem constante crescimento sustentável, mantendo elevados padrões de ESG como um dos nossos mais importantes pilares operacionais. Por fim, continuamos comprometidos em fortalecer nosso agronegócio nacional, gerando valor para nossos acionistas e a sociedade em geral na produção de alimento e de energia natural e limpa.

Destaques 12M23 x 12M22: Processamento de 8,4 milhões de toneladas de cana na safra, sendo **6,8% superior** ao volume processado durante o mesmo período da safra anterior (8.472,6 mil tons *versus* 7.936,5 mil tons). **Produção** na safra quando comparada com o mesmo período ficou 658,1 mil toneladas de açúcar (**+15%**), 109,8 mil m³ de etanol anidro (**-14,6%**), 200 mil m³ de etanol hidratado (**+6,3%**) e 431,3 mil MWh de energia elétrica (**+20%**). **Receita líquida** de R$ 2.167,2 bilhões, **20,6% maior** do que os R$ 1.797,7 bilhões auferidos na safra anterior. **Resultado Operacional**[1] de R$ 394,1 milhões na safra, com margem de 18,2%. **EBITDA ajustado** de R$ 1.100,5 bilhões, **27,7% maior** do que os R$ 861,2 milhões auferidos na safra anterior. [1] O Resultado Operacional equivale ao Lucro antes do resultado financeiro e imposto de renda e contribuição social conforme apresentado na DRE. [2] O EBITDA Ajustado é encontrado deduzindo do EBITDA os efeitos de variação de valor justo do Ativo Biológico (fair value) e os ganhos e perdas com investimentos do EBITDA.

Sobre o Grupo CMAA: A Companhia Mineira de Açúcar e Álcool Participações, com sede em Uberaba/MG, é controladora da Vale do Tijuco Açúcar e Álcool S/A. (Vale do Tijuco), Vale do Pontal Açúcar e Etanol S/A. (Vale do Pontal) e Canápolis Açúcar e Etanol S/A. (Canápolis). As três unidades estão localizadas na região conhecida como Triângulo Mineiro com capacidade de processamento de 9,7 milhões de toneladas de cana e produzem açúcar, etanol anidro, etanol hidratado e energia elétrica, bem como os subprodutos óleo fusel e bagaço de cana. A Vale do Tijuco, cujas operações tiveram início em abril de 2010, possui capacidade de moagem aproximada de 5,0 milhões de toneladas de cana-de-açúcar/ano. Na Vale do Pontal, as atividades tiveram início em maio de 2016 e a empresa passou a fazer parte do Grupo em julho de 2018. A capacidade de moagem em suas instalações é de cerca de 2,7 milhões de toneladas de cana-de-açúcar/ano. A Usina Canápolis iniciou as suas atividades em maio 2020 e passou a fazer parte do Grupo CMAA em 30 de setembro 2020, com uma capacidade de moagem atual de 2,0 milhões de toneladas de cana-de-açúcar/ano.

Desempenho Operacional: Durante a safra foram processadas 8.472,6 mil toneladas de cana, 6,8% de aumento na comparação com as 7.936,5 mil toneladas no mesmo período da safra anterior, com 48,5% de cana de origem própria e 51,5% de fornecedor. O ATR no acumulado da safra a Companhia segue com aumento de 1,6%, chegando ao ATR médio de 139,1 kg/ton.

Dados Operacionais	12M23	12M22	Var. (%)
CMAA - Consolidado			
Cana Processada (mil toneladas)	8.472,6	7.936,5	6,8%
% Própria	48,5%	47,5%	1,0 p.p.
% Terceiros	51,5%	52,5%	-1,0 p.p.
ATR (kg/ton de cana)	139,1	136,9	1,6%
Mix Açúcar	59,2%	55,5%	3,7 p.p.
Mix Etanol	40,8%	44,5%	-3,7 p.p.
Produção			
Açúcar (mil toneladas)	658,1	572,5	15,0%
Etanol Anidro (mil m³)	109,8	128,6	-14,6%
Etanol Hidratado (mil m³)	200,0	188,2	6,3%
Total Etanol	**309,8**	**316,8**	**-2,2%**
Energia (mil MWh)	431,3	359,5	20,0%
Vendas			
Açúcar (mil toneladas)	646,1	563,2	14,7%
Etanol Anidro (mil m³)	129,4	104,3	24,1%
Etanol Hidratado (mil m³)	180,0	206,7	-13,0%
Total Etanol	**309,4**	**311,1**	**-0,5%**
Energia (mil MWh)	421,6	353,2	19,4%
CBIOS (mil unidades)	362,3	241,7	49,9%
Estoques			
Açúcar (Mil toneladas)	14,7	5,5	166,6%
Etanol Anidro (mil m³)	4,0	6,2	-35,1%
Etanol Hidratado (mil m³)	1,6	2,1	-23,7%
Total Etanol	**5,6**	**8,3**	**-32%**

Aproveitando as condições favoráveis do mercado e a fim de atender aos volumes de fixações futuras realizados na safra anterior, a produção de açúcar da safra 22/23 foi de 658,1 mil toneladas, com aumento de 15% na comparação com o mesmo período do ano anterior. No etanol houve uma redução de 2,2% na produção total, sendo que a produção de etanol anidro alcançou 109,8 mil m³, volume 14,6% inferior, enquanto a produção de etanol hidratado totalizou 200,0 mil m³, aumento de 6,3% considerando o mesmo período do ano passado. Quanto a cogeração de energia, a Companhia apresentou aumento de 20,0% no acumulado da safra, a geração passou de 359,5 mil MWh para 431,3 mil MWh, consequência do maior processamento de cana no período e a melhora na eficiência energética da unidade Vale do Pontal.

Desempenho Econômico-Financeiro

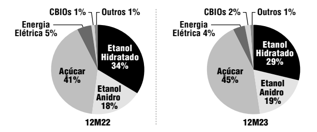
CMAA - Consolidado	12M23	12M22	Var. (%)
Em Milhares de Reais			
Receita Bruta	2.252.655	1.933.365	16,5%
Receita Líquida	**2.167.225**	**1.797.711**	**20,6%**
Valor Justo Ativo Biológico no CPV	(21.854)	51.948	-142,1%
CPV sem Valor Justo Ativo Biológico	(1.587.809)	(1.309.990)	21,2%
Total do CPV	**(1.609.663)**	**(1.258.042)**	**28,0%**
Margem CPV (%)	*74,3%*	*70,0%*	*4,3%*
Lucro Bruto	**557.562**	**539.669**	**3,3%**
Margem Bruta (%)	*25,7%*	*30,0%*	*-4,3%*
Despesas Gerais, Comerciais e Outras	(163.436)	(160.605)	1,8%
Resultado Operacional	**394.126**	**379.064**	**4,0%**
Margem Operacional (%)	*18,2%*	*21,1%*	*-2,9%*
Depreciação e Amortização	684.556	543.281	26,0%
EBITDA	**1.078.682**	**922.345**	**17,0%**
Margem EBITDA (%)	*49,8%*	*51,3%*	*-1,5%*
Valor Justo Ativo Biológico no CPV	21.854	(51.948)	-142,1%
Ganhos e Perdas com Investimentos	(46)	(3.557)	-98,7%
EBITDA ajustado	**1.100.490**	**866.840**	**27,0%**
Margem EBITDA ajustado (%)	*50,8%*	*48,2%*	*2,6%*
Lucro Líquido	**78.632**	**195.085**	**-59,7%**
Margem Líquida (%)	*3,6%*	*10,9%*	*-7,2%*

Na safra 22/23, a CMAA registrou um lucro líquido de R$ 78,6 milhões, resultado inferior em 59,7% de lucro líquido do mesmo período do ano anterior. A margem líquida foi 3,6% ante 10,9% no mesmo período de comparação, sendo que os principais motivos foram os maiores volumes de faturamento de açúcar e etanol, a melhores níveis de preços, em contraponto também houve maiores custos de produção e logística, e variação negativa no valor justo dos ativos biológicos devido a atualização a menor das estimativas de preços de etanol com maiores custos no fluxo de caixa futuro projetado.

Receita

Composição Receita Bruta	12M23	12M22	Var. (%)
Em Milhares de Reais			
Mercado Interno	**1.175.002**	**1.107.857**	**6,1%**
Etanol Hidratado	653.382	711.076	-8,1%
Etanol Anidro	355.466	324.115	9,7%
Hedge Accounting Etanol	–	(96.917)	–
Açúcar VHP	339	33.067	-99,0%
Energia Elétrica	102.652	107.515	-4,5%
CBIOs	38.488	12.520	207,4%
Outros	24.675	16.482	49,7%
Mercado Externo	**1.077.653**	**825.508**	**30,5%**
Açúcar VHP	1.297.759	990.281	31,0%
Hedge Accounting Açúcar VHP	(287.908)	(227.703)	26,4%
Etanol Anidro	67.802	62.930	–
Receita Bruta Total	**2.252.655**	**1.933.365**	**16,5%**
Etanol Hidratado	653.382	650.199	0,5%
Etanol Anidro	423.268	351.005	20,6%
Etanol Total	**1.076.650**	**1.001.204**	**7,5%**
Açúcar	1.010.190	795.645	27,0%
Energia Elétrica	102.652	107.515	-4,5%
CBIOs	38.488	12.520	207,4%
Outros	24.675	16.482	49,7%

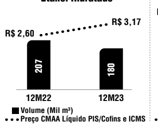
Distribuição - Receita Bruta



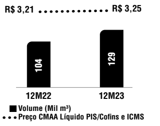
Na safra 22/23 (12M23), a receita bruta, em geral, teve aumento de 16,5% alcançando R$ 2.252,6 bilhões. O faturamento de etanol representou um aumento de cerca de 7,5% no acumulado da safra, enquanto a receita bruta referente à venda de açúcar aumentou cerca de 27,0%. Já a receita com venda de CBIOs aumentou 207,4% em relação ao acumulado do mesmo período da safra 2021/2022, totalizando 38,4 milhões de reais.

Etanol: Embora o início da safra tenha sido marcado por preços mais elevados, o mercado de etanol apresentou queda de preços e demanda ao longo do período da safra devido às alterações na paridade de preço com a gasolina resultante das desonerações tributárias (ICMS, Pis e Cofins) que impactou toda a cadeia de comercialização de combustíveis. Como parte das vendas de etanol já estava fixada a bons níveis de preço e a Companhia vem realizando as entregas deste volume no decorrer da safra, os preços médios de venda foram superiores ao exercido pelo mercado, o que nos assegurou um melhor preço médio comparado ao mesmo período do exercício anterior. Também foram aproveitadas oportunidades pontuais de exportação de etanol no período, a níveis de preços que resultavam em melhores margens para a companhia no trimestre (cerca de 20 mil m³ de etanol). Como parte das receitas brutas realizadas pela Companhia no acumulado da safra possuem cargas tributárias diferentes, seja pela diminuição da alíquota do imposto sobre circulação de mercadorias (ICMS), ou o zeramento da alíquota de Pis/Cofins em grande parte dos meses da safra e que impactam diretamente nos respectivos preços brutos, para fins comparativos apresentamos o etanol a partir dos preços líquidos de PIS, COFINS e ICMS no período atual e no período comparativo. Até o fim da safra, impulsionados pelo alta no preço do açúcar no mercado externo, baixa oferta de etanol hidratado e anidro e a paridade favorável frente os preços da gasolina, os preços de Etanol apresentaram alta na média do período. Visando capturar os melhores momentos de preços no decorrer da safra, a CMAA comercializou um total de 179,9 mil m³ de etanol hidratado, com um preço médio líquido de R$ 3,17/litro, superior ao mesmo período da safra passada de R$ 2,60/litro. Já no etanol anidro, foram comercializados 129,4 mil m³ com preço líquido médio de R$ 3,25, levemente superior ao preço médio líquido do mesmo período anterior, que havia sido de 3,21 R$/litro.

Volumes x Preço - Etanol Hidratado

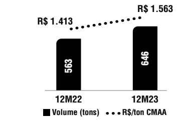


Volumes x Preço - Etanol Anidro



VHP: Até o final da safra foram vendidas 646,1 mil toneladas de açúcar quase que totalmente no mercado externo, o que representa um aumento de 14,7% em relação às 563,17 mil toneladas comercializadas no mesmo período do ano passado. O ritmo das vendas foi maior nos últimos trimestres devido à cadência de produção da safra e transporte/embarque no açúcar no porto. Embora menores do que os preços *Spot* atuais do mercado de açúcar, os preços praticados pela CMAA que foram superiores em 10,7% ao praticado no mesmo período do ano anterior, alcançando preço médio de R$ 1.563 por tonelada, já com os efeitos do Hedge Accounting das fixações de preço realizadas nos anos anteriores.

Volumes de Venda x Preço Bruto VHP



Custo dos Produtos Vendidos

CPV	12M23	12M22	Var. (%)
Em Milhares de Reais			
Amortização tratos	177.237	113.713	55,9%
Amortização do plantio	113.441	93.620	21,2%
Compra de cana fornecedor na esteira	568.152	517.331	9,8%
Amortização do direito de uso e parcerias agrícolas	154.509	125.971	22,7%
Depreciação	75.087	69.163	8,6%
Amortização de entressafra	157.358	132.983	18,3%
Custos com corte, carregamento e transporte (CCT)	241.854	190.128	27,2%
Custos industriais	133.954	97.947	36,8%
Custo de serviços prestados	30.442	20.081	51,6%
Outros custos	3.005	726	313,9%
Variação do valor justo de ativos biológicos	21.854	(51.947)	-142,1%
Créditos de PIS e COFINS sobre insumos	(67.230)	(51.674)	30,1%
Total	**1.609.663**	**1.258.042**	**28,0%**
Abertura do CPV por produto			
Açúcar	843.837	639.298	32,0%
Etanol	688.176	623.624	10,4%
Energia	20.214	14.977	35,0%
Outros	57.436	(19.856)	-389,3%
Total do CPV	**1.609.663**	**1.258.042**	**28,0%**
ATR Vendido ('000 Tons)	1.142	1.056	8,2%
Custo Unit. (CPV Açúcar e Etanol/ATR)	1.341	1.196	12,2%

O custo dos produtos vendidos apresentou alta de 28,8% na comparação com o exercício anterior, já considerando os efeitos de variação de valor justo do ativo biológico, reflexo dos maiores volumes de produtos comercializados. Outro fator relevante foi o aumento nos custos totais de produção que se deu, dentre os principais impactos, pelo reflexo da amortização dos custos dos tratos culturais que foram desembolsados no período anterior a fim garantir o melhor rendimento do canavial frente as situações climáticas adversas naquela safra e os maiores custos dos insumos agrícolas. Também são relevantes os maiores custos industriais devido ao aumento de preço dos insumos, manutenção e mão de obra, além do maior custo de Corte, Carregamento e Transporte de cana - CCT devido os maiores preços do diesel e maiores custos de manutenção observados na safra. **Despesas Operacionais:** As despesas com vendas da Companhia atingiram R$ 172,5 milhões em 12M23, 34,0% maior que o registrado no mesmo período da safra anterior, tendo como principal motivo o aumento nos preços dos fretes para o envio do açúcar para os terminais portuários e o maior volume de açúcar comercializado.

Despesas com Vendas	12M23	12M22	Var. (%)
Em Milhares de Reais			
Fretes e carretos	147.233	100.361	46,7%
Tarifas Decorrentes da Distribuição de Energia Elétrica	6.609	7.919	-16,5%
Despesas com pessoal	5.735	5.026	14,1%
Outras despesas comerciais	9.876	12.564	-21,4%
Depreciação e amortização	3.066	2.907	5,5%
Total Geral	**172.519**	**128.777**	**34,0%**

Já as despesas administrativas apresentaram um aumento de 4,6% em 12M23 na comparação com o mesmo período do ano passado. Houve aumento nas despesas com pessoal em função da maior quantidade de trabalhadores no departamento administrativo para melhor suporte ao constante crescimento operacional da companhia, além do efeito do dissídio aplicado no exercício. Ao mesmo tempo, a rubrica de serviços de terceiros apresentou redução no período com a internalização de várias atividades.

Despesas Administrativas	12M23	12M22	Var. (%)
Em Milhares de Reais			
Despesas com pessoal	29.235	24.971	17,1%
Serviços de terceiros	13.223	19.635	-32,7%
Outras despesas administrativas	14.588	8.741	66,9%
Depreciação e amortização	3.428	4.493	-23,7%
Total Geral	**60.474**	**57.840**	**4,6%**

Resultado Financeiro e Endividamento Bancário: O resultado financeiro líquido apurado acumulado até 31 de março de 2023 foi negativo de R$ 326,9 milhões, 36,8% maior que os R$ 238,9 milhões negativos reportados no mesmo período do ano anterior, impactados principalmente pela alta da taxa de juros e o impacto das curvas futuras de CDI e IPCA no Valor justo dos instrumentos financeiros derivativos de proteção ao endividamento da companhia. As receitas financeiras registraram um aumento de 3,3%, enquanto as despesas financeiras apresentaram aumento de 20,1%.

Resultado Financeiro líquido	12M23	12M22	Var. (%)
Em Milhares de Reais			
Receitas financeiras	246.694	238.875	3,3%
Despesas financeiras	(573.551)	(477.739)	20,1%
Total Geral	**(326.857)**	**(238.864)**	**36,8%**

Abertura Resultado Financeiro	12M23	12M22	Var. (%)
Em Milhares de Reais			
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(204.068)	(161.715)	26,2%
Rendimentos sobre aplicações financeiras	40.221	18.421	118,3%
Ganho/Perdas com ajuste a valor justo - derivativos	(35.890)	(7.936)	352,2%
IOF	(11.914)	(7.642)	55,9%
Resultado da Variação Cambial	(10.544)	19.465	-154,2%
Tarifas Bancárias	(13.696)	(11.733)	16,7%
Outras receitas e despesas financeiras	(3.199)	(14.869)	-78,5%
Ajuste a valor presente arrendamentos	(87.767)	(72.855)	20,5%
Total	**(326.857)**	**(238.864)**	**36,8%**

O endividamento bruto atingiu o montante de R$ 1,7 bilhões, menor em 0,9% em 31 de março de 2023. Já a dívida líquida atingiu o montante de R$ 920,3 milhões em 31 de março 2023, 14,8% maior que o registrado em 31 de março de 2022 devido a redução das disponibilidades, reflexo da estratégia da companhia, na gestão dos pagamentos e recebíveis de curtíssimo prazo (que nessa safra teve considerável aumento pelos altos custos de produção, decorridos pelo aumentos dos insumos e combustível em decorrência da guerra da entre Rússia e Ucrânia), além dos constantes investimentos realizados para modernização o crescimento de eficiência da companhia, com manutenção dos parques industriais, manutenção de áreas de produção de cana-de-açúcar e gradual projeto de irrigação na Usina Vale do Pontal e pagamento de dividendos aos acionistas o que, consequentemente, ocasionaram a necessidade de novas captações. No 4T23 a Vale do Pontal realizou a 1ª emissão de Debêntures Simples, não conversíveis em ações, da Espécie Quirografária vinculadas como lastro dos certificados de recebíveis do agronegócio da 234ª (ducentésima trigésima quarta) emissão da ECO SECURITIZADORA DE DIREITOS CREDITÓRIOS DO AGRONEGÓCIO S.A. no valor de R$ 200 milhões, com vencimento no 7º e 8º ano. Esse montante ajudou na manutenção dos elevados níveis de caixa e liquidez da Companhia.

Endividamento	31/03/23	31/03/22	Var. (%)
Em Milhares de Reais			
CCE	58.414	148.111	-60,6%
FINAME	166.237	174.300	-4,6%
Capital de giro	86.862	128.536	-32,4%
CRA	1.453.227	1.299.735	11,8%
Despesas Diferidas	(46.970)	(48.085)	-2,3%
Dívida Bruta Total	**1.717.770**	**1.702.597**	**0,9%**
Disponibilidades	797.511	900.795	-11,5%
Dívida Líquida	**920.259**	**801.802**	**14,8%**
Capital Social	503.892	503.892	0,0%
Cana Processada (mil toneladas)	8.473	7.936	6,8%
EBITDA ajustado	1.100.490	866.840	27,7%
Índice (Dívida líq./Capital Social)	**1,83**	**1,59**	**15,1%**
Índice (Dívida líq./Cana Processada - mil ton.)	**108,6**	**101,0**	**7,5%**
Índice (Dívida líq./EBITDA ajustado)	**0,84**	**0,93**	**-10,1%**

Importante mencionar que na Gestão de Risco da Companhia existe um desdobramento entre empréstimos negociados em diferentes indexadores, parcialmente segurados pelo IPCA, parcialmente segurados pelo CDI. Como essas operações de swap de taxa de juros são muitas vezes executadas por meios distintos da operação original, mensurados ao valor justo e que produzem efeitos no resultado da Companhia de acordo com a variação desse valor justo (calculados baseados nas curvas futuras dos indexadores) ao longo da operação, elas se tornam totalmente efetivos apenas no momento da liquidação financeira, quando o efeito acumulado no resultado refletirá o resultado real de proteção da operação. Logo, os lucros e/ou perdas desses instrumentos de swap requerem análise específica para entender melhor nossa responsabilidade real. No exercício findo em 31 de março de 2023, a Ernst & Young Auditores Independentes S.S. não prestou serviços que não sejam relacionados com auditoria.

Balanços Patrimoniais em 31 de Março de 2023 e 31 de Março de 2022 (Em milhares de reais)

	Nota	Controladora 31/03/2023	Controladora 31/03/2022	Consolidado 31/03/2023	Consolidado 31/03/2022
Ativo					
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	8	**6.537**	14	**794.555**	891.989
Aplicações financeiras	9	–	–	**2.956**	6.481
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	10	–	8.850	**28.537**	53.591
Arrendamentos a receber	11	–	–	**79.426**	84.430
Estoques	12	–	–	**125.907**	91.878
Ativo biológico	13	–	–	**317.322**	300.813
Impostos e contribuições a recuperar	14	**147**	190	**152.489**	38.588
Adiantamento a fornecedores e outros ativos	15	–	–	**16.355**	14.443
Instrumentos financeiros derivativos	25	–	–	**70.958**	52.962
Total do ativo circulante		**6.684**	9.054	**1.588.505**	1.535.175
Ativo não circulante					
Aplicações financeiras	9	–	–	–	2.325
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	10	–	–	**11.330**	43.285
Arrendamentos a receber	11	–	–	**412.455**	412.584
Impostos e contribuições a recuperar	14	–	66	**26.282**	26.570
Depósitos judiciais		–	11	**1.136**	1.060
Instrumentos financeiros derivativos	25	–	–	**95.832**	176.247
Imposto de renda e contribuição social diferidos	26	–	–	**214.984**	216.911
Investimentos	16	**595.627**	445.067	**11.105**	9.514
Imobilizado	17	–	–	**1.486.089**	1.283.474
Intangível		–	–	**5.455**	6.384
Direito de uso	18	–	–	**1.086.123**	1.025.033
Total do ativo não circulante		**595.627**	445.144	**3.350.791**	3.203.387
Total do ativo		**602.311**	454.198	**4.939.296**	4.738.562

	Nota	Controladora 31/03/2023	Controladora 31/03/2022	Consolidado 31/03/2023	Consolidado 31/03/2022
Passivo e patrimônio líquido					
Passivo circulante					
Empréstimos e financiamentos	19	–	–	**257.835**	226.576
Fornecedores e outras contas a pagar	20	**97**	337	**257.058**	230.296
Arrendamentos e parcerias agrícolas a pagar	21	–	–	**292.469**	270.000
Adiantamento de clientes	22	–	–	**27.063**	218.854
Instrumentos financeiros derivativos	25	–	–	**306.782**	400.520
Provisões e encargos trabalhistas		–	–	**59.233**	46.160
Obrigações fiscais		**6.453**	6.441	**14.382**	28.155
Outros passivos		–	–	**799**	67
Total do passivo circulante		**6.550**	6.778	**1.215.621**	1.420.628
Passivo não circulante					
Empréstimos e financiamentos	19	–	–	**1.459.935**	1.476.021
Fornecedores e outras contas a pagar	20	–	–	**17.693**	798
Arrendamentos e parcerias agrícolas a pagar	21	–	–	**1.273.703**	1.215.939
Adiantamento de clientes	22	–	–	**350.677**	35.027
Provisões para demandas judiciais	23	–	–	**712**	1.459
Empréstimos com partes relacionadas	31	–	1.337	–	–
Obrigações fiscais		–	–	**757**	–
Instrumentos financeiros derivativos	25	–	–	**24.437**	142.607
Total do passivo não circulante		–	1.337	**3.127.914**	2.871.851
Patrimônio líquido	24				
Capital social		**503.892**	503.892	**503.892**	503.892
Reserva de capital		**4.164**	4.164	**4.164**	4.164
Reservas de lucros		**210.291**	246.659	**210.291**	246.659
Ajuste de avaliação patrimonial		**(122.586)**	(308.632)	**(122.586)**	(308.632)
Total do patrimônio líquido		**595.761**	446.083	**595.761**	446.083
Total do passivo e patrimônio líquido		**602.311**	454.198	**4.939.296**	4.738.562

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Demonstrações dos Resultados - Exercícios Findos em 31 de Março de 2023 e 31 de Março de 2022 (Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação, em reais)

	Nota	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Receita líquida	27	–	–	**2.167.225**	1.797.711
Custo das vendas e serviços	28	–	–	**(1.609.663)**	(1.258.042)
Lucro bruto		–	–	**557.562**	539.669
Despesas com vendas	28	–	–	**(172.519)**	(128.777)
Despesas administrativas	28	**(1.579)**	(2.724)	**(60.474)**	(57.840)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	28	**(39)**	(3.681)	**69.511**	25.809
Resultado de equivalência patrimonial	16	**79.514**	201.600	**46**	203
		77.896	195.195	**(163.436)**	(160.605)
Lucro antes do resultado financeiro e imposto de renda e contribuição social		**77.896**	195.195	**394.126**	379.064
Despesas financeiras	29	**(12)**	(112)	**(573.551)**	(477.739)
Receitas financeiras	29	**748**	2	**246.694**	238.875
Resultado financeiro		**736**	(110)	**(326.857)**	(238.864)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		**78.632**	195.085	**67.269**	140.200
Imposto de renda e contribuição social corrente	26	–	–	**(45.416)**	(6.206)
Imposto de renda e contribuição social diferido	26	–	–	**56.779**	61.091
		–	–	**11.363**	54.885
Lucro líquido do exercício		**78.632**	195.085	**78.632**	195.085
Lucro líquido básico e diluído por ação (em reais)	30	**0,0625**	0,1550	**0,0625**	0,1550

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Demonstrações dos Resultados Abrangentes - Exercícios Findos em 31 de Março de 2023 e 31 de Março de 2022 (Em milhares de reais)

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Lucro líquido do exercício	**78.632**	195.085	**78.632**	195.085
Outros resultados abrangentes a serem reclassificados para o resultado em exercícios subsequentes:				
Ganho (perdas) líquidas de hedge de fluxo de caixa - efetivas	–	–	**72.085**	(72.085)
Ganhos líquidos de hedge de fluxo de caixa - futuras	–	–	**172.667**	180.414
Passivo atuarial - plano de saúde			–	548
Efeitos fiscais sobre ganhos (perdas) de hedge futuras e passivo atuarial	–	–	**(58.706)**	(61.527)
Equivalência patrimonial decorrente dos efeitos nas controladas	**186.046**	47.350	–	–
Resultado abrangente total	**264.678**	242.435	**264.678**	242.435

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido - Exercícios Findos em 31 de Março de 2023 e 31 de Março de 2022 (Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de capital	Reserva de lucros: Reserva legal	Reserva de lucros: Reserva de incentivos fiscais	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total patrimônio líquido
Saldo em 1º de abril de 2021	503.892	4.164	8.808	102.759	(355.981)	–	263.642
Ganhos líquidos de hedge de fluxo de caixa	–	–	–	–	46.988	–	46.988
Distribuição de dividendos	–	–	–	(60.000)	–	–	(60.000)
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	195.085	195.085
Ajustes de equivalência patrimonial em investidas	–	–	–	(2)	(1)	9	6
Constituição de reserva legal	–	–	9.754	–	–	(9.754)	–
Constituição de reserva de incentivos fiscais	–	–	–	185.340	–	(185.340)	–
Passivo atuarial - plano de saúde	–	–	–	–	362	–	362
Saldos em 31 de março de 2022	503.892	4.164	18.562	228.097	(308.632)	–	446.083
Saldo em 1º de abril de 2022	**503.892**	**4.164**	**18.562**	**228.097**	**(308.632)**	–	**446.083**
Ganhos líquidos de hedge de fluxo de caixa	–	–	–	–	**186.046**	–	**186.046**
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	**78.632**	**78.632**
Constituição de reserva legal	–	–	**3.932**	–	–	**(3.932)**	–
Constituição de reserva de incentivos fiscais	–	–	–	**74.700**	–	**(74.700)**	–
Distribuição de dividendos	–	–	–	**(115.000)**	–	–	**(115.000)**
Saldos em 31 de março de 2023	**503.892**	**4.164**	**22.494**	**187.797**	**(122.586)**	–	**595.761**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Exercícios Findos em 31 de Março de 2023 e 31 de Março de 2022 (Em milhares de reais)

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	**78.632**	195.085	**67.269**	140.200
Ajustes para conciliar o resultado:	–			
Juros sobre arrendamentos	–	–	**87.767**	72.855
Variação do valor justo dos ativos biológicos	–	–	**21.854**	(51.947)
Depreciação e amortização	–	–	**684.556**	542.850
Resultado de equivalência patrimonial	**(79.514)**	(201.600)	**(46)**	(203)
Resultado na alienação de ativo imobilizado	–	–	**1.596**	10.140
Juros sobre empréstimos e financiamentos	–	–	**204.068**	161.715
Apropriação de custos de transação	–	–	**13.315**	–
Juros e IOF de operações com partes relacionadas	–	–	**3.388**	6.041
Variação cambial, correção monetária	–	–	–	(22.349)
Ganhos não realizados com instrumentos financeiros derivativos	–	–	**23.178**	(17.199)
Reversão de provisão para perdas esperadas	–	–	–	(1.339)
Provisão de provisão de obsolescência	–	–	**515**	409
Provisão para demandas judiciais	–	–	**(747)**	(769)
Variação cambial e correção monetária de clientes			**(1.154)**	(1.488)
Atualização de outros investimentos	–	–	**(1.545)**	(4.384)
Baixa de ativos intangíveis	–	4.922	–	5.410
Baixa dos contratos de arrendamento e aluguéis	–	–	**(1.020)**	(10.347)
Crédito outorgado de ICMS	–	–	**(64.081)**	–
Outros	**10**	–	**2.645**	(2.148)
	(872)	(1.593)	**1.041.558**	827.447
Redução (aumento) em contas a receber de clientes e outros recebíveis	–	–	**27.323**	24.299
Redução (aumento) em instrumentos financeiros	–	–	**72.086**	(56.683)
Redução (aumento) em estoques	–	–	**(25.090)**	(38.339)
Redução (aumento) em impostos e contribuições a recuperar	**109**	(1)	**(58.845)**	(1.705)
Redução (aumento) em adiantamento a fornecedores e outros ativos	–	89	**(1.912)**	4.968
(Redução) aumento em fornecedores e outras contas a pagar	**(240)**	31	**47.338**	8.327
(Redução) aumento em provisões e encargos trabalhistas	–	–	**13.073**	10.027
(Redução) aumento em obrigações fiscais	**13**	(68)	**(23.046)**	9.594
(Redução) aumento em adiantamento de clientes	–	(27)	**123.859**	37.521
Outros ativos e outros passivos	–	(171)	**659**	(1.406)
Pagamento de demandas judiciais	–	(31)	–	(2.541)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	–	–	**(36.104)**	(7.699)
Caixa proveniente das (utilizado nas) atividades operacionais	**(990)**	(1.771)	**1.180.899**	813.810
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Resgate de aplicações financeiras vinculadas	–	–	**5.850**	5.259
Formação do ativo biológico	–	–	**(214.450)**	(166.464)
Recebimento na venda de imobilizado	–	–	**2.947**	(3.198)
Aquisição de ativo imobilizado	–	–	**(557.587)**	(395.246)
Aquisição de ativo intangível	–	(3.623)	**(755)**	(3.956)
Recebimento de dividendos	**115.000**	23.691	–	–
Caixa proveniente das (utilizado nas) atividades de investimentos	**115.000**	20.068	**(763.995)**	(563.605)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Captação de empréstimos e financiamentos líquido de custos de transação	–	–	**384.743**	761.771
Pagamento de principal de empréstimos e financiamentos	–	–	**(413.335)**	(313.529)
Pagamento de variação cambial e juros sobre empréstimos e financiamentos	–	–	**(173.680)**	(92.876)
(Pagamento) Recebimento de recursos com partes relacionadas	**7.513**	41.456	**37.541**	1.216
Pagamento dos arrendamentos e parcerias agrícolas líquido de recebimento	–	–	**(234.607)**	(166.974)
Pagamento de dividendos	**(115.000)**	(60.000)	**(115.000)**	(60.000)
Caixa proveniente das (utilizado nas) atividades de financiamentos	**(107.487)**	(18.544)	**(514.338)**	129.608
Aumento (redução) líquida em caixa e equivalentes de caixa	**6.523**	(247)	**(97.434)**	379.813
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**14**	261	**891.989**	512.176
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	**6.537**	14	**794.555**	891.989

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Demonstrações do Valor Adicionado - Exercícios Findos em 31 de Março de 2023 e 31 de Março de 2022 (Em milhares de reais)

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Receitas				
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	–	–	**2.252.655**	1.933.365
Outras receitas	**71**	87	**79.189**	33.887
	71	87	**2.331.844**	1.967.252
Insumos adquiridos de terceiros				
Custo dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	–	–	**(837.595)**	(641.082)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	**(1.579)**	(1.461)	**(231.668)**	(187.390)
Outros	**(110)**	(3.755)	**(12.538)**	(6.498)
	(1.689)	(5.216)	**(1.081.801)**	(834.970)
Valor adicionado bruto	**(1.618)**	(5.129)	**1.250.043**	1.132.282
Depreciação e amortização	–	(1.275)	**(684.556)**	(542.850)
Valor adicionado líquido gerado pela Companhia	**(1.618)**	(6.404)	**565.487**	589.432
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de equivalência patrimonial	**79.514**	201.600	**46**	203
Receitas financeiras	**748**	1	**246.695**	238.875
Valor adicionado total a distribuir	**78.644**	195.197	**812.228**	828.510

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Pessoal	–	–	**163.716**	130.740
Remuneração direta	–	–	**114.413**	91.210
Benefícios	–	–	**41.097**	34.200
FGTS	–	–	**8.206**	5.330
Impostos, taxas e contribuições	–	–	**(768)**	25.467
Federais	–	–	**(15.748)**	(8.266)
Estaduais	–	–	**14.884**	33.700
Outros tributos	–	–	**96**	33
Remuneração de capitais de terceiros	12	112	**570.648**	477.218
Juros sobre empréstimos e financiamentos	–	–	**204.068**	161.715
Variação cambial e despesa com derivativos	–	–	**196.507**	165.077
Aluguéis	–	–	**130.662**	108.543
Outras	12	112	**39.411**	41.883
Remuneração de capitais próprios	**78.632**	195.085	**78.632**	195.085
Lucro líquido do exercício	**78.632**	195.085	**78.632**	195.085
Valor adicionado distribuído	**78.644**	195.197	**812.228**	828.510

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de Março de 2023 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: A Companhia Mineira de Açúcar e Álcool Participações ("Companhia", "Grupo" ou "Grupo CMAA") está localizada na Rodovia BR 050 (KM 116) - Área Rural de Uberaba, no Estado de Minas Gerais, é uma sociedade por ações que tem como objeto a participação em outras sociedades que produzam, comercializam e exportam açúcar, etanol, energia, CBIOs e outros derivados do processamento de cana-de-açúcar. A Companhia obteve seu registro de capital aberto em 4 de março de 2009 na categoria B, por meio do ofício CVM/SEP/RIC Nº 001/2009, para negociação de ações ordinárias no mercado de balcão não organizado. A Companhia é controlada em conjunto, por meio da celebração de acordo de acionista entre, a Ifar Brazil Pte Ltd., JF Investimentos S.A., Marseille Fundo de Investimentos em Participações, e Rio Grande Investment PTE. LTD. A Companhia é controladora das seguintes empresas: • Vale do Tijuco Açúcar e Álcool S.A. ("Vale do Tijuco"); • Vale do Pontal Açúcar e Etanol S.A. ("Vale do Pontal"); • Canápolis Açúcar e Etanol S.A. ("Usina Canápolis"); • Ituiutaba Energia Renovável Ltda. ("Ituiutaba Energia"). A controlada Vale do Tijuco teve suas operações iniciadas em 12 de abril de 2010. A planta industrial da Vale do Tijuco possui capacidade de moagem aproximada de 5 milhões de toneladas de cana-de-açúcar por ano, produzindo açúcar, etanol anidro, etanol hidratado e energia, bem como os subprodutos óleo fúsel e bagaço de cana. A controlada Vale do Pontal teve suas operações iniciadas em 01 de julho de 2006 e passou a ser controlada pelo Grupo CMAA em 01 de julho de 2018. A planta industrial da Vale do Pontal possui capacidade de moagem aproximada para 2,7 milhões de toneladas de cana-de-açúcar por ano, produzindo açúcar, etanol anidro, etanol hidratado e energia, bem como os subprodutos óleo fúsel e bagaço de cana. A controlada Usina Canápolis teve suas operações de moagem iniciadas em 15 de maio de 2020 e passou a fazer parte do Grupo CMAA por meio de uma de reorganização societária, a partir de 30 de setembro de 2020. Sua planta industrial possui capacidade de moagem aproximada de 2 milhões de toneladas de cana-de-açúcar por ano, produzindo açúcar, etanol anidro, etanol hidratado e energia, bem como os subprodutos óleo fúsel e bagaço de cana. A Controlada Ituiutaba Energia encontra-se em período pré-operacional, passou a fazer parte do Grupo CMAA em 01 de janeiro de 2022 e foi constituída com a finalidade de gerar e comercializar energia elétrica através da utilização da queima de bagaço da cana-de-açúcar. <u>CBIOS - RenovaBio</u>: Durante o exercício findo em 31 de março de 2023, foram comercializados 362.283 mil CBIOS, classificados na receita líquida. A comercialização destes títulos, após sua escrituração, ocorre principalmente com as distribuidoras de combustíveis, que possuem metas de aquisição estabelecidas pelo RenovaBio. O RenovaBio é a Política Nacional de Biocombustíveis, instituída pela Lei nº 13.576/2017, sendo o principal objetivo o estabelecimento de metas nacionais anuais de descarbonização para o setor de combustíveis, de forma a incentivar o aumento da produção e da participação de biocombustíveis na matriz energética de transportes do país. Em 31 de março de 2023, a Companhia não possuía CBIOS emitidos e não comercializados. Guerra entre Rússia e Ucrânia: A guerra no leste europeu envolvendo Rússia e Ucrânia, tem impacto relevante no mercado internacional. Como a Rússia é um dos maiores produtores mundiais de petróleo e importante produtor dos insumos base para fertilizantes, com destaque para Fósforo, Nitrato e Potássio, o conflito ocasiona forte impacto de aumento nos preços mundiais desses produtos. A CMAA tomou ações e iniciativas com certa rapidez assim que foram noticiados os primeiros conflitos nessa região, com objetivo de mitigar os efeitos e riscos, principalmente na continuidade das operações agrícolas. Para tanto, foram comprados e armazenados adubos, fertilizantes e alguns herbicidas em volumes suficientes para o plantio em andamento naquele momento, bem como para os tratos culturais do canavial na safra 22/23. Além disso, para diminuição dos riscos de oferta de tais produtos, a Companhia tem desenvolvido novas alternativas agronômicas de produtos substitutos, bem como o monitoramento dos movimentos do mercado internacional destas commodities. A Administração avalia que o aumento dos custos dos fertilizantes e do petróleo observados atualmente no mercado, decorrente do efeito da guerra, não causaram impacto em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

2. Entidades do Grupo: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas aos exercícios findos em 31 de março de 2023 e 2022 abrangem a Companhia e suas controladas (conjuntamente referidas como "Grupo"), listadas a seguir:

Controladas	País	Percentual de participação 2023	Percentual de participação 2022
Vale do Tijuco Açúcar e Álcool S.A. (Vale do Tijuco)	Brasil	100%	100%
Vale do Pontal Açúcar e Etanol S.A. (Vale do Pontal)	Brasil	100%	100%
Usina Canápolis Açúcar e Etanol S.A. (Canápolis)	Brasil	100%	100%
Ituiutaba Energia Renovável Ltda. (Ituiutaba Energia)	Brasil	100%	100%

3. Base de preparação: 3.1. Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas pela Administração da Companhia e estão sendo apresentadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem a legislação societária brasileira, as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade e pela CVM. A emissão das demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de março de 2023 foi autorizada pela diretoria em 01 de junho de 2023. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

4. Moeda funcional e moeda de apresentação: As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional do Grupo. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

5. Uso de estimativas e julgamentos: Na preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis do Grupo e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revistas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. <u>Incertezas sobre premissas e estimativas</u>: As informações sobre incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material em exercícios futuros estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Notas explicativas nº 10 e 25 - realização do contas a receber e outros recebíveis; • Nota explicativa nº 12 - provisão para obsolescência dos estoques; • Nota explicativa nº 17 - vida útil dos ativos imobilizados; • Nota explicativa nº 18 - amortização do direito de uso; • Nota explicativa nº 21 - taxa desconto para cálculo dos passivos de arrendamentos e parcerias agrícolas a pagar; • Nota explicativa nº 23 - reconhecimento e mensuração de provisões para demandas judiciais: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos; e • Nota explicativa nº 26 - reconhecimento de ativos fiscais diferidos: estimativa de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados. <u>Mensuração do valor justo</u>: Uma série de políticas e divulgações contábeis do Grupo requer a mensuração de valor justo, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros. Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá: • No mercado principal para o ativo ou passivo; e • Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pelo Grupo. O Grupo utiliza técnicas de avaliação que são apropriadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes disponíveis para mensurar o valor justo, maximizando o uso de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis. Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo: • Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos. • Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). • Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras ao valor justo de forma recorrente, o Grupo determina se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo como um todo) no fim de cada exercício de divulgação. Para fins de divulgações do valor justo, o Grupo determinou classes de ativos e passivos com base na natureza, características e riscos do ativo ou passivo e o nível da hierarquia do valor justo, conforme acima explicado. As correspondentes divulgações ao valor justo de instrumentos financeiros e ativos não financeiros mensurados ao valor justo ou no momento da divulgação dos valores justos são resumidas nas respectivas notas: • Nota explicativa nº 13 - Ativos biológicos; e • Nota explicativa nº 25 - Instrumentos financeiros.

continua →

Jornal da Manhã
Editais e Atos Oficiais
Data: 28/07/2023

→★ continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de Março de 2023 da Companhia Mineira de Açúcar e Álcool Participações (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Base de mensuração: As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais: • Os instrumentos financeiros derivativos são mensurados pelo valor justo; • Os instrumentos financeiros não derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo; e • Os ativos biológicos são mensurados pelo valor justo deduzidos do custo das vendas.

7. Principais políticas contábeis: O Grupo aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras. a) Base de consolidação: i) *Controladas:* O Grupo controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direitos sobre, retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos por meio de seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o Grupo obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da Controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. ii) *Transações eliminadas na consolidação:* Saldos e transações intra-grupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intra-grupo, são eliminados na consolidação. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável. b) Receita: i) *Venda de produtos:* A receita é reconhecida quando a Companhia cumpre suas obrigações contratuais junto ao cliente, e quando for provável que a Companhia receberá a contraprestação a qual tem direito pela troca dos bens ou serviços. Para os produtos vendidos pela Companhia as obrigações de desempenho são concluídas no momento da entrega do produto final, sendo este também o momento de reconhecimento da receita. A receita é medida líquida de devoluções e descontos comerciais. O momento do cumprimento da obrigação de desempenho varia dependendo das condições individuais de cada contrato de venda. Para as vendas de açúcar e etanol no mercado interno, a transferência normalmente ocorre quando o produto é entregue no estabelecimento do cliente ou quando é retirado pelo cliente nas dependências do Grupo. No caso das vendas no mercado externo a transferência ocorre mediante o carregamento das mercadorias no transportador pertinente no porto do vendedor uma vez que os fretes marítimos se dão na modalidade *free on board* (FOB). ii) *Venda de energia elétrica:* A receita proveniente da venda da geração de energia elétrica é registrada com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço do mercado em vigor, conforme o caso. A receita é reconhecida no momento em que a energia é disponibilizada na rede. Conforme mencionado na nota explicativa nº 27 o Grupo possui contrato futuro para comercialização de energia elétrica. iii) *Venda de CBIOs:* A receita proveniente da venda de créditos de descarbonização ("CBIO") é registrada com base no valor negociado dos títulos junto aos compradores, principalmente distribuidoras de combustíveis, e é reconhecida no momento da transferência dos títulos para os compradores. c) Receitas financeiras e despesas financeiras: As receitas e despesas financeiras do Grupo compreendem: • Ganhos/perdas com instrumentos financeiros derivativos; • Ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros; • Despesas com juros sobre arrendamentos, empréstimos e financiamentos; e • Outras receitas e despesas financeiras. As receitas e as despesas financeiras de juros são reconhecidas no resultado através do método dos juros efetivos. d) Moeda estrangeira: *Transações em moeda estrangeira:* Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional do Grupo pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado. e) Imposto de renda e contribuição social: A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. i) *Imposto de renda e contribuição social correntes:* O imposto corrente é o imposto a pagar calculado sobre o lucro tributável do exercício. O montante dos impostos correntes a pagar é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos vigentes na data do balanço. ii) *Imposto de renda e contribuição social diferidos:* Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando estas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas vigentes na data do balanço. f) Subvenções: Subvenções governamentais consistem em contribuições ou benefícios econômicos, normalmente de natureza pecuniária, diretamente concedidos pelo Governo (federal, estadual ou municipal) em favor de uma entidade, condicionados ou não ao cumprimento de certas obrigações. Apesar de as subvenções governamentais poderem ser feitas através da doação de recursos ou bens, normalmente elas são realizadas mediante o estabelecimento de tratamentos tributários favoráveis, consistentes na isenção ou redução de tributos, ou ainda outros mecanismos como crédito presumido, diferimento dentre outros. O Grupo possui benefícios e incentivos fiscais oriundos do crédito presumido sobre ICMS e de diferimento do respectivo imposto na comercialização de etanol, o que ocasiona o registro da dedução ou redução de impostos, em conta de resultado como receita, com sua posterior exclusão na apuração do lucro real, mediante a destinação da respectiva parcela deduzida em reserva específica no patrimônio líquido, não passível de distribuição aos acionistas. g) Ativos biológicos: Os ativos biológicos correspondem aos produtos agrícolas em desenvolvimento (cana em pé) produzidos nas lavouras de cana-de-açúcar (planta portadora), que serão utilizadas como matéria-prima na produção de açúcar e etanol no momento da sua colheita. Esses ativos são mensurados pelo valor justo na data de cada balanço patrimonial, sendo quaisquer alterações de valor justo entre os exercícios reconhecidas no resultado. O valor justo foi determinado utilizando-se a metodologia de fluxo de caixa descontado, considerando as seguintes premissas: (i) Entradas de caixa obtidas pela multiplicação da (i) produção estimada, medida em quilos de ATR (Açúcar Total Recuperável), e do (ii) preço de mercado futuro da cana-de-açúcar, o qual é estimado com base em dados públicos e estimativas de preços futuros do açúcar e do etanol; e (ii) Saídas de caixa representadas pela estimativa de (i) custos necessários para que ocorra a transformação biológica da cana-de-açúcar (tratos culturais) até a colheita; (ii) custos com a Colheita/Corte, Carregamento e Transporte - CCT; (iii) custo de capital (terras e máquinas e equipamentos); (iv) custos de arrendamento e parceria agrícola; e (v) impostos incidentes sobre o fluxo de caixa positivo. h) Estoques: Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo histórico e o valor realizável líquido. Os custos dos estoques são avaliados ao custo médio de aquisição ou de produção e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas. i) Imobilizado: i) *Reconhecimento e mensuração:* Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável *(impairment)*. Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. ii) *Custos subsequentes:* Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pelo Grupo. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos. iii) *Custos de manutenção:* O custo de manutenção de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos. As controladas realizam anualmente manutenções em sua unidade industrial, aproximadamente no período de dezembro a março. Os principais custos de manutenção incluem custos de mão de obra, materiais, serviços externos e despesas gerais indiretas alocadas durante o período de entressafra. Tais custos são contabilizados como um componente do custo do equipamento e depreciados durante a safra seguinte. Qualquer outro tipo de gasto, que não aumente sua vida útil ou mantenha sua capacidade de moagem, é reconhecido no resultado como despesa. iv) *Depreciação:* A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado e no custo de produção. Terrenos não são depreciados. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. As vidas úteis estimadas bem como as taxas médias ponderadas anual, para os exercícios findos em 31 de março de 2023, e 2022 são as seguintes:

	Consolidado	
	Anos	Taxas médias
Equipamentos industriais	13	7,69%
Construções e edificações	20	5,00%
Pavimentação	7	14,29%
Veículos	5	20,00%
Equipamentos agrícolas	5	20,00%
Máquinas, equipamentos e ferramentas	7	14,29%
Móveis e utensílios	8	12,50%
Computadores e periféricos	4	25,00%
Gastos manutenção entresafra	1	100,00%
Cultura permanente	5	20,00%
Outros	6	16,67%

j) Instrumentos financeiros: i) *Ativos financeiros: Reconhecimento inicial e mensuração:* Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial e subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios do Grupo para a gestão destes ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes e outros recebíveis que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais o Grupo tenha aplicado o expediente prático, o Grupo inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. As contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais o Grupo tenha aplicado o expediente prático são mensuradas pelo preço de transação determinado de acordo com o CPC 47. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" (também referido como teste de "SPPI") sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. O modelo de negócios do Grupo para administrar ativos financeiros se refere a como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que o Grupo se compromete a comprar ou vender o ativo. *Mensuração subsequente:* Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias: • Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida). • Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida). • Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais). • Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. *Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida).* Esta categoria é a mais relevante para o Grupo. O Grupo mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas: • O ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais. • Os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Os ativos financeiros do Grupo ao custo amortizado incluem contas a receber de clientes, adiantamentos a fornecedores e partes relacionadas. *Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:* Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo. Derivativos, inclusive derivativos embutidos separados, também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de hedge eficazes. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócios. Não obstante os critérios para os instrumentos de dívida ser classificados pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, conforme descrito acima, os instrumentos de dívida podem ser designados pelo valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial se isso eliminar, ou reduzir significativamente, um descasamento contábil. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado. *Desreconhecimento:* Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando: • Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram. • O Grupo transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) o Grupo transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) o Grupo nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo. Quando o Grupo transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ele avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Companhia continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Neste caso, o Grupo também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pelo Grupo. O envolvimento contínuo sob a forma de garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo menor valor entre: (i) o valor do ativo; e (ii) o valor máximo da contraprestação recebida que a entidade pode ser obrigada a restituir (valor da garantia). *Redução ao valor recuperável de ativos financeiros:* O Grupo reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que o Grupo espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluirão fluxos de caixa da venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais. As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas de crédito esperadas são provisionadas para perdas de crédito resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (perda de crédito esperada de 12 meses). Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência (uma perda de crédito esperada vitalícia). Para contas a receber de clientes e ativos de contrato, o Grupo aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas. Portanto, acompanham as alterações no risco de crédito e reconhecem uma provisão para perdas com base em perdas de crédito esperadas em cada data-base. O Grupo considera um ativo financeiro em situação de inadimplemento quando os pagamentos contratuais estão vencidos há 180 dias. No entanto, em certos casos, também podem considerar que um ativo financeiro está em inadimplemento quando informações internas ou externas indicam ser improvável receber integralmente os valores contratuais em aberto antes de levar em conta quaisquer melhorias de crédito mantidas pelo Grupo. Um ativo financeiro é baixado quando não há expectativa razoável de recuperação dos fluxos de caixa contratuais. ii) *Passivos financeiros: Reconhecimento inicial e mensuração:* Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado, ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme apropriado. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Os passivos financeiros do Grupo incluem fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos, adiantamentos de clientes, arrendamentos a pagar e instrumentos financeiros derivativos. *Mensuração subsequente:* A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo: *Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado:* Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Esta categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pelo Grupo que não são designados como instrumentos de hedge nas relações de hedge definidas pelo CPC 48. Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. O Grupo não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado, exceto pelos instrumentos financeiros derivativos que não foram designados como instrumentos de hedge. *Passivos financeiros ao custo amortizado:* Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pela amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado. Essa categoria geralmente se aplica a fornecedores e outras contas a pagar, arrendamentos e parcerias agrícolas a pagar, e empréstimos e financiamentos sujeitos a juros. *Desreconhecimento:* Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado. *Compensação de instrumentos financeiros*: Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial consolidado se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente. iii) *Instrumentos financeiros derivativos, incluindo contabilidade de hedge:* O Grupo mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira e taxa de juros. O Grupo utiliza instrumentos financeiros derivativos, como contratos de câmbio futuros, swaps de taxa de juros e contratos a termo de commodities, para proteger-se contra seus riscos de taxa de câmbio, riscos de taxa de juros e riscos de preço de commodities, respectivamente. Esses instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data em que um contrato de derivativo é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao valor justo. Derivativos são registrados como ativos financeiros quando o valor justo é positivo e como passivos financeiros quando o valor justo é negativo. No momento da designação inicial do derivativo como um instrumento de *hedge*, o Grupo documenta formalmente o relacionamento entre os instrumentos de *hedge* e os itens objeto de *hedge*, incluindo os objetivos de gerenciamento de riscos e a estratégia na realização da transação de *hedge* e o risco objeto do *hedge*, juntamente com os métodos que serão utilizados para avaliar a efetividade do *hedge*. Para um *hedge* de fluxos de caixa de uma transação prevista, a transação deve ter a sua ocorrência como altamente provável e deve apresentar uma exposição a variações nos fluxos de caixa que no final poderiam afetar o resultado reportado. Derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo; quaisquer custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são registradas no resultado. *Hedges de fluxos de caixa:* Quando um derivativo é designado como um instrumento de *hedge* para proteção da variabilidade dos fluxos de caixa, a porção efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida em outros resultados abrangentes e apresentada na conta de ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido. Qualquer porção não efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado. O valor acumulado mantido em ajustes de avaliação patrimonial é reclassificado para o resultado no mesmo período em que o item objeto de *hedge* afeta o resultado. Caso (i) a ocorrência da transação prevista não seja mais esperada, (ii) o *hedge* deixe de atender os critérios de contabilização de *hedge*, (iii) o instrumento de *hedge* expire ou seja vendido, encerrado ou exercido, ou tenha a sua designação revogada, a contabilidade de *hedge* é descontinuada prospectivamente. Se não houver mais expectativas quanto à ocorrência da transação prevista, o saldo em outros resultados abrangentes é reclassificado para resultado. k) Redução ao valor recuperável (*impairment*): i) *Ativos não financeiros:* Os valores contábeis dos ativos não financeiros do Grupo são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre seus valores em uso ou seu valor justo deduzidos dos custos para venda. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado e revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. A Administração do Grupo não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de provisão para recuperabilidade em 31 de março de 2023 e 2022. l) Provisões: As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira. m) Ajuste a valor presente de ativos e passivos: Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração. n) Demonstração do valor adicionado: O Grupo elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) individuais e consolidadas nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras aplicável as companhias abertas, enquanto para as IFRS representam informação financeira suplementar. o) Resultado por ação básico e diluído: O resultado por ação básico é calculado dividindo-se o lucro líquido do exercício atribuído aos acionistas do Grupo pela média ponderada da quantidade de ações do capital social integralizado no respectivo exercício. O Grupo não possui instrumentos que poderiam potencialmente diluir o resultado por ação. p) Segmento operacional: A Administração do Grupo elabora os seus relatórios sobre as demonstrações financeiras na mesma base que estas informações são divulgadas, pois estas demonstrações financeiras são aquelas regularmente revistas pelo principal gestor do Grupo para tomada de decisões sobre alocações de recursos. Portanto a Administração tem um único segmento operacional. q) Pronunciamentos novos ou revisados aplicáveis às demonstrações financeiras: O Grupo aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de abril de 2022 (exceto quando indicado de outra forma). O Grupo decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes. i) Alterações no CPC 37 (R1), CPC 48, CPC 29, CPC 27, CPC 25 e CPC 15 (R1). As alterações aos pronunciamentos acima são em decorrência das alterações anuais relativas ao ciclo de melhorias entre 2018 e 2020, tais como: • Contrato Oneroso - custos de cumprimento de contrato; • Ativo imobilizado - vendas antes do uso pretendido; e • Referências à Estrutura conceitual. A vigência dessas alterações deve ser estabelecida pelos órgãos reguladores que o aprovarem, sendo que, para o pleno atendimento às normas internacionais de contabilidade, a entidade deve aplicar essas alterações nos períodos anuais com início em, ou após, 1º de abril de 2022. ii) Contrato Oneroso - custos de cumprimento de contrato: Um contrato oneroso é um contrato sob o qual os custos inevitáveis de cumprir as obrigações decorrentes do contrato (ou seja, os custos que o Grupo não pode evitar porque possui o contrato) excedem os benefícios econômicos esperados a serem recebidos. As alterações especificam que, ao avaliar se um contrato é oneroso ou gerador de perdas, a entidade precisa incluir custos que se relacionam diretamente com um contrato de fornecimento de bens ou serviços, incluindo custos incrementais (por exemplo, os custos de mão de obra direta e materiais) e uma alocação de custos diretamente relacionados às atividades do contrato (por exemplo, depreciação de equipamentos usados para cumprir o contrato e custos de gerenciamento e supervisão do contrato). Os custos gerais e administrativos não estão diretamente relacionados a um contrato e são excluídos, a menos que sejam explicitamente cobrados da contraparte nos termos do contrato. O Grupo não teve impactos na implementação da norma. iii) Ativo imobilizado - vendas antes do uso pretendido: A alteração proíbe as entidades de deduzirem do custo de um item imobilizado quaisquer produtos de vendas de itens produzidos ao trazer esse ativo para o local e condição necessários para que ele seja capaz de operar da maneira pretendida pela administração. Em vez disso, uma entidade reconhece os produtos de vender os itens, e os custos de produzir os itens, na demonstração do resultado. De acordo com as regras de transição, o Grupo aplica as alterações retrospectivamente apenas aos itens de imobilizado disponível para uso ou depois do início do período mais antigo apresentado quando a entidade aplica a alteração pela primeira vez (a data da aplicação inicial). Essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo já que não houve vendas de tais itens produzidos por ativo imobilizado disponibilizado para uso ou depois do início do período mais antigo apresentado. iv) Referências à Estrutura conceitual: As alterações substituem uma referência a uma versão anterior da Estrutura Conceitual do IASB por uma referência à versão atual emitida em março de 2018 sem alterar significativamente seus requisitos. As alterações adicionam uma exceção ao princípio de reconhecimento da IFRS 3 Business Combinations (equivalente ao CPC 15 (R1) - Combinação de negócios) para evitar a emissão de potenciais ganhos ou perdas do 'dia 2' decorrentes de passivos e passivos contingentes que estariam dentro do escopo da IAS 37 Provisions, Contingent Liabilities and Contingent Assets (equivalente ao CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes) ou IFRIC 21 Levies, se incorridas separadamente. A exceção exige que as entidades apliquem os critérios da IAS 37 ou IFRIC 21, respectivamente, em vez da Estrutura Conceitual, para determinar se existe uma obrigação presente na data de aquisição. As alterações também adicionam um novo parágrafo à IFRS 3 para esclarecer que os ativos contingentes não se qualificam para reconhecimento na data de aquisição. De acordo com as disposições transitórias, a Companhia aplica as alterações prospectivamente, ou seja, para combinações de negócios que ocorram após o início do período de relatório anual em que aplica as alterações pela primeira vez (a data da aplicação inicial). Estas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo uma vez que não existiam ativos, passivos ou passivos contingentes no âmbito dessas alterações que surgiram durante o período. v) IFRS 1 First-time Adoption of International Financial Reporting Standards - Subsidiária como adotante pela primeira vez. A alteração permite que uma subsidiária que opte por aplicar o parágrafo D16(a) da IFRS 1 (equivalente ao CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade) mensurar as diferenças cumulativas de conversão usando os valores reportados nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora, com base na data de transição da controladora para a IFRS, se nenhum ajuste foi feito para consolidação procedimentos e para os efeitos da combinação de negócios em que a controladora adquiriu a controlada. Esta alteração também se aplica a uma coligada ou joint venture que opte por aplicar o parágrafo D16(a) da IFRS 1. Estas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo por não ser um adoptante pela primeira vez. vi) IFRS 9 Financial Instruments - Taxas no teste de '10 por cento' para baixa de passivos financeiros (equivalente ao CPC 48 - Instrumentos Financeiros). A alteração esclarece as taxas que uma entidade inclui ao avaliar se os termos de um passivo financeiro novo ou modificado são substancialmente diferentes dos termos do passivo financeiro original. Essas taxas incluem apenas aquelas pagas ou recebidas entre o mutuário e o credor, incluindo as taxas pagas ou recebidas pelo mutuário ou pelo credor em nome do outro. De acordo com as disposições transitórias, o Grupo aplica a emenda aos passivos financeiros que são modificados ou trocados no ou após o início do período de relatório anual em que a entidade aplica a emenda pela primeira vez (a data da aplicação inicial). Essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo, pois não houve modificações nos instrumentos financeiros do Grupo durante o período. r) Normas emitidas, mas ainda não vigentes: As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas ainda não em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia e suas controladas pretendem adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. i) Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante. Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem: • O que significa um direito de postergar a liquidação; • Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório; • Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação; • Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação. As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de abril de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, o Grupo avalia o impacto que as alterações terão na prática atual e se os contratos de empréstimo existentes podem exigir renegociação. ii) Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis: Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 8 (norma correlata ao CPC 23), no qual introduz a definição de 'estimativas contábeis'. As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, eles esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis. As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de abril de 2023 e aplicarão para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período. Adoção antecipada é permitida se divulgada. Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiros da Companhia. iii) Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis: Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 1 (norma correlata ao CPC 26 (R1)) e IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements, no qual fornece guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis. As alterações são para ajudar as entidades a divulgarem políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionando guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis. As alterações ao IAS 1 são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de abril de 2023 com adoção antecipada permitida. Já que as alterações ao Practice Statement 2 fornece guias não obrigatórios na aplicação da definição de material para a informação das políticas contábeis, uma data para adoção desta alteração não é necessária. A Companhia está atualmente avaliando os impactos dessas alterações nas políticas contábeis divulgadas.

8. Caixa e equivalentes de caixa:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2023	31/03/2022	31/03/2023	31/03/2022
Caixa e bancos	27	13	9.886	85.461
Equivalentes de caixa	6.510	1	784.669	806.528
Total	6.537	14	794.555	891.989

As aplicações financeiras classificadas como equivalentes de caixa são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Em 31 de março de 2023, essas aplicações referem-se a Certificados de Depósito Bancário - CDB, que são depositados em bancos de primeira linha, cuja taxa de remuneração varia entre 100% e 105% (97% a 107% em março de 2022) da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. Elas não possuem data de vencimento, podendo ser resgatadas para fazer frente às necessidades imediatas de caixa da Companhia e de suas controladas. As informações sobre a exposição do Grupo a riscos de mercado, de crédito e de mensuração do valor justo relacionados a caixa e equivalentes de caixa estão incluídas na nota explicativa nº 25.

9. Aplicações financeiras:

	Consolidado	
	31/03/2023	31/03/2022
Aplicações financeiras	2.956	8.806
Total	2.956	8.806
Ativo circulante	2.956	6.481
Ativo não circulante	–	2.325

A Companhia e suas controladas mantêm aplicações financeiras em 31 de março de 2023, que se referem a saldos vinculados a operações de financiamentos, cuja taxa de remuneração está indexada entre 100% e 105% (100% em março 2022) da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. Elas não possuem data de vencimento, sendo resgatáveis a qualquer momento frente as necessidades de caixa do Grupo. As informações sobre a exposição do Grupo a riscos de mercado, de crédito e de mensuração do valor justo relacionados a aplicações financeiras estão incluídas na nota explicativa nº 25.

10. Contas a receber de clientes e outros recebíveis:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2023	31/03/2022	31/03/2023	31/03/2022
Decorrentes da venda de etanol	–	–	7.185	30.035
Decorrentes da venda de energia	–	–	4.276	1.522
Decorrentes da venda de açúcar	–	–	2.825	8
Outros (a)	–	–	11.418	11.980
Contas a receber de clientes	–	–	25.704	43.545
Créditos com partes relacionadas (Nota 31)	–	8.850	–	37.541
Outros (b)	–	–	14.163	15.790
Outros recebíveis	–	8.850	14.163	53.331
Total	–	8.850	39.867	96.876
Ativo circulante	–	8.850	28.537	53.591
Ativo não circulante	–	–	11.330	43.285

(a) Refere-se principalmente ao contas a receber proveniente da prestação de serviços de plantio e tratos de cana planta e revenda de insumos junto a fornecedores de cana e parceiros, em sua maioria com vencimento para curto prazo. (b) Refere-se ao contas a receber pela venda da empresa Bacuri Agrícola Ltda. Em 27 de novembro de 2017, a Bacuri Agrícola Ltda. foi vendida pela sua controladora JFLIM Participações S.A. que repassou os direitos creditórios da referida transação para a Vale do Pontal, como título de liquidação de mútuos entre as partes. Este valor é corrigido anualmente pelo IPCA até o seu vencimento final em 2026 e está registrado a valor presente com a taxa anual de 3,42%. As informações sobre a exposição do Grupo a riscos de crédito, de mercado, mensuração do valor justo e perdas por redução ao valor recuperável relacionados ao contas a receber de clientes e outros recebíveis está divulgada na nota explicativa nº 25.

11. Arrendamentos a receber:

	Consolidado	
	31/03/2023	31/03/2022
Arrendamentos	491.881	497.014
Total	491.881	497.014
Ativo circulante	79.426	84.430
Ativo não circulante	412.455	412.584

A movimentação dos arrendamentos a receber está demonstrada abaixo:

	Consolidado	
	31/03/2023	31/03/2022
Saldo no início do exercício	497.014	316.787
Adições de novos contratos de arrendamentos	105.162	123.679
Juros	42.895	35.771
Transferência - direito de uso	20.174	12.039
Remensuração	(56.314)	119.003
Recebimentos	(89.375)	(88.333)
Baixas por distratos/alterações de contratos	(27.675)	(21.932)
Saldo no fim do exercício	491.881	497.014

O fluxo de contratos de longo prazo apresenta vencimentos nos respectivos exercícios:

Vencimento	Consolidado
01/04/2024 a 31/03/2025	77.704
01/04/2025 a 31/03/2026	67.405
01/04/2026 a 31/03/2027	58.469
01/04/2027 a 31/03/2028	45.596
01/04/2028 a 31/03/2029	38.848
01/04/2029 a 31/03/2030	32.493
01/04/2030 a 31/03/2031	25.577
01/04/2031 a 31/03/2032	19.581
01/04/2033 a 31/03/2034	14.943
31/03/2034 em diante	31.839
	412.455

12. Estoques

	Consolidado	
Produto acabado	31/03/2023	31/03/2022
Açúcar VHP	24.615	6.982
Etanol anidro	9.629	14.172
Etanol hidratado	3.467	4.405
Almoxarifado		
Almoxarifado diversos (a)	89.751	69.061
Provisão para obsolescência	(3.901)	(3.386)
Estoques em poder de terceiros	2.346	644
Total	125.907	91.878

(a) Os valores mais representativos do almoxarifado referem-se a material de consumo e estoque de insumos e defensivos agrícolas a serem utilizados nas áreas de plantio. Movimentação da provisão para obsolescência: A Companhia adota como critério a provisão de itens de almoxarifado que não apresentaram movimentação por um período superior a 365 dias.

A movimentação da provisão para obsolescência está demonstrada abaixo:

	Consolidado	
	31/03/2023	31/03/2022
Saldo inicial	(3.386)	(2.977)
Adições	(1.886)	(2.418)
Reversões	1.371	2.009
Saldo final	(3.901)	(3.386)

13. Ativo biológico: A movimentação dos ativos biológicos (cana-de-açúcar) encontra-se detalhada a seguir:

	Consolidado	
	31/03/2023	31/03/2022
Custo histórico	173.066	113.188
Valor justo	127.747	75.800
Saldo inicial de ativos biológicos	300.813	188.988
Adições com tratos de cana	218.134	176.636
Absorção dos custos cana colhida	(179.771)	(116.758)
Valor justo líquido de despesas estimadas de venda	(21.854)	51.947
Saldo final de ativos biológicos	317.322	300.813
Custo histórico	211.430	173.066
Valor justo	105.892	127.747

Soqueira de cana-de-açúcar: As áreas cultivadas representam apenas as lavouras de cana-de-açúcar, sem considerar as terras em que estas lavouras se encontram. As seguintes premissas foram utilizadas na determinação do valor justo por meio do fluxo de caixa descontado:

	Consolidado	
	31/03/2023	31/03/2022
Área estimada de colheita (hectares)	57.852	50.687
Produtividade prevista (tons de cana/hectares)	85,17	86,56
Quantidade total de açúcar recuperável - ATR (kg)	139,31	138,20
Valor do Kg de ATR (R$)	1,25	1,18

A taxa de desconto utilizada no fluxo de caixa de cada exercício, denominada como "Custo Médio Ponderado de Capital", correspondeu a 8,98% ao ano (7,81% em 31 de março de 2022), a qual foi revisada e aprovada pela Administração da Companhia. O Grupo está exposto a uma série de riscos relacionados às suas plantações: *Riscos regulatórios e ambientais:* O Grupo está sujeito a leis e regulamentos e estabeleceu políticas e procedimentos ambientais voltados ao cumprimento de leis ambientais e outras. A Administração conduz análises regulares para identificar riscos ambientais e para garantir que os sistemas em funcionamento sejam adequados para gerenciar esses riscos. *Riscos de oferta e demanda:* O Grupo está exposto a riscos decorrentes da flutuação de preços e do volume de venda de suas plantações. Quando possível, o Grupo administra esse risco alinhando seu volume de extração com a oferta e demanda do mercado. A Administração realiza análises regulares da tendência da indústria para garantir que a estrutura de preço do Grupo esteja de acordo com o mercado, e para garantir que os volumes projetados de extração estejam consistentes com a demanda esperada. *Riscos climáticos e outras:* As plantações do Grupo estão expostas aos riscos de danos causados por mudanças climáticas, doenças, incêndios florestais e outras forças naturais. O Grupo possuiu processos extensos em funcionamento voltados ao monitoramento e à redução desses riscos, incluindo inspeções regulares da saúde do canavial e análises de doenças e pragas da indústria. O Grupo também se assegura contra desastres naturais.

14. Impostos e contribuições a recuperar:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2023	31/03/2022	31/03/2023	31/03/2022
COFINS a recuperar (a)	–	–	50.582	20.245
ICMS a recuperar - ativo imobilizado	–	–	17.738	16.560
IRPJ e CSLL a recuperar	–	–	14.790	12.447
PIS a recuperar (a)	–	–	12.434	4.887
IRRF sobre aplicações financeiras	147	166	4.771	3.947
ICMS a recuperar	–	–	77.831	6.501
Outros impostos a recuperar	–	90	625	571
Total	147	256	178.771	65.158
Ativo circulante	147	190	152.489	38.588
Ativo não circulante	–	66	26.282	26.570

(a) A Lei Complementar nº 194/2022, reduziu a zero as alíquotas do PIS e da COFINS incidentes sobre as operações que envolvem etanol, inclusive para fins carburantes, entre 23 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2022 gerando um aumento do saldo de PIS e COFINS a recuperar no exercício. PIS e COFINS: O saldo é composto por créditos originados da cobrança não cumulativa do PIS e da COFINS, referentes às aquisições de partes de peças utilizadas na manutenção das instalações industriais e da frota agrícola, serviços de manutenção das instalações industrial e agrícola, fretes e armazenamento nas operações de vendas, energia elétrica, e outros créditos sobre aquisições de máquinas e equipamentos e edificações e construções destinados à produção. Estes créditos poderão ser compensados com outros tributos federais e não possuem prazos de prescrição. ICMS - aquisição de ativo imobilizado: O saldo é composto basicamente por créditos apurados nas operações de aquisição de bens integrantes do ativo imobilizado, que estão sendo realizados na razão de 1/48, podendo ser compensado com tributos da mesma natureza. ICMS a recuperar: O saldo refere-se ao crédito presumido apurado sobre as vendas realizadas pela Companhia, em substituição ao crédito sobre as entradas na compra de inumos. Adicionalmente, o Grupo reconheceu no exercício findo em 31 de março de 2023 o montante de R$ 64.081 de ICMS a recuperar oriundo do crédito outorgado de ICMS concedido pelo estado de Minas Gerais, conforme Decreto 48.497/2022. Os créditos foram registrados na rubrica de outras receitas (despesas) operacionais, líquidas, conforme descrito na nota explicativa nº 28. IRRF: Corresponde ao imposto de renda na fonte sobre aplicações financeiras e antecipações no recolhimento de imposto de renda e contribuição social realizáveis mediante a compensação com impostos e contribuições federais a pagar.

15. Adiantamento a fornecedores e outros ativos:

	Consolidado	
	31/03/2023	31/03/2022
Adiantamento a fornecedores de cana	8.986	5.693
Adiantamento a fornecedores nacionais	2.317	5.063
Seguros a apropriar	3.744	3.641
Outros	1.308	46
Total	16.355	14.443

16. Investimentos

Composição dos saldos

	Controladora	
	31/03/2023	31/03/2022
Investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial		
Vale do Tijuco Açúcar e Álcool S.A.	516.193	344.572
Vale do Pontal Açúcar e Etanol S.A.	5.111	31.841
Canápolis Açúcar e Etanol S.A.	74.321	68.652
Ituiutaba Energia Renovável Ltda.	1	1
Total	595.626	445.066
Outros investimentos mensurados a custo		
Outros investimentos mensurados a custo	1	1
Total	595.627	445.067

	Consolidado	
	31/03/2023	31/03/2022
Investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial		
CZ Energy Comercializadora de Etanol S.A.	5.128	5.083
Total	5.128	5.083
Outros investimentos		
Outros investimentos *	5.977	4.431
Total	5.977	4.431
	11.105	9.514

*Substancialmente composto por cotas em cooperativas.

Movimentação de investimentos em controladas:

	Controladora	
	31/03/2023	31/03/2022
Saldo inicial	445.067	219.802
Ajustes de avaliação patrimonial reflexos	186.046	47.349
Resultado de equivalência patrimonial	79.514	201.600
Dividendos recebidos	(115.000)	(23.691)
Outras movimentações	–	7
Saldo final	595.627	445.067

	Consolidado	
	31/03/2023	31/03/2022
Saldo inicial	9.514	4.927
Resultado de equivalência patrimonial	46	203
Cotas de participação em cooperativas	1.545	4.377
Outras movimentações	–	7
Saldo final	11.105	9.514

Informações das investidas - controladora

Exercício findo em 31 de março de 2023

31 de março de 2023	Participação %	Ativos circulantes	Ativos não circulantes	Total de ativos	Passivos circulantes	Passivos não circulantes	Patrimônio líquido	Total de Passivo e patrimônio líquido	Receitas	Despesas	Lucro líquido	Equivalência patrimonial
Vale do Tijuco Açúcar e Álcool S.A.	100,00%	1.119.901	2.007.797	3.127.698	709.929	1.901.576	516.193	3.127.698	1.511.485	(1.436.896)	74.589	74.589
Vale do Pontal Açúcar e Etanol S.A.	100,00%	248.760	875.595	1.124.355	335.263	783.981	5.111	1.124.355	620.771	(620.318)	453	453
Canápolis Açúcar e Etanol S.A.	100,00%	215.114	745.164	960.278	165.833	720.124	74.321	960.278	436.845	(432.373)	4.472	4.472
Ituiutaba Energia Renovável Ltda.	100,00%	1	–	1	–	–	1	1	–	–	–	–
		1.583.776	3.628.556	5.212.332	1.211.025	3.405.681	595.626	5.212.332	2.569.101	(2.489.587)	79.514	79.514

Exercício findo em 31 de março de 2022

31 de março de 2022	Participação %	Ativos circulantes	Ativos não circulantes	Total de ativos	Passivos circulantes	Passivos não circulantes	Patrimônio líquido	Total de Passivo e patrimônio líquido	Receitas	Despesas	Lucro líquido (Prejuízo)	Equivalência patrimonial
Vale do Tijuco Açúcar e Álcool S.A.	100,00%	1.265.039	1.905.077	3.170.116	985.237	1.840.307	344.572	3.170.116	1.337.171	(1.175.956)	161.215	161.215
Vale do Pontal Açúcar e Etanol S.A.	100,00%	155.297	859.236	1.014.533	297.731	684.961	31.841	1.014.533	448.389	(463.961)	(15.572)	(15.572)
Canápolis Açúcar e Etanol S.A.	100,00%	108.815	650.331	759.146	133.913	556.581	68.652	759.146	413.026	(357.069)	55.957	55.957
Ituiutaba Energia Renovável Ltda.	100,00%	1	–	1	–	–	1	1	–	–	–	–
		1.529.152	3.414.644	4.943.796	1.416.881	3.081.849	445.066	4.943.796	2.198.586	(1.996.986)	201.600	201.600

Informações das investidas - consolidado

Exercício findo em 31 de maço de 2023

31 de março de 2023	Participação %	Ativos circulantes	Ativos não circulantes	Total de ativos	Passivos circulantes	Passivos não circulantes	Patrimônio líquido	Total de Passivo e patrimônio líquido	Receitas	Despesas	Lucro líquido	Equivalência patrimonial
CZ Energy S.A.	51,00%	26.872	–	26.872	16.817	–	10.055	26.872	134.100	(134.010)	90	46
		26.872	–	26.872	16.817	–	10.055	26.872	134.100	(134.010)	90	46

Exercício findo em 31 de maço de 2022

31 de março de 2022	Participação %	Ativos circulantes	Ativos não circulantes	Total de ativos	Passivos circulantes	Passivos não circulantes	Patrimônio líquido	Total de Passivo e patrimônio líquido	Receitas	Despesas	Lucro líquido	Equivalência patrimonial
CZ Energy S.A.	51,00%	105.878	–	105.878	95.912	–	9.966	105.878	101.986	(101.588)	398	203
		105.878	–	105.878	95.912	–	9.966	105.878	101.986	(101.588)	398	203

17. Imobilizado:

Consolidado Custo:	Equipamentos industriais	Construções e edificações	Pavimentação	Veículos	Equipamentos agrícolas	Terras	Máquinas, equipamentos e ferramentas	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Imobilizações em andamento	Gastos manutenção entressafra	Cultura permanente	Outros	Total
Saldo em 31/03/2021	586.872	243.774	52.653	22.419	91.598	3.294	74.376	4.111	8.354	53.497	422.633	770.592	11.471	2.345.644
Adições	19.707	4.983	60	804	32.817	3	2.361	1.181	2.172	43.062	159.145	153.840	1.037	421.172
Baixas	(151)	(3.733)	(65)	(1.537)	(4.196)	–	(195)	(8)	(18)	–	–	(2.641)	(479)	(13.023)
Transferências	28.396	7.009	15.039	(3)	26	–	1.079	96	40	(51.765)	–	–	83	–
Saldo em 31/03/2022	634.824	252.033	67.687	21.683	120.245	3.297	77.621	5.380	10.548	44.794	581.778	921.791	12.112	2.753.793
Saldo em 01/04/2022	634.824	252.033	67.687	21.683	120.245	3.297	77.621	5.380	10.548	44.794	581.778	921.791	12.112	2.753.793
Adições	6.774	575	–	1.727	22.204	–	2.119	625	1.591	110.506	163.149	274.191	1.569	585.030
Baixas	(1.064)	(1.286)	–	(907)	(7.820)	–	(61)	(9)	–	(5.293)	–	(347.985)	(177)	(364.602)
Transferências	22.804	16.705	13.610	–	229	–	12.353	114	460	(66.516)	–	–	241	–
Saldo em 31/03/2023	663.338	268.027	81.297	22.503	134.858	3.297	92.032	6.110	12.599	83.491	744.927	847.997	13.745	2.974.221

Consolidado Depreciação:	Equipamentos industriais	Construções e edificações	Pavimentação	Veículos	Equipamentos agrícolas	Terras	Máquinas, equipamentos e ferramentas	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Imobilizações em andamento	Gastos manutenção entressafra	Cultura permanente	Outros	Total
Saldo em 31/03/2021	(239.512)	(60.768)	(38.091)	(13.301)	(58.593)	–	(66.259)	(2.236)	(4.807)	–	(291.168)	(372.996)	(11.070)	(1.158.801)
Adições	(40.839)	(8.131)	(11.735)	(1.822)	(16.410)	–	(2.393)	(311)	(1.366)	–	(135.555)	(96.574)	(517)	(315.653)
Baixas	85	155	–	948	2.698	–	161	8	10	–	–	–	70	4.135
Saldo em 31/03/2022	(280.266)	(68.744)	(49.826)	(14.175)	(72.305)	–	(68.491)	(2.539)	(6.163)	–	(426.723)	(469.570)	(11.517)	(1.470.319)
Saldo em 01/04/2022	(280.266)	(68.744)	(49.826)	(14.175)	(72.305)	–	(68.491)	(2.539)	(6.163)	–	(426.723)	(469.570)	(11.517)	(1.470.319)
Adições	(45.209)	(7.994)	(13.732)	(1.866)	(17.563)	–	(3.123)	(414)	(1.635)	–	(158.177)	(121.295)	(540)	(371.548)
Baixas	603	76	–	648	7.229	–	10	5	–	–	–	345.164	–	353.735
Transferências	–	–	–	–	68	–	(68)	(2)	2	–	–	–	–	–
Saldo em 31/03/2023	(324.872)	(76.662)	(63.558)	(15.393)	(82.571)	–	(71.672)	(2.950)	(7.796)	–	(584.900)	(245.701)	(12.057)	(1.488.132)
Saldo líquido em 31/03/2022	354.558	183.289	17.861	7.508	47.940	3.297	9.130	2.841	4.385	44.794	155.055	452.221	595	1.283.474
Saldo líquido em 31/03/2023	338.466	191.365	17.739	7.110	52.287	3.297	20.360	3.160	4.803	83.491	160.027	602.296	1.688	1.486.089

Garantia: A Companhia concede alguns bens do ativo imobilizado em garantia de empréstimos e financiamentos, conforme descrito na nota explicativa nº 19. Análise do valor de recuperabilidade: De acordo com o CPC 01 (R1) IAS 36 - Redução ao Valor Recuperável dos Ativos, o Grupo avaliou, no exercício findo em 31 de março de 2023 e no exercício findo em 31 de março de 2022, os indicativos de *impairment* e concluiu não haver indicativos que requeiram a necessidade de teste do valor recuperável.

continua →★

Jornal da Manhã

Editais e Atos Oficiais
Data: 28/07/2023

18. Direito de uso sobre arrendamentos e parcerias agrícolas: A movimentação do direito de uso sobre arrendamento e parceria agrícola está demonstrada abaixo:

Custo:	Máquinas e equipamentos	Veículos	Terras	Imóveis	Total
Saldo em 31 de março de 2021	17.429	14.361	610.198	–	641.988
Adições de novos contratos de direito de uso	14.584	52.790	323.445	2.809	393.628
Remensuração	17	139	292.955	2	293.113
Transferência - Cessão	–	–	(12.039)	–	(12.039)
Baixas por distratos/alterações de contratos	–	–	(22.748)	–	(22.748)
Saldo em 31 de março de 2022	32.030	67.290	1.191.811	2.811	1.293.942
Saldo em 1º de abril de 2022	32.030	67.290	1.191.811	2.811	1.293.942
Adições de novos contratos de direito de uso	**21.212**	**65.059**	**182.568**	**–**	**268.839**
Remensuração	**–**	**–**	**(8.780)**	**–**	**(8.780)**
Transferência - cessão	**–**	**–**	**(20.174)**	**–**	**(20.174)**
Baixas por distratos/alterações de contratos	**–**	**–**	**(17.050)**	**–**	**(17.050)**
Saldo em 31 de março de 2023	**53.242**	**132.349**	**1.328.375**	**2.811**	**1.516.777**
Amortização acumulada:					
Saldo em 31 de março de 2021	(9.483)	(4.743)	(120.394)	–	(134.620)
Amortização no exercício	(9.896)	(13.110)	(116.277)	(466)	(139.749)
Baixas	–	–	5.460	–	5.460
Saldo em 31 de março de 2022	(19.379)	(17.853)	(231.211)	(466)	(268.909)
Saldo em 1º de abril de 2022	(19.379)	(17.853)	(231.211)	(466)	(268.909)
Amortização no exercício	**(7.381)**	**(17.896)**	**(139.037)**	**(560)**	**(164.874)**
Baixas	**–**	**–**	**3.129**	**–**	**3.129**
Saldo em 31 de março de 2023	**(26.760)**	**(35.749)**	**(367.119)**	**(1.026)**	**(430.654)**
Vida útil (anos)	1 a 2	1 a 2	1 a 25	–	
Valor residual em 31 de março de 2022	12.651	49.437	960.600	2.345	1.025.033
Valor residual em 31 de março de 2023	**26.482**	**96.600**	**961.256**	**1.785**	**1.086.123**

Adicionalmente, em atendimento ao Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 02/2019, são apresentados abaixo as comparações nas rubricas de direito de uso e da despesa com depreciação no exercício findo em 31 de março de 2023 e os períodos futuros utilizando o fluxo de caixa descontado considerando a inflação projetada nos fluxos de pagamentos, descontados pela taxa nominal utilizada pela Companhia:

Direito de uso	01/04/2023 31/03/2024	01/04/2024 31/03/2025	01/04/2025 31/03/2026	01/04/2026 31/03/2027	01/04/2027 31/03/2028	01/04/2028 31/03/2029	01/04/2029 31/03/2052
Fluxo real descontado pela taxa nominal	920.326	761.098	617.592	491.546	376.337	280.679	–
Fluxo nominal descontado pela taxa nominal	1.223.133	987.340	786.528	613.705	461.835	339.967	–
	24,76%	22,91%	21,48%	19,91%	18,51%	17,44%	–

Despesa com depreciação	01/04/2023 31/03/2024	01/04/2024 31/03/2025	01/04/2025 31/03/2026	01/04/2026 31/03/2027	01/04/2027 31/03/2028	01/04/2028 31/03/2029	01/04/2029 31/03/2052
Fluxo real descontado pela taxa nominal	(165.797)	(159.228)	(143.506)	(126.046)	(115.209)	(95.659)	(280.679)
Fluxo nominal descontado pela taxa nominal	(253.711)	(235.793)	(200.812)	(172.823)	(151.870)	(121.868)	(339.967)
	34,65%	32,47%	28,54%	27,07%	24,14%	21,51%	17,44%

19. Empréstimos e financiamentos: Essa nota divulga informações contratuais sobre a posição de empréstimos e financiamentos da Companhia e suas controladas. A nota explicativa nº 25 divulga informações adicionais com relação à exposição da Companhia e suas controladas aos riscos de taxa de juros e moeda.

				Controladora	
Linha de crédito	**Ref.**	**Moeda**	**Indexador**	**31/03/2023**	**31/03/2022**
Mútuo Passivo	(d)	R$	(d)	–	**1.337**

				Consolidado	
Linha de crédito	**Ref.**	**Moeda**	**Indexador**	**31/03/2023**	**31/03/2022**
CCB	(c)	R$	CDI	**27.100**	47.219
CCB	(c)	R$	SELIC	**6.826**	12.135
CCE	(b)	R$	CDI	**58.414**	148.111
CPR	(c)	R$	CDI	**52.936**	59.109
CPR	(c)	R$	Pré-fixada	**–**	10.073
CRA	(e)	R$	CDI	**201.858**	116.599
CRA	(e)	R$	IPCA	**1.251.369**	1.183.136
Finame	(a)	R$	Pré-fixada	**4.061**	7.348
Finame	(a)	R$	TJLP	**307**	916
Finame	(a)	R$	SELIC	**288**	679
Finame	(a)	R$	TLP	**76.997**	76.822
Finem	(a)	R$	TLP	**84.584**	88.535
				1.764.740	1.750.682
Custos de transação				**(46.970)**	(48.085)
Total (*)				**1.717.770**	1.702.597
Passivo circulante				**257.835**	226.576
Passivo não circulante				**1.459.935**	1.476.021

(*) As taxas médias ponderadas dos encargos financeiros são de 13,76% a.a. em março de 2023 e 13,20% a.a. em março 2022. (a) Refere-se a empréstimos contratados com o objetivo de financiar a aquisição de equipamentos industriais e agrícolas. Os empréstimos possuem carência para pagamento da primeira parcela do principal de 6 a 24 meses da data da contratação. Os contratos estão garantidos pela cessão fiduciária em alienação dos bens como objeto de financiamento. (b) Refere-se a notas de crédito à exportação que foram firmadas com diversas instituições e serão liquidadas em reais com lastro de exportações efetuadas durante os exercícios de 2023 e 2026. (c) Refere-se a empréstimos que foram firmados com diversas instituições financeiras e serão liquidados durante os exercícios de 2023 a 2024. (d) Montante concedido para a controladora, pela empresa Vale do Tijuco Açúcar e Álcool S.A., sem que haja incidência de juros, liquidado no período findo em 30 de junho de 2022. (e) Referem-se a Certificados de Recebíveis do Agronegócio ("CRA"): A segunda e terceira emissão do CRA, captada pelo Vale do Tijuco foram integralmente liquidadas durante a safra, em outubro de 2022 e fevereiro de 2023 respectivamente. A quarta emissão ocorreu em 14 de novembro de 2019, nos termos da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada, da 26ª emissão da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A. ("Oferta"), emitidos com lastro em direitos creditórios do agronegócio representados por debêntures não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, emitidas no âmbito da 4ª emissão da Vale do Tijuco Açúcar e Álcool S.A. A oferta base correspondeu a 250.000 CRAs, com possibilidade de exercício de um lote adicional de 20%, totalizando 300.000 CRAs. A Oferta foi encerrada em 04 de fevereiro de 2020, foram subscritos e integralizados 300.000 CRAs, todos nominativos e escriturais, com valor nominal unitário de R$1 na data de emissão, qual seja, 14 de novembro de 2019, perfazendo o montante total de: R$300.000, sendo que o prazo de carência é de 4 anos e a amortização ocorrerá ao final do 4º, 5º e 6º ano. A quinta emissão ocorreu em 16 de novembro de 2020, nos termos da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada, da 69ª emissão da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A. ("Oferta"), emitidos com lastro em direitos creditórios do agronegócio representados por debêntures não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, emitidas no âmbito da 5ª emissão da Vale do Tijuco Açúcar e Álcool S.A. A oferta base correspondeu a 150.000 CRAs, com possibilidade de exercício de um lote adicional de 20%, totalizando 180.000 CRAs. A Oferta foi encerrada em 21 de dezembro de 2020, foram subscritos e integralizados 180.000 CRAs, todos nominativos e escriturais, com valor nominal unitário de R$1 na data de emissão, qual seja, 16 de novembro de 2020, perfazendo o montante total de: R$180.000, sendo que o prazo de carência é de 4 anos e a amortização ocorrerá ao final do 4º, 5º e 6º ano. A sexta emissão ocorreu em 20 de dezembro 2021, nos termos da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada, da 128ª emissão da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A. ("Oferta"), emitidos com lastro em direitos creditórios do agronegócio representados por debêntures não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, emitidas no âmbito da 6ª emissão da Vale do Tijuco Açúcar e Álcool S.A. A oferta base correspondeu a 500.000 CRAs, com possibilidade de exercício de um lote adicional de 20%, totalizando 600.000 CRAs. A Oferta foi encerrada em 17 de fevereiro de 2022. Foram subscritos e integralizados 600.000 CRAs, todos nominativos e escriturais, com valor nominal unitário de R$1 na data de emissão, qual seja, 20 de dezembro de 2021, perfazendo o montante total de: R$600.000, sendo que o prazo de carência é de 5 anos e a amortização ocorrerá ao final do 6º e 7º ano. A sétima emissão ocorreu em 15 de fevereiro 2023, nos termos da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada, da 234º emissão da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A. ("Oferta"), emitidos com lastro em direitos creditórios do agronegócio representados por debêntures não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, emitidas no âmbito da 1ª emissão da Vale do Pontal Açúcar e Etanol S.A., A oferta base correspondeu a 200.000 CRAs, com possibilidade de exercício de um lote adicional de 25%, totalizando 250.000 CRAs. A Oferta foi encerrada em 09 de março de 2023 (data da liquidação da operação). Foram subscritos e integralizados 200.000 CRAs, todos nominativos e escriturais, com valor nominal unitário de R$1 na data de emissão, qual seja, 09 de março de 2023, perfazendo o montante total de: R$200.000, sendo que o prazo de carência é de 7 anos e a amortização ocorrerá ao final do 7º e 8º ano. Os empréstimos e financiamentos consolidados possuem os seguintes vencimentos:

31 de março de 2023	Valor contábil	Até 12 meses	1 a 2 anos	2 a 3 anos	3 a 4 anos	4 a 5 anos	Mais de 5 anos
Empréstimos e financiamentos	**1.764.740**	**266.635**	**286.703**	**217.802**	**81.339**	**357.708**	**554.553**
Custos de transação	**(46.970)**	**(8.800)**	**(8.645)**	**(7.881)**	**(5.779)**	**(5.442)**	**(10.423)**
Empréstimos e financiamentos, líquido	**1.717.770**	**257.835**	**278.058**	**209.921**	**75.560**	**352.266**	**544.130**

31 de março de 2022	Valor contábil	Até 12 meses	1 a 2 anos	2 a 3 anos	3 a 4 anos	4 a 5 anos	Mais de 5 anos
Empréstimos e financiamentos	1.750.682	236.531	274.838	270.517	217.015	79.120	672.661
Custos de transação	(48.085)	(9.955)	(7.668)	(7.507)	(6.752)	(4.627)	(11.576)
Empréstimos e financiamentos, líquido	1.702.597	226.576	267.170	263.010	210.263	74.493	661.085

Cláusulas contratuais: A Companhia possui obrigações contratuais decorrentes dos contratos de financiamentos, relacionadas à manutenção de determinados índices financeiros e não financeiros estabelecidos nesses contratos (*covenants*), cujo período de apuração se dá no encerramento do exercício. A Administração possui controles tempestivos sobre esses indicadores e em 31 de março de 2023 entende que as exigências pré-estabelecidas foram cumpridas, sendo improvável qualquer exigência por parte dos credores antes do vencimento original de longo prazo, e nem a necessidade de reclassificação.

20. Fornecedores e outras contas a pagar:

	Controladora 31/03/2023	Controladora 31/03/2022	Consolidado 31/03/2023	Consolidado 31/03/2022
Fornecedores nacionais de materiais e serviços	**97**	337	**201.115**	197.724
Fornecedores de cana-de-açúcar	**–**	–	**73.636**	29.989
Fornecedores de cana-de-açúcar (Partes relacionadas)	**–**	–	**–**	3.381
Total	**97**	337	**274.751**	231.094
Passivo circulante	**97**	337	**257.058**	230.296
Passivo não circulante	**–**	–	**17.693**	798

O período de safra da cana-de-açúcar, o qual ocorre entre abril e dezembro de cada ano, em média, tem impacto direto sobre o saldo com fornecedores de cana-de-açúcar e respectivos serviços de corte, carregamento e transporte. Os valores a pagar aos fornecedores de cana-de-açúcar e a parceiros agrícolas levam em consideração a cana-de-açúcar entregue e ainda não paga, bem como o complemento de preço calculado com base no preço final de safra através do índice de Açúcar Total Recuperável (ATR) divulgado pelo Consecana - Conselho dos Produtores de Cana-de-açúcar, Açúcar e Etanol do Estado de São Paulo. A Companhia e suas controladas avaliaram o ajuste a valor presente dos seus saldos de fornecedores nas datas de 31 de março de 2023 e 31 de março de 2022 e concluíram que os valores não geram ajustes materiais a valor presente nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. As informações sobre a exposição do Grupo a riscos de liquidez e mensuração do valor justo relacionados a fornecedores e outras contas a pagar está divulgada na nota explicativa nº 25.

21. Arrendamentos e parcerias agrícolas a pagar:

	Consolidado 31/03/2023	Consolidado 31/03/2022
Arrendamentos e parcerias agrícolas a pagar	**1.566.172**	1.485.939
Total	**1.566.172**	1.485.939
Passivo circulante	**292.469**	270.000
Passivo não circulante	**1.273.703**	1.215.939

A movimentação do passivo de arrendamentos e parceiras agrícolas a pagar está demonstrada abaixo:

	Consolidado 31/03/2023	Consolidado 31/03/2022
Saldo no início do exercício	**1.485.939**	746.172
Adições de novos contratos de arrendamento	**374.001**	517.260
Juros	**137.923**	110.043
Remensuração	**(65.094)**	412.240
Pagamentos	**(323.983)**	(255.307)
Baixas por distratos/alterações de contratos	**(42.614)**	(44.469)
Saldo final	**1.566.172**	1.485.939
Passivo circulante	**292.469**	270.000
Passivo não circulante	**1.273.703**	1.215.939

Os saldos estimados de arrendamentos e parcerias agrícolas a pagar no longo prazo possuem a seguinte composição de vencimento:

Vencimento	**Consolidado**
01/04/2024 a 31/03/2025	**246.710**
01/04/2025 a 31/03/2026	**212.740**
01/04/2026 a 31/03/2027	**178.838**
01/04/2027 a 31/03/2028	**150.796**
01/04/2028 a 31/03/2029	**127.358**
01/04/2029 a 31/03/2030	**101.236**
01/04/2030 a 31/03/2031	**79.992**
01/04/2031 a 31/03/2032	**62.517**
01/04/2033 a 31/03/2034	**34.939**
01/04/2034 em diante	**78.577**
	1.273.703

Abaixo é apresentado o direito potencial de PIS/COFINS a recuperar embutido na contraprestação dos arrendamentos:

	Consolidado Arrendamentos	Consolidado Valor presente
Contraprestação do arrendamento	**638.333**	**393.136**
PIS/COFINS potencial (9,25%)	**(59.046)**	**(36.365)**
Total	**579.287**	**356.771**

Adicionalmente, em atendimento ao Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 02/2019, são apresentados abaixo as comparações nas rubricas de arrendamentos e parcerias agrícolas a pagar e da despesa com juros no exercício findo em 31 de março de 2023 e os exercícios futuros utilizando o fluxo de caixa nominal, incorporando a inflação projetada nos fluxos de pagamentos, descontados pela taxa nominal utilizada pela Companhia:

Arrendamento a pagar	01/04/2023 31/03/2024	01/04/2024 31/03/2025	01/04/2025 31/03/2026	01/04/2026 31/03/2027	01/04/2027 31/03/2028	01/04/2028 31/03/202	01/04/2029 31/03/2052
Fluxo real descontado pela taxa nominal	1.273.703	1.027.941	816.031	637.864	488.291	361.252	–
Fluxo nominal descontado pela taxa nominal	1.658.129	1.377.711	1.126.403	906.606	713.779	544.279	–
	23,18%	25,39%	27,55%	29,64%	31,59%	33,63%	–

Despesa com juros	01/04/2023 31/03/2024	01/04/2024 31/03/2025	01/04/2025 31/03/2026	01/04/2026 31/03/2027	01/04/2027 31/03/2028	01/04/2028 31/03/2052	01/04/2029 31/03/2052
Fluxo real descontado pela taxa nominal	(145.935)	(131.637)	(116.704)	(101.398)	(86.569)	(72.142)	(57.488)
Fluxo nominal descontado pela taxa nominal	(174.494)	(162.094)	(148.171)	(132.906)	(117.233)	(101.087)	(83.721)
	16,37%	18,79%	21,24%	23,71%	26,16%	28,63%	31,33%

22. Adiantamento de clientes:

	Consolidado 31/03/2023	Consolidado 31/03/2022
Adiantamento de clientes - açúcar	**252.298**	122.617
Adiantamento de clientes - etanol	**1.174**	56.272
Adiantamento de clientes - energia	**123.813**	74.662
Outros	**455**	330
Total	**377.740**	253.881
Passivo circulante	**27.063**	218.854
Passivo não circulante	**350.677**	35.027

O grupo CMAA possui contrato de compra e venda de açúcar VHP para entrega futura, junto ao Itaú BBA Trading S.A., no volume de 215.100 (duzentos e quinze mil e cem) toneladas. Esse adiantamento é corrigido pela CDI + 2,5 % a.a. A operação será amortizada a partir da safra 2024/25 até a safra 25/26, mediante entrega de Açúcar VHP. Os demais saldos de adiantamento referem-se substancialmente a adiantamentos de clientes de energia, que será entregue nas próximas safras mediante fluxos contratuais.

23. Provisão para demandas judiciais: O Grupo é parte em ações judiciais e processos administrativos em andamento em tribunais e órgãos governamentais. Tais processos decorrem do desenvolvimento normal das suas atividades, envolvendo as matérias trabalhistas, cíveis, tributárias e ambientais. As provisões são reconhecidas levando em consideração a individualidade de cada processo e a classificação de perda como provável na avaliação de seus assessores internos e externos. A contrapartida do reconhecimento da obrigação é uma despesa do exercício. Essa obrigação pode ser mensurada com razoável certeza e é atualizada de acordo com a evolução dos processos judiciais e administrativos ou encargos financeiros incorridos e pode ser revertida caso a estimativa de perda não seja mais considerada provável, ou baixada quando a obrigação for liquidada. Perdas prováveis: Abaixo demonstrativo da movimentação das provisões:

	Consolidado Trabalhistas	Tributárias	Ambientais	Total
Saldo final em 1º de abril de 2021	512	1.645	71	2.228
Adições	676	49	4	729
Baixas	(463)	(963)	(72)	(1.498)
Saldo final em 31 de março de 2022	725	731	3	1.459
Saldo final em 1º de abril de 2022	725	731	3	1.459
Adições	**1.320**	**–**	**8**	**1.328**
Baixas	**(1.491)**	**(573)**	**(11)**	**(2.075)**
Saldo final em 31 de março de 2023	**554**	**158**	**–**	**712**

Trabalhistas: A maioria das ações de natureza trabalhista tem por principais objetos de discussão: (i) diferenças de horas extras; (ii) supressão do intervalo intrajornada; (iii) adicionais de periculosidade e insalubridade; (iv) pagamento de *horas in itinere* anteriores à reforma trabalhista; e (v) preenchimento de cota destinada a portadores de necessidades especiais: *Ambientais:* Nos processos ambientais discute-se principalmente: (i) indenização por servidão administrativa relacionada à construção de linha de energia; e (ii) indenizações em geral. *Tributárias:* Refere-se principalmente à pedidos relacionados a Contribuição Previdenciária Sobre a Comercialização da Produção Rural (Funrural). Perdas Possíveis: A Companhia e suas controladas possuem processos das naturezas trabalhistas, cíveis, tributárias e ambientais em andamento no montante atualizado de R$ 23.052 (R$ 22.377 em 31 de março de 2022), cuja probabilidade de êxito foi estimada como possível, não requerendo a constituição de provisão.

Natureza	Consolidado 31/03/2023	Consolidado 31/03/2022
Ambiental	**5.134**	4.731
Cível	**5.466**	4.688
Trabalhista	**3.553**	4.175
Tributária	**8.899**	8.783
	23.052	22.377

Trabalhistas: As ações judiciais de natureza trabalhista classificadas como possível têm como principais objetos: (i) pleito de horas extras e reflexos; (ii) adicional noturno; e (v) pedido de responsabilidade subsidiária/solidária em verbas rescisórias, FGTS e reflexos de prestadores de serviços contratados pelo Grupo. *Cíveis:* As ações cíveis versam, em sua grande maioria, sobre discussões e revisões contratuais e ação de regresso visando o ressarcimento de auxílio previdenciário. *Ambientais:* Os processos ambientais tratam de autos de infração lavrados pela SEMAD/SUPRAM e/ou polícia ambiental decorrente discussão ambiental acerca de intervenção em área de preservação ambiental, supressão de bioma natural e/ou destoca de árvores esparsas. *Tributárias:* Na esfera tributária se discute em especial glosa e autos de infração lavrados pela Receita Federal, sendo os principais destaques: (i) Um (1) auto de infração referente à glosa da RFB (Receita Federal do Brasil) de créditos de PIS/COFINS utilizados nos anos de 2013 e 2014, referentes à cadeia não cumulativa de bens e serviços utilizados como insumos pelo Grupo e bens destinados à composição do ativo imobilizado, adquiridos no período de apuração de 2011 e 2012; (ii) Dois (2) autos de infração lavrados pela RFB referentes a apuração de IRRF e IOF de mútuo e adiantamento para futuro aumento de capital, todos realizados no período de apuração de 2009 a 2012.

24. Patrimônio líquido: a) Capital social: Em 20 de janeiro de 2023 foi realizada Assembleia Geral Extraordinária pelo acionista Ápia SP Participações S/A ("Ápia"), detentor de 372.428.777 ações da Companhia, na qual foi aprovada a dissolução, liquidação e extinção da Ápia. A liquidação e extinção da Ápia foram realizadas através do Laudo de Avaliação Contábil levantado com base no Balanço Patrimonial de 31 de dezembro de 2022. De acordo com o levantamento contábil, verificou-se que a Ápia não possuía quaisquer obrigações passivas, sendo que os bens e direitos do seu ativo, incluindo sua participação nas ações da Companhia, deverão ser pagos ao seu único acionista Marseille Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia em decorrência de extinção aprovada. O ato societário foi registrado na JUCESP em 01 de fevereiro de 2023. A alteração acionária ocorrida não modifica o controle sobre a Companhia Mineira de Açúcar e Álcool Participações. O capital social da Companhia em 31 de março de 2023 e 2022, totalmente subscrito e integralizado, é de R$503.892, dividido em 1.258.415.912 ações ordinárias, nominativas, distribuído da seguinte forma:

	31/03/2023 Ações	31/03/2023 R$ mil	31/03/2022 Ações	31/03/2022 R$ mil
Ifar Brazil Pte Ltd.	**455.687.717**	**182.466**	455.687.717	203.298
Ápia SP Participações S.A.	**–**	**–**	372.428.777	127.898
Rio Grande Investment Pte Ltd.	**173.520.239**	**69.481**	173.520.239	72.432
JF Investimentos S.A.	**83.258.941**	**33.338**	83.258.941	27.833
Marseille Fundo de Investimentos em Participações	**545.949.015**	**218.607**	173.520.238	72.431
Total	**1.258.415.912**	**503.892**	1.258.415.912	503.892

Em 31 de março de 2023 e 31 de março de 2022 a Companhia não possuía capital social autorizado. b) Reserva de capital: Refere-se reserva especial de ágio no montante de R$ 4.164, decorrente de aumento de capital realizado em anos anteriores. c) Reserva legal: É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. d) Reserva de incentivos fiscais: A Companhia usufrui de benefícios e incentivos fiscais do ICMS do estado de Minas Gerais, estes benefícios estão previstos em convênio CONFAZ e regularizados no decreto 47.394 de 2018, cumprindo os requisitos do artigo 10º da lei complementar 160/2017. Esses benefícios denominados subvenções são decorrentes de créditos presumido de ICMS e de diferimento de ICMS nas operações de vendas. Os valores das subvenções são contabilizados como receita e excluídos da base de cálculo da apuração de imposto de renda e contribuição social. Após a destinação da parcela do resultado do exercício para a reserva legal, são constituídas reservas de incentivos fiscais até o limite do valor obrigatório ou do saldo remanescente do lucro do exercício. Até 31 de março de 2023, a Companhia havia constituído R$ 187.797, restando montante a ser constituído de R$ 138.659. e) Ajuste de avaliação patrimonial: Inclui a variação do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos designados como instrumentos de *hedge* de fluxo de caixa de suas futuras exportações (item protegido). f) Dividendos: O estatuto social da Companhia determina um percentual não inferior a 25% do lucro líquido, conforme ajustado, para ao pagamento dos dividendos mínimos obrigatórios. A Companhia decidiu por meio de realização de Assembleia Geral Extraordinária (AGE) em 18 de abril de 2022, a qual foi registrada na JUCEMG em 13 de maio de 2022, aprovar a distribuição de dividendos aos acionistas no montante total de R$ 75.000, dos quais (i) R$ 42.760 referentes aos lucros acumulados da Companhia, constantes do balanço patrimonial levantado em 31 de março de 2021; e (ii) R$ 32.240 a título de dividendos intermediários, referentes aos lucros verificados no exercício findo em 31 de março de 2022, creditados contra o valor do dividendo obrigatório. os pagamentos foram realizados em 18 de abril de 2022. Em 31 de maio de 2022, foi realizada uma nova AGE, onde foi deliberado sobre uma nova distribuição de dividendos aos acionistas no valor de R$ 40.000, referentes aos lucros acumulados da Companhia, constantes do balanço patrimonial levantado em 31 de março de 2022, os pagamentos foram realizados em 31 de maio de 2022. Os dividendos foram distribuídos aos acionistas de forma proporcional à participação de cada um deles no capital social da Companhia.

25. Instrumentos financeiros: a) Classificação contábil e valores justos (consolidado): A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

31 de março de 2023	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos financeiros mensurados ao valor justo						
Equivalentes de caixa	**784.669**	**–**	**784.669**	**–**	**784.669**	**–**
Aplicações financeiras	**2.956**	**–**	**2.956**	**–**	**2.956**	**–**
Instrumentos financeiros derivativos	**166.790**	**–**	**166.790**	**–**	**166.790**	**–**
Total	**954.415**	**–**	**954.415**	**–**	**954.415**	**–**
Ativos financeiros não mensurados ao valor justo						
Caixa e bancos	**–**	**9.886**	**9.886**			
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	**–**	**39.867**	**39.867**			
Arrendamentos a receber	**–**	**491.881**	**491.881**			
Total	**–**	**541.634**	**541.634**			

31 de março de 2023	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Passivos financeiros mensurados ao valor justo						
Instrumentos financeiros derivativos	**331.219**	**–**	**331.219**	**–**	**331.219**	**–**
Total	**331.219**	**–**	**331.219**	**–**	**331.219**	**–**
Passivos financeiros não mensurados ao valor justo						
Empréstimos e financiamentos	**–**	**1.717.770**	**1.717.770**			
Arrendamentos e parceria agrícola a pagar	**–**	**1.566.172**	**1.566.172**			
Fornecedores e outras contas a pagar	**–**	**274.751**	**274.751**			
Total	**–**	**3.558.693**	**3.558.693**			

31 de março de 2022	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos financeiros mensurados ao valor justo						
Equivalentes de caixa	806.528	–	806.528	–	806.528	–
Aplicações financeiras	8.806	–	8.806	–	8.806	–
Instrumentos financeiros derivativos	229.209	–	229.209	–	229.209	–
Total	1.044.543	–	1.044.543	–	1.044.543	–
Ativos financeiros não mensurados ao valor justo						
Caixa e bancos	–	85.461	85.461			
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	–	59.335	59.335			
Contas a receber com partes relacionadas	–	37.541	37.541			
Arrendamentos a receber	–	497.014	497.014			
Total	–	679.351	679.351			

31 de março de 2022	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Passivos financeiros mensurados ao valor justo						
Instrumentos financeiros derivativos	543.127	–	543.127	–	543.127	–
Total	543.127	–	543.127	–	543.127	–
Passivos financeiros não mensurados ao valor justo						
Empréstimos e financiamentos	–	1.702.597	1.702.597			
Arrendamentos e parceria agrícola a pagar	–	1.485.939	1.485.939			
Fornecedores e outras contas a pagar	–	231.094	231.094			
Total	–	3.419.630	3.419.630			

b) Mensuração do valor justo: Os valores contábeis referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado. Não ocorreram transferências entre níveis a serem consideradas em 31 de março de 2023, em relação às divulgações de 31 de março de 2022. Gerenciamento de riscos financeiros: O Grupo participa de operações envolvendo instrumentos financeiros que se destinam a atender as necessidades próprias. Em 31 de março de 2023 e 31 de março 2022, o Grupo não mantém instrumentos financeiros não registrados contabilmente e não efetua operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo. Os principais riscos relacionados com a operação do Grupo são os seguintes: • Risco de crédito; • Risco de liquidez; e • Risco de mercado. Essa nota explicativa apresenta informações sobre a exposição do Grupo a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos do Grupo, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e seu gerenciamento de capital. *Estrutura do gerenciamento de risco:* O Conselho de Administração é responsável pelo acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco do Grupo, e os gestores de cada área se reportam regularmente ao Conselho sobre as suas atividades. As políticas de gerenciamento de risco do Grupo são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais o Grupo está exposto, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites definidos. As políticas e os sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades do Grupo. O Grupo, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetivam desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os funcionários entendem os seus papéis e suas obrigações. *Risco de crédito:* Risco de crédito é o risco de o Grupo incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, falharem em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes e outros débitos, arrendamentos a receber e de instrumentos financeiros derivativos ativos conforme apresentados abaixo. *Exposição ao risco de crédito:* O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras individuais e consolidadas está demonstrada abaixo:

	Controladora 31/03/2023	Controladora 31/03/2022	Consolidado 31/03/2023	Consolidado 31/03/2022
Caixa e equivalentes de caixa	**6.537**	14	**794.555**	891.989
Aplicações financeiras	**–**	–	**2.956**	8.806
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	**–**	8.850	**39.867**	96.876
Arrendamentos a receber	**–**	–	**491.881**	497.014
Instrumentos financeiros derivativos	**–**	–	**166.790**	229.209
Total	**6.537**	8.864	**1.496.049**	1.723.894
Ativo circulante	**6.537**	8.864	**976.432**	1.089.453
Ativo não circulante	**–**	–	**519.617**	634.441

Caixa e equivalentes de caixa: A Companhia e suas controladas tem como princípio trabalhar com um número reduzido de instituições financeiras e busca negócios com aquelas que apresentam maior solidez. Além disso, outra política que busca mitigar o risco de crédito é manter saldos de aplicações financeiras proporcionalmente ao saldo de empréstimos e financiamentos com cada uma das instituições. O Grupo não possui registros de perdas em caixa e equivalentes de caixa. Contas a receber de clientes: A exposição da Companhia e de suas controladas ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada cliente. Além disso, as vendas se realizam de forma bem distribuída durante todo o exercício societário (principalmente no período de safra, que vai de abril a março de cada ano calendário), o que possibilita à Companhia e suas controladas interromperem entregas a clientes que porventura se apresentarem como potencial risco de crédito. Perdas por redução no valor recuperável: A composição por vencimento dos recebíveis de clientes registrados no ativo circulante, na data das demonstrações financeiras para os quais não foram reconhecidas perdas por redução no valor recuperável, era a seguinte:

	Controladora 31/03/2023	Controladora 31/03/2022	Consolidado 31/03/2023	Consolidado 31/03/2022
A vencer	**–**	8.850	**39.867**	96.876
	–	8.850	**39.867**	96.876
Provisão para perdas esperadas	**–**	–	**–**	–
	–	8.850	**39.867**	96.876

A movimentação da provisão para perdas esperadas em contas a receber é como segue:

	Consolidado 31/03/2023	Consolidado 31/03/2022
Saldo inicial	**–**	(1.332)
Adição	**–**	(7)
Reversão	**–**	1.339
Saldo final	**–**	–

A Companhia e suas controladas avaliaram o ajuste a valor presente dos seus saldos de contas a receber de clientes nas datas de 31 de março de 2023 e 31 de março de 2022. A Companhia reconheceu os valores a receber de longo prazo ao seu valor presente, deduzidos das parcelas futuras referente ao valor reconhecido como juros no momento inicial da transação. Para clientes que apresentam histórico de não cumprimento de suas obrigações financeiras, a Companhia e suas controladas procuram trabalhar com pagamentos antecipados. Garantias: As controladas Vale do Tijuco, Vale do Pontal e Usina Canápolis são garantidoras junto a entidades financeiras e cooperativas de créditos, de operações de compra de insumos e financiamentos a serem utilizados no plantio e colheita de cana-de-açúcar de seus fornecedores. Em 31 de março de 2023, o valor garantido totaliza R$ 295.936 (R$ 252.356 em 31 de março de 2022). As controladas assumirão o débito de seus fornecedores, no limite da garantia prestada, em caso de não pagamento de suas obrigações. Os eventuais valores desembolsados pela Companhia para pagamento das obrigações dos fornecedores, em caso de inadimplência, serão acrescidos pela taxa CDI + 4% ao ano "*pro-rata dia*" e serão descontados quando do fornecimento da cana-de-açúcar pelo fornecedor. *Risco de liquidez:* Risco de liquidez é o risco em que o Grupo irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A responsabilidade pelo gerenciamento do risco de liquidez é da Administração do Grupo e de seu Conselho de Administração, que gerencia o risco de liquidez de acordo com as necessidades de captação e gestão de liquidez de curto, médio e longo prazos mantendo linhas de crédito de captação de acordo com suas necessidades de caixa combinando os perfis de vencimento de seus ativos e passivos financeiros. O Grupo utiliza sistemas de informação e ferramentas de gestão que propiciam a condição de monitoramento de exigências de fluxo de caixa e da otimização de seu retorno de caixa em investimentos. O Grupo tem como política operar com alta liquidez para garantir o cumprimento de obrigações operacionais e financeiras pelo menos por um ciclo operacional; isto inclui o impacto potencial de circunstâncias extremas que não podem ser razoavelmente previstas, como desastres naturais e movimentos cíclicos do mercado de commodities. Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade do Grupo, possam ocorrer significantemente mais cedo ou em montantes significantemente diferentes. Exposição ao risco de liquidez: O valor contábil dos passivos financeiros com risco de liquidez está representado abaixo:

	Controladora 31/03/2023	Controladora 31/03/2022	Consolidado 31/03/2023	Consolidado 31/03/2022
Empréstimos e financiamentos	**–**	–	**1.717.770**	1.702.597
Empréstimos com partes relacionadas	**–**	1.337	**–**	–
Arrendamentos e parceria agrícola a pagar	**–**	–	**1.566.172**	1.485.939
Fornecedores e outras contas a pagar	**97**	337	**274.751**	231.094
Instrumentos financeiros derivativos	**–**	–	**331.219**	543.127
Total	**97**	1.674	**3.889.912**	3.962.757
Passivo circulante	**97**	337	**1.114.144**	1.127.391
Passivo não circulante	**–**	1.337	**2.775.768**	2.835.366

A seguir, estão os vencimentos contábeis dos passivos financeiros:

Consolidado 31 de março de 2023	Valor Contábil	Fluxo contratual	Até 12 meses	1 a 2 anos	2 a 3 anos	3 a 4 anos	4 a 5 anos	Mais de 5 anos
Empréstimos e financiamentos	**1.717.770**	**1.764.740**	**297.737**	**255.601**	**217.802**	**81.339**	**357.708**	**554.553**
Arrendamentos e parcerias agrícolas a pagar	**1.566.172**	**2.762.982**	**353.327**	**327.943**	**309.248**	**284.377**	**261.168**	**1.226.919**
Fornecedores e outras contas a pagar	**274.751**	**274.751**	**257.058**	**17.693**	**–**	**–**	**–**	**–**
Instrumentos financeiros derivativos	**331.219**	**331.219**	**306.782**	**24.437**	**–**	**–**	**–**	**–**
Total	**3.889.912**	**5.133.692**	**1.214.904**	**625.674**	**527.050**	**365.716**	**618.876**	**1.781.472**

Consolidado 31 de março de 2022	Valor Contábil	Fluxo contratual	Até 12 meses	1 a 2 anos	2 a 3 anos	3 a 4 anos	4 a 5 anos	Mais de 5 anos
Empréstimos e financiamentos	1.702.597	1.750.682	236.531	274.838	270.517	217.015	79.120	672.661
Arrendamentos e parcerias agrícolas a pagar	1.485.939	2.426.434	313.877	274.382	262.467	242.544	218.573	1.114.591
Fornecedores e outras contas a pagar	231.094	231.094	230.296	798	–	–	–	–
Instrumentos financeiros derivativos	543.127	543.127	400.520	139.460	3.147	–	–	–
Total	3.962.757	4.951.337	1.181.224	689.478	536.131	459.559	297.693	1.787.252

Movimentação dos passivos financeiros nas atividades de financiamentos consolidadas

	Consolidado Empréstimos e financiamentos	Consolidado Arrendamentos e parceria agrícola a pagar
Saldos em 31 de março de 2021	1.188.700	746.172
Adições	761.771	517.260
(–) Pagamentos	(313.529)	(255.307)
(–) Pagamentos de juros e variação cambial	(92.876)	–
Juros incorridos	161.715	110.043
Remensuração de contratos de arrendamento	–	412.240
Baixa por distratos/alterações de contratos	–	(44.469)
Variação cambial	(3.184)	–
Saldos em 31 de março de 2022	1.702.597	1.485.939
Adições	**384.743**	**374.001**
(–) Pagamentos	**(413.335)**	**(323.983)**
(–) Pagamentos de juros e variação cambial	**(173.680)**	**–**
Juros incorridos	**204.068**	**137.923**
Remensuração de contratos de arrendamento	**–**	**(65.094)**
Baixa por distratos/alterações de contratos	**–**	**(42.614)**
Variação cambial	**62**	**–**
Apropriação de custo de transação	**13.315**	**–**
Saldos em 31 de março de 2023	**1.717.770**	**1.566.172**

Risco de mercado: Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros têm nos resultados do Grupo ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. Por meio de suas atividades, o Grupo também é exposto a riscos financeiros decorrentes de mudança no valor do ATR (Açúcar Total Recuperável), utilizado para cálculo do valor justo do ativo biológico e do valor do açúcar VHP (*Very High Polarized*). *Risco de taxa de juros:* O Grupo está exposto a riscos relacionados às taxas de juros, em função de empréstimos e financiamentos contratados e aplicações financeiras, expostas, principalmente, à variação do CDI, Selic, IPCA, TJLP e TLP. A direção do Grupo monitora as flutuações das taxas de juros variáveis atreladas a algumas dívidas, utilizando-se de instrumentos derivativos com o objetivo de minimizar o impacto destes riscos. *Análise de sensibilidade de fluxo de caixa para instrumentos de taxa variável - consolidado:* A análise de sensibilidade é determinada com base na exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros não derivativos em 31 de março de 2023. Conforme determinado pela Instrução CVM 475/08, que requer que sejam apresentados dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável de risco considerado, apresentamos abaixo os possíveis impactos de quanto teriam aumentado (reduzido) o patrimônio e o resultado do exercício de acordo com os montantes mostrados a seguir. Esses cenários poderão gerar impactos no resultado e nos fluxos de caixa futuros do Grupo conforme descrito a seguir: • Cenário I: Corresponde ao cenário considerado mais provável nas taxas de juros, na data das demonstrações financeiras individuais e consolidas; • Cenário II: Apreciação de 25% no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível verificado no cenário provável; • Cenário III: Apreciação de 50% no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível verificado no cenário provável; • Cenário IV: Deterioração de 25% no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível verificado no cenário provável; e • Cenário V: Deterioração de 50% no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível verificado no cenário provável.

Risco de taxa de juros sobre ativos e passivos financeiros - Consolidado

Instrumentos	Exposição em 31 março de 2023	Risco	Cenários Taxa	Cenários Provável	Apreciação Variação do índice em 25%	Apreciação Variação do índice em 50%	Deterioração Variação do índice em 25%	Deterioração Variação do índice em 50%
Ativos financeiros								
Equivalentes de caixa	**784.669**	**CDI**	**13,65%**	**107.107**	**26.777**	**53.554**	**(26.777)**	**(53.554)**
Aplicações financeiras	**2.956**	**CDI**	**13,65%**	**404**	**101**	**202**	**(101)**	**(202)**
Passivos financeiros								
CCB	**27.100**	**CDI**	**13,65%**	**(3.699)**	**(925)**	**(1.850)**	**925**	**1.850**
CCB	**6.826**	**SELIC**	**13,75%**	**(939)**	**(235)**	**(469)**	**235**	**469**
CCE	**58.414**	**CDI**	**13,65%**	**(7.974)**	**(1.993)**	**(3.987)**	**1.993**	**3.987**
CPR	**52.936**	**CDI**	**13,65%**	**(7.226)**	**(1.806)**	**(3.613)**	**1.806**	**3.613**
CRA	**201.858**	**CDI**	**13,65%**	**(27.554)**	**(6.888)**	**(13.777)**	**6.888**	**13.777**
CRA	**1.251.369**	**IPCA**	**5,60%**	**(70.077)**	**(17.519)**	**(35.039)**	**17.519**	**35.039**
Finame	**307**	**TJLP**	**7,37%**	**(23)**	**(6)**	**(11)**	**6**	**11**
Finame	**287**	**SELIC**	**13,75%**	**(39)**	**(10)**	**(20)**	**10**	**20**
Finame	**76.997**	**TLP**	**5,60%**	**(4.309)**	**(1.077)**	**(2.155)**	**1.077**	**2.155**
Finem	**84.584**	**TLP**	**5,60%**	**(4.734)**	**(1.183)**	**(2.367)**	**1.183**	**2.367**
Impacto no resultado e patrimônio líquido				**(19.063)**	**(4.764)**	**(9.532)**	**4.764**	**9.532**

Fonte: A informação da CDI foi extraída da base da CETIP, a TJLP e TLP foi extraída da Receita Federal, a SELIC do Banco Central do Brasil e o IPCA junto ao IBGE.

Risco de câmbio: O Grupo está sujeito ao risco de câmbio (dólar norte-americano) em parte de seus contas a receber, caixa e equivalente de caixa e instrumento financeiro derivativo, tomados em moeda diferente da moeda funcional. Com relação a outros ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, o Grupo garante que sua exposição líquida é mantida a um nível aceitável, comprando ou vendendo moedas estrangeiras a taxas à vista, quando necessário, para tratar instabilidades de curto prazo. As parcelas de curto prazo dos passivos monetários denominados em moeda estrangeira estão respaldadas por ativos também denominados em moeda estrangeira (exportação de açúcar com preço fixado em moeda estrangeira). Com relação à parcela de longo prazo desses passivos, ela está respaldada pelas exportações de açúcar da Companhia, que representam 100% das exportações, e possui preços denominados em moeda estrangeira e com pouca volatilidade às variações da taxa de câmbio. *Exposições a riscos cambiais:* A exposição líquida em moeda estrangeira está demonstrada no quadro a seguir, pelos montantes de principal (em US$ mil):

	Consolidado 31/03/2023	Consolidado 31/03/2022
Caixa e equivalentes de caixa	**1.794**	13.251
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	**556**	–
Swap	**–**	25.000
NDF	**(1.521)**	–
Opções de dólar	**(20.178)**	–
Termo de moedas	**(114.490)**	(202.044)
Receita futura (VHP) - Objeto de hedge	**134.668**	202.044
Exposição líquida	**829**	38.251

A exposição cambial líquida demonstrada acima, está substancialmente compensada com receitas altamente prováveis de exportação de produtos. *Análise de sensibilidade - risco de câmbio - Consolidado:* A análise de sensibilidade é determinada com base na exposição de partes dos seus contas a receber, caixa e equivalente de caixa e instrumento financeiro derivativo à variação monetária do dólar norte americano em 31 de março de 2023. Conforme determinado pela Instrução CVM 475/08, que requer que sejam apresentados dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável de risco considerado, apresentamos abaixo os possíveis impactos de quanto teriam aumentado (reduzido) o patrimônio e o resultado do exercício de acordo com os montantes mostrados a seguir. Esses cenários poderão gerar impactos no resultado e/ou nos fluxos de caixa futuros do Grupo conforme descrito a seguir: • Cenário I: Para o cenário provável em dólar norte americano foi considerada a taxa de câmbio da data de 31 de março de 2023; • Cenário II: Apreciação de 25% no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível verificado no cenário provável; • Cenário III: Apreciação de 50% no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível verificado no cenário provável; • Cenário IV: Deterioração de 25% no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível verificado no cenário provável; e • Cenário V: Deterioração de 50% no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível verificado no cenário provável.

Cenários	US$ mil	R$ (MTM)	Apreciação (R$) 25%	Apreciação (R$) 50%	Deterioração (R$) 25%	Deterioração (R$) 50%
Instrumentos financeiros não derivativos						
Caixa e equivalente de caixa	**1.794**	**9.115**	**2.279**	**4.557**	**(2.279)**	**(4.557)**
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	**556**	**2.825**	**706**	**1.413**	**(706)**	**(1.413)**
Instrumentos financeiros derivativos						
Opções de Dólar	**(20.178)**	**(938)**	**(234)**	**(469)**	**234**	**469**
Termo de moedas	**(114.490)**	**91.220**	**(130.526)**	**(256.911)**	**122.244**	**248.630**
NDF	**(1.521)**	**(382)**	**1.845**	**3.690**	**(1.845)**	**(3.690)**
Receita futura (VHP) - Objeto de hedge	**134.668**	**(90.282)**	**130.761**	**257.380**	**(122.479)**	**(249.099)**
Impacto no resultado e patrimônio líquido	**829**	**11.558**	**4.831**	**9.660**	**(4.831)**	**(9.660)**

As informações utilizadas para a apuração da análise de sensibilidade apresentada acima, foram obtidas junto as fontes externas de mercado, como Bloomberg e B3. *Risco de preço:* Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos principais produtos comercializados pela Companhia. Essas oscilações de preços podem provocar alterações substanciais nas receitas de vendas, principalmente relacionados a exportação de Açúcar VHP. Para mitigar esse risco, a Companhia realiza constante monitoramento do mercado para antecipar-se a movimentos de preços. *Exposições a riscos de preço:* A exposição líquida dos instrumentos derivativos para hedge de preço do açúcar VHP e etanol está demonstrada no quadro a seguir, pelos montantes de principal (em US$ mil):

	Consolidado 31/03/2023	Consolidado 31/03/2022
Termo de *commodities*	**(93.311)**	238.714
Opções	**1.603**	1.105
Receita futura (VHP) - Objeto de hedge	**91.708**	(239.819)
Exposição líquida	**–**	–

Análise de sensibilidade - risco de preço - Consolidado: A análise de sensibilidade abaixo é determinada com base na exposição dos instrumentos financeiros derivativos de termo de commodities à variação de preços de exportação de açúcar VHP baseados na curva futura dos preços de tela NY#11 e de NDF de etanol baseada na curva futura de preços da B3 em 31 de março de 2023. Abaixo foram apresentados dois cenários com depreciação de 25% e 50% da variável de risco considerado os possíveis impactos de quanto teriam aumentado (reduzido) o patrimônio e o resultado do exercício do Grupo, conforme descrito a seguir: • Cenário I: Para o cenário provável aumento nos preços futuros na posição da data de 31 de março de 2023; • Cenário II: Apreciação de 25% no fator de risco principal do instrumento financeiro derivativo em relação ao nível verificado no cenário provável; • Cenário III: Apreciação de 50% no fator de risco principal do instrumento financeiro derivativo em relação ao nível verificado no cenário provável; • Cenário IV: Depreciação de 25% no fator de risco principal do instrumento financeiro derivativo em relação ao nível verificado no cenário provável; e Cenário V: Depreciação de 50% no fator de risco principal do instrumento financeiro derivativo em relação ao nível verificado no cenário provável.

Cenários	USD	R$ (MTM)	Apreciação (R$) 25%	Apreciação (R$) 50%	Depreciação (R$) 25%	Depreciação (R$) 50%
Opções	**1.603**	**(5.621)**	**(1.405)**	**(2.811)**	**1.405**	**2.811**
Termo de *commodities*	**(93.311)**	**(270.398)**	**(188.288)**	**(374.836)**	**184.808**	**371.356**
Receita futura (VHP) - Objeto de hedge	**91.708**	**276.019**	**189.693**	**377.647**	**(186.213)**	**(374.167)**
Impacto no resultado e patrimônio líquido	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**

Contabilidade de hedge: Hedge de fluxo de caixa envolvendo as exportações do Grupo: O Grupo adota uma estrutura de *hedge accounting* de fluxo da caixa que consiste na cobertura de uma transação prevista, altamente provável, de exportação em moeda estrangeira (dólar norte americano - US$), contra o risco cambial de flutuação de taxa de câmbio US$ versus R$, usando como instrumento de cobertura, instrumentos financeiros não derivativos como ACC (Adiantamento de Contratos de Câmbio) e • NCE (Nota de Crédito à Exportação) e derivativos como NDF (*Non-Deliverable Forward*), em valores e vencimentos equivalentes as exportações. Abaixo está demonstrada a relação de *hedge* designada para *hedge accounting*:

	2023 Realizado resultado	2023 Não realizado (patrimônio líquido)	2022 Realizado resultado	2022 Não realizado (patrimônio líquido)
Termo de moeda, *commodities e opções*	**(287.908)**	**(185.736)**	(227.704)	(430.490)
NDF	**–**	**–**	(96.917)	–
Exposição total	**(287.908)**	**(185.736)**	(324.621)	(430.490)
(–) IR/CS diferidos	**97.889**	**63.150**	110.371	121.858
Exposição líquida	**(190.019)**	**(122.586)**	(214.250)	(308.632)

A parcela efetiva da variação no valor justo de derivativos designados e qualificados como hedge de fluxo de caixa, e não liquidados, bem como a variação cambial dos instrumentos de hedge não derivativos é reconhecida no patrimônio líquido como "Ajustes de avaliação patrimonial". Esta parcela é realizada quando da eliminação do risco para o qual os instrumentos de hedge foram designados. Quando da liquidação dos instrumentos financeiros, os ganhos e as perdas previamente diferidos em outros resultados abrangentes são transferidos para o resultado. Instrumentos financeiros derivativos: O Grupo está exposto ao risco cambial do fluxo de caixa futuro em moeda estrangeira, devido à receita proveniente de exportações de açúcar. Com o objetivo de mitigar este risco, o Grupo adota procedimentos de cobertura baseada na exposição cambial calculada pelo valor dos créditos comerciais para os próximos 12 meses, revistos mensalmente. A cobertura do fluxo de caixa futuro é analisada e discutida pelo Conselho de Administração do Grupo, que aprova e autoriza a contratação e designação de instrumentos financeiros derivativos para a contabilidade de *hedge*. O quadro abaixo apresenta todas as operações de instrumentos financeiros derivativos contratados, assim como os respectivos valores justos calculados pela Administração do Grupo:

Consolidado	Tipo Moeda	31/03/2023 Nocional (US$/R$ mil)	31/03/2023 Valor justo (R$)	31/03/2022 Nocional (US$/R$ mil)	31/03/2022 Valor justo (R$)
Swap	US$	**–**	**–**	25.000	(20.064)
Swap	R$	**967.784**	**21.690**	911.786	64.550
Termo de *commodities - VHP*	US$	**93.311**	**(270.398)**	238.714	(449.584)
Termo de moedas	US$	**114.490**	**91.220**	202.044	94.327
NDF	US$	**1.521**	**(382)**	–	–
Opções VHP	US$	**1.603**	**(5.621)**	1.105	(3.147)
Opções de dólar	US$	**20.178**	**(938)**	–	–
Total			**(164.429)**		(313.918)
Ativo circulante			**70.958**		52.962
Ativo não circulante			**95.832**		176.247
			166.790		229.209
Passivo circulante			**(306.782)**		(400.520)
Passivo não circulante			**(24.437)**		(142.607)
			(331.219)		(543.127)

continua ★

★ continuação **Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de Março de 2023 da Companhia Mineira de Açúcar e Álcool Participações (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

Os instrumentos financeiros derivativos possuem os seguintes vencimentos:

		Consolidado							
31 de março de 2023	Tipo	Nocional	Valor Contábil	Até 12 meses	1 a 2 Anos	2 a 3 Anos	3 a 4 Anos	4 a 5 Anos	Acima de 5 anos
Swap	US$	967.784	21.690	(53.880)	(19.894)	(8.406)	(21.005)	54.144	70.731
Termo de commoditties	R$	93.311	(270.398)	(252.037)	(18.361)	–	–	–	–
Termo de moedas	US$	114.490	91.220	70.958	20.262	–	–	–	–
NDF	US$	1.521	(382)	(303)	(79)	–	–	–	–
Opções VHP	US$	1.603	(5.621)	–	(5.621)	–	–	–	–
Opções de Dólar	US$	20.178	(938)	(562)	(376)	–	–	–	–
Total			(164.429)	(235.824)	(24.069)	(8.406)	(21.005)	54.144	70.731

		Consolidado							
31 de março de 2022	Tipo	Nocional	Valor Contábil	Até 12 meses	1 a 2 Anos	2 a 3 Anos	3 a 4 Anos	4 a 5 Anos	Acima de 5 anos
Swap	US$	25.000	(20.064)	(20.064)	–	–	–	–	–
Swap	R$	911.786	64.550	(46.446)	(8.564)	6.515	12.943	(14.587)	114.689
Termo de commoditties	US$	238.714	(449.584)	(310.124)	(139.460)	–	–	–	–
Termo de moedas	US$	202.044	94.327	29.076	52.250	13.001	–	–	–
Opções	US$	1.105	(3.147)	–	–	(3.147)	–	–	–
Total			(313.918)	(347.558)	(95.774)	16.369	12.943	(14.587)	114.689

Resultado com instrumentos financeiros derivativos: O Grupo efetuou registro dos ganhos e perdas oriundos dessas operações no resultado do exercício. Em 31 de março de 2023 e 31 de março de 2022, os impactos contabilizados no resultado estão demonstrados a seguir:

			Consolidado	
Derivativo	Mercado	Risco	31/03/2023	31/03/2022
Termo de moedas e commodities	CETIP/ ICE	USD	**(287.908)**	(227.704)
NDF Etanol	BMF	USD	–	(96.917)
Receita bruta de vendas e serviços			**(287.908)**	(324.621)
Swap	CETIP	USD	**(25.335)**	(8.854)
NDF	CETIP	USD	**(382)**	5.426
Termo de moedas e commodities - inefetivo			**(10.173)**	(4.508)
Receitas (despesas) financeiras			**(35.890)**	(7.936)
Total			**(323.798)**	(332.557)
(–) IR/CS			**110.091**	113.069
Efeito líquido no resultado			**(213.707)**	(219.488)

c) Gestão de capital: A Companhia administra a gestão capital, para assegurar que ela possa continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximiza o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio. A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (empréstimos e financiamentos e arrendamentos e parceria agrícola a pagar, deduzidos pelo caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e pelo seu patrimônio líquido). A Administração revisa periodicamente a estrutura de capital da Companhia. Como parte dessa revisão, a Administração considera o custo de capital, a liquidez dos ativos, os riscos associados a cada classe de capital e o grau de endividamento.

	31/03/2023	31/03/2022
Empréstimos e financiamentos	**1.717.770**	1.702.597
Arrendamentos e parceria agrícolas a pagar	**1.566.172**	1.485.939
(–) Caixa e equivalentes de caixa	**(794.555)**	(891.989)
(–) Aplicações financeiras	**(2.956)**	(8.806)
Dívida líquida	**2.486.431**	2.287.741
Patrimônio líquido	**595.761**	446.083
Patrimônio líquido e dívida consolidada	**3.082.192**	2.733.824
Coeficiente de alavancagem	**4,17**	5,13

26. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Consolidado	Ativo/Passivo		Resultado		Patrimônio líquido	
	31/03/2023	31/03/2022	2023	2022	31/03/2023	31/03/2022
Provisão para demandas judiciais	**241**	(410)	**651**	(1.250)	**–**	(186)
Provisão para perdas esperadas	**–**	–	**–**	(455)	**–**	–
Provisão para perdas com estoques	**1.326**	1.151	**175**	139	**–**	–
Efeitos de contratos de *swap*	**(7.374)**	(15.125)	**7.751**	(1.922)	**–**	–
Prejuízo fiscal e base negativa (a)	**156.428**	159.391	**(2.963)**	116.341	**–**	–
Valor justo do ativo biológico	**(36.003)**	(43.434)	**7.431**	(24.416)	**–**	–
Efeitos de contratos de ACC/NCE e variação cambial	**52**	4.453	**(4.401)**	(16.760)	**–**	–
Efeitos de contratos opções	**2.230**	1.070	**–**	–	**1.160**	1.070
Efeitos de contratos de *forward*	**61.050**	96.278	**24.638**	(24.373)	**(59.866)**	(49.895)
Efeitos contratos de forward etanol	**–**	–	**–**	–	**–**	(12.516)
Efeitos de diferença depreciação fiscal x vida útil	**(6.994)**	(10.809)	**3.815**	(521)	**–**	–
Efeito variação IFRS 16/CPC06	**44.028**	24.346	**19.682**	14.308	**–**	–
Líquido	**214.984**	216.911	**56.779**	61.091	**(58.706)**	(61.527)

(a) A Administração da Companhia reconheceu imposto de renda e contribuição social diferidos ativos sobre prejuízos fiscais do imposto de renda e base negativa de contribuição social com base na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros. O saldo remanescente de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízo fiscal do imposto de renda e base negativa de contribuição social escriturado nas obrigações fiscais, deduzidos do ativo fiscal diferido constituído no exercício, e não registrado contabilmente é de aproximadamente R$140.990. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos foram constituídos em decorrência de estudos preparados pela Administração, demonstrando a geração de lucros tributáveis futuros em montante suficiente à realização total desses em um prazo máximo de dez anos. A Companhia levou em consideração ainda o aumento da lucratividade e da base tributável nos últimos exercícios. A realização esperada dos impostos diferidos em 31 de março de 2023 é como segue:

	Consolidado
01/04/2023 a 31/03/2024	**16.648**
01/04/2024 a 31/03/2025	**32.104**
01/04/2025 a 31/03/2026	**42.002**
01/04/2026 a 31/03/2027	**31.056**
01/04/2027 a 31/03/2028	**31.819**
01/04/2028 a 31/03/2033	**61.355**
	214.984

Reconciliação da taxa efetiva	Controladora	
	2023	2022
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	**78.632**	195.085
Alíquota nominal	**34%**	34%
Despesa com imposto à alíquota nominal	**(26.735)**	(66.329)
Ajustes para apuração da alíquota efetiva:		
Resultado de equivalência patrimonial	**27.035**	68.544
Prejuízo fiscal e base negativa não constituídos	**(300)**	(2.215)
Imposto de renda e contribuição social	**–**	–
Corrente	**–**	–
Diferido	**–**	–

Reconciliação da taxa efetiva	Consolidado	
	2023	2022
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	**67.269**	140.200
Alíquota nominal	**34%**	34%
Despesa com imposto à alíquota nominal	**(22.872)**	(47.668)
Ajustes para apuração da alíquota efetiva:		
Reconhecimento de prejuízo fiscal e base negativa	**9.318**	70.871
Subvenções	**23.688**	38.973
Outras	**1.229**	(7.291)
Imposto de renda e contribuição social	**11.363**	54.885
Corrente	**(45.416)**	(6.206)
Diferido	**56.779**	61.091

A alíquota nominal dos impostos é de 34% sobre o lucro ajustado conforme a legislação vigente do Brasil para o lucro tributável anual. As diferenças temporárias dedutíveis e os prejuízos fiscais acumulados não prescrevem de acordo com a legislação tributária vigente.

27. Receita líquida: As receitas operacionais do Grupo são compostas pela venda de açúcar e etanol para o mercado interno e externo e energia elétrica.

	Consolidado	
Receita bruta de vendas e serviços:	2023	2022
Etanol mercado interno	**1.008.848**	1.035.191
Etanol mercado externo	**67.802**	62.930
Açúcar mercado interno	**339**	33.067
Açúcar mercado externo	**1.297.759**	990.281
Hedge accounting (nota 25)	**(287.908)**	(324.621)
Energia elétrica	**102.652**	107.515
CBIOs	**38.488**	12.520
Outras receitas	**24.675**	16.482
Receita bruta	**2.252.655**	1.933.365
Impostos sobre vendas	**(85.430)**	(135.654)
Receita líquida	**2.167.225**	1.797.711

Compromissos com Contratos - Açúcar Mercado Externo: As controladas da Companhia operam principalmente no mercado de commodities e possuem diversos acordos no mercado de açúcar, através dos quais se comprometem a vender volumes desses produtos em safras futuras. Os compromissos de venda de açúcar, em 31 de março de 2023, estão demonstrados abaixo em toneladas (t) conforme cronograma por safras e por unidade produtora:

Safra	Vale do Tijuco	Vale do Pontal	Usina Canápolis	Total
23-24	**336.874**	**148.000**	**135.000**	**619.874**
24-25	**127.000**	**–**	**–**	**127.000**
25-26	**120.000**	**–**	**–**	**120.000**
26-27	**120.000**	**–**	**–**	**120.000**
Total geral	**703.874**	**148.000**	**135.000**	**986.874**

Etanol mercado interno: As controladas da Companhia possuem compromissos firmados para venda de etanol hidratado para safra 2023/2024, conforme demonstrado abaixo em metros cúbicos (m³):

	Vale do Tijuco	Vale do Pontal	Usina Canápolis	Total
Anidro	**14.521**	**–**	**2.132**	**16.653**
Hidratado	**4.628**	**2.500**	**27**	**7.155**
Total geral	**19.149**	**2.500**	**2.159**	**23.808**

Energia elétrica: A controlada Vale do Tijuco possui contrato de fornecimento de energia elétrica junto à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, firmado através de leilão promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, prevê o fornecimento de 876.000 Mwh, durante o período compreendido entre abril de 2010 e março de 2025, com correção monetária pelo IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo. A controlada Vale do Pontal possui contrato de fornecimento de energia elétrica junto à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, firmado através de leilão promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, prevê o fornecimento de 2.125.000 Mwh, durante o período compreendido entre abril de 2023 e março de 2048, com correção monetária pelo IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo. As controladas Vale do Tijuco e Vale do Pontal também possuem contratos de venda de energia com outras empresas até a safra 2024/2025. Segue abaixo o fluxo das entregas para as próximas safras em Mwh:

Safra	Vale do Tijuco	Vale do Pontal	Total
2023/2024	**111.320**	**85.000**	**196.320**
2024/2025	**111.320**	**85.000**	**196.320**
2025/2048	**50.000**	**1.870.000**	**1.920.000**
Total	**272.640**	**2.040000**	**2.312.640**

Arrendamentos e contratos de parceria agrícola: As controladas Vale do Tijuco, Vale do Pontal e Usina Canápolis, possuem contratos de arrendamento de terras e parceria para cultivo de cana-de-açúcar, cujos direitos de uso foram reconhecidos conforme demonstrado na nota explicativa 18, e os passivos relacionados estão demonstrados na nota explicativa 21.

28. Gastos por natureza: A Companhia apresentou as demonstrações do resultado utilizando uma classificação das despesas baseada na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas nas demonstrações do resultado são apresentadas a seguir:

	Consolidado	
Custo das vendas e serviços	2023	2022
Amortização tratos	**(177.237)**	(113.713)
Amortização do plantio	**(113.441)**	(93.620)
Compra de cana fornecedor na esteira	**(568.152)**	(517.331)
Amortização do direito de uso e parcerias agrícolas	**(154.509)**	(125.971)
Depreciação	**(75.087)**	(69.163)
Amortização de entressafra	**(157.358)**	(132.983)
Custos com corte, carregamento e transporte (CCT)	**(241.854)**	(190.128)
Custos industriais	**(133.954)**	(97.947)
Custo de serviços	**(30.442)**	(20.081)
Outros custos	**(3.005)**	(726)
Variação do valor justo de ativos biológicos	**(21.854)**	51.947
Créditos de PIS e COFINS sobre insumos	**67.230**	51.674
Total	**(1.609.663)**	(1.258.042)

	Consolidado	
Despesas com vendas	2023	2022
Fretes e carretos	**(147.233)**	(100.361)
Tarifas decorrentes da distribuição de energia elétrica	**(6.609)**	(7.919)
Despesas com pessoal	**(5.735)**	(5.026)
Outras despesas comerciais	**(9.876)**	(12.564)
Depreciação e amortização	**(3.066)**	(2.907)
Total	**(172.519)**	(128.777)

	Consolidado	
Despesas administrativas	2023	2022
Despesas com pessoal	**(29.235)**	(24.971)
Serviços de terceiros	**(13.223)**	(19.635)
Outras despesas administrativas	**(14.588)**	(8.741)
Depreciação e amortização	**(3.428)**	(4.493)
Total	**(60.474)**	(57.840)

	Consolidado	
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	2023	2022
Crédito outorgado de ICMS	**64.081**	–
Venda de produtos do almoxarifado	**7.124**	5.771
Outras receitas e despesas	**(2.714)**	7.482
Obrigações atuariais	**–**	2.148
Baixa de arrendamentos	**1.020**	10.408
Total	**69.511**	25.809

29. Resultado financeiro, líquido

	Consolidado	
Despesas financeiras:	2023	2022
Juros sobre empréstimos e financiamentos	**(204.068)**	(161.715)
IOF	**(11.914)**	(7.642)
Perdas com ajuste a valor justo - derivativos	**(60.432)**	(88.903)
Perdas efetivas - liquidação de operações - derivativos	**(78.889)**	(26.195)
Variação cambial passiva	**(57.186)**	(49.979)
Outras despesas financeiras	**(16.704)**	(23.029)
Juros sobre arrendamentos	**(130.662)**	(108.543)
Tarifas bancárias	**(13.696)**	(11.733)
Total	**(573.551)**	(477.739)
Receitas financeiras:		
Rendimentos sobre aplicações financeiras	**40.221**	18.421
Ganhos com ajuste a valor justo - derivativos	**37.254**	106.102
Ganhos efetivos - liquidação de operações - derivativos	**66.177**	1.060
Variação cambial ativa	**46.642**	69.444
Outras receitas financeiras	**13.505**	8.160
Juros sobre arrendamentos	**42.895**	35.688
Total	**246.694**	238.875
Resultado financeiro, líquido	**(326.857)**	(238.864)

30. Lucro por ação: O lucro por ação básico é calculado por meio da divisão do lucro líquido do exercício atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias no exercício. O lucro básico e diluído é igual, por não existirem instrumentos financeiros ou patrimoniais que possam potencialmente diluir o número de ações ordinárias.

O quadro abaixo apresenta os dados de lucro líquido e quantidade de ações utilizadas no cálculo do lucro básico e diluído por ação:

	Consolidado e Controladora	
	2023	2022
Lucro líquido do exercício	**78.632**	195.085
Quantidade de ações média durante o exercício	**1.258.415.912**	1.258.415.912
Lucro por ação - básico e diluído (em reais)	**0,0625**	0,1550

31. Partes relacionadas: a) Remuneração de pessoal-chave da Administração: O pessoal-chave da Administração da Companhia é composto pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração. Os montantes referentes à remuneração do pessoal-chave da Administração durante o exercício findo em 31 de março de 2023, a título de benefícios de curto prazo foram de R$7.486 (R$6.385 em 31 de março de 2022), registrados no grupo de despesas administrativas e gerais, e incluem salários, bônus, remunerações variáveis e benefícios diretos e indiretos. A assembleia geral aprovou o montante de remuneração global anual dos administradores no total de R$ 9.720 para o período de junho de 2022 a junho de 2023, entretanto o valor está sujeito a alterações conforme política de bonificação aprovada pela Companhia. b) Principais saldos de transações: As transações efetuadas junto às partes relacionadas, excetuando a compra de matéria-prima, a qual é feita de acordo com o preço de mercado, são realizadas com base em condições negociadas entre a Companhia e as partes relacionadas, as quais poderiam ser diferentes caso fossem realizadas com partes não relacionadas. Os saldos com partes relacionadas, que são compostos por transações com os acionistas ou empresas ligadas aos acionistas, estão apresentados como seguem:

Ativo circulante		Controladora		Consolidado	
Créditos com partes relacionadas		31/03/2023	31/03/2022	31/03/2023	31/03/2022
Rio Grande Investment PTE. LTD.	(i)	–	4.425	–	4.425
JF Investimentos S.A.	(i)	–	4.425	–	4.425
Subtotal		–	8.850	–	8.850
Ativo não circulante					
Créditos com partes relacionadas					
Terra Forte Empreendimentos e Participações S.A.	(ii)	–	–	–	28.691
Subtotal		–	–	–	28.691
Total		–	8.850	–	37.541
Direito de uso sobre parcerias agrícolas	(iii)				
Terra Forte Empreendimentos e Participações S.A.		–	–	**213.574**	228.431
Pirapitinga Participações Ltda.		–	–	**27.157**	–
Subtotal		–	–	**240.731**	228.431
Total ativos		–	8.850	**240.731**	265.972

		Controladora		Consolidado	
Passivo	(iv)	31/03/2023	31/03/2022	31/03/2023	31/03/2022
Débitos com partes relacionadas					
Terra Forte Empreendimento e Participações S.A.		–	–	–	396
Subtotal		–	–	–	396
Empréstimos com partes relacionadas (Nota 19)					
Vale do Tijuco Açúcar e Álcool S.A.	(v)	–	1.337	–	–
Subtotal		–	1.337	–	–
Arrendamentos e parceria agrícola a pagar	(vi)				
Terra Forte Empreendimentos e Participações S.A.		–	–	**225.195**	254.466
Pirapitinga Participações Ltda.		–	–	**51.120**	–
Total arrendamentos e parceria agrícola a pagar		–	–	**276.315**	254.466
Total dos passivos		–	1.337	**276.315**	254.862

	Consolidado	
Resultado	2023	2022
Venda de produtos e prestação de serviços		
CZ Energy Comercializadora de Etanol S.A.	**3.316**	95.232
	3.316	95.232
Custos e despesas com venda de produtos e prestação de serviços		
CZ Energy Comercializadora de Etanol S.A.	**–**	(87.517)
	–	(87.517)
Amortização de direito de uso e juros apropriados		
Terra Forte Empreendimentos e Participações S.A.	**(42.303)**	(45.268)
Pirapitinga Participações Ltda.	**(4.622)**	–
	(46.925)	(45.268)

(i) Saldo proveniente da incorporação da JFLIM pela Companhia. Referem-se a notas promissórias a receber. Em 30 de setembro de 2021, foi celebrado instrumento de assunção de dívida para o saldo de R$ 4.425, outrora devido pela acionista Marseille Fundo de Investimentos em Participações, para a também acionista JF Investimentos S.A., que passou a deter a obrigação a partir daquela data, totalmente liquidadas em setembro de 2022. (ii) Montante concedido para a empresa Terra Forte Empreendimentos e Participações S.A., com incidência de juros, calculados mensalmente com base na taxa ponderada dos empréstimos bancários do Grupo CMAA, com pagamento previsto conforme disponibilidade de caixa. (iii) Saldo referente a direito de uso sobre arrendamento de terras junto a Terra Forte Empreendimentos e Participações S.A., e Pirapitinga Participações Ltda. (iv) Valor referente a transações operacionais entre as partes relacionadas, como venda de insumos, materiais do almoxarifado e outros. (v) Mútuo junto a controlada Vale do Tijuco, sem incidência de juros, e que será liquidado conforme disponibilidade de caixa da Companhia. (vi) Saldo referente a passivo de arrendamentos e cessões de parcerias agrícolas junto a Terra Forte Empreendimentos e Participações S.A e Pirapitinga Participações Ltda., que serão liquidados pelo fluxo contratual dos vencimentos. A Companhia concede aval para suas controladas em contratos de empréstimos e financiamentos, conforme descrito na nota explicativa nº 19. A Companhia e suas controladas concedem garantias financeiras para operações de fornecedores, conforme descrito na nota explicativa nº 25.

32. Informações suplementares aos fluxos de caixa: *Transações que não afetaram o caixa:*

	Consolidado	
Transações que não afetaram caixa	2023	2022
Direito de uso	**260.059**	686.741
Cessão de arrendamentos e parcerias agrícolas a receber	**48.848**	123.679
Depreciação de imobilizado capitalizados como ativo biológico	**3.685**	3.582
Depreciação de imobilizado capitalizados como imobilizado - cultura permanente	**4.746**	4.533
Juros sobre arrendamentos capitalizados como imobilizado - cultura permanente	**7.262**	6.590
Amortização de direito de uso capitalizados como imobilizado - cultura permanente	**15.437**	14.423

33. Cobertura de seguros: O Grupo adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Em 31 de março de 2023, o Grupo possui cobertura de seguros por valores considerados suficientes pela sua Administração para cobrir eventuais perdas, os quais se encontram demonstrados a seguir:

Bens segurados	Importância segurada
Responsabilidade civil	60.000
Penhor rural	17.594
Veículos	100% Fipe
Máquinas e equipamentos diversos	223.912
Patrimonial	400.000
D&O (Alta Administração)	30.000

34. Eventos subsequentes: a) Aquisição de investimento: Em 24 de abril de 2023, por meio compra e venda de quotas junto à Czarnikow Brasil Ltda., a Companhia passou a deter participação de 50% no capital social da 2C Energia S.A. Na mesma data, o capital social da 2C Energia S.A. foi aumentado para R$ 1.458, sendo 50% do valor integralizado pela Czarnikow Brasil Ltda., e 50% pela CMAA. b) Distribuição de dividendos: A Companhia decidiu por meio de realização de Assembleia Geral Extraordinária (AGE) em 26 de abril de 2023, aprovar a distribuição de dividendos aos acionistas no montante total de R$ 60.000, a serem creditados contra as reservas de lucro. Os dividendos ora aprovados foram distribuídos aos acionistas de forma proporcional à participação de cada um deles no capital social da Companhia. c) Cancelamento do registro CVM: Os acionistas da Companhia aprovaram em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 16 de maio de 2023, a decisão de cancelar o registro da Companhia como emissora de valores mobiliários, categoria "B". Além disso, eles autorizaram a apresentação do pedido de Cancelamento de Registro à CVM, seguindo as diretrizes da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022.

Conselho de Administração

Conselheiros

José Francisco de Fátima Santos - *Presidente*
Luiz Gustavo Turchetto Santos
Hansjorg Suelzle
Moleonoto Tjang
Surjadi Tirtarahardia
Mark Julian Wakeford

Diretoria Executiva

Carlos Eduardo Turchetto Santos
Alisson Venturini Colonhezi
Jeferson Degaspari
Eduardo Scandiuzzi Lopes
Marcelo Bosquetti

Contador

Fernando Pereira Falheiros - CRC/GO nº GO-026087/O-4

Relatório do Auditor Independente Sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Aos Administradores e Acionistas da **Companhia Mineira de Açúcar e Álcool Participações** - Uberaba - MG. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia Mineira de Açúcar e Álcool Participações ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de março de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia. **Mensuração do valor justo dos ativos biológicos:** Conforme mencionado nas notas explicativas 7g e 13 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia mensura os ativos biológicos de suas controladas, que correspondem ao produto agrícola cana-de-açúcar em desenvolvimento, através do valor justo, calculado com base no fluxo de caixa descontado da safra em formação. Essa mensuração é uma estimativa significativa e é baseada em diversas premissas e metodologias adotadas pela diretoria da Companhia, para as quais foram utilizadas informações internas e externas, principalmente relacionadas à produtividade, rentabilidade, preços e taxa de desconto. Em 31 de março de 2023, a Companhia possuía saldo de R$317.322 mil na rubrica de ativos biológicos, no ativo circulante consolidado. Devido à relevância dos valores dos ativos biológicos registrados pela Companhia e às incertezas inerentes à estimativa de valor justo dos ativos biológicos, bem como ao julgamento necessário que deve ser exercido pela diretoria na determinação das premissas de cálculo do seu valor justo, consideramos esse assunto como significativo para nossa auditoria. Como nossa auditoria conduziu esse assunto: Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, (i) entendimento e análise do modelo utilizado para a estimativa do valor justo menos despesa de venda dos ativos biológicos; (ii) utilização de profissionais especializados para nos auxiliar na avaliação das premissas e metodologia usadas pela Companhia, em particular relacionadas às estimativas de produtividade, rentabilidade, preços e taxas de juros para descontos dos fluxos de caixa; (iii) avaliação da adequação das divulgações efetuadas pela Companhia sobre as premissas utilizadas nos cálculos de mensuração do respectivo valor justo dos ativos biológicos, bem como seus reflexos no resultado do exercício. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a mensuração do valor justo dos ativos biológicos, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas de valor justo dos respectivos ativos biológicos, assim como respectivas divulgações nas notas explicativas 7g e 13, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Reconhecimento e mensuração dos instrumentos financeiros derivativos e *hedge accounting*:** Conforme divulgado nas notas explicativas 7j e 25 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia contrata instrumentos financeiros derivativos, sendo que para parte desses a diretoria utiliza a contabilidade de hedge (*hedge accounting*) com o intuito de proteção aos riscos de volatilidade do preço de commodities, taxas de câmbio e taxa de juros. Para estar apta a aplicar o método de contabilidade de hedge, a Companhia deve cumprir determinadas exigências previstas nas normas contábeis, incluindo, mas não se limitando à documentação formal da designação para contabilidade de hedge, realização de teste de efetividade e contabilização de eventual ineficácia na demonstração do resultado. Dadas as exigências técnicas aplicáveis à contabilidade de hedge, bem como, em caso da ocorrência de designação ou comprovação de ineficácia com potencial risco de distorção nas demonstrações financeiras, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria. Como nossa auditoria conduziu esse assunto: Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros e em base de amostragem, (i) o envolvimento de nossos especialistas em instrumentos financeiros derivativos para nos auxiliar na avaliação sobre a adequação da documentação suporte das relações de hedge, bem como a razoabilidade das principais premissas utilizadas para calcular o valor justo dos instrumentos financeiros derivativos; (ii) a revisão de contratos; (iii) confirmação das contrapartes dos respectivos contratos para confirmação dos dados das operações; (iv) revisão das políticas e de memorandos da diretoria que formalizam a designação para contabilidade de hedge; (v) exames dos testes de efetividade para avaliar se as relações de cobertura são eficazes e se foram adequadamente calculados; e (vi) analise da adequação das divulgações da Companhia nas notas explicativas 7j e 25 às demonstrações financeiras. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o reconhecimento e a mensuração dos instrumentos financeiros derivativos sujeitos a contabilidade de hedge, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios usados e documentações mantidas pela Companhia para utilização da contabilidade de hedge, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas 7j e 25, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outros assuntos:** *Demonstrações do valor adicionado:* As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de março de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Goiânia, 01 de junho de 2023

EY Building a better working world

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S. Ltda.
CRC SP-015199/F
Wagner dos Santos Junior
Sócio - Contador CRC-SP-216386/O-T

Bússola Empreendimentos e Participações S.A.

CNPJ nº 33.401.599/0001-24

Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas - Exercícios Findos em 31/03/2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Balanços Patrimoniais	Nota	Controladora 31/03/23	Controladora 31/03/22	Consolidado 31/03/23	Consolidado 31/03/22
Ativo					
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	7	47	88	2.257	91
Contas a receber	8	–	–	–	3.382
Impostos e contribuições a recuperar		–	–	76	60
Total do ativo circulante		47	88	2.333	3.533
Ativo não circulante					
Impostos e contribuições a recuperar		–	–	1	–
Investimentos	9	138.045	62.374	79.959	–
Propriedades para investimento	10	–	–	253.671	240.217
Intangível		–	–	16	21
Total do ativo não circulante		138.045	62.374	333.647	240.238
Total do ativo		138.092	62.462	335.980	243.771

Balanços Patrimoniais	Nota	Controladora 31/03/23	Controladora 31/03/22	Consolidado 31/03/23	Consolidado 31/03/22
Passivo e patrimônio líquido					
Passivo circulante					
Empréstimos e financiamentos	11	–	–	6.528	4.907
Fornecedores e outras contas a pagar	12	–	179	165	18.915
Adiantamento de clientes	13	–	–	3.834	–
Obrigações tributárias	14	2	2	2.054	2.688
Total do passivo circulante		2	181	12.581	26.510
Passivo não circulante					
Empréstimos e financiamentos	11	52.823	51.230	238.132	206.210
Total do passivo não circulante		52.823	51.230	238.132	206.210
Patrimônio líquido	16				
Capital social		85.001	10.001	85.001	10.001
Reserva de lucros		266	1.050	266	1.050
Total do patrimônio líquido		85.267	11.051	85.267	11.051
Total do passivo e patrimônio líquido		138.092	62.462	335.980	243.771

Demonstrações dos Resultados	Nota	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Receita líquida	19	–	–	37.923	37.819
Custo das vendas	20	–	–	(324)	(286)
Lucro bruto		–	–	37.599	37.533
Despesas e receitas operacionais					
Despesas administrativas	20	(328)	(1.020)	(1.087)	(1.499)
Outras despesas operacionais	20	–	–	–	(399)
Resultado de equivalência patrimonial	9	671	10.857	4.959	–
		343	9.837	3.872	(1.898)
Lucro antes do resultado financeiro e dos impostos		343	9.837	41.471	35.635
Despesas financeiras	21	(1.128)	(971)	(39.075)	(22.526)
Receitas financeiras	21	1	–	70	2
Resultado financeiro, líquido		(1.127)	(971)	(39.005)	(22.524)
Resultado antes dos impostos		(784)	8.866	2.466	13.111
IR e CS	18	–	–	(3.250)	(4.245)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		(784)	8.866	(784)	8.866

Demonstrações dos Resultados Abrangentes	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(784)	8.866	(784)	8.866
Outros resultados abrangentes	–	–	–	–
Resultado abrangente total	(784)	8.866	(784)	8.866

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	Capital social	Reserva de lucro: Reserva legal	Reserva de lucro: Reserva de lucros a realizar	Lucros ou prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldo em 31/03/2021	1	–	–	(7.818)	(7.817)
Aumento de capital	10.000	–	–	–	10.000
Ajuste em investidas	–	–	–	2	2
Lucro do exercício	–	–	–	8.866	8.866
Constituição de reserva legal	–	52	–	(52)	–
Constituição de reserva de lucros	–	–	998	(998)	–
Saldo em 31/03/2022	10.001	52	998	–	11.051
Aumento de capital	75.000	–	–	–	75.000
Prejuízo do exercício	–	–	–	(784)	(784)
Reversão de reserva de lucros	–	–	(784)	784	–
Saldo em 31/03/2023	85.001	52	214	–	85.267

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro (prejuízo) antes do IR e CS	(784)	8.866	2.466	13.111
Ajustes para conciliar o resultado:				
Resultado de equivalência patrimonial	(671)	(10.857)	(4.959)	–
Juros sobre empréstimos e financiamentos	–	–	29.141	17.071
Ajuste a valor presente sobre fornecedores - AVP	–	–	399	1.008
Juros com partes relacionadas	–	–	6.640	2.361
IOF sobre créditos com partes relacionadas	1.123	967	2.292	1.603
Apropriação de custos de transação	–	–	479	428
Baixa de ativo imobilizado	–	–	–	398
Outros	–	5	–	15
	(332)	(1.019)	36.458	35.995
Redução (aumento) em contas a receber	–	–	3.382	(2.880)
Redução (aumento) em impostos e contribuições a recuperar	–	–	(16)	1
(Redução) aumento em fornecedores	(178)	179	(8)	222
(Redução) aumento em provisões e encargos trabalhistas	–	–	–	(25)
(Redução) aumento em obrigações tributárias	–	3	1.628	65
(Redução) aumento adiantamento clientes	–	(1)	3.834	–
Pagamento de IR e CS	–	–	(5.513)	(1.996)
Caixa proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais	(510)	(838)	39.765	31.382
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Pagamento pela aquisição de participação na Pirapitinga	(75.000)	–	(75.000)	–
Pagamento pela aquisição de propriedades para investimentos	–	–	(32.594)	(21.026)
Baixa (aquisição) de ativo intangível	–	–	5	(6)
Caixa aplicado nas atividades de investimentos	(75.000)	–	(107.589)	(21.032)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Captação de empréstimos e financiamentos	–	–	60.000	1.339
Pagamento de empréstimos e financiamentos e juros	–	–	(27.521)	(17.385)
(Pagamento) Captação de recursos com partes relacionadas	469	(9.075)	(37.489)	(4.340)
Aporte de capital	75.000	10.000	75.000	10.000
Caixa proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamentos	75.469	925	69.990	(10.386)
Aumento (redução) líquida em caixa e equivalentes de caixa	(41)	87	2.166	(36)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	88	1	91	127
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	47	88	2.257	91

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

1. Contexto operacional: A Bússola Empreendimentos e Participações S.A. ("Companhia" ou "Bússola") está localizada na Rodovia BR 050 s/nº, Km 121, Zona Rural, em Uberaba/MG, é uma sociedade anônima fechada que tem como objeto a participação em outras sociedades que desenvolvam como atividade principal arrendamento e aluguel de imóveis próprios. A Cia. é controlada em conjunto, por meio da celebração de acordo de acionista entre a Ifar Brazil Pte Ltd., JF Investimentos S.A., Marseille Fundo de Investimentos em Participações e Rio Grande Investment Pte Ltd. A Cia. foi criada após o processo de reestruturação societária, cujo objetivo foi simplificar a estrutura da Cia. Mineira de Álcool e Participações ("CMAA"), segregando melhor os ativos industriais dos ativos imobiliários (Terras). A nova composição societária passou a operar a partir de 30/09/2020. Em 31/03/2023, a Terra Forte tinha como principal atividade o arrendamento de terras. A Terra Forte encontra-se localizada no mesmo endereço de sua controladora. Em 18/04/2022, houve a integralização de capital no valor de R$ 75.000. O recurso de R$ 75.000 foi utilizado na integralização de 50% do capital social da Pirapitinga Participações Ltda. ("Pirapitinga"), a qual possui como principal atividade o arrendamento de terras, visando fomentar a expansão da disponibilidade de terras do Grupo CMAA. Em 20/01/2023 foi realizada Assembleia Geral Extraordinária pelo acionista Ápia SP Participações S.A. ("Ápia"), na qual foi aprovada a dissolução, liquidação e extinção da Ápia, transferindo seus bens e direitos ao seu único acionista Marseille Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia. A alteração acionária ocorrida não modifica o controle sobre a Bússola Empreendimentos e Participações S.A., conforme demonstrado na nota explicativa nº 16. Em 31/03/2023, a Cia. registrou o capital circulante líquido negativo consolidado de R$ 10.248. O principal impacto é decorrente do valor registrado no passivo circulante referente a empréstimos e financiamentos no montante de R$ 6.528 para financiar a aquisição de terras. Este passivo está sendo liquidado mediante entrada de caixa de recebíveis de arrendamento junto às controladas do grupo CMAA (parte relacionada), o total das obrigações será integralmente liquidado num prazo de até 5 anos. Caso os fluxos de caixa operacionais não sejam suficientes para a efetiva liquidação, a Cia. possui opção de captação de mútuos junto ao grupo CMAA, ou mesmo a captação de adiantamento para compensações futuras com recebíveis provenientes das operações de arrendamento. Guerra entre Rússia e Ucrânia: A guerra no leste europeu envolvendo Rússia e Ucrânia, tem impacto relevante no mercado internacional. Como a Rússia é um dos maiores produtores mundiais de petróleo e importante produtor dos insumos base para fertilizantes, com destaque para Fósforo, Nitrato e Potássio, o conflito ocasiona forte impacto de aumento nos preços mundiais desses produtos. A Cia. entende que não há considerações adicionais a serem realizadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 31/03/2023. **2. Entidades do Grupo:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31/03/2023 abrangem a Cia. e sua controlada (conjuntamente referidas como "Grupo"), listada a seguir:

Controlada	País	31/03/2023	31/03/2022
Terra Forte Empreendimentos e Participações S.A. ("Terra Forte")	Brasil	99,99%	99,99%
Controlada em conjunto	**País**	**31/03/2023**	**31/03/2022**
Pirapitinga Participações Ltda. ("Pirapitinga")	Brasil	50,00%	0%

3. Base de preparação: 3.1 Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras foram preparadas pela Administração da Cia. e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem a legislação societária brasileira, os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade. A emissão das demonstrações financeiras para o exercício findo em 31/03/2023 foi autorizada pela diretoria em 14/06/2023. Detalhes sobre as principais políticas contábeis da Cia., estão apresentadas na nota explicativa nº 6. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. **4. Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Cia.. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **5. Uso de estimativas e julgamentos:** Na preparação das demonstrações financeiras a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis da Cia. e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revistas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. Incertezas sobre premissas e estimativas: As informações sobre incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material em exercícios futuros estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Notas explicativas nº 8 e 17 - realização do contas a receber; Mensuração do valor justo: A Cia. possui ativos que são mensurados a valor justo por meio de políticas e divulgações contábeis. Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá: • No mercado principal para o ativo ou passivo; e • Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pelo Grupo. A mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em consideração a capacidade do participante do mercado de gerar benefícios econômicos utilizando o ativo em seu melhor uso possível ou vendendo-o a outro participante do mercado que utilizaria o ativo em seu melhor uso. A Cia. utiliza técnicas de avaliação que são apropriadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes disponíveis para mensurar o valor justo, maximizando o uso de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis. Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo: • Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos. • Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). • Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras ao valor justo de forma recorrente, a Cia. determina se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo como um todo) no fim de cada período de divulgação. Para fins de divulgações do valor justo a Cia. determinou classes de ativos e passivos com base na natureza, características e riscos do ativo ou passivo e o nível da hierarquia do valor justo, conforme acima explicado. As correspondentes divulgações ao valor justo de instrumentos financeiros e ativos não financeiros mensurados ao valor justo ou no momento da divulgação dos valores justos foi resumida na respectiva nota: • Nota explicativa nº 10 - Propriedades para investimentos. **6. Principais políticas contábeis:** A Cia. aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras. **a. Base de consolidação:** *(i) Controladas:* A Cia. controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direitos sobre, retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos por meio de seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o Grupo obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da Controladora, as informações financeiras da controlada é reconhecida através do método de equivalência patrimonial. *(ii) Transações eliminadas na consolidação:* Saldos e transações intra-grupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intra-grupo, são eliminados na consolidação. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável. **b. Receita:** *(i) Arrendamento de terra:* A Cia. avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Os arrendamentos da Cia. não transferem substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à posse do ativo e são classificados como arrendamentos operacionais. A receita de arrendamento é proveniente desses arrendamentos operacionais e é reconhecida linearmente pelo prazo do arrendamento. Os arrendamentos para os quais a Cia. e sua controlada não transferem substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente são tratados como contratos de aluguel. A receita desses contratos de arrendamento é determinada por ano-safra e é mensurada com base na multiplicação área do contrato pela tonelada de cana por hectare (TCH), de modo a obter o volume do contrato, o volume do contrato é multiplicado pelo kg de açúcar total recuperável (ATR) Consecana SP, multiplicado pelo valor do ATR. A Cia. somente tem efetuado arrendamentos de fazendas os quais foram classificados como operacionais na medida em que uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador. **c. Receitas financeiras e despesas financeiras:** As receitas e despesas financeiras da Cia. compreendem: • IOF sobre mútuos com partes relacionadas; • Ajuste a Valor presente de contas a pagar; • Despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos; e • Outras receitas e despesas financeiras. As receitas e as despesas financeiras são reconhecidas no resultado através do método dos juros efetivos. **d. Instrumentos financeiros: (i) Ativos financeiros:** Reconhecimento inicial e mensuração: Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial e subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Cia. para a gestão destes ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes e outros recebíveis que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Cia. tenha aplicado o expediente prático, a Cia. inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. As contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Cia. tenha aplicado o expediente prático são mensuradas pelo preço de transação determinado de acordo com o CPC 47. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" (também referido como teste de "SPPI") sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. O modelo de negócios da Cia. para administrar ativos financeiros se refere a como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Cia. se compromete a comprar ou vender o ativo. Mensuração subsequente: Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias: • Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida). • Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida). • Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais). • Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. *Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida):* A Cia. mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas: • O ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais. • Os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Os ativos financeiros da Cia. ao custo amortizado incluem caixa e equivalentes de caixa e contas a receber. *Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:* Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo. Derivativos, inclusive derivativos embutidos separados, também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de hedge eficazes. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócios. Não obstante os critérios para os instrumentos de dívida ser classificados pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, conforme descrito acima, os instrumentos de dívida podem ser designados pelo valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial se isso eliminar, ou reduzir significativamente, um descasamento contábil. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado. Desreconhecimento: Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando: • Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram. • A Cia. transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Cia. transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Cia. nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo. Quando a Cia. transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ele avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Cia. continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Neste caso, a Cia. também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pela Cia.. Redução ao valor recuperável de ativos financeiros: A Cia. reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que a Cia. espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluirão fluxos de caixa da venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais. As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas de crédito esperadas são provisionadas para perdas de crédito resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (perda de crédito esperada de 12 meses). Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência (uma perda de crédito esperada vitalícia). Para contas a receber de clientes e ativos de contrato, a Cia. aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas. Portanto, acompanham as alterações no risco de crédito e reconhecem uma provisão para perdas com base em perdas de crédito esperadas em cada data-base. A Cia. considera um ativo financeiro em situação de inadimplemento quando os pagamentos contratuais estão vencidos há 180 dias. No entanto, em certos casos, também podem considerar que um ativo financeiro está em inadimplemento quando informações internas ou externas indicam ser improvável receber integralmente os valores contratuais em aberto antes de levar em conta quaisquer melhorias de crédito mantidas pela Cia.. Um ativo financeiro é baixado quando não há expectativa razoável de recuperação dos fluxos de caixa contratuais. **(ii) Passivos financeiros:** Reconhecimento inicial e mensuração: Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado, ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme apropriado. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Os passivos financeiros da Cia. incluem fornecedores, empréstimos e financiamentos e empréstimos com partes relacionadas. Mensuração subsequente: A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo: *Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado:* Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Esta categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Cia. que não são designados como instrumentos de hedge nas relações de hedge definidas pelo CPC 48. Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. A Cia. não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado. *Passivos financeiros ao custo amortizado:* Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado. Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos concedidos e contraídos, sujeitos a juros. Desreconhecimento: Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado. Compensação de instrumentos financeiros: Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente. **e. Redução ao valor recuperável *(impairment)*: *(i) Ativos não financeiros:*** Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Cia., que não os ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre seus valores em uso ou seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado e revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. A administração da Cia. não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de provisão para recuperabilidade de seus ativos não financeiros, representados pelo investimento reconhecido pelo método de equivalência patrimonial, em 31/03/2023. **f. Provisões:** As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira. **g. Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração. **h. Propriedades para investimento:** As propriedades para investimento são registradas pelo custo de aquisição, formação ou construção, deduzidos das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear a taxas que levam em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens. Os gastos incorridos com reparos e manutenção são contabilizados somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores forem mensurados de forma confiável, enquanto os demais gastos são registrados diretamente no resultado quando incorridos. A recuperação das propriedades para investimento por meio de operações futuras, as vidas úteis e o valor residual destas, são acompanhadas periodicamente e ajustados de forma prospectiva, se necessário. O valor justo das propriedades para investimento é determinado anualmente apenas para fins de divulgação. Propriedade para investimento é a propriedade mantida para auferir receita de aluguel, para valorização de capital ou para ambos, mas não para venda no curso normal dos negócios, fornecimento de serviços ou para propósitos administrativos. As fazendas e terrenos classificados como propriedade para investimento são mensuradas pelo custo no reconhecimento inicial. No caso de o proprietário construir uma propriedade para investimento, considera-se como custos os juros capitalizados dos empréstimos, o material utilizado, a mão de obra direta ou qualquer outro custo diretamente atribuído para colocar essa propriedade para investimento em condição de uso conforme seu propósito. **i. IR e CS:** A Cia. apura seus impostos sobre a renda com base no lucro real tributável do exercício. A provisão para imposto sobre a renda é calculada com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício. A controlada Terra Forte apura seus impostos sobre a renda com base no lucro presumido tributável do exercício. A provisão para imposto sobre a renda é calculada com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício. • IR Pessoa Jurídica: à alíquota de 15%, acrescida da alíquota de 10% para o montante de lucro tributável que exceder o valor de R$ 240 mil, aplicado à presunção de 32% sobre a base de cálculo apurada; • CS sobre o lucro líquido: à alíquota de 9% aplicado à presunção de 32% sobre a base de cálculo apurada. A despesa de IR e CS correntes é calculada com base nas leis e nos normativos tributários promulgados no decorrer do exercício, de acordo com os regulamentos tributários brasileiros. A administração avalia periodicamente as posições assumidas na declaração de renda com respeito a situações em que a regulamentação tributária aplicável está sujeita à interpretação que possa ser eventualmente divergente e constitui provisões, quando adequado, com base nos valores que espera pagar ao Fisco. **j. Novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas que não entraram em vigor:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas ainda não em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Cia., estão descritas a seguir. A Cia. e suas controladas pretendem adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. i) Alterações ao CPC 26: Classificação de passivos como circulante ou não circulante: O CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem: • O que significa um direito de postergar a liquidação; • Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório; • Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação; • Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação. As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º/04/2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, o Grupo avalia o impacto que as alterações terão na prática atual e se os contratos de empréstimo existentes podem exigir renegociação. ii) Alterações ao CPC 23: Definição de estimativas contábeis. As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, eles esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis. As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º/04/2023 e aplicarão para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período. Adoção antecipada é permitida se divulgada. Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiros da Cia.. iii) Alterações ao CPC 26: Divulgação de políticas contábeis. As alterações são para ajudar as entidades a divulgarem políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionando guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis. As alterações são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º/04/2023 com adoção antecipada permitida. A Cia. está atualmente avaliando os impactos dessas alterações nas políticas contábeis divulgadas. **k. Novas normas, alterações e interpretações dos pronunciamentos contábeis de aplicação obrigatória a partir de 1º/04/2022:** O Grupo aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º/04/2022 (exceto quando indicado de outra forma). O Grupo decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes. i) Alterações no CPC 37 (R1), CPC 48, CPC 29, CPC 27, CPC 25 e CPC 15 (R1). As alterações aos pronunciamentos acima são em decorrência das alterações anuais relativas ao ciclo de melhorias entre 2018 e 2020, tais como: • Contrato Oneroso - custos de cumprimento de contrato; • Ativo imobilizado - vendas antes do uso pretendido; e • Referências à Estrutura conceitual. A vigência dessas alterações deve ser estabelecida pelos órgãos reguladores que o aprovarem, sendo que, para o pleno atendimento às normas internacionais de contabilidade, a entidade deve aplicar essas alterações nos períodos anuais com início em, ou após, 1º/04/2022. ii) Contrato Oneroso - custos de cumprimento de contrato. Um contrato oneroso é um contrato sob o qual os custos inevitáveis de cumprir as obrigações decorrentes do contrato (ou seja, os custos que o Grupo não pode evitar porque possui o contrato) excedem os benefícios econômicos esperados a serem recebidos. As alterações especificam que, ao avaliar se um contrato é oneroso ou gerador de perdas, a entidade precisa incluir custos que se relacionam diretamente com um contrato de fornecimento de bens ou serviços, incluindo custos incrementais (por exemplo, os custos de mão de obra direta e materiais) e um alocação de custos diretamente relacionados às atividades do contrato (por exemplo, depreciação de equipamentos usados para cumprir o contrato e custos de gerenciamento e supervisão do contrato). Os custos gerais e administrativos não estão diretamente relacionados a um contrato e são excluídos, a menos que sejam explicitamente cobrados da contraparte nos termos do contrato. O Grupo não teve impactos na implementação da norma. iii) Ativo imobilizado - vendas antes do uso pretendido: A alteração proíbe as entidades de deduzirem do custo de um item imobilizado quaisquer produtos de vendas de itens produzidos ao trazer esse ativo para o local e condição necessários para que ele seja capaz de operar da maneira pretendida pela administração. Em vez disso, uma entidade reconhece os produtos de vender os itens, e os custos de produzir os itens, na demonstração do resultado. De acordo com as regras de transição, o Grupo aplica as alterações retrospectivamente apenas aos itens de imobilizado disponível para uso ou depois do início do período mais antigo apresentado quando a entidade aplica a alteração pela primeira vez (a data da aplicação inicial). Essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo já que não houve vendas de tais itens produzidos por ativo imobilizado disponibilizado para uso ou depois do início do período mais antigo apresentado. iv) Referências à Estrutura conceitual: As alterações adicionam uma exceção ao princípio de reconhecimento do CPC 15 (R1) - Combinação de negócios para evitar a emissão de potenciais ganhos ou perdas do 'dia 2' decorrentes de passivos e passivos contingentes que estariam dentro do escopo do CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. As alterações também adicionam um novo parágrafo ao CPC 15 (R1) para esclarecer que os ativos contingentes não se qualificam para reconhecimento na data de aquisição. De acordo com as disposições transitórias, a Cia. aplica as alterações prospectivamente, ou seja, para combinações de negócios que ocorram após o início do período de relatório anual em que aplica as alterações pela primeira vez (a data da aplicação inicial). Estas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo uma vez que não existiam ativos, passivos ou passivos contingentes no âmbito dessas alterações que surgiram durante o período. v) CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade como adotante pela primeira vez: A alteração permite que uma subsidiária que opte por aplicar o CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade mensurar as diferenças cumulativas de conversão usando os valores reportados nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora, com base na data de transição da controladora para o CPC, se nenhum ajuste foi feito para consolidação procedimentos e para os efeitos da combinação de negócios em que a controladora adquiriu a controlada. Esta alteração também se aplica a uma coligada ou joint venture que opte por aplicar o CPC 37 (R1). Estas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo por não ser um adoptante pela primeira vez. vi) CPC 48 - Instrumentos Financeiros: A alteração esclarece as taxas que uma entidade inclui ao avaliar se os termos de um passivo financeiro novo ou modificado são substancialmente diferentes dos termos do passivo financeiro original. Essas taxas incluem apenas aquelas pagas ou recebidas entre o mutuário e o credor, incluindo as taxas pagas ou recebidas pelo mutuário ou pelo credor em nome do outro. De acordo com as disposições transitórias, o Grupo aplica a emenda aos passivos financeiros que são modificados ou trocados no ou após o início do período de relatório anual em que a entidade aplica a emenda pela primeira vez (a data da aplicação inicial). Essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo, pois não houve modificações nos instrumentos financeiros do Grupo durante o período. **7. Caixa e equivalentes de caixa:**

	Controladora 31/03/2023	Controladora 31/03/2022	Consolidado 31/03/2023	Consolidado 31/03/2022
Caixa e bancos	47	88	58	91
Equivalentes de caixa	–	–	2.199	–
Total	47	88	2.257	91

As aplicações financeiras classificadas como equivalentes de caixa são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Em 31/03/2023, essas aplicações referem-se a Certificados de Depósito Bancário - CDB, que são depositados em bancos de primeira linha, cuja taxa de remuneração corresponde a 70% da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. Elas não possuem data de vencimento, podendo ser resgatadas para fazer frente às necessidades imediatas de caixa da Cia. e de suas controladas. **8. Contas a receber:**

	Consolidado 31/03/2023	Consolidado 31/03/2022
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	–	3.382
Total	–	3.382
Ativo circulante	–	3.382

Os valores reconhecidos como contas a receber em 31/03/2022 referem-se integralmente a recebíveis de contratos arrendamentos de terras junto às controladas da Cia. Mineira de Açúcar e Álcool ("CMAA"). As informações sobre a exposição do Grupo a riscos de crédito, de mercado, mensuração do valor justo e perdas por redução ao valor recuperável relacionados ao contas a receber de clientes e outros recebíveis está divulgada na nota explicativa nº 17. **9. Investimentos:** Em 18/04/2022, houve a integralização de capital social pela Cia. no valor de R$ 75.000 referente 50% do capital social da Pirapitinga Participações Ltda. ("Pirapitinga"), a qual possui como principal atividade o arrendamento de terras, visando fomentar a expansão da disponibilidade de terras do Grupo CMAA. A Pirapitinga Participações Ltda. ("Pirapitinga") é uma joint-venture entre a Cia. e a Ipê Agro Ltda., conforme item 3 do CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e Empreendimento Controlado em Conjunto. A Cia. contabiliza seu investimento em controladas pelo método de equivalência patrimonial.

Investimento	Controladora 31/03/2023	Controladora 31/03/2022
Terra Forte Empreendimentos e Participações S.A.	58.086	62.374
Pirapitinga Participações Ltda. (a)	79.959	–
Total	138.045	62.374

Investimento	Consolidado 31/03/2023	Consolidado 31/03/2022
Pirapitinga Participações Ltda. (a)	79.959	–
Total	79.959	–

(a) Conforme item 3 CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e Empreendimento Controlado em Conjunto, a Cia. é uma controlada em conjunto. **9.1. Movimentação dos investimentos:**

Movimentação do investimento	Controladora 31/03/2023	Controladora 31/03/2022
Saldo inicial	62.374	51.515
Aporte de capital	75.000	–
Resultado de equivalência patrimonial	671	10.857
Outros	–	2
Saldo final	138.045	62.374

Movimentação do investimento	Consolidado 31/03/2023	Consolidado 31/03/2022
Saldo inicial	–	–
Aporte de capital	75.000	–
Resultado de equivalência patrimonial	4.959	–
Saldo final	79.959	–

9.2. Informações das controladas: Os quadros abaixo apresentam um sumário de 100% das informações financeiras do investimento:

Controladora

Exercício findo em 31/03/2023

	Participação %	Ativos circulantes	Ativos não circulantes	Total de ativos	Passivos circulantes	Passivos não circulantes	Total de passivos	Patrimônio líquido	Receitas	Despesas	Lucro (Prejuízo) do exercício	Equivalência patrimonial
Terra Forte Empreendimentos e Participações S.A.	100%	2.285	306.512	308.797	12.579	238.132	250.711	58.086	40.014	(44.302)	(4.288)	(4.288)
Pirapitinga Participações Ltda.	50%	33.711	127.072	160.783	865	–	865	159.918	27.193	(17.275)	9.918	4.959
		35.996	433.584	469.580	13.444	238.132	251.576	218.004	67.207	(61.577)	5.630	671

Exercício findo em 31/03/2022

	Participação %	Ativos circulantes	Ativos não circulantes	Total de ativos	Passivos circulantes	Passivos não circulantes	Total de passivos	Patrimônio líquido	Receitas	Despesas	Lucro (Prejuízo) do exercício	Equivalência patrimonial
Terra Forte Empreendimentos e Participações S.A.	100%	1.782	293.131	294.913	24.065	208.473	232.538	62.374	39.252	(28.395)	10.857	10.857
		1.782	293.131	294.913	24.065	208.473	232.538	62.374	39.252	(28.395)	10.857	10.857

Consolidado

Exercício findo em 31/03/2023

	Participação %	Ativos circulantes	Ativos não circulantes	Total de ativos	Passivos circulantes	Passivos não circulantes	Total de passivos	Patrimônio líquido	Receitas	Despesas	Lucro (Prejuízo) do exercício	Equivalência patrimonial
Pirapitinga Participações Ltda.	50%	33.711	127.072	160.783	865	–	865	159.918	27.193	(17.275)	9.918	4.959
		33.711	127.072	160.783	865	–	865	159.918	27.193	(17.275)	9.918	4.959

10. Propriedades para investimento: Segue abaixo a movimentação de propriedade para investimento:

Custo	Consolidado Terras 31/03/2023	Consolidado Terras 31/03/2022
Saldo Inicial	240.217	239.191
Adição	13.454	1.026
Total	253.671	240.217

Os valores justos das propriedades foram determinados com base em avaliações realidades por empresa especializada na avaliação deste tipo de propriedade para investimento. O valor justo foi atribuído conforme valor de mercado, utilizando o método comparativo direto de dados do mercado preconizada pela norma brasileira de avaliação de imóveis rurais (NBR 14.653-3), da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), onde definiu-se o valor de mercado pela quantia mais provável pela qual se negociaria voluntariamente e conscientemente os bens, dentro das condições de mercado vigente na data. A seguir, uma tabela com a descrição do valor identificado para cada categoria de propriedade para investimento e o valor justo dos ativos na participação da Cia.:

	Consolidado 31/03/2023 Valor de Custo	Consolidado 31/03/2023 Valor Justo	Consolidado 31/03/2022 Valor de Custo	Consolidado 31/03/2022 Valor Justo
Fazendas	253.672	720.490	240.217	613.874
	253.672	720.490	240.217	613.874

11. Empréstimos e financiamentos: A nota divulga informações contratuais sobre a posição de empréstimos e financiamentos da Cia. e sua controlada. A nota explicativa nº 17 divulga informações adicionais com relação à exposição da Cia. e sua controlada aos riscos de taxa de juros e moeda.

Linha de crédito	Ref.	Moeda	Indexador	Controladora 31/03/23	Controladora 31/03/22
Mútuo passivo não circulante	(c)	R$	–	52.823	51.230

Linha de crédito	Ref.	Moeda	Indexador	Consolidado 31/03/23	Consolidado 31/03/22
CCB	(a)	R$	CDI	186.902	185.387
CPR	(d)	R$	CDI+Pré	60.106	–
Mútuo passivo não circulante	(b)	R$	–	–	28.557
				247.008	213.944
Custos de transação				(2.348)	(2.827)
Total (*)				244.660	211.117
Passivo circulante				6.528	4.907
Passivo não circulante				238.132	206.210

(*) A taxa média ponderada dos encargos financeiros é de 16,45% a.a. em 03/2023 (14,47% a.a. em 03/2022). *(a)* Refere-se a empréstimos contratados com o objetivo de financiar a aquisição de terras. Os empréstimos possuem carência para pagamento da primeira parcela do principal de 60 meses da data da contratação. Os contratos estão garantidos pela alienação fiduciária de imóveis rurais. *(b)* Refere-se a mútuo não circulante concedido pela usina Canápolis Açúcar e Etanol S.A. e Vale do Tijuco Açúcar e Álcool S.A., com incidência de juros de 12,81% a.a., liquidado durante o exercício findo em 31/03/2023. *(c)* Refere-se a mútuo não circulante concedido pela controlada Terra Forte Empreendimentos e Participações S.A. para quitação de dívida da Bússola com a CMAA, sem incidência de juros que será quitado mediante sua disponibilidade de caixa. *(d)* Refere-se a empréstimos contratados com o objetivo de desenvolvimento do seu objeto social. Os empréstimos serão liquidados durante os exercícios de 2024 a 2027. *Cronograma de vencimento do empréstimo líquido do custo de transação:*

31/03/2023	Valor Contábil	Até 12 meses	1 a 2 anos	2 a 3 anos	3 a 4 anos	4 a 5 anos	Mais de 5 anos
Empréstimos e financiamentos	247.008	7.008	16.364	81.818	81.818	60.000	–
Custos de transação	(2.348)	(480)	(480)	(480)	(480)	(428)	–
Empréstimos e financiamentos, líquido	244.660	6.528	15.884	81.338	81.338	59.572	–

31/03/2022	Valor Contábil	Até 12 meses	1 a 2 anos	2 a 3 anos	3 a 4 anos	4 a 5 anos	Mais de 5 anos
Empréstimos e financiamentos	185.387	5.387	–	–	60.000	60.000	60.000
Custos de transação	(2.827)	(480)	(480)	(480)	(480)	(480)	(427)
Empréstimos e financiamentos, líquido	182.560	4.907	(480)	(480)	59.520	59.520	59.573

Cláusulas contratuais: A Cia. possui obrigações contratuais decorrentes dos contratos de financiamentos, relacionadas à manutenção de determinados índices financeiros e não financeiros estabelecidos nesses contratos (*covenants*), cujo período de apuração se dá no encerramento do exercício. A Administração possui controles tempestivos sobre esses indicadores e em 31/03/2023 entende que as exigências preestabelecidas foram cumpridas, sendo improvável qualquer exigência por parte dos credores antes do vencimento original de longo prazo, e nem a necessidade de reclassificação. **12. Fornecedores e outras contas a pagar:**

	Controladora 31/03/23	Controladora 31/03/22	Consolidado 31/03/23	Consolidado 31/03/22
Fornecedores nacionais de materiais e serviços	–	179	165	18.915
Total	–	179	165	18.915
Passivo circulante	–	179	165	18.915
Passivo não circulante	–	–	–	–

Montante refere-se basicamente a saldo a pagar a fornecedores de terras adquiridas no decorrer da safra 20/21 que foram quitados na safra 22/23 conforme prazos previstos em contrato de compra e venda. O valor em 31/03/22 estava registrado a valor presente com taxa de desconto anual de 5,70%.

13. Adiantamento de clientes:

	Consolidado 31/03/23	Consolidado 31/03/22
Adiantamento de clientes - arrendamento de terras	3.834	–
Total	3.834	–
Passivo circulante	3.834	–
Passivo não circulante	–	–

14. Obrigações fiscais:	Controladora 31/03/23	Controladora 31/03/22	Consolidado 31/03/23	Consolidado 31/03/22
PIS e COFINS a recolher	–	–	317	70
IRRF a recolher	–	–	1.644	–
IRPJ e CSLL	–	–	–	2.263
IOF a recolher	–	–	91	351
Outros	1	2	2	4
Total	1	2	2.054	2.688
Passivo circulante	2	2	2.054	2.688
Passivo não circulante	–	–	–	–

15. Provisões e demandas judiciais: A Cia. não possui demandas judiciais em andamento na data-base de 31/03/2023 e 2022. **16. Patrimônio líquido:** Capital social: Em 19/04/2022 foi realizado aumento de capital através da subscrição de 60.483.872 milhões de novas ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, pelo preço de emissão total de R$ 75.000, ou seja, a R$ 1,24 real por ação. A distribuição da integralização seguiu as seguintes proporções: Ápia SP Participações S.A.: 17.900.230 (dezessete milhões, novecentas mil, duzentas e trinta) ações; Ifar Brazil Pte Ltd.: 21.901.946 (vinte e um milhões, novecentas e uma mil, novecentas e quarenta e seis) ações; Marseille Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia: 8.339.990 (oito milhões, trezentas e trinta e nove mil, novecentas e noventa) ações; Rio Grande Investiment Pte Ltd: 8.339.990 (oito milhões, trezentas e trinta e nove mil, novecentas e noventa) ações; JF Investimentos S.A.: 4.001.716 (quatro milhões, uma mil, setecentas e dezesseis) ações. Em 20/01/2023 foi realizada Assembleia Geral Extraordinária pelo acionista Ápia SP Participações S.A. ("Ápia"), detentora de 20.883.921 ações da Cia., na qual foi aprovada a dissolução, liquidação e extinção da Ápia. A liquidação e extinção da Ápia foram realizadas através do Laudo de Avaliação Contábil levantado com base no Balanço Patrimonial de 31/12/22. De acordo com o levantamento contábil, verificou-se que a Ápia não possuía quaisquer obrigações passivas, sendo que os bens e direitos do seu ativo, incluindo sua participação nas ações da Cia., deverão ser pagos ao seu único acionista Marseille Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia em decorrência de extinção aprovada. O ato societário foi registrado na JUCESP em 01/02/23. A alteração acionária ocorrida não modifica o controle sobre a Bússola Empreendimentos e Participações. Em 31/03/23 e 2022, o capital social está distribuído da seguinte forma:

	31/03/2023 Ações	31/03/2023 R$	31/03/2022 Ações	31/03/2022 R$
IFAR Brazil PTE. Ltd.	25.523.381	30.779.848	3.621.435	3.621.435
Ápia SP Participações S.A.	–	–	2.983.691	2.983.691
Rio Grande Investiment PTE. LTD.	9.719.155	11.720.752	1.379.165	1.379.165
Marseille Fundo de Investimentos em Participações	30.590.742	36.888.394	1.366.831	1.366.831
JF Investimentos S.A.	4.651.794	5.612.206	650.078	650.078
Total	70.485.072	85.001.200	10.001.200	10.001.200

Reserva legal: É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Reserva de lucros a realizar: O saldo remanescente em 31/03/2023 é decorrente principalmente reconhecimento da equivalência patrimonial da Terra Forte e da Pirapitinga referente ao exercício findo em 31/03/2023. Esse valor não será objeto de distribuição de dividendos, conforme art. 197 da lei 6.404/76. **17. Instrumentos financeiros:** A Cia. monitora e gerência os riscos financeiros relacionados às operações por meio de relatórios internos de riscos que analisam a exposição de acordo com o grau e magnitude dos riscos. a) **Classificação contábil e valores justos:** A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. ***Consolidado:***

31/03/2023	Valor justo por meio do resultado	Custo Amortizado	Total
Ativos financeiros			
Caixa e bancos (nota 7)	–	58	58
Equivalentes de caixa (nota 7)	2.199	–	2.199
Total	2.199	58	2.257

31/03/2023	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total
Passivos financeiros			
Empréstimos e financiamentos (nota 11)	–	244.660	244.660
Fornecedores e outras contas a pagar (nota 12)	–	165	165
Total	–	244.825	244.825

31/03/2022	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total
Ativos financeiros			
Caixa e bancos (nota 7)	–	91	91
Contas a receber (nota 8)	–	3.382	3.382
Total	–	3.473	3.473

31/03/2022	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total
Passivos financeiros			
Empréstimos e financiamentos (nota 11)	–	182.560	182.560
Empréstimos com partes relacionadas (nota 11)	–	28.557	28.557
Fornecedores e outras contas a pagar (nota 12)	–	18.915	18.915
Total	–	230.032	230.032

b) Mensuração do valor justo: Os valores contábeis referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado. *c) Gerenciamento de riscos financeiros:* A Cia. participa de operações envolvendo instrumentos financeiros que se destinam a atender as necessidades próprias. Em 31/03/2023, a Cia. não mantém instrumentos financeiros não registrados contabilmente e não efetua operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo. Os principais riscos relacionados com a operação da Cia. são os seguintes: • Risco de crédito; • Risco de liquidez; e • Risco de mercado. Essa nota explicativa apresenta informações sobre a exposição da Cia. a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Cia., políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e seu gerenciamento de capital. *Estrutura do gerenciamento de risco:* O Conselho de administração é responsável pelo acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Cia., e os gestores de cada área se reportam regularmente ao Conselho sobre as suas atividades. As políticas de gerenciamento de risco da Cia. são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Cia. está exposto, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites definidos. As políticas e os sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Cia.. A Cia., através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os funcionários entendem os seus papéis e suas obrigações. *Risco de crédito:* Risco de crédito é o risco de a Cia. incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente de instrumentos financeiros conforme apresentados abaixo. *Exposição ao risco de crédito:* O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	Consolidado 31/03/2023	Consolidado 31/03/2022
Caixa e bancos	58	91
Equivalentes de caixa	2.199	–
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	–	3.382
Total	2.257	3.473

O Cia. não possui registros de perdas em caixa e equivalentes de caixa. Contas a receber de clientes: A exposição da Cia. e de sua controlada ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada cliente. Além disso, as vendas se realizam majoritariamente com empresas do grupo econômico no decorrer do exercício societário, o que minimiza o risco no não recebimento de seus créditos. Perdas por redução no valor recuperável: A composição por vencimento dos recebíveis de clientes registrados no ativo circulante, na data das demonstrações financeiras para os quais não foram reconhecidas perdas por redução no valor recuperável, era a seguinte:

	Consolidado 31/03/2023	Consolidado 31/03/2022
A vencer	–	3.382
Vencidos em até 30 dias	–	–
Vencidos entre 31 e 90 dias	–	–
Vencidos entre 91 e 180 dias	–	–
Vencidos acima de 181 dias	–	–
	–	3.382
Provisão para perdas esperadas	–	–
	–	3.382

Caixa e equivalentes de caixa: A Cia. tem como princípio trabalhar com um número reduzido de instituições financeiras e busca negócios com aquelas que apresentam maior solidez. Não existe na história da Cia. registro de perdas em caixa e equivalentes de caixa. *Risco de liquidez:* Risco de liquidez é o risco em que a Cia. irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A responsabilidade pelo gerenciamento do risco de liquidez é da Administração da Cia. e de seu Conselho de Administração, que gerencia o risco de liquidez de acordo com as necessidades de captação e gestão de liquidez de curto, médio e longo prazos mantendo linhas de crédito de captação de acordo com suas necessidades de caixa combinando os perfis de vencimento de seus ativos e passivos financeiros. A Cia. utiliza sistemas de informação e ferramentas de gestão que propiciam a condição de monitoramento de exigências de fluxo de caixa e da otimização de seu retorno de caixa em investimentos. A Cia. tem como política operar com alta liquidez para garantir o cumprimento de obrigações operacionais e financeiras pelo menos por um ciclo operacional; isto inclui o impacto potencial de circunstâncias extremas que não podem ser razoavelmente previstas, como desastres naturais e movimentos cíclicos do mercado de *commodities*. Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade da Cia., possam ocorrer significantemente mais cedo ou em montantes significantemente diferentes. *Exposição ao risco de liquidez:* O valor contábil dos passivos financeiros com risco de liquidez está representado abaixo:

	Consolidado 31/03/2023
Empréstimos e financiamentos	244.660
Fornecedores e outras contas a pagar	165
Total	244.825
Passivo circulante	6.693
Passivo não circulante	238.132

	Consolidado 31/03/2022
Empréstimos e financiamentos	182.560
Empréstimos com partes relacionadas	28.557
Fornecedores e outras contas a pagar	18.915
Total	230.032
Passivo circulante	23.822
Passivo não circulante	206.210

Risco de mercado: Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros têm nos resultados da Cia. ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. *Risco de taxa de juros:* Cia. está exposta a riscos relacionados às taxas de juros, em função de empréstimos e financiamentos contratados e

continua →

continuação

aplicações financeiras, expostas, principalmente, à variação do CDI. A direção da Cia. monitora tempestivamente as flutuações das taxas de juros variáveis atreladas as dívidas. *Análise de sensibilidade de fluxo de caixa para instrumentos de taxa variável - consolidado* A análise de sensibilidade é determinada com base na exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros não derivativos em 31/03/23. Conforme determinado pela Instrução CVM 475/08, que requer que sejam apresentados dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável de risco considerado, apresentamos abaixo os possíveis impactos de quanto teriam aumentado (reduzido) o patrimônio e o resultado do exercício de acordo com os montantes mostrados a seguir. Esses cenários poderão gerar impactos no resultado e nos fluxos de caixa futuros do Grupo

Risco de taxa de juros sobre ativos e passivos financeiros - Consolidado:

Instrumentos	Exposição em 31/03/2023	Risco
Passivos financeiros		
Empréstimos e financiamentos - CCB	186.902	CDI
Empréstimos e financiamentos - CPR	60.106	CDI+Pré

Cenários			Apreciação		Depreciação	
	Provável	Variação do índice em 25%	Variação do índice em 50%	Variação do índice em 25%	Variação do índice em 50%
13,65%	25.512	6.378	12.756	(6.378)	(12.756)
15,65%	9.407	2.352	4.703	(2.352)	(4.703)
	34.919	8.730	17.459	(8.730)	(17.459)

Impacto no resultado e patrimônio líquido

18. IR e CS:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Resultado antes dos impostos	(784)	8.866	2.466	13.111
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%
Despesa com imposto à alíquota nominal	267	(3.014)	(838)	(4.458)
Ajustes para apuração da alíquota efetiva:				
Variação da empresa que apura pelo lucro presumido (a)	–	–	(3.389)	880
Equivalência patrimonial	228	3.691	1.686	–
Prejuízo fiscal e base negativa não constituídos	(495)	(677)	(709)	(667)
Total	–	–	(3.250)	(4.245)
Imposto corrente	–	–	(3.250)	(4.245)
Imposto diferido	–	–	–	–
Total	–	–	(3.250)	(4.245)

a) O saldo consolidado corresponde integralmente a diferença de alíquota de controlada que tem como atividade principal arrendamentos de terras e é tributada pelo lucro presumido.

19. Receita líquida:

	Consolidado	
	2023	2022
Receita bruta de vendas e serviços		
Receita com arrendamento de terras	39.944	39.250
Receita bruta	39.944	39.250
Impostos sobre vendas	(2.021)	(1.431)
Receita líquida	37.923	37.819

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas da Bússola Empreendimentos e Participações S.A.

Em 31/03/23 e 2022, a Cia. possuía 100% de seus contratos de arrendamento com as três unidades do grupo CMAA, sendo elas as usinas Vale do Tijuco Açúcar e Álcool S.A. ("Vale do Tijuco"), Vale do Pontal Açúcar e Etanol Ltda. ("Vale do Pontal") e Canápolis Açúcar e Etanol S.A. ("Usina Canápolis"). **20. Gastos por natureza:** A Cia. apresentou as demonstrações do resultado utilizando uma classificação das despesas baseada na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas nas demonstrações do resultado são apresentadas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Custos das vendas				
Custos com licenciamentos e taxas	–	–	(324)	(286)
Total	–	–	(324)	(286)
Despesas administrativas				
Gastos com serviços compartilhados	–	–	(433)	(133)
Despesas com consultoria e auditoria	(173)	(940)	(418)	(1.272)
Despesas administrativas diversas	(155)	(80)	(236)	(94)
Total	(328)	(1.020)	(1.087)	(1.499)
Outras despesas				
Baixa de bens do imobilizado	–	–	–	(398)
Outras receitas e despesas operacionais	–	–	–	(1)
Total	–	–	–	(399)

21. Resultado financeiro:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Despesas financeiras:				
Juros sobre empréstimos e financiamentos	–	–	(29.141)	(17.071)
IOF	(1.123)	(967)	(2.292)	(1.603)
Despesas com AVP	–	–	(399)	(1.008)
Despesas com juros sobre mútuos	–	–	(6.640)	(2.361)
Outras despesas financeiras	(5)	(4)	(603)	(483)
Total	(1.128)	(971)	(39.075)	(22.526)
Receitas financeiras:				
Rendimentos sobre aplicações financeiras	1	–	70	2
Total	1	–	70	2
Resultado financeiro, líquido	(1.127)	(971)	(39.005)	(22.524)

22. Partes relacionadas: *Principais saldos de transações:* As transações efetuadas junto às partes relacionadas são realizadas com base em condições negociadas entre a Cia. e as partes relacionadas, as quais poderiam ser diferentes caso fossem realizadas com partes não relacionadas. Os saldos com partes relacionadas estão apresentados como segue::

	Controladora		Consolidado	
	31/03/23	31/03/22	31/03/23	31/03/22
Ativos				
Contas a receber com partes relacionadas	–	–	–	–
Vale do Tijuco Açúcar e Álcool S.A.	–	–	–	1.430
Vale do Pontal Açúcar e Etanol Ltda.	–	–	–	289
Canápolis Açúcar e Etanol S.A.	–	–	–	1.663
Total de ativos	–	–	–	3.382
Ativo circulante	–	–	–	3.382
Ativo não circulante	–	–	–	–
	Controladora		Consolidado	
	31/03/23	31/03/22	31/03/23	31/03/22
Passivo				
Empréstimos com partes relacionadas				
Canápolis Açúcar e Etanol S.A.	–	–	–	18.851
Vale do Tijuco Açúcar e Álcool S.A.	–	–	–	9.706
Terra Forte Empreendimentos e Participações S.A.	52.823	51.230	–	–
Adiantamento de clientes				
Vale do Tijuco Açúcar e Álcool S.A.	–	–	2.315	–
Vale do Pontal Açúcar e Etanol Ltda.	–	–	212	–
Canápolis Açúcar e Etanol S.A.	–	–	1.307	–
Total de passivos	52.823	51.230	3.834	28.557
Passivo circulante	–	–	3.834	–
Passivo não circulante	52.823	51.230	–	28.557

	Consolidado	
Resultado	2023	2022
Receitas		
Receita com arrendamento de terras		
Vale do Tijuco Açúcar e Álcool S.A.	20.258	20.585
Vale do Pontal Açúcar e Etanol Ltda.	2.861	2.791
Canápolis Açúcar e Etanol S.A.	16.826	15.873
Total de receitas	39.945	39.250

	Consolidado	
	2023	2022
IOF sobre mútuos		
Terra Forte Empreendimentos e Participações S.A.	(1.068)	(967)
Vale do Tijuco Açúcar e Álcool S.A.	(762)	(117)
Canápolis Açúcar e Etanol S.A.	(407)	(519)
Piraptings Participações Ltda.	(55)	–
Total IOF	(2.292)	(1.603)
Juros com partes relacionadas		
Vale do Tijuco Açúcar e Álcool S.A.	(4.486)	(380)
Canápolis Açúcar e Etanol S.A.	(2.154)	(1.981)
Total juros	(6.640)	(2.361)
Total despesas financeiras	(8.932)	(3.964)
Outras despesas		
Gastos com serviços compartilhados		
Vale do Tijuco Açúcar e Álcool S.A.	(433)	(133)
Total de outras despesas	(433)	(133)

Conselho de administração

Conselheiros

José Francisco de Fátima Santos - Presidente
Luiz Gustavo Turchetto Santos **Moleonoto Tjang**
Hansjorg Suelzle **Surjadi Tirtarahardja**
Mark Julian Wakeford

Diretoria Executiva

Carlos Eduardo Turchetto Santos **Jeferson Degaspari**
Alisson Venturini Colonhezi **Eduardo Scandiuzzi Lopes**
Marcelo Bosquetti

Contador

Fernando Pereira Falheiros - CRC/GO nº GO-026087/O-4

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da **Bússola Empreendimentos e Participações S.A.** - Uberaba - MG - **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Bússola Empreendimentos e Participações S.A ("Cia."), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31/03/2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Cia. em 31/03/2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Cia. e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Cia. continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Cia. ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Cia. e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cia. e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cia.. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cia. a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Goiânia, 14 de junho de 2023

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S. Ltda.
CRC SP-015199/F
Eric Horta Piantino
Contador - CRC-MG107829/O

TERRA FORTE EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ 29.012.993/0001-01

Balanços Patrimoniais em 31/03/2023 e 31/03/2022 (Em milhares de reais)

Ativo	31/03/2023	31/03/2022
Ativo circulante	2.286	3.444
Caixa e equivalentes de caixa	2.210	3
Contas a receber	–	3.381
Impostos e contribuições a recuperar	76	60
Ativo não circulante	306.511	291.468
Contas a receber	52.824	51.230
Propriedades para investimento	253.671	240.217
Intangível	16	21
Total do ativo	308.797	294.912

Passivo e patrimônio líquido	31/03/2023	31/03/2022
Passivo circulante	12.579	26.328
Empréstimos e financiamentos	6.528	4.907
Fornecedores e outras contas a pagar	165	18.736
Adiantamento de clientes	3.834	–
Obrigações tributárias	2.052	2.685
Passivo não circulante	238.132	206.210
Empréstimos e financiamentos	238.132	206.210
Patrimônio líquido	58.086	62.374
Capital social	66.327	66.327
Reserva de lucros	(8.241)	(3.953)
Total do passivo e patrimônio líquido	308.797	294.912

Demonstrações dos Resultados - Exercícios Findos em 31/03/2023 e 31/03/2022 (Em milhares de reais)

	2023	2022
Receita líquida	37.923	37.819
Custo das vendas	(323)	(286)
Lucro bruto	37.600	37.533
Despesas e receitas operacionais		
Despesas administrativas	(759)	(479)
Outras despesas operacionais	–	(399)
	(759)	(878)
Lucro antes do resultado financeiro e dos impostos	36.841	36.655
Despesas financeiras	(37.947)	(21.554)
Receitas financeiras	68	2
Resultado financeiro, líquido	(37.879)	(21.552)
Resultado antes dos impostos	(1.038)	15.103
Imposto de renda e contribuição social	(3.250)	(4.245)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(4.288)	10.858

Diretoria

Carlos Eduardo Turchetto Santos **Jeferson Degaspari** **Alisson Venturini Colochezi** **Eduardo Scandiuzzi Lopes** **Marcelo Bosquetti**

Contador - Fernando Pereira Falheiros - CRC/GO n° GO-026087/O-4

"As demonstrações financeiras completas, incluindo as Notas Explicativas encontram-se à disposição na sede da Companhia"